



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**GOVERNO INTERVENTORIAL E RELAÇÕES DE PODER NA PARAÍBA PÓS-
1930: A ADMINISTRAÇÃO DE GRATULIANO BRITO (1932 – 1934)**

BENTO CORREIA DE SOUSA NETO

JOÃO PESSOA – PB
Fevereiro – 2016

**GOVERNO INTERVENTORIAL E RELAÇÕES DE PODER NA PARAÍBA PÓS-
1930: A ADMINISTRAÇÃO DE GRATULIANO BRITO (1932 – 1934)**

BENTO CORREIA DE SOUSA NETO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de concentração em História e Cultura Histórica.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano

JOÃO PESSOA – PB
Fevereiro – 2016

- S725g Sousa Neto, Bento Correia de.
 Governo interventorial e relações de poder na Paraíba pós-1930: a administração de Gratuliano Brito (1932-1934) / Bento Correia de Sousa Neto.- João Pessoa, 2016.
 241f.
 Orientadora: Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA
 1. Brito, Gratuliano da Costa, 1905-1982. 2. Historiografia.
 3. Revolução de 1930. 4. Interventorias. 5. Política oligárquica.
 6. Governo da Paraíba. 7. Centralização.

UFPB/BC

CDU: 930.2(043)

**GOVERNO INTERVENTORIAL E RELAÇÕES DE PODER NA PARAÍBA PÓS-
1930: A ADMINISTRAÇÃO DE GRATULIANO BRITO (1932 – 1934)**


BENTO CORREIA DE SOUSA NETO

Dissertação de Mestrado avaliada em **29 /02 /2016** com conceito **APROVADO**.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (PPGH/UFPB)
Orientadora



Prof.º Dr.º Damião de Lima (MPPGAV/UFPB)
Examinador Externo



Prof.º Dr.º Paulo Geovani Antonino Nunes (PPGH/UFPB)
Examinador Interno



Prof.ª Dr.ª Monique Guimarães Cittadino (DG/UFPB)
Examinadora Convidada

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Everaldo (*in memoriam*) e Orleane. Pelo amor e carinho que sempre tiveram comigo e pelo esforço que empreenderam para me proporcionar a melhor educação possível.

AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho dissertativo, produzido em dois árduos anos, não teria sido possível sem a contribuição de diferentes pessoas. Deste modo, gostaria de deixar aqui registrado os meus sinceros agradecimentos:

À minha mãe, pelo apoio e compreensão nos momentos mais difíceis que permearam a elaboração deste trabalho.

Aos meus irmãos, Geneysson André e Deivysson Harlen, pela amizade e ajuda que sempre me dedicaram ao longo de toda minha vida.

À minha noiva Fernanda de Paula Gomides, pela paciência, amor, carinho e dedicação com que sempre buscou me ajudar. Não tenho palavras para agradecer como você vem sendo boa comigo ao longo desses 7 anos de juntos.

Um agradecimento, todo especial, a prof.^a Dr.^a Monique Guimarães Cittadino, que desde a minha Graduação me deu todo apoio e suporte necessário para aprofundar os estudos relacionados ao meu objeto de pesquisa. A contribuição da senhora foi fundamental para o resultado alcançado neste trabalho.

À minha orientadora, prof.^a Dr.^a Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano, pelas leituras criteriosas e importantes sugestões na fase de elaboração da dissertação.

Ao prof.^o Dr. Paulo Geovani Antonino Nunes, pelas orientações cruciais tanto no Seminário de Dissertação como na Banca de Qualificação.

Ao prof.^o Dr.^o Damião de Lima, pela participação em minha banca de defesa.

E a todo corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, principalmente àqueles com que tive a oportunidade de assistir aulas e travar debates que contribuíram para construção do conhecimento necessário a escrita desta dissertação.

RESUMO

O presente trabalho visa analisar a administração do interventor Gratuliano da Costa Brito (1932-1934) no contexto de centralização político-administrativa e de rearticulação das forças políticas em níveis nacional e estadual do pós-1930. A partir dessa análise, buscamos compreender quais foram as medidas adotadas por este governo no sentido de uma reorganização dos setores funcionais do Estado da Paraíba assim como os impactos políticos e sociais dessas medidas nas relações existentes entre o Estado e as forças oligárquicas locais. Entendemos que apesar da chamada “Revolução” de 1930 não ter resultado em mudanças profundas na estrutura política vigente na Primeira República, ela acarretou transformações significativas no sentido de possibilitar a ascensão de um modelo de Estado Nacional que se propunha moderno e racional. Esse processo se desenvolveu concomitantemente com uma reestruturação das máquinas administrativas estaduais que procuraram acompanhar as mudanças implantadas em âmbito nacional. Portanto, nosso objetivo foi o de avaliar de que forma isso se deu na Paraíba e quais as particularidades encontradas ao longo desse processo no estado. Como fundamentação teórica para nossas análises, apropriamo-nos das contribuições da Nova História Política, assim como do conceito de Cultura Política. Em relação às fontes utilizadas, tomamos por empréstimo as contribuições de diversos autores que tratam do tema e do período em questão, bem como de fontes primárias manuscritas e impressas relativas ao referido governo (documentos oficiais, periódicos, relatórios, etc.).

PALAVRAS-CHAVES: Gratuliano Brito; “Revolução” de 1930; Interventorias; Política Oligárquica; Governo da Paraíba, centralização.

ABSTRACT

This research aims to assay the administration of the Intervener Gratuliano da Costa Brito (1932-1934) in the political and administrative centralization context and re-articulation of the political forces at the national and state levels after 1930. From this analysis we try to understand what were the measures taken by this Government in order to a reorganization of functional sectors in the State of Paraíba as well as political and social impact of these measures on the relationship between the state and local oligarchic forces. Despite the "Revolution" of 1930 has not resulted in profound changes in the current political structure in the First Republic, we understand that it led to significant changes in order to allow the rise of a modern-and-racional proposed model of national state. This process had been developed concurrently with a restructuring of the state administrative machinery that sought to track changes implemented nationwide. Therefore, our aim was to assess how this process occurred in Paraíba and what characteristics have been found throughout it . As a theoretical basis for our analysis we appropriate the contributions of New Political History, as well as the concept of Political Culture. Regarding the sources used we borrow the contributions of several authors who deal with the subject and the period in question, as well as handwritten and printed primary sources relating to the said Government (official documents , periodicals, reports , etc.) .

KEY-WORDS: Gratuliano Brito; "Revolution" of 1930; Oligarchy politic; Paraíba government; political centralization.

LISTA DE SIGLAS OU ABREVIATURAS

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas

P.P – Partido Progressista da Paraíba

P.R.L – Partido Republicano Libertador da Paraíba

P.R.C.P – Partido Republicano Conservador da Paraíba

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Evolução do Ensino na Paraíba (1931-1933)	p. 89
TABELA 2 – Obituário Produzido pelas Principais Moléstias Transmissíveis segundo o Departamento Nacional de Saúde Pública (D.N.S.P) - 1933	p. 103
TABELA 3 – Comparativo das Produções de Algodão em Caroço (Em Kg) entre os Estados da Paraíba e São Paulo	p.159
TABELA 4 – Produção de Algodão – Principais Estados Produtores (1942 – 1946) (Em Toneladas)	p.160
TABELA 5 – Empréstimos Concedidos de 1º de Janeiro a 30 de Junho de 1934 pelas Caixas Rurais Filiadas à Caixa Central de Crédito Agrícola da Paraíba	p.163
TABELA 6 – Demonstrativo da Receita e Despesa do Estado da Parahyba durante o período de 1931 A 1934	p.166
TABELA 7 – Saldos do Tesouro (1934)	p.167
TABELA 8 – Principais Famílias na Política da Paraíba Durante a República Velha (1889-1930).....	p.183
TABELA 9 – Prefeitos Nomeados por Gratuliano Brito entre 1932-1934	p.184
TABELA 10 - Quantidade de Interventores nos Estados do Norte e Nordeste do Brasil no Período de 1930 a 1934	p.188
TABELA 11 - Candidatos Eleitos para Assembleia Constituinte de 1933	p.199

TABELA 12 – Paraíba – Coeficiente Obtido por Partido ou Legenda – Eleições de 03.05.1933 p. 200

TABELA 13 – Chapa do Partido Progressista para Disputar as Eleições de 1934 p.203

TABELA 14 – Deputados Federais Eleitos pela Paraíba no Pleito de 14 de Outubro de 1934 p. 208

TABELA 15 – Deputados Eleitos para Assembleia Constituinte Estadual da Paraíba no Pleito de Outubro de 1934 p.208

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 11
CAPÍTULO I	
A CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E AS INTERVENTORIAS NA PARAÍBA	p. 28
1.1 Gratuliano Brito – Um Homem da Elite no Governo Paraibano	p. 28
1.2 Os Coronéis e a Cultura Política	p. 39
1.3 O Processo de Centralização Política e o Sistema de Interventorias na Paraíba.....	p. 56
1.3.1 O Governo de João Pessoa	p. 56
1.3.2 A Centralização no pós-1930 e a Interventoria de Anthenor Navarro	p. 63
1.3.3 A centralização politico-administrativa na Interventoria de Gratuliano de Brito	p.72
CAPÍTULO II	
A ADMINISTRAÇÃO INTERVENTORIAL: PODER ESTATAL X PODER LOCAL	p. 78
2.1 Reformas e Incentivos na Instrução Pública	p. 78
2.2 A Ação Interventorial em uma Precária Saúde Pública	p. 91
2.3 Fiscalização e Ação Patriótica: a Justiça e a Segurança Pública.....	p. 105
2.4 Centralizando as Ações e Organizando a Infraestrutura: as obras realizadas entre 1932-1934	p. 124
2.5 Austeridade e Soerguimento Econômico: a Paraíba e a busca pelo desenvolvimento de suas potencialidades produtivas	p. 142
CAPÍTULO III	
PROCESSO DE MUDANÇA COM UMA POLÍTICA DE REACOMODAÇÃO	p. 169
3.1 O Cenário Político: do radicalismo de Anthenor Navarro à reacomodação em Gratuliano Brito	p. 169
3.2 A Recomposição Oligárquica nas Eleições de 1933 e 1934	p. 191
3.2.1 As Eleições de 1934	p. 201
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 210
REFERÊNCIAS	p. 214
ANEXOS	p. 226

INTRODUÇÃO

A qualquer cidadão mais atento e interessado na política paraibana mostra-se evidente a tradicional participação e influência que determinados grupos familiares ainda hoje exercem nesse meio. Não é incomum vermos figurar no cenário político atual sobrenomes cuja origem na política nos remonta a períodos longínquos, como o da Primeira República, o do Império ou até mesmo o Colonial. Para além da participação de grupos familiares, percebemos, na verdade, que práticas constituintes de uma cultura política há muito arraigada parecem perdurar ao longo de décadas e até séculos no estado¹. Durante a última campanha eleitoral para o cargo de Governador da Paraíba em 2014, por exemplo, uma enxurrada de notícias inundaram jornais, sites e blogs com acusações de atos dignos dos pleitos da “República Velha”. As denúncias mais frequentes eram as de compra de votos, uso da máquina pública em favor da situação e compra de apoio de lideranças políticas e prefeitos².

Entender, então, como esses grupos familiares conseguiram (e conseguem) se manter, ao longo dos anos, como uma importante fração da elite política do estado e como essas práticas ligadas a cultura política se conservam, apesar das transformações políticas e legais operadas ao longo do tempo, ainda se constitui desafio para qualquer cidadão interessado na política paraibana. Esse contexto nos levou a despertar atenção para o estudo da História Política da Paraíba, o que pudemos concretizar de forma mais profunda e objetiva através das

¹ Ao longo deste trabalho, tomaremos o conceito de cultura política como sendo um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações sociais partilhados por determinado grupo humano, que expressa identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009, p.21). Discutiremos mais sobre este assunto ainda nesta introdução.

² Os dois principais candidatos ao cargo de governador da Paraíba que ao longo das eleições polarizaram a disputa foi o então já Governador Ricardo Coutinho, do Partido Socialista Brasileiro, e o ex-Governador e atual senador Cássio Cunha Lima, do Partido Social-Democrata Brasileiro. As acusações entre os dois foram extensas. Em uma delas, a coligação “A Vontade do Povo”, do candidato Cássio Cunha Lima, chegou a ajuizar uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (Aije) junto à Justiça Eleitoral por suposto uso da máquina pública para campanha. Em resposta ao ajuizamento da ação, o secretário de Comunicação do Estado respondeu da seguinte forma: “Para um ex-governador que foi cassado por comprar votos com cheques dos cofres públicos, ser autor de Aije como esta chega a ser piada”. Ver <http://www.parlamentopb.com.br/Noticias/?cassio-impetra-aije-contraricardo-por-suposto-uso-da-maquina-16.09.2014>. Uma das notícias publicadas traz uma denúncia do deputado estadual Tião Gomes feita na Assembleia Legislativa do Estado: “O poder econômico está dominando. Nunca vi um leilão tão grande de candidatos. É uma verdadeira invasão. Eles vêm, investem pesado e não estão nem aí. [...] Na minha região dizem que tem prefeito que ganhou R\$ 1 milhão, outro R\$ 400 mil, R\$ 300 mil”. Ver: <http://www.parlamentopb.com.br/Noticias/?deputados-denunciam-compra-de-votos-no-interior-da-paraiba-21.08.2014>; http://www.jornaldaparaiba.com.br/noticia/133864_mineral-denuncia-negociata; <http://www.parlamentopb.com.br/Noticias/?cassio-impetra-aije-contraricardo-por-suposto-uso-da-maquina-16.09.2014>; <http://www.paraiba.com.br/2014/09/03/29097-psdb-encaminha-denuncias-ao-tre-que-apontam-o-uso-da-maquina-administrativa-em-campanha>.

aulas da disciplina História da Paraíba II, durante o curso de graduação em História, na Universidade Federal da Paraíba.

Assim é que foi surgindo o interesse pelos temas da “Revolução de 1930”, o processo de centralização político-administrativa no pós-1930 e os Governos Interventorais da Paraíba, por se enquadrarem em um desses momentos históricos de perspectiva de mudanças profundas na cultura e costumes políticos que não se efetivaram. Logo nos saltou aos olhos a possibilidade de análise sobre o Governo Interventorial de Gratuliano da Costa Brito (1932-1934), tanto por se tratar de um tema ainda pouco explorado pela historiografia paraibana – particularmente sobre a administração de Gratuliano Brito pouco se sabe e o que se encontra na bibliografia correspondente não é resultante de uma análise direcionada e verticalizada sobre o assunto –, como por se tratar de um governo inserido em uma conjuntura de mudanças no cenário político, econômico e social do país, como veremos mais adiante.

Dessa forma é que no presente estudo analisamos a administração do interventor Gratuliano da Costa Brito (1932-1934) no contexto de centralização político-administrativa e de rearticulação das forças políticas em níveis nacional e estadual do pós-1930, buscando compreender quais foram as medidas adotadas por este governo no sentido de uma reorganização dos setores funcionais do Estado da Paraíba, que então era exigida pela conjuntura do momento, assim como os impactos políticos e sociais dessas medidas nas relações políticas existentes entre o Estado e as forças oligárquicas locais.

Com a vitória da chamada “Revolução de 1930”, instaurou-se no Brasil um Governo Provisório que, sob a liderança de Getúlio Vargas, iniciou uma série de mudanças jurídico-institucionais e políticas no sentido de uma reconfiguração do Estado Nacional que então vigorava. Favorecido pela conjuntura de crise do modelo liberal de Estado, o novo grupo no poder resolveu encampar os ideais de centralização e modernização político-administrativa que vinha desde os anos 1920 ganhando mais aceitação no cenário nacional. Segundo avaliações dos críticos daquele período, a dinâmica dos tempos modernos não comportava mais a existência de governos morosos, ineficientes e corruptos como eram os governos brasileiros da Primeira República. Ao contrário disso, era preciso que o Estado agisse de forma cada vez mais centralizada, rápida e eficaz no sentido de tomar para si funções de especialização técnica voltadas para os interesses nacionais. Colocando de uma outra forma, “a busca por solucionar os problemas do país através de fórmulas empíricas, da aplicação de métodos apriorísticos e sem base na realidade deveria ceder a métodos de planejamento prévio e com base em dados científicos” (IANNI, 1996, p.38).

O caminho encontrado para se alcançar este objetivo foi o da centralização estatal, que podemos definir de maneira genérica como sendo a constituição de aparatos técnico-burocráticos de controle e intervenção sobre a economia e outros setores funcionais do Estado – saúde, instrução pública, justiça, segurança, obras públicas, etc. (SOUZA, 1983, p. 83). Segundo Ângela de Castro Gomes (2003, p.107), tratava-se, pela primeira vez no Brasil, de construir um Estado Nacional moderno, que ampliasse suas funções de intervencionismo econômico e social, ao mesmo tempo em que se montava uma burocracia tecnicamente qualificada e impessoal. Com esse intuito, rapidamente foram sendo tomadas diversas ações que, entre outras coisas, visavam superar a política fragmentada baseada nos interesses oligárquicos regionais, criar os mecanismos necessários para intervenção do Estado em diferentes setores e organizar as classes sociais de modo a estabilizar a ordem político-social.

No que se refere à relação desse novo Estado em construção – que se propunha centralizado, forte e racional – com os grupos oligárquicos regionais, observa-se que estes últimos foram sendo absorvidos numa nova dinâmica de relação de poder que tinha como fulcro o chamado sistema de interventorias. De acordo com Eliete Gurjão (1994, p.106), as Interventorias se constituirão em instrumentos eficientes para centralização à medida que passarão a articular as oligarquias estaduais, os ministérios e a presidência da república, substituindo assim a chamada Política dos Governadores por um sistema “cujas deliberações convergem para o governo federal através da intermediação dos interventores e departamentos administrativos”.

Apesar de pouco ou nada interferir nos pilares econômicos que asseguravam em grande parte o poder político das oligarquias estaduais, o sistema de interventorias enfraquecia o poder das elites à medida que os interventores não dependiam delas para permanecer no controle do Estado³. Eram nomeados diretamente pelo Governo Federal, o que lhes assegurava independência para tomar medidas que desagradavam certos grupos das facções dominantes. Por outro lado, o fato de estes mesmos interventores estarem muitas vezes ligados às próprias elites, política e ideologicamente, lhes possibilitava promover a

³ Entendemos que não haja nos estudos presentes um consenso sobre o que se entende por elites. Contudo, concordamos com Flávio Heinz (2006, p.07) quando este afirma que “trata-se, com efeito, de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de ‘estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos’”. No nosso caso, ao nos referirmos à famílias de elite ou a um membro da elite na Paraíba durante a Primeira República, e mesmo no Pós-1930, estamos aludindo a um grupo minoritário de indivíduos privilegiados que tem controle tanto sobre a estrutura econômica, fundada na propriedade da terra, como em relação ao poder político. Sobre o assunto ver HEINZ, Flávio M. “O Historiador e as Elites”. In: HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra História das Elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

convivência pacífica entre as oligarquias e o poder central (SOUZA, 1986, p.85). Forjou-se, assim, um novo modo de articulação entre as forças políticas em que por um lado se manteve as relações de poder baseadas no mandonismo característico da Primeira República e, por outro, assegurou ao Governo Central a autonomia necessária para implantar as mudanças desejadas (GURJÃO, 1994, p.107).

Seguindo o exemplo do processo de constituição do aparato burocrático-estatal que se desenvolvia em âmbito nacional, os interventores serão fundamentais no sentido de estabelecer uma reestruturação das máquinas administrativas estaduais. O que se observou no período foi que se buscou instituir um conceito administrativo diferente do que existia antes, baseado em um maior planejamento e racionalidade das ações governamentais, e, nesse sentido, mesmo muitas vezes não conseguindo romper de forma mais profunda com o poder local, o papel do interventor foi decisivo.

Na Paraíba, o processo de centralização e de reestruturação dos setores funcionais do Estado⁴ no pós-1930 tiveram início com José Américo de Almeida, ator político de destacada participação na “Revolução de 1930”. Contudo, tendo este passado apenas alguns dias a frente do executivo paraibano por ter sido nomeado para o Ministério da Viação e Obras Públicas, coube a Anthenor Navarro consolidá-lo⁵.

Identificada com os ideais tenentistas⁶, a administração de Anthenor Navarro criou sérios obstáculos a uma maior aproximação das oligarquias com a política e o aparelho estatal. Sob o seu comando, o processo de centralização “foi anti-oligárquico e afrontou as bases do poder local a partir do alijamento de tais setores das esferas do aparato estatal,

⁴ Consideramos setores funcionais do Estado aquelas áreas consideradas primordiais para as quais se volta a atuação do aparelho estatal, quais sejam: economia, saúde pública, obras, instrução pública, justiça e segurança.

⁵ Vale salientar, entretanto, que os governos paraibanos do pós-1930 em muitos aspectos deram continuidade as ações de centralização e reforma administrativa iniciadas no governo do último Presidente Estadual da Paraíba, João Pessoa (1928-1930). Nesse sentido, como veremos mais adiante, consideramos que o governo de João Pessoa marcou o início da busca, na Paraíba, por um Estado mais centralizado, interventor e racional do ponto de vista administrativo. Sobre esse assunto, ver o tópico 1.3.1 deste trabalho.

⁶ Boa parte da historiografia por nós consultada aponta o movimento tenentista do pós-1930 como possuidor de um projeto político essencialmente anti-oligárquico, centralizador e autoritário. Thomas Skidmore (1982, p. 28) diz a respeito do movimento: “Seus adeptos estavam querendo experimentar formas políticas não-democráticas, de molde a obter as modificações sociais e econômicas sobre as quais falavam de modo vago porém apaixonado. [...] Em suma, a doutrina tenentista era elitista e antipolítica. Esses ambiciosos oficiais jovens desejavam forçar o surgimento do Brasil como nação moderna, e acreditavam que isso poderia ser conseguido a curto prazo, só com um quadro de tecnocratas apolíticos, totalmente não-comprometidos e dotados de um senso inflexível de missão nacional”. Ver SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Já Boris Fausto (2010, p.87) diz: “O tenentismo da primeira fase pode ser definido como um movimento voltado para o ataque jurídico-político às oligarquias, com um conteúdo centralizador, ‘elitista’, vagamente nacionalista. Para os tenentes, uma maior centralização era uma necessidade de adaptar a Constituição as necessidades mais acentuadas do povo”. Ver FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: história e historiografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Ainda sobre o Tenentismo, ver também BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

valendo-se para isso do discurso da moralidade política [...]” (SANTOS NETO, 2007, p. 57). Algumas ações tidas como radicais tomadas pelo interventor no sentido de dismantelar as forças oligárquicas e modificar as relações de poder entre o Estado e as oligarquias locais, resultaram no delineamento de um cenário político no qual de um lado estava a interventoria, identificada com os preceitos tenentistas, mas tolhida muitas vezes em suas ações por José Américo e pelo Governo Central que desejavam uma reconciliação com os oligarcas estaduais, e de outro as forças conservadoras descontentes com os rumos tomados pela “revolução”.

Natural do Município de São João do Cariri, proveniente de uma família considerada tradicional e com certa influência política no estado, primo de José Américo, ao assumir a interventoria pelo infortúnio da morte de Anthenor Navarro, Gratuliano Brito parecia compreender bem as tendências em disputa. Entendia a conjuntura “revolucionária” de centralização política e modernização administrativa que se operava, mas percebia também o limite das transformações que ocorriam, voltando-se logo a atender aos anseios do Governo Central e do ministro da Viação e Obras Públicas – aos quais devia a permanência no cargo – no sentido de adotar um governo mais moderado politicamente do que o de seu antecessor. Dessa forma, nossa hipótese é a de que Gratuliano Brito deu sequência as medidas de centralização política e de reestruturação dos setores funcionais do Estado da Paraíba impostas pela conjuntura do momento, mas não buscou o conflito aberto com as forças oligárquicas estaduais.

Em relação à centralização político-administrativa e a uma atuação mais intervencionista nos diversos setores funcionais do Estado – economia, instrução pública, saúde, justiça e segurança pública –, podemos dizer que o Governo de Gratuliano atuou em plena conformidade com o processo de “modernização autoritária” que se desenvolvia em âmbito nacional: na instrução pública expandiu a construção de prédios escolares e implementou uma forte fiscalização do ensino ministrado; na área da Saúde criou novos Centros de atendimento com vistas a difundir a assistência também para interior do território paraibano; na infraestrutura procurou intervir através de obras estruturantes capazes de alavancar o desenvolvimento econômico; na economia deu maior assistência técnica e financeira aos produtores rurais; entre outras ações. Em resumo, o que se observou no período foi a busca pela ascensão de um Governo estadual que, em acordo com o que acontecia a nível nacional, também adotasse uma postura político-administrativa mais centralizada, racional e interventora.

Essa nova postura adotada pelo governo paraibano, em certa medida, afrontava alguns interesses e práticas presentes na cultura política dos coronéis locais, já que estes estavam acostumados a, através de seu poder de mando, interferir nos assuntos políticos e administrativos do Estado⁷. Contudo, também na esfera política o governo de Gratuliano Brito parecia estar atento ao que ocorria em âmbito nacional. Isto porque o projeto de centralização política e modernização administrativa liderado por Vargas, mesmo contrariando certos interesses regionais, não tinha por objetivo destruir as oligarquias estaduais, mas sim submetê-las ao poder de um Estado Nacional soberano que estivesse acima das disputas políticas locais. Transpondo esse mesmo entendimento para as relações existentes entre o Estado e os coronéis na Paraíba, Gratuliano Brito paulatinamente foi criando as condições políticas que possibilitaram uma reaproximação ao aparelho estatal de grupos oligárquicos que vinham sendo aliçados do poder por Navarro e, conseqüentemente, às antigas prerrogativas que lhes estavam sendo tolhidas. Essa reaproximação se consumou com as eleições para Constituinte em 1933 e com o pleito de 1934, ocasiões em que já foi possível, inclusive, o conagraçamento com antigos opositores do Presidente João Pessoa.

Três medidas corroboram para confirmar esta postura conciliadora do governo de Gratuliano Brito: 1) a diferença entre a sua conduta e a de Anthenor Navarro no que diz respeito ao apoio dado às organizações tenentistas, que eram as detentoras dos discursos mais radicais quanto ao alijamento das oligarquias, tendo Navarro concorrido fortemente para criação de núcleos tenentistas na Paraíba enquanto Gratuliano Brito se mostrou indiferente às aspirações políticas da corrente militar; 2) a percepção de uma maior subserviência de sua parte ao comando político exercido por José Américo e pelo Governo Central, que não raras vezes demonstravam seu interesse em estabelecer uma conciliação com os chefes locais; 3) e a própria composição do seu secretariado de Governo, dividido entre um fervoroso “tenente”

⁷ A denominação “coronel” provém da chamada Guarda Nacional que foi criada pouco depois da proclamação da Independência, em 1831. Seu objetivo principal era auxiliar na manutenção da ordem prevenindo e combatendo possíveis revoltas. Era uma espécie de corpo militar paralelo ao qual era integrada grande parte da população. Aos grandes proprietários rurais cabiam os postos mais altos da organização, por isso recebiam as patentes de capitão, major, tenente-coronel e coronel. Possuir esses cargos significava o reconhecimento de poder e prestígio. Após o apogeu da Guarda entre 1831-1840, período em que contribuiu sobremaneira no combate às revoltas daquele momento, a mesma passou a exercer um papel apenas figurativo cuja principal função era a distribuição de títulos honoríficos. Após sua extinção no início da República, persistiu, no entanto, a denominação de coronel para se referir aos proprietários rurais de maior poder e influência. Sobre o assunto, ver COSTA, Lidiania Justo da. **Cidadãos do Império, Alerta! A Guarda Nacional na Paraíba Oitocentista (1831-1850)**. Dissertação (Mestrado): UFPB/CCHLA, 2013.

(Ernesto Geisel)⁸ e um político que já se destacava pelo bom relacionamento com os coronéis do estado (Argemiro de Figueiredo)⁹.

Como foi dito mais acima, o que encontramos hoje na bibliografia correspondente sobre a interventoria de Gratuliano Brito não chega a ser resultante de uma análise direcionada e verticalizada sobre o seu governo. Basta avaliarmos rapidamente algumas obras de relevante peso na historiografia paraibana sobre o período para chegarmos à conclusão de que o tema ainda não foi adequadamente abordado, o que, a nosso ver, justifica e reforça a relevância do presente trabalho.

Inserido em um conjunto de obras já consolidadas sobre o assunto, temos o livro *História da Paraíba – Lutas e Resistências*, de José Octavio de Arruda Mello (2002). Nele o autor faz todo percurso da história da Paraíba desde o período das conquistas coloniais até os anos 1990. Perpassa, portanto, tanto pela Primeira República, evidenciando aspectos relacionados à estrutura econômica, política, social e cultural, como pela “Revolução de 1930” e pelos Governos interventorais. Tendo em vista o caráter didático e enciclopédico da obra, objetivamente sobre a interventoria de Gratuliano Brito temos apenas um único parágrafo em que são descritas algumas ações de seu governo, como a conclusão do porto de Cabedelo e a captação de investimentos para construção da fábrica de cimento na Capital. Nesse sentido, apesar de compreendermos não ser o objetivo do autor, destacamos que alguns aspectos que consideramos importantes para compreensão das transformações políticas e sociais ocorridas no pós-1930 não são discutidos no livro, a exemplo dos processos eleitorais de 1933 e 1934 ou ainda os impactos que as ações tomadas no governo possam ter tido numa possível reconfiguração das relações de poder entre o Estado e os coronéis.

⁸ Ernesto Geisel, que entre 1974-1979 veio a ser Presidente do Brasil, foi um militar extremamente atuante e identificado com a “Revolução de 1930”. No momento em que se transcorria o golpe que derrubou o Presidente Washington Luís, Geisel comandou, na condição de primeiro-tenente do Exército, uma bateria do Destacamento Miguel Costa que se deslocou do Rio Grande do Sul para São Paulo ficando na vanguarda das forças “revolucionárias” hostis ao governo. Vitoriosa a sublevação e instalado o Governo Provisório, Geisel foi transferido com sua bateria para João Pessoa, na Paraíba. Entre março e julho de 1931, ficou à disposição do interventor do Rio Grande do Norte, sendo nomeado secretário-geral do governo estadual e chefe do departamento de Segurança Pública. Em seguida atuou como membro do Conselho Consultivo do Estado da Paraíba, vindo a ocupar depois o cargo de Secretário da Fazenda e Obras Públicas neste mesmo estado entre 1932-1934. Sobre o assunto, ver GEISEL, Ernesto (Verbete). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>.

⁹ Já Argemiro de Figueiredo fazia parte de uma família que ao longo da Primeira República – e mesmo após ela – teve forte atuação política no município de Campina Grande e no estado da Paraíba. Isso contribuiu para que ele se elegeisse deputado estadual pelo Partido Democrático, em 1929, e para que desde muito novo estivesse imerso na tradicional política coronelística praticada na Paraíba. Como veremos mais adiante, essa sua origem familiar contribuirá para sua chegada à Secretaria de Justiça e Segurança Pública e também ao Governo do Estado da Paraíba. Sobre o assunto, ver FIGUEIREDO, Argemiro de (Verbete). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>.

Presente também neste primeiro conjunto de estudos já bastante reconhecidos está o livro de Eliete de Queiroz Gurjão (1994), *Morte e Vida das Oligarquias – Paraíba (1889-1945)*. Nele, a autora busca demonstrar de forma enfática que no pós 1930 não há um alijamento, mas sim uma recomposição das tradicionais oligarquias paraibanas no poder. De acordo com Gurjão (1994, p.13), estas perseveraram no controle da política local ao mesmo tempo em que foi mantida e reproduzida a sua base econômica fundamentada no latifúndio agro-pastoril. Contudo, tendo como pano de fundo um forte viés econômico, a autora não chega debater como essa continuidade do controle da política paraibana pelas oligarquias teve relação também com as particularidades dos primeiros governos interventoriais do pós-1930, os quais, a partir da conjuntura que estava posta e das ações que foram sendo tomadas, coordenaram em que proporção os grupos oligárquicos seriam ou não afastadas do poder. Assim, em certa medida, entendemos haver uma lacuna na referida obra quanto às ações dos governos interventoriais no contexto de centralização política do pós-1930 e aos impactos que estas tiveram ou não numa possível reconfiguração das relações de poder entre os coronéis e o Estado.

Outra relevante obra que abrange o período do nosso estudo é *Poder e Intervenção Estatal - Paraíba 1930-1940*, de Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes Santana (1999). O objetivo desta autora é o de evidenciar como a ascensão de Argemiro de Figueiredo ao Governo da Paraíba (1935-1940), coincidindo com conjuntura favorável de centralização política, foi decisiva para a recomposição e redefinição das oligarquias estaduais no pós-1930. Para isso, tem o cuidado de oferecer ao leitor um debate historiográfico sobre as vertentes interpretativas da “Revolução de 1930”, assim como busca situá-lo em relação às transformações mais imediatas dos primeiros governos interventoriais do estado. No que diz respeito ao período da interventoria de Gratuliano Brito, as apreciações se voltam exclusivamente aos processos eleitorais de 1933 e 1934, trazendo, portanto, poucas informações sobre as especificidades deste governo dentro do contexto em que estava inserido, sobretudo do ponto de vista das transformações administrativas operadas.

Destacamos também em nossas análises o livro *Galeria Paraibana*, de Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo (1998). O objetivo ao qual Melo se propõe é o de discorrer sobre traços biográficos, ações políticas e administrativas de todos os Governantes paraibanos entre os anos de 1930-1956, além de trazer outros textos ligados a personagens da política local. Sobre interventoria de Gratuliano Brito, são narrados alguns episódios relacionados à sua atuação política, sua preterição para governar o estado em 1934 e poucas ações

administrativas, como a conclusão do porto de Cabedelo. Entretanto, os fatos são expostos de forma muito descritiva e superficial, sem serem problematizados, dificultando uma maior compreensão sobre o que representaram naquela conjuntura. Além do mais, parece-nos existir certa parcialidade do autor ao tratar do referido governo, já que este admite ter sido amigo pessoal de Gratuliano Brito desde os tempos de adolescência (MELO, 1998, p.32).

Pertencente a um conjunto de trabalhos mais recentes que vem ganhando espaço na historiografia paraibana está a dissertação de mestrado *Entre Britos e Gaudêncios: cultura política e poder familiar nos cariris velhos(1930-1960)*, de Márcio Macêdo Moreira (2012)¹⁰. Este autor busca abordar a constituição do poder simbólico e da atuação política das famílias Brito e Gaudêncio nos municípios paraibanos de São João do Cariri e Serra Branca. Com este objetivo, traz uma análise historiográfica tanto sobre o poder familiar no Nordeste como sobre as continuidades e rupturas das oligarquias após o Movimento de 1930. De todos os trabalhos que encontramos é o que mais traz dados sobre a interventoria da Gratuliano Brito. No entanto, as informações são postas na perspectiva do jogo de disputa política existente entre as duas famílias, não configurando objeto do autor a análise das ações da interventoria e suas decorrências.

Apesar de entendermos o lugar social de produção destes autores e o fato de eles não terem, nos trabalhos citados, o objetivo de estar ponderando e problematizando as ações do governo interventorial de Gratuliano Brito, a nossa intenção ao fazer este rápido levantamento historiográfico foi a de evidenciar que, não obstante o recorte temporal de todas estas obras perpassar de alguma forma pelo referido governo, muito pouco conhecemos a seu respeito. Assim sendo, quando nos debruçamos sobre o estudo dos primeiros governos interventoriais na Paraíba (1930-1934) não é raro encontrarmos autores afirmando: “O que se pode notar, salvo melhor juízo, é que a Historiografia paraibana salta de 1930 para 1960 e os anos imediatamente seguintes” (MELO, 1998, p. 9); ou “A historiografia local ‘pulou’ o período 1930-1934 deixando a desejar, no que se refere aos impactos políticos, sociais e econômicos dos momentos seguintes a 1930, suas especificidades” (SANTOS NETO, 2007, P.14).

¹⁰ Dentre outros, podemos apontar como constituintes destes novos trabalhos os livros: *Cultura e Poder Político – Historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba Republicana*, de Faustino Teatino Cavalcante Neto, Paulo Henrique M. de Queiroz Guedes e Martinho Guedes dos Santos Neto; e *A Fabricação do Mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945)*, de José Luciano de Queiroz Aires; além de diversas dissertações surgidas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, como *Domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)*, de Martinho Guedes dos Santos Neto.

Esperamos, então, com este trabalho, contribuir com mais um ponto de vista acerca da temática que discute a atuação dos governos interventoriais na Paraíba, sem deixar de considerar, contudo, a relação destes com o contexto nacional. Vale ressaltar ainda que não nos limitamos a realizar neste estudo uma simples “crônica de detalhes” (GADDIS, 2003 p.29), isto é, não nos limitamos a escrever uma história narrativa e factual, mas sim buscamos analisar a temática a luz dos pressupostos da “renovada” História Política, que desde a década de 1970 tem voltado a ocupar lugar de destaque na historiografia sobre novas bases.

O processo de renovação pelo qual tem passado a História Política vem sendo provocado pela rediscussão de conceitos clássicos e de práticas historiográficas consideradas tradicionais¹¹. Do ponto de vista epistemológico, o combate surgido na segunda metade do século XX em defesa da História Política se deu principalmente a partir de duas mudanças fundamentais. Primeiro, buscou-se demonstrar que não existia uma característica inerente aos fenômenos políticos que necessariamente os limitassem a condição de fatos superficiais, como a maioria dos críticos professavam. Na ótica dos historiadores do Político, a História Política não era e não tinha mais que ser encarada como essencialmente psicológica, elitista, idealista, ideológica, desconhecadora do longo prazo, narrativa e factual, posição essa derivada em grande parte das críticas vinculadas ao Movimento dos Annales¹². Passou-se a destacar que ao pensar dessa forma estava-se confundindo as insuficiências de um método com os objetos a que se aplicam, não podendo mais perdurar, portanto, este entendimento. A partir de então, postulou-se a adoção de nova postura em defesa da existência de diferentes

¹¹ Os primeiros artigos que indicaram a tendência a uma renovação da História Política foram: *A Política será ainda a ossatura da História?*, de autoria de Jacques Le Goff, em 1972, publicado na coletânea *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*; e *A Política*, de Jacques Juliard, de 1974, publicado na coletânea *História: novos objetos, novas abordagens, novos problemas*. Quanto ao processo de “renovação” da História Política, ver também RÉMOND, René. *Uma História Presente*. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

¹² A chamada Escola dos Annales foi um movimento historiográfico surgido na França no início do século XX. Este movimento teve como um dos seus pontos de partida a inquietação dos seus precursores – os historiadores March Bloc e Lucien Febvre – com relação a História Política hegemônica vigente até aquele momento, uma história que, segundo eles, se voltava exclusivamente a narrativa dos feitos dos grandes homens e dos grandes acontecimentos. Na concepção de Bloch e Febvre, ao qual se juntaram inúmeros outros historiadores e cientistas sociais do período, era preciso fazer uma outra História que substituísse a tradicional narrativa dos acontecimentos por uma história-problema, que abarcasse todas as atividades humanas e não apenas a história política e que se baseasse na colaboração com outras ciências sociais (geografia, sociologia, psicologia, economia, antropologia, etc.). Com esses ideais, o Movimento dos Annales conseguiu alcançar grande projeção e instituir um novo paradigma na ciência História. Isto levou a um declínio acentuado da História Política dita tradicional, que passou a ser associada ao ramo da História a ser superado. As ideias dos Annales eram divulgadas através da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, derivando daí o nome atribuído ao Movimento. Sobre o assunto, ver BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010. Ver também SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **A 3ª Geração dos Annales: cultura histórica e Memória**. Seminário de História e Cultura Histórica – Os 80 anos dos Annales: contribuições historiográficas. PPGH/UFPB, 2008.

setores (o cultural, o econômico, o social, o político, etc.) capazes de se influenciarem reciprocamente e de igualmente se submeterem aos mais diversos métodos históricos ao serem analisados. (JULLIARD, 1976, p.180-181).

A outra trincheira pela qual se enveredaram os defensores da Nova História Política foi em busca de implementar inovações metodológicas capazes de refutar as suas alegadas limitações. Para isso, foi essencial o contato com as demais ciências sociais, como a Ciência Política, a Antropologia, a Psicologia Social, o Direito Público, a Linguística, além de outras. As contribuições buscadas foram as mais diversas – métodos, técnicas de pesquisa, conceitos, etc. –, que possibilitaram a Nova História Política se libertar de seus condicionantes do passado e caminhar em direção a uma história interdisciplinar, capaz de se apropriar de massas documentais e aplicar métodos quantitativos, de se inserir numa média e longa duração, uma história que deixou de ser elitista para também integrar as massas como seu objeto de análise, entre outras inovações (RÉMOND, 2003, p.29).

Baseada nesses novos pressupostos, e buscando abarcar métodos, técnicas e fontes de pesquisa de outros ramos da História e de outras ciências sociais que outrora a relegaram a uma suposta inferioridade, a História Política passou a não mais ser vista como necessariamente vinculada à superfície dos fatos e, portanto, narrativa, escrava do relato linear e voltada a enaltecer os “grandes personagens” da história (réis, príncipes, generais, etc.) ou os “grandes acontecimentos” (Revoluções). Novas temáticas e novas abordagens passaram a surgir, como trabalhos que buscavam analisar disputas eleitorais por meio de métodos quantitativos de forma ampla, investigações sobre partidos e demais grupos políticos ou ainda estudos voltados à compreensão dos comportamentos de atores políticos em determinados contextos históricos.

Aliado a essas mudanças epistemológicas, René Rémond (2003, p.23-24) ainda nos aponta que o processo de renovação da História Política também esteve relacionado a um alargamento dos domínios da política, posto pelo autor nos seguintes termos:

Sob a pressão das circunstâncias que criavam situações insólitas, de guerra total, de crise de uma gravidade sem precedente, e também para satisfazer às demandas de uma opinião pública que se voltava espontaneamente para os poderes públicos para responsabilizá-los por suas desgraças, ou exigir que as remediassem, [...] a política se apoderou de toda espécie de problemas que não lhe diziam respeito inicialmente, e com os quais a história política jamais tivera antes, portanto, de se preocupar. À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política.

Vale salientar, no entanto, que mesmo tendo caminhado em direção a novas abordagens, métodos e temáticas, sobretudo no sentido de deixar para traz um estilo de narrativa mais usualmente utilizada para enaltecer “grandes personagens” ou “grandes acontecimentos”, como mencionamos, a História Política continuou tratando também de temáticas consideradas mais “tradicionais” – elites, Estados Nacionais, Governos, etc. –, mas com novo enfoque, novos métodos e tomando por auxílio, sempre que possível, uma diversidade maior de tipos de fontes. Assim sendo, no nosso caso aqui presente, procuramos discutir as ações do Governo de Gratuliano Brito dentro do contexto de centralização política e de “modernização autoritária” do governo Vargas não com o propósito de elaborar uma narrativa factual enaltecedora dos acontecimentos, mas sim buscando interrogar-se sobre o sentido que essas ações tiveram – suas consequências e especificidades – dentro da conjuntura daquele momento e sempre adotando uma atitude interrogativa e buscando formular hipóteses explicativas para os fatos ocorridos naquele contexto.

Assim é que procuramos trazer para os domínios da renovada História Política a análise das ações transcorridas nos diferentes setores funcionais do Estado da Paraíba: economia, saúde pública, obras, instrução pública, justiça e segurança. O objetivo foi o de buscarmos saber como através desses setores teve sequência durante o Governo de Gratuliano Brito as medidas de centralização e modernização política e administrativa que vinham sendo tomadas e qual o possível impacto das ações adotadas perante uma reconfiguração das relações de poder que então se impunha entre o Estado e as forças oligárquicas locais. Sempre que possível, procuramos também inserir nas discussões dados quantitativos que pudessem contribuir para observarmos melhor tanto as transformações administrativas que foram operadas no período como a dinâmica das relações políticas existentes no estado. Procuramos ainda ir além de uma narrativa de curto prazo, expondo as relações de poder em que os diferentes atores políticos do período estavam envolvidos em uma perspectiva mais ampla, em diálogo com as transformações políticas nacionais e de longo prazo, evidenciando sempre que possível elementos relacionados à cultura política vigente, baseada no coronelismo, e em fatores como o mandonismo, o clientelismo e o familismo.

Nesse sentido, nos apropriamos também do conceito de Cultura Política, que apesar de inicialmente surgido no seio da Ciência Política norte-americana dos anos 1960, foi sendo progressivamente adotado e ressignificado dentro do campo da História¹³. Apesar da

¹³ Sobre o surgimento e apropriação do conceito de cultura política pela história, ver BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX & SIRINELLI (org.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-

difficuldade de ainda hoje se conceituar Cultura Política, a adotamos aqui como sendo um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações sociais partilhados por determinado grupo humano, que expressa identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009, p.21). De acordo com Ângela de Castro Gomes (2005, p. 30-31), a categoria cultura política

[...] foi sendo apropriada pela “nova” história política e foi ganhando outra potencialidade, que é inseparável de uma orientação de história cultural (que não é a das ideias, nem das mentalidades). Nesse sentido, o conceito antropológico de cultura foi fundamental, da mesma forma que uma percepção da ação política como excedendo o campo do formal, do político institucional. O conceito de política foi, portanto, ampliado, constituindo-se em instância autônoma e estratégica para compreensão da realidade social, até porque a ideia é a de que as relações de poder são intrínsecas às relações sociais. Dessa forma, as relações de poder excedem o poder do Estado, e as relações políticas excedem o campo do político institucional.

Neste ponto, é fundamental esclarecermos um aspecto: apesar de este trabalho ter como objeto de estudo o Governo Interventorial de Gratuliano Brito, não se pode afirmar que nossas análises limitem-se apenas a ele. Na verdade, foi preocupação constante em nossas investigações irmos sempre além de uma simples análise do governo e trazer em evidência tanto o processo de centralização política e modernização administrativa que se operava no momento, como a complexidade existente nas relações de poder entre o Estado e os coronéis. Nesse sentido é que tivemos sempre como horizonte duas principais ordens de questões em nossas pesquisas. São elas:

- Diante da conjuntura do pós-1930, na qual se edificava um Estado Nacional mais moderno que vinha paulatinamente ampliando suas funções de intervencionismo econômico e social, quais foram as medidas adotadas pelo governo interventorial de Gratuliano Brito nos diferentes setores funcionais do Estado paraibano no sentido de também tentar atribuir-lhe uma face mais racional e eficiente, e quais os impactos políticos e sociais que essas medidas tiveram?
- No contexto de rearticulação das forças políticas em nível nacional e estadual e de reorganização dos setores funcionais do Estado da Paraíba no pós-1930, em que ao menos no

363; GOMES, Ângela de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs). **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-44; KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 13, 1999, p. 227-250; e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). **Culturas Políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.

discurso se proclamava o combate às prerrogativas de poder das oligarquias, como irão transcorrer as relações entre a Interventoria e os coronéis paraibanos?

Este estudo pode também se enquadrar naquilo que se convencionou chamar de história das elites, tendo em vista as nossas análises se voltarem para as dinâmicas existentes nas relações entre o Estado e os coronéis (que representavam a elite econômica e política da Paraíba). No entanto, a perspectiva aqui utilizada não foi a de uma “velha história das elites, heroica e heroizante, fixada em personagens e atos excepcionais”, como nos alerta Flávio Heinz (2006, p.10). Mas sim a de buscar compreender, através da análise dos atores situados no topo da hierarquia social, “a complexidade de suas relações e de seus laços objetivos com o conjunto ou com setores da sociedade” (HEINZ, 2006, p.08). Estudar as elites, no nosso caso os coronéis, consiste em procurar compreender as complexas relações daqueles que no período em análise se apresentavam como principais detentores do poder político e de mando, sendo, portanto, imprescindível.

Levando em consideração que os historiadores iniciam suas pesquisas a partir de estruturas sobreviventes do passado, sejam arquivos, artefatos ou mesmo memória (GADDIS, 2003 p.57), fundamentamos nossos estudos tanto tomando por empréstimo as contribuições de diversos autores que tratam do tema e do período em questão, como também através de fontes primárias manuscritas e impressas relativas ao referido governo.

Em relação à bibliografia selecionada para nos auxiliar como suporte ao contexto histórico do período e para nossas análises, podemos destacar, entre outras: *Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*, de Maria do Carmo Campelos de Souza (1983); *Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil*, de Sônia Draibe (1985); e *Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: o Legado de Vargas*, de Ângela de Castro Gomes (2005). Das obras e autores inseridos na historiografia paraibana do tema, temos *A Revolução Estatizada*, de José Octávio de Arruda Mello (1992); *Morte e Vida das Oligarquias (1889-1945)*, de Eliete de Queiroz Gurjão (1994); *Poder e Intervenção Estatal – Paraíba 1930-1940*, de Martha Falcão de C. e M. Santana (1999); *Os Domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)*, de Martinho Guedes Santos Netos (2007); e *Entre Britos e Gaudêncios: cultura política e poder familiar nos cariris velhos (1930-1960)*, de Márcio Moreira (2012).

Existentes em pequeno volume, as fontes manuscritas utilizadas encontram-se tanto no acervo do Arquivo Histórico Estadual Waldemar Bispo Duarte, dentro de duas caixas com documentos vinculados à Interventoria de Gratuliano Brito, como na Fundação Casa de José

Américo. Trata-se de livros com movimentações em mesas de rendas, livro de abertura de caixa especial para repressão ao movimento paulista em 1932, cartas pessoais enviadas ao interventor e um relatório das observações feitas por um grupo de professores paraibanos na Escola de Aplicação do Recife em 1933.

Já as fontes impressas dividem-se em imprensa escrita (1932-1934) e documentos oficiais vinculados ao governo interventorial.

No que se refere às fontes ligadas à imprensa escrita, centramos nossas pesquisas nas notícias publicadas nos periódicos do período *A União*, *A Imprensa*, *Liberdade* e *Brasil Novo*, encontrados na Biblioteca de Maurílio de Almeida e no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Dentre os jornais citados, utilizamos em maior medida o *A União* por ser aquele com maior regularidade de publicações e que encontramos em maior quantidade nos acervos pesquisados. Apesar de se tratar do periódico oficial do Governo e, portanto, reproduzir o discurso oficial, o jornal *A União* mostra-se uma fonte indispensável e extremamente rica para os estudos sobre a história local, cabendo ao historiador, no entanto, não tomá-lo ingenuamente, mas sim por meio de um processo de análise crítica de seu conteúdo e informações, tendo em vista que a imprensa periódica, nesse caso a oficial, “seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”, e que ao historiador é preciso ter em conta as motivações que levaram à decisão de dar publicidade a uma ou outra notícia (LUCA, 2008, p.139). Analisamos todas as publicações diárias disponíveis que encontramos sobre notícias referentes a algumas categorias que foram estabelecidas: política, eleições, finanças, economia, saúde pública, obras, instrução pública, justiça e segurança pública.

Os periódicos *A Imprensa*, *Liberdade* e *Brasil Novo* foram consultados em menor medida tendo em vista a maior dificuldade de encontrá-los nos acervos pesquisados e devido a maior irregularidade de suas circulações no período em questão. No entanto, também foram fundamentais para nossas análises, principalmente quanto às questões políticas. Destacamos, nesse sentido, os jornais *Liberdade* e *Brasil Novo* por se tratarem de jornais que em suas publicações adotavam uma postura independente ou, em alguns momentos, de defesa de grupos opositores à interventoria.¹⁴

¹⁴ Sobre os jornais citados, o *A União*, desde sua criação em 1893 até os dias atuais (ainda em circulação), sempre permaneceu como porta voz oficial do governo, fosse qual fosse o grupo político que detivesse o poder. O *A Imprensa*, por sua vez, jornal que teve longa vida entre 1897-1968, era o jornal ligado à Igreja Católica na Paraíba. No período por nós pesquisado, este jornal, em certo sentido, evitava imiscuir-se nas questões políticas locais, a menos que estas de alguma forma afetassem seus interesses, a exemplo das discussões em torno da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas paraibanas. Já o *Liberdade* e o *Brasil Novo*, de vida efêmera,

Já os documentos oficiais vinculados ao governo interventorial que foram utilizados, mostram-se bastante variados quanto a sua natureza. São planos, relatórios, consultas ao Conselho Consultivo, telegramas, cartas e decretos, podendo ser encontrados no Arquivo Público Estadual, na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba, na Biblioteca de Maurílio de Almeida e na Fundação Casa de José Américo. Assim como nos jornais, os catalogamos de acordo com as categorias: política, eleições, finanças, economia, saúde pública, obras, instrução pública, justiça e segurança.

Buscando, então, responder aos questionamentos prévios da pesquisa, assim como os que surgiram ao longo dela, estruturamos a dissertação em três capítulos. No primeiro, intitulado *A Centralização Política e as Interventorias na Paraíba*, optamos por trazer tanto um perfil biográfico da figura de Gratuliano Brito, sujeito que terá um papel central para implementação das mudanças em curso no período apreciado, como buscamos fazer uma análise historiográfica sobre a cultura política existente na Paraíba em 1930. Nosso objetivo foi o de evidenciar a existência de uma cultura política baseada no coronelismo e em elementos como o clientelismo, mandonismo e familismo para em seguida podermos avaliar de que maneira as medidas de centralização política e modernização administrativa empreendidas pelo governo impactaram (ou não) nas práticas políticas que então vigoravam no estado. Por fim, discutimos o Movimento “Revolucionário” de 1930 no Brasil e na Paraíba e as suas conseqüentes transformações tanto no sentido de estabelecer um Estado Nacional mais forte, centralizado e moderno, o que refletirá nas ações dos interventores paraibanos, como de reconfigurar as relações existentes entre o Estado e as oligarquias locais.

No segundo capítulo, intitulado *A Administração Interventorial: Poder Estatal X Poder Local*, investigamos a ação interventora do governo de Gratuliano Brito nos mais diversos setores funcionais do Estado – fisco, economia, saúde, instrução pública, obras, justiça e segurança –, avaliando se as medidas que foram tomadas estavam em orientação ou não com o processo de centralização política e “modernização autoritária” empreendido no

adotaram diferentes posturas nos seus curtos períodos de existência. O *Liberdade*, por exemplo, criado no pós-1930 para apoiar os ideais da “Revolução”, rapidamente passou à oposição das lideranças que acabaram assumindo o poder na Paraíba no pós-1930. Entre 1932-1934, esse jornal tornou-se o principal porta-voz do grupo político opositor à interventoria liderado pelo advogado Antônio Botto de Menezes. O *Brasil Novo*, inicialmente surgido em Campina Grande e transferido em 1932 para a Capital, também teve uma trajetória semelhante ao *Liberdade*, no entanto, com maiores oscilações em suas posturas. Criado em 1931 para defender os preceitos da “Revolução de 1930”, rapidamente passou à adotar uma postura que ia da independência à hostilização da interventoria. Quando Gratuliano Brito assumiu o governo em 1932, este jornal por um curto tempo apoiou o interventor, mas em seguida se transformou em um dos principais veículos de imprensa opositor ao seu governo, sendo, por isto, juntamente com o *Liberdade*, perseguido e censurado. Sobre o assunto, ver ARAÚJO, Fátima. **Paraíba: Imprensa e Vida**. 2ª Edição. Campina Grande: Grafset, 1986.

país e seus possíveis desdobramentos no sentido de direta ou indiretamente interferir em certas práticas presentes na cultura política vigente. Para alcançar este objetivo, utilizamos as diversas fontes primárias manuscritas e impressas relativas ao referido governo, sobretudo o jornal *A União*, os relatórios de Governo e os decretos estaduais.

Por fim, no terceiro capítulo, intitulado *Processo de Mudança com uma Política de Reacomodação*, procuramos avaliar como se deu a relação política do interventor Gratuliano Brito com as forças político-oligárquicas do estado, sobretudo no sentido de aferir se este realmente ensejou uma maior abertura política que paulatinamente foi permitindo a reaproximação das oligarquias, que vinham sendo alijadas do poder por Navarro, ao aparelho estatal e, conseqüentemente, à antigas prerrogativas que lhes estavam sendo tolhidas. Nesse sentido, procuramos evidenciar as diferenças de postura assumidas na administração do Estado entre Anthenor Navarro (interventor fortemente identificado com o movimento tenentista) e Gratuliano Brito, caminhando do radicalismo do primeiro para uma “reacomodação” das oligarquias no segundo. Em seguida, discorreremos sobre os pleitos de 1933 e 1934, debatendo sobre como estes ocorreram no estado, qual o papel que o Governo assumiu diante da reconstitucionalização que se processou, e quais as inovações políticas trazidas naquele momento.

CAPÍTULO 1 – A CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E AS INTERVENTORIAS NA PARAÍBA

1.1 GRATULIANO BRITO – UM HOMEM DA ELITE NO GOVERNO PARAIBANO

No dia 27 de abril de 1932, o jornal *A União* trazia em sua primeira página mais uma notícia que dentro de sua história recente geraria forte comoção na Paraíba. Na noite anterior, o avião em que viajavam o Interventor do Estado, Anthenor Navarro, e seu conterrâneo, o ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida, além de outros tripulantes, caiu ao tentar pousar no litoral da cidade de Salvador. José Américo conseguiu escapar com vida. Já Anthenor Navarro, gravemente ferido, não resistiu e faleceu¹⁵. Com a morte de Navarro, assumirá interinamente o comando da Interventoria na Paraíba Gratuliano da Costa Brito, que até então exercia a função de Secretário do Interior e Segurança Pública. Este buscará dar continuidade ao processo de centralização política e de reorganização dos setores funcionais do Estado iniciados por seu antecessor. Contudo, para entendermos as particularidades da sua atuação, se faz necessário situarmos e conhecermos mais a respeito do sujeito histórico Gratuliano Brito – sua origem familiar, sua formação e seus grupos de sociabilidades – tendo em vista, inclusive, que influências diversas provenientes destes canais citados serão determinantes para as decisões que serão adotadas pelo novo Interventor.

Vale ressaltar que, ao traçarmos este rápido perfil de Gratuliano Brito que ora segue, procuramos levar em consideração as orientações de Philippe Levillain (2003) no sentido de que a biografia preconizada pela Nova História Política reassume uma função a meio caminho entre o particular e o coletivo (LEVILLAIN, 2003, p.165). Nosso objetivo aqui foi o de tentar mostrar as ligações existentes entre o indivíduo Gratuliano Brito e a sociedade paraibana e como sua trajetória individual pode ter contribuído e influenciado, como já falamos, para sua ação na Interventoria¹⁶.

Gratuliano da Costa Brito nasceu no dia 06 de setembro de 1905 na cidade de São João do Cariri, localizada a 216 km de distância da capital paraibana. Seus pais eram Inácio da Costa Brito e Maria Madalena de Brito. Inácio da Costa Brito, apesar de a época ser juiz de Direito na comarca de Areia, havia sido nascido e criado naquele município. Pertencia e

¹⁵ Os outros tripulantes da aeronave eram o comandante Mattos, o jornalista Nelson Lustosa Cabral e o Inspetor de Obras Contra as Secas, Lima Campos. Apenas este último também morreu no acidente.

¹⁶ Ver, LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003. p. 140-184.

chefiava a família Brito, cuja origem naquelas mediações remete a períodos longínquos da ocupação do cariri paraibano e a uma imbricada árvore genealógica local¹⁷. Os Brito possuíam terras e prestígio na região, e nas palavras do próprio Gratuliano Brito (1979, p.02), atuavam na política “desde que começaram a existir”.

Já pelo lado materno, Gratuliano Brito tinha laços com importante família da cidade de Areia. Seu avô, o fazendeiro Graciano Soares Cavalcanti, era irmão do monsenhor Valfredo Leal, proeminente político no estado que veio a ser Governador, senador e presidente da Assembleia Estadual¹⁸. As relações entre a família de Gratuliano com o monsenhor Valfredo Leal eram muito próximas, sendo fundamentais para se constituir como base do pertencimento de uma parentela mais extensa (LEWIN, 1993, p. 113) e, portanto, alcançar posições de prestígios no Estado da Paraíba durante a Primeira República e mesmo depois da “Revolução de 1930”. A esse respeito, diz Gratuliano Brito (1979, p.03):

As ligações com o monsenhor Valfredo eram muito estreitas. Por sinal, era meu padrinho e tinha por mim uma atenção e um carinho especiais. Monsenhor Valfredo tinha uma grande consideração por meu pai. Na época em que era Governador do Estado, estando em obras a residência oficial, ele, como governador ficou hospedado na casa de meu pai, que já então era desembargador na capital.

Vemos, assim, que até então o perfil de Gratuliano Brito não foge muito do de outros políticos que ocuparam postos de destaque na Paraíba ao longo da Primeira República e no imediato pós-1930: era proveniente de uma tradicional família de elite ligada a propriedade rural que ao longo dos anos conquistaram espaço na política estadual. Outra característica dele que também parece não destoar em relação a outros membros das famílias mais ricas no estado é a educação, tendo ele feito os estudos primários na ala masculina do Colégio Nossa Senhora das Neves e os cursos preparatórios no Colégio Diocesano Pio X e no Liceu Paraibano, todos na capital Parahyba.

¹⁷ Sobre as famílias de maior destaque na ocupação do cariri paraibano e sobre as ramificações da família Brito, ver MEDEIROS, Tarcizio Dinoá; MEDEIROS, Martinho Dinoá. **Ramificações genealógicas do cariri paraibano**. Brasília: CEGRAF, 1989.; e ainda MOREIRA, Márcio Macêdo. **Entre Britos e Gaudêncio: cultura política e poder familiar nos Cariris Velhos da Paraíba (1930-1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

¹⁸ Walfredo Soares dos Santos Leal (1855-1942) foi um político da zona do brejo que teve forte influência na política da Paraíba ao longo da Primeira República, vindo, inclusive, a ocupar diversos cargos nesse período: em 1892 foi eleito deputado na constituinte estadual; entre 1893 e 1908 alternou-se nos cargos de deputado federal e vice-presidente estadual, assumindo, por diversas vezes, o Governo da Paraíba; governou efetivamente o Estado entre 1905 e 1908; em 1909 foi eleito senador; e a partir de 1917 alternou-se nas funções de deputado federal e deputado estadual até o advento da “Revolução” de 1930, momento no qual se afastou da política..

É importante ressaltar que uma boa educação constituía um fator essencial para aqueles indivíduos que, por ventura, viessem almejar no futuro cargos em altos postos do governo, principalmente um diploma de estudos superiores. Nesse sentido, percebemos que a Primeira República acabou herdando do Império o virtual requisito da formação, sobretudo da formação jurídica, para preenchimento dos altos postos políticos¹⁹. Segundo José Murilo de Carvalho (2010, p. 225), durante o Império

Um diploma de estudos superiores, sobretudo em direito, era condição quase *sine qua non* para os que pretendessem chegar até os postos mais altos. A partir daí vários caminhos podiam ser tomados, o mais importante e seguro sendo a magistratura, secundariamente a imprensa, a advocacia, a medicina, o sacerdócio. Em alguns casos, a influência familiar era suficientemente forte para levar o jovem bacharel diretamente à Câmara. O apoio familiar e dos amigos e o patronato dos líderes já estabelecidos era, aliás, presença constante em todos os passos da carreira.

Apesar de Carvalho (2010) fazer menção ao período imperial, essa concepção pode nos servir de referência à carreira seguida por muitos filhos das famílias de elite no Brasil e na Paraíba durante a Primeira República. Nesse período, os jovens membros de origem mais abastadas eram conduzidos a realizarem quase sempre um curso de Direito, sendo o de Recife o mais acessível aos paraibanos pela sua proximidade geográfica. Percebemos que esta é uma característica própria da cultura política do Império que permaneceu muito forte durante a República, sobretudo nas primeiras décadas do século XX. Ter um filho bacharel em Direito ou médico passou a constituir uma questão muitas vezes estratégica ao se pensar a futura manutenção e ampliação do patrimônio das famílias, tendo em vista a dependência, em alguns casos, dos cargos públicos e das posições políticas a serem ocupadas.

Dessa forma é que Gratuliano Brito ingressou na Faculdade de Direito do Recife por volta de 1922²⁰. Esse parece ter sido um momento de importantes experiências para o jovem Gratuliano. Durante o período em que a frequentou, conviveu com outros conterrâneos que em tempos futuros ganharam destaque na política paraibana e nacional, a exemplo de Alcides Carneiro e Argemiro de Figueiredo. Também tomou parte nas atividades políticas do

¹⁹ Nos seus estudos sobre as elites regionais no período compreendido entre 1889-1937 nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, Love e Barickman (2006) apontam que 93% dos membros das elites regionais possuíam formação universitária, sendo 70% formação em Direito. Ver LOVE, Joseph L.; BARICKMAN, Bert J. Elites Regionais. In: HEIZ, Flávio M (org.). **Por outra História das Elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.77-97.

²⁰ Não encontramos nenhum registro sobre a data exata em que Gratuliano Brito ingressou na Faculdade de Direito do Recife. No entanto, ao observarmos data em que ele concluiu o Curso, em dezembro de 1926, e levando em consideração que naquele período o Curso de Direito demorava em torno de quatro a cinco anos para ser concluído, inferimos que Gratuliano Brito tenha ingressado na Faculdade de Direito no ano 1922.

Diretório Acadêmico da Faculdade, participando de diversas campanhas ao lado de Oswaldo Trigueiro, seu colega de turma que no futuro veio a ser Governador da Paraíba e Ministro do Supremo Tribunal Federal²¹. No entanto, até esse momento admite não ter tido nenhuma atuação política em São João do Cariri ou em qualquer outro ponto da Paraíba (BRITO, 1979, p.05).

Formado em dezembro de 1926, “Gratuliano realizou, em dez anos, uma carreira política singular, quer pela sua precocidade, quer pela importância das posições que ocupou” (MELO, 1998, p.31). Mal terminou a faculdade e em janeiro de 1927, com apenas 21 anos de idade, assumiu sua primeira função pública, a de promotor da comarca de Patos. Naquele tempo, Patos já era uma comarca importante no sertão da Paraíba e para sua nomeação Gratuliano Brito contou com a ajuda do então Presidente do Estado, João Suassuna, que era amigo de seu pai. Nesse ponto, percebemos que a trajetória da carreira de Gratuliano Brito se aproxima bastante daquela que seria uma carreira típica de um político do século XIX, mais uma vez evidenciando permanências durante a Primeira República na formação da elite e em como essa formação acabava por influenciar na ocupação de altos postos de governo:

Uma carreira típica para o político cuja família não possuía influência bastante para levá-lo diretamente à Câmara começava pela magistratura. [...] Logo após a formatura, o candidato à carreira política tentava conseguir uma nomeação de promotor ou juiz municipal em localidade eleitoralmente promissora ou pelo menos num município rico. Na impossibilidade de conseguir boa localização, a solução era aguardar a oportunidade de ser transferido. A oportunidade vinha em geral graças ao auxílio de amigos ou de correligionários políticos já bem colocados. (CARVALHO, 2010, p. 121-122).

Na função de promotor da comarca de Patos, Gratuliano Brito ficou até o final de 1928, quando teve início o governo de João Pessoa. Nesse momento, ocorreu uma importante mudança na atividade política em São João do Cariri. Dentro da política de expurgos levada a efeito pelo novo Presidente do Estado, os Brito reassumiram o controle político da cidade em substituição à família Gaudêncio (MOREIRA, 2012, p. 55-56).

Segundo narra Gratuliano Brito, a família Brito havia entrado na vida política estadual da Primeira República acompanhando monsenhor Valfredo Leal, que era fiel aliado de Álvaro Lopes Machado²². Contudo, com a ascensão de Eptácio Pessoa ao comando político da

²¹ Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo governou a Paraíba de 1947 a 1950. Em 1965 foi nomeado ministro do Superior Tribunal Federal, assumindo a presidência deste órgão em entre os anos de 1969 e 1971.

²² Álvaro Lopes Machado foi o segundo Presidente do Estado da Paraíba no período republicano. Assumiu o controle político-oligárquico do Estado paraibano em 1892, só o deixando após sua morte em 1912. O domínio político por ele exercido ficou conhecido como alvarismo.

Paraíba em 1915, há uma reformulação das lideranças municipais na qual José Gaudêncio, inimigo dos Brito, assumiu o controle absoluto de São João do Cariri²³. João Pessoa, com sua política de reformas, irá recolocar os Brito no comando do Município. Para Márcio Moreira (2012, p.56), o objetivo principal de João Pessoa ao fazer a mudança era moralizar a arrecadação de impostos feita por meio das Mesas de Rendas, e a destituição de José Gaudêncio em 1928 se deu pelo fato de que este, provavelmente, “estava inserido na cultura política vigente, da qual a fronteira entre o público e o privado era tênue”. Assim sendo, de acordo com Gratuliano Brito (1978, p.07), a retomada do comando político de São João do Cariri “resultou um compromisso muito sério de ordem política dos Brito para com o presidente João Pessoa, compromisso que foi cumprido em toda sua plenitude, não obstante as dificuldades que de um certo tempo passaram a afligir o governo do estado”.

O fato é que o alinhamento dos Brito com o Governo de João Pessoa os colocaram em uma posição favorável para o exercício do domínio político local e para almejar a ocupação de cargos no Governo estadual. Assim, após consolidar o domínio da família em São João do Cariri com a nomeação de um primo seu para o cargo de prefeito, Gratuliano Brito saiu da promotoria da comarca de Patos e em seguida assumiu, a convite do Secretário de Segurança do Estado, Arquimedes Souto Maior, o cargo de Delegado Geral de Polícia, uma importante função na esfera estadual²⁴.

Durante este período, Gratuliano Brito já morava na Capital do estado. Na verdade, desde muito novo sempre foi mais ligado ao meio urbano do que ao rural. Como vimos, fez os estudos preparatórios na Capital Parahyba, depois estudou na Faculdade de Direito do Recife e muito cedo assumiu cargos que o levaram a se fixar em centros urbanos. Dessa forma, com o falecimento do seu pai em 1924, quando tinha 19 anos, ele, que havia passado pouco tempo

²³ Eptácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque foi um proeminente político e jurista paraibano que chegou a ser Presidente da República entre 1919-1922. Durante a “República Velha”, foi o principal líder oligarca opositor ao domínio alvarista na Paraíba. Após a morte de Álvaro Machado em 1912, Eptácio usou toda sua artimanha política e seu prestígio nacional de forma a assegurar o controle do PRCP (Partido Republicano Conservador Paraibano) e impor seu domínio político no estado, fato que se consumou com a chegada do seu irmão a Presidência estadual em 1915. Sobre as disputas políticas na Paraíba durante a República Velha e os domínios políticos de Álvaro Machado e Eptácio Pessoa, ver RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Gangorra do Poder (Paraíba – 1889/1930)**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1889.

²⁴ Criada por João Pessoa, o objetivo da Delegacia Geral de Polícia era o de fiscalizar a conduta da Força Policial no exercício de suas atividades. Nessa função, Gratuliano Brito foi instado constantemente a se deslocar por todo território paraibano percorrendo estradas em péssimas condições de transporte para verificar denúncias relacionadas a atuação da polícia. Ver BRITO, Gratuliano. **(Depoimento)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: CPDOC, 1979, p.09. O primo de Gratuliano Brito que assumiu a prefeitura de São João do Cariri foi Ignácio Francisco de Brito.

de sua vida em São João do Cariri, deixou a chefia da família Brito no município nas mãos de seu primo Tertuliano de Brito (MOREIRA, 2012, p.58).

Com a saída de Arquimedes Souto Maior da Secretaria de Segurança, em 1929, Gratuliano deixou a Delegacia Geral de Polícia e passou a advogar pela Paraíba. Entretanto, continuou contando com as simpatias do Governo de João Pessoa, que manteve o domínio dos Brito em São João do Cariri. Contribuía para a permanência desse apoio o fato de que João Pessoa tinha como um dos seus principais secretários e amigo José Américo de Almeida – primo de Gratuliano Brito por parte da família de Areia.

Quando rebentou a campanha da Aliança Liberal²⁵ para as eleições de 1930, a família Brito se pôs inteiramente ao lado do presidente estadual. Nesse momento, Gratuliano tomou parte da campanha em seu município natal. Empenhou-se no apoio dado a José Américo, que na chapa da Aliança se candidatou a deputado federal. Conseguiu em seu reduto político dar vitória aos candidatos da chapa, sendo publicada no jornal *A União* do dia 07 de março de 1930 a seguinte informação a respeito do pleito do dia 1º de março daquele ano: “S. João do Cariry, 3 – Não obstante boatos terroristas obtivemos esmagadora vitória. O pleito correu completa ordem, fiscalizadas todas as seções, não registrando um único protesto”²⁶.

Estando nesse período em São João do Cariri, Gratuliano não tomou parte na conspiração que culminou no Movimento de 1930, logo não participou do assalto ao 22º B.C na Capital do estado como outros jovens da época²⁷. A esse respeito diz ele:

²⁵ A Aliança Liberal foi a coligação oposicionista em defesa da candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa a presidência e vice-presidência da república respectivamente. Ela ocorreu em mais um momento de crise política de âmbito nacional na Primeira República, só que nesse momento com um diferencial: a cisão oligárquica se operou no seio dos dois grupos dominantes, Minas Gerais e São Paulo. Por ocasião das eleições presidenciais que estavam marcadas para 1º de março de 1930, esperava-se que conforme previsto no acordo tácito existente entre as oligarquias dominantes o presidente paulista Washington Luís indicasse um candidato mineiro para sucedê-lo. No entanto, Washington Luís indicou outro paulista, Júlio Prestes, como candidato oficial. A divergência criada em torno da sucessão fez com que as oligarquias de Minas e Rio Grande do Sul buscassem congregar o apoio dos setores contrários à política do catete em torno de uma forte chapa de oposição. A plataforma da Aliança Liberal estava voltada fundamentalmente para regeneração da política, que abarcava, entre outras questões, a luta pela reforma eleitoral, a criação de uma justiça eleitoral e a defesa do voto secreto. Sobre o assunto, ver FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. In: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (org.), **O Brasil Republicano**. Livro 1 - O Tempo do Liberalismo Excludente. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

²⁶ Jornal *A União*, 07 de março de 1930. p.03. Apesar de vitoriosos em todo o estado, os candidatos da Aliança Liberal sofreram a chamada *degola*. A *degola* era a forma por meio da qual a Comissão de Verificação de Poderes do Congresso Nacional rejeitava o resultado de eleições em que saíam vitoriosos candidatos indesejáveis ou tidos como de oposição ao esquema estabelecido pela Política dos Governadores.

²⁷ O 22º B.C era a sede das Forças Militares nacionais na Paraíba. Nesse sentido, a ação militar da “Revolução” no estado, e de certa forma no Nordeste, dependia em grande parte do sucesso na tomada do 22º Batalhão localizado no bairro de Cruz das Armas, na Capital, visto que era lá que se encontrava o maior efetivo do Exército no território paraibano e a maior quantidade de oficiais. Era lá também que estava uma grande quantidade de armas e munições que, com a possível tomada pelos revolucionários, poderiam e seriam usadas contra o próprio Governo de Washington Luís. Participaram do referido assalto vários militares sediados no

Eu era um torcedor tão grande em favor da vitória da Aliança Liberal, na qual nos empenhávamos em São João com todas as nossas forças, conseguindo dar vitória à causa, que nem procurava saber as minúcias do que estava acontecendo, com medo de que eu próprio me distraísse e me revelasse, tão grande meu interesse em que a causa fosse vitoriosa. (BRITO, 1979, p.16)

Com a morte de João Pessoa e a vitória da “Revolução”, Anthenor Navarro – após uma rápida passagem de José Américo à frente do executivo paraibano – assumiu o Governo do Estado na condição de Interventor Federal. A convite de Navarro, Gratuliano Brito foi chamado para integrar a Comissão Corregedora da Justiça Federal ao lado de Irineu Joffily e José Afonso da Nóbrega. O objetivo da Comissão era fazer uma verificação completa nos processos e no cartório da Justiça Federal em João Pessoa e apesar de ser uma função não remunerada, o convite foi aceito. Após o trabalho da Comissão, Gratuliano foi nomeado para o Conselho Consultivo do Estado, criado pelo Decreto Federal 20.348, de 29 de agosto de 1931, uma espécie de órgão para consulta do Interventor o qual exercia funções que em parte substituíam a suprimida Assembleia Legislativa. Competia ao Conselho Consultivo, entre outras funções, emitir parecer escrito sobre as consultas que lhe propunha o interventor e sugerir às autoridades municipais, estaduais e federais quaisquer providências que julgasse necessárias ou convenientes à boa marcha da administração pública. Além disso, em tese, era vedado ao Interventor e aos prefeitos, sem prévia audiência do respectivo Conselho: criar ou aumentar impostos, contrair empréstimos, emitir apólices ou quaisquer títulos da dívida, conceder isenção de impostos, conceder subvenções ou auxílios pecuniários que não tenham sido fixados no orçamento, etc.²⁸.

Nessa nova fase de rearticulação das forças políticas em níveis nacional e estadual do pós-1930, percebemos então que será mais uma vez a distinta origem familiar, a educação e os grupos de sociabilidades de Gratuliano Brito que lhe assegurarão inserção em alguns postos de governo, mesmo que a princípio sem expressão.

Contudo, em suas análises sobre a elite política em cargos no poder executivo entre 1930 e 1983, Michel Conniff (2006, p.107) afirma que “a Revolução de 1930 modificou e

próprio 22º B.C, a exemplo dos tenentes Juracy Magalhães e Agildo Barata. Mas a ação também contou com a participação de vários jovens civis, estando entre eles: os Srs. Antenor Navarro, Odon Bezerra, José Mariz, Artur Sobreira, Bazileu Gomes, Ernesto Silveira, José de Borja Peregrino, Artur Oliveira, Rui Carneiro, Cipriano Galvão, Antônio Primo Viana, Francisco Cícero de Melo, José Minervino, Antônio Ramos Duarte, José de Barros, Acrísio Toscano, Antônio Pontes, José de Lima, Ricardo de Barros, Caetano Júlio, Izaías de Brito e Virgínio Cordeiro. Sobre o assunto, ver VIDAL, Ademar. **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.; e também BARATA, Agildo. **Vida de um Revolucionário (Memórias)**. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.

²⁸ Sobre as competências do Conselho Consultivo, ver o Decreto do Governo Provisório nº 20.348, de 29 de agosto de 1931.

embaralhou os meios de chegar ao poder durante mais ou menos 15 anos”. Segundo este autor, a chegada ao poder antes de 1930 passava pela confluência dos mecanismos da chamada Política dos Governadores e do próprio coronelismo vigente. Por meio do acordo tácito da Política dos Governadores, os governadores ou os chefes oligarcas estaduais instruía suas delegações no Congresso (cuja eleição era controlada por eles) para que concedessem ao Presidente da República autoridade absoluta para tomar as medidas que achasse conveniente. Em troca, o Presidente dava total apoio e liberdade a esses governadores ou chefes estaduais para comandar a política em seus respectivos estados como pequenos “ditadores”. Por fim, os governadores dos estados mais poderosos decidiam entre si quem seria o candidato “oficial” a presidência da república (CONNIFF, 2006, p.105). Dessa forma, a escolha daqueles que chegariam ao poder estava imersa em um arranjo prévio entre à Presidência da República e os chefes oligarcas estaduais.

Já nos estados, a escolha dos governadores e representantes dos cargos legislativos estava relacionada ao próprio sistema coronelista. Nesse sistema, os coronéis precisavam estabelecer vínculos com o chefe oligarca estadual, o que ocorria através de manifestações de lealdade, sobretudo ao demonstrar capacidade de manter a paz local e coordenar eleições fraudulentas que assegurassem os votos e a vitória dos candidatos do esquema político dominante. Quanto mais hábeis os coronéis agissem nestes dois sentidos mais aptos estavam a galgarem altos cargos políticos e outros favores como receber verbas para obras públicas e ter autonomia local praticamente completa.

Como expusemos, a “Revolução de 1930” parece ter modificado esse esquema estabelecido. Isto porque, de acordo com Conniff (2006), no pós-1930, alguns outros fatores passaram a ter fundamental importância para se assumir postos de comando, dos quais podemos destacar dois²⁹ (CONNIF, 2006, p.107). O primeiro foi a participação no Golpe. As chamadas credenciais revolucionárias tornaram-se uma qualificação primordial para ter acesso à elite política. Como é notório em qualquer movimento “revolucionário” vitorioso, os elementos que passaram a ocupar os postos de comando foram aqueles que direta ou indiretamente deram apoio ao golpe empreendido para tomada do poder. Já o segundo fator

²⁹ Importante destacar que apesar dos novos condicionantes para recrutamento da elite política, tanto na República Velha como no Pós-1930 uma boa educação continuou sendo fundamental para aqueles que pretendiam alcançar postos no Governo. Sobre o assunto ver LOVE, Joseph L.; BARICKMAN, Bert J. Elites Regionais. In: HEIZ, Flávio M (org.). **Por outra História das Elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006; e CONNIFF, Michael L. A Elite Nacional. In: HEIZ, Flávio M (org.). **Por outra História das Elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

foi conhecer Getúlio Vargas e/ou seus auxiliares mais próximos. Isto passou a ser vital, sobretudo para ocupar os postos mais altos como ministérios ou as Interventorias nos estados.

No caso de Gratuliano Brito, percebemos que ele possuía ambos os requisitos. Mesmo não tendo participado ativamente da conspiração preparatória para o golpe, ou ter atuado no assalto ao 22º B.C na Capital paraibana, como já mencionamos, Gratuliano Brito juntamente com sua família esteve alinhado desde o princípio com o governo de João Pessoa, considerado pelos membros da Aliança Liberal o grande mártir da “revolução”. Além disso, apoiou ativamente a Aliança Liberal, conseguindo dar larga vitória a causa no seu reduto político em São João do Cariri. E para completar, era primo legítimo de José Américo de Almeida, um dos principais articuladores da “Revolução” no Norte do país que foi nomeado por Vargas para um dos mais importantes ministérios do Governo Provisório, o Ministério da Viação e Obras Públicas.

Com essas credenciais e com a experiência que já vinha acumulando é que Gratuliano Brito, com apenas 26 anos, foi convidado a deixar o Conselho Consultivo e assumir a Secretaria do Interior e Segurança Pública da Paraíba que, como veremos, será a principal porta para que ele alcance o comando da Interventoria estadual. Assumiu a secretaria no lugar de Odon Bezerra Cavalcanti, que havia se desentendido com o Interventor Anthenor Navarro. Segundo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo (1998), essa nomeação amorteceu a crise esboçada no grupo revolucionário que então estava no poder, porque o novo secretário era amigo e inspirava plena confiança tanto à corrente de Odon Bezerra, quanto à do Ministro José Américo e do interventor³⁰ (MELO, 1998, p.31).

Na Secretaria ficou apenas três meses, porque, assim como todos, foi surpreendido pela morte de Anthenor Navarro no dia 26 de abril de 1932. Fato curioso é que quando da morte de Navarro ninguém respondia pela Interventoria no estado. Até então, nas eventuais viagens do interventor não havia o costume de se transmitir o posto a ninguém. Segundo o relato de Gratuliano: “quando aconteceu o desastre a situação de todos nós foi terrível, porque não havia nem quem decretasse luto oficial” (BRITO, 1979, p. 29). Contudo, diante da inesperada circunstância, Gratuliano Brito que preenchia em larga medida o perfil que se esperava para o governante daquele momento – tinha formação jurídica, já vinha acumulando certa experiência ao passar por alguns cargos, havia colaborado com a Aliança Liberal e ainda

³⁰ Tanto Odon Bezerra como Anthenor Navarro estavam entre os elementos civis com maior destaque nas articulações do Movimento Revolucionário de 1930 na Paraíba. Participaram, inclusive, lado a lado, do assalto ao 22º B.C na madrugada do dia 03 de outubro. Possivelmente ambos se sentiam em igualdades de direitos quantos as decisões e aos rumos a serem tomados pelo Governo e pela “Revolução” no estado.

por cima era primo de José Américo (que agora comandava a política estadual) – foi nomeado interventor interino por Vargas.

No dia 27 de abril foi enviado o seguinte comunicado pelo interventor interino ao chefe do Governo Central:

João Pessoa, 27 – Cumpro dever comunicar V.Ex. que assumi direção expediente interventoria'dêste Estado, vaga doloroso falecimento Interventor Antenor Navarro Navarro. Respeitosas saudações. – Gratuliano da Costa Brito, secretário Interior Segurança ³¹.

Durante cerca de dois meses, Gratuliano Brito permaneceu no cargo na condição de interino. Essa demora para a escolha efetiva do interventor paraibano ocorreu por um motivo aparentemente simples. Por mais que a decisão coubesse a Vargas, ela só se daria após uma consulta a José Américo, que era a grande liderança política da Paraíba, e este passou um bom tempo afastado de suas funções devido aos ferimentos do acidente de avião. De acordo com Gratuliano, decorrido quase dois meses, Vargas consultou o ministro da Viação dizendo que tinha a mesa cheia de telegramas pedindo a sua efetivação no cargo. O ministro, por sua vez, teria dito que se tratava de um parente seu, e deixava a escolha nas mãos do Presidente (BRITO, 1979, p.31).

O fato é que Gratuliano Brito foi efetivado no cargo de Interventor Federal da Parahyba no dia 28 de junho de 1932, tendo recebido o seguinte telegrama de Vargas:

PALACIO DO CATTETE, 28 – Acabo nomear-vos Interventor Federal Parahyba e confio correspondereis acolhimento glorioso povo parahybano dispensou vosso nome. Cordiaes saudações – GETULIO VARGAS ³².

No mesmo dia em que foi efetivado no cargo, uma relativa massa de populares se dirigiu a praça em frente ao “Palacio da Redempção” para manifestar apoio ao novo governante. Interessante observarmos que na notícia que versa a respeito dessa manifestação o jornal *A União* informa que na ocasião discursaram desde líderes operários – como João Belísio de Araújo – até o advogado Antonio Bôtto de Menezes, que viria em um futuro muito próximo se configurar como principal opositor do governo estadual³³. Percebemos, então, que entre outras possibilidades, duas se fazem possíveis quanto a receptividade no estado ao

³¹ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 30 de abril de 1932, p. 35. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2064952/pg-35-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-04-1932>. Acessado em 17/07/2015.

³² Jornal *A União*, 29 de junho 1932, p.01.

³³ Ver jornal *A União* do dia 29 de junho de 1932, p. 03.

recém empossado Interventor. Ou, como dá a entender o telegrama de nomeação enviado por Vargas, havia um grande movimento em apoio ao nome de Gratuliano Brito para que ele assumisse o governo, ou estavam ali pessoas com interesses diversos, entre as quais, muitas que esperavam obter vantagens com o novo governante. Seja como for, ao final de sua administração veremos que este amplo apoio já não se constituiria o mesmo, o que impediu o interventor de concretizar sua candidatura ao Governo do Estado em 1934.

Para a Paraíba, a nomeação de Gratuliano Brito convirá para consolidação do domínio político-oligárquico de José Américo, então quem dava as cartas do jogo político no estado. Com o novo governante, a interventoria contribuiu para melhor difundir a influência política do ministro pelo território paraibano. As ações de combate à seca do Ministério da Viação e Obras Públicas, personalizadas na própria imagem de José Américo, vão ganhar mais destaque nas páginas de *A União* do que as próprias ações de Gratuliano Brito. Além disso, diferentemente do que vinha acontecendo no Governo de Anthenor Navarro, que buscava combater o poder dos coronéis³⁴, José Américo esperava por meio de seu primo acalmar os ânimos e estabelecer uma espécie de “política de pacificação”. Nesse sentido é que, ao felicitá-lo pela sua nomeação através de telegrama, o ministro conclama-o a governar tanto com os que fizeram a “Revolução”, como “com todos os conterraneos de bôa vontade que desejem colaborar com o seu espírito de pacificação e de trabalho”³⁵. Isto nos parece já uma indicação clara de que José Américo queria no governo alguém capaz de estabelecer uma conciliação com os chefes locais, e não alguém interessado em alijá-los totalmente do poder como vinha tentando fazer Navarro.

³⁴ Sobre o Governo Interventorial de Antenor Navarro, ver SANTOS NETO, Martinho Guedes. **Os Domínios do Estado:** a Interventoria de Anthenor Navarro e o Poder na Paraíba. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.

³⁵ Transcrevemos aqui, na íntegra, o telegrama expedido por José Américo na ocasião da nomeação de Gratuliano Brito: SÃO SALVADOR, 28 – Interventor Gratuliano Brito – João Pessoa – Não venho felicita-lo pela sua effectivação na Interventoria do nosso Estado porque sei quanto os cargos de direção superior são para quem tem o discernimento do dever público cheio de espinhosas responsabilidades. Fallo-lhe com o coração de amigo e de parahybano exhortando-o á compreensão do sacrificio de que foi investido e dos compromisso que nos assistem na orientação dos destinos de nossa terra. São extraordinarias as suas responsabilidades para corresponder á espectativa dessa unanimidade que se formou em torno de seu nome, num verdadeiro caracter de aclamação. Governe com os que lutaram com João Pessoa, com os que fizeram a revolução ao lado de Anthenor Navarro e de outros combatentes e com todos os conterraneos de bôa vontade que desejem colaborar com o seu espírito de pacificação e de trabalho. Governe sobretudo com o povo. Seja como é próprio de sua formação moral e jurídica, justo, tolerante, resistente aos interesses privados e intransigente no sentimento publico, que a sua tarefa, se não fôr suave, será pelo menos condigna da confiança dos que o indicaram ao governo da Parahyba, num expressivo movimento plebiscitario. Nas minhas forças prometo ajudar os seus esforços de administrador junto aos altos poderes da Republica, procurando obter para nosso Estado todo concurso a que tiver direito. Abraços – (as.) José Américo”. Ver Jornal *A União* do dia 29 de junho de 1932, p. 01.

Gratuliano Brito parecia compreender o papel que dele se esperava. Entendia que em grande parte não teria chegado ao Governo se não fosse o parentesco e a proximidade a José Américo. Assim é que em resposta ao ministro, enviou a seguinte mensagem expressando sua lealdade e gratidão:

JOÃO PESSÔA, 29 – Dr. José Américo – S. Salvador – Ainda que não tivesse a certeza de sua indispensável assistência a tudo que possa concorrer para a felicidade da Parahyba, bastaria o seu telegramma para me animar a vencer o peso da grande responsabilidade que sinto superior as minhas forças. Abraços – GRATULIANO BRITO ³⁶.

O novo interventor assumiu o governo em um período muito difícil da história paraibana. Naquele instante, a Paraíba ainda vivia em um ambiente ressentido pelos efeitos da luta de 1930 e era assolada por uma terrível seca, e como se não bastasse, meses depois eclodiu o Levante Paulista de 1932 para o qual a Paraíba se viu na obrigação de dispensar esforços com o objetivo de ajudar a combatê-lo. Seu governo coincide também com um importante momento de transformação na política do estado e do país com a realização de duas eleições e o retorno ao regime constitucional. Não obstante as dificuldades, e acompanhado de auxiliares tão jovens quanto ele ³⁷, desde o início de sua administração buscou dar continuidade não só às obras, mas ao processo de centralização política e de reorganização dos setores funcionais do Estado da Paraíba iniciado por Navarro, ações essas em conformidade com o processo de modernização e racionalização do Estado Nacional empreendido pelo governo federal. Nesse sentido, a ação da interventoria vai se fazer presente nas mais diversas áreas da administração pública: fisco, economia, saúde, instrução pública e segurança.

1.2. OS CORONÉIS E A CULTURA POLÍTICA

³⁶ Jornal *A União*, 29 de junho de 1932, p.01. À Vargas, Gratuliano enviou o seguinte telegrama: “João Pessôa, 29 – Presidente Getulio Vargas – RIO – Tenho honra agradecer v.exc. haver me distinguido com nomeação Interventor Federal este Estado, agradecendo também comunicação se dignou fazer-me. No desempenho do cargo procurarei vencer as dificuldades decorrentes exercício tão elevado posto e corresponder a confiança de v. exc. Inspirando-me nos verdadeiros princípios da Revolução. Respeitosas saudações. – GRATULIANO BRITO, interventor federal”. Jornal *A União*, 29 de junho de 1932, p.01.

³⁷ Quando assumiu a interventoria, Gratuliano tinha apenas 26 anos. Seus auxiliares mais diretos, o tenente Ernesto Geisel (secretário de Finanças, Agricultura e Obras Públicas) e Argemiro de Figueiredo (secretário do Interior e Justiça) tinham, respectivamente, 24 e 31 anos. Ver MELO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. **Galeria Paraibana**. João Pessoa: Editora Universitária, Conselho Estadual de Cultura, 1998, p. 33.

A chamada “Revolução de 1930”, e, conseqüentemente, a ação dos governos interventoriais após ela, se desenvolveu em oposição à estrutura política existente ao longo da Primeira República. A administração de Gratuliano Brito na Paraíba, por conseguinte, esteve imersa em um contexto de busca por transformações políticas, sociais e de modernização administrativa, levando-a a se contrapor, até certo ponto, à cultura política predominante no estado assentada na perspectiva do coronelismo e em práticas políticas como a do clientelismo, mandonismo e familismo. Como demonstraremos de forma mais clara no capítulo dois deste trabalho, percebemos nesse governo uma série de ações em setores como a educação, saúde, justiça, segurança pública e economia que acabaram impactando nas fontes tradicionais do poder oligárquico, sobretudo no que diz respeito à usurpação de algumas prerrogativas do Estado por parte dos coronéis. Mesmo não levando há uma mudança radical dos costumes e práticas políticas vigentes, essas ações suscitaram a necessidade de que velhas práticas fossem readaptadas aos novos condicionantes impostos pela conjuntura econômica, política e social e ao novo modelo de Estado interventor, centralizado e racional que emergia.

Assim sendo, para alcançar nosso objetivo de evidenciar as transformações que ocorrerão (ou não) no pós-1930, faz-se necessário primeiro identificarmos como estava organizada a política do Brasil e da Paraíba nos primeiros quarenta anos da República, tal como procurar compreender de que forma se dava as relações de poder entre o Estado e os coronéis. Entendemos que este debate se mostra imprescindível para que possamos a partir dele reconhecer as rupturas e continuidades que marcarão esse momento da história do país.

Com essa finalidade, e de acordo com o que pudemos examinar na historiografia do tema, observamos que a passagem do Império para República em 1889 se produziu sem grandes alterações na estrutura econômica e social do Brasil. Apesar das inovações políticas trazidas com o novo regime, o tipo de atividade econômica desenvolvida continuou a mesma, a monocultura e baseada nos grandes latifúndios. O fim da escravidão em 1888, por sua vez, alterou as relações de trabalho. Contudo, isto não representou uma melhoria significativa da situação dos trabalhadores, sobretudo os do campo, que continuaram a se sujeitar a condições degradantes de trabalho, submetendo-se a salários baixíssimos e muitas vezes permanecendo sob o jugo dos seus antigos “donos”³⁸.

³⁸ No sul do país, as lavouras foram sendo povoadas por imigrantes estrangeiros que substituíram em grande parte os escravos no cultivo do café. Porém, o ingresso desses colonos se deu de forma a colocá-los sobre inteira dependência dos proprietários rurais, tendo em vista que chegavam sem dinheiro e moradia, cabendo ao fazendeiro o “favor” de conceder-lhes empréstimos e abrigo. Assim ficavam estes presos as fazendas por conta das dívidas contraídas. No norte, os ex-escravos rapidamente passaram a se sujeitar a salários baixíssimos e continuaram em larga medida vivendo sob a tutela dos seus antigos “donos”. O cenário econômico-social que se

A extensão do voto a todo brasileiro, desde que do sexo masculino e alfabetizado, teve por efeito ampliar o número de eleitores sob o controle dos chamados coronéis. Continuaram estes a ter um papel relevante nos processos eleitorais, com forte poder de influência na escolha de representantes para as Assembleias estaduais, para o Congresso Nacional, e a partir de então também para o governo nos estados e para Presidência da República. As relações políticas, portanto, permaneceram em grande parte girando em torno dos chefes locais. Cabia a eles exercerem o papel de intermediários entre o Presidente da República, os líderes oligarcas estaduais e a maioria dos eleitores, harmonizando interesses e conseguindo os votos necessários nas eleições. Esse conjunto de relações era mobilizado por meio de um acordo tácito em que o governo não interferia nas questões dos municípios, onde os coronéis tinham autonomia para fazer quase tudo o que quisessem, e em troca recebia o apoio destes nas eleições.

Esse “acordo” inicialmente transcorreu de uma forma mais frouxa e sem interferência direta dos poderes instituídos. No entanto, foi no governo do presidente Campos Sales (1898-1902) que vimos se constituir mais fortemente a chamada “Política dos Governadores”, esta baseada no que Victor Nunes Leal (2012) chamou de “Compromisso Coronelista”. O “Compromisso Coronelista” consistia no seguinte:

[...] da parte dos chefes local, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta branca ao chefe local governista (de preferencia o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar (LEAL, 2012, p. 67-68).

Na estrutura política da Primeira República, portanto, os coronéis eram detentores de uma ampla autonomia devido a essa relação simbiótica que acabava por travar com os poderes instituídos. Sua influência se fazia presente em quase tudo que dissesse respeito ao município, inclusive nos assuntos que fossem de competência privativa do Estado ou da União, como a nomeação de funcionários públicos³⁹. Toda política funcionava,

delineia na República, portanto, é quase o mesmo de antes: a monocultura, o grande latifúndio e o trabalho semiescravo. Ver QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios**. São Paulo, Alfa-Omega, 1976, p.111-112.

³⁹ A esse respeito, diz Vitor Nunes Leal (2012, p. 63-64): “Com o chefe local – quando amigo – é que se entende o governo do Estado em tudo quanto respeite aos interesses do município. Os próprios funcionários estaduais, que servem no lugar, são escolhidos por sua indicação. Professoras primárias, coletor, funcionários da coleta, serventuários da justiça, promotor público, inspetores do ensino primário, servidores da saúde pública etc., para tantos cargos a indicação ou aprovação do chefe local costuma ser de praxe. Mesmo quando o governo estadual tem candidatos próprios, evita nomeá-los, desde que venha isso representar quebra de prestígio do chefe político do município. Se algum funcionário estadual entra em choque com este, a maneira mais conveniente de solver o

consequentemente, segundo as regras de um jogo claro e simples em que os participantes eram os coronéis, o governo estadual e o governo federal ⁴⁰.

Na Paraíba, o cenário não era diferente. Com o advento da República, a estrutura de poder, que dava sustentação e organicidade à estrutura política, permaneceu essencialmente rural, montada na propriedade da terra e na dominação exercida pelos coronéis (GURJÃO, 1994, p.53). Vinculada principalmente a produção algodoeira e açucareira, grande parte da população rural continuou submetida a relações de trabalho baseadas em relações pessoais de dominação e dependência, contribuindo assim para o poder de mando dos chefes locais. Segundo Eliete Gurjão (1994, p.45), nesse período

[...] a população rural permanece submetida a formas de trabalho baseadas nas relações pessoais de dominação e dependência, contando com acesso à terra que lhe assegura a subsistência, completando com a produção artesanal suas necessidades mais prementes. Deste modo, as condições de trabalho a que está submetida a massa rural concomitantemente favorece a dominação dos ‘coronéis’ pelos laços de dependência pessoal, garante o baixo preço do produto e os lucros do fazendeiro. Consequentemente, o não aprofundamento da divisão social do trabalho não transformou os produtores em proletariados nem os latifundiários em capitalistas. Reproduz-se assim a estrutura de produção e dominação fundada na economia agro-exportadora e nos mecanismo coronelísticos.

A partir dessas relações de trabalho baseadas em laços de dependência pessoal é que os coronéis acabavam por adquirir grande influência sobre o voto daqueles que se encontravam a eles subordinados, derivando daí parte de seu poder. Vale destacar, no entanto, que não se trata aqui de afirmar de forma simplista que o chamado “voto de cabresto” necessariamente se tratava de uma imposição arbitrária do coronel sob pena de vingança econômica ou outra de qualquer tipo. Ao contrario disso, o voto, nesta relação entre o coronel e os seus dependentes, assumia o aspecto de bem de troca. Os indivíduos hipotecavam seu

impasse é removê-lo, às vezes com melhoria da situação, se for necessário. A influência do chefe local nas nomeações atinge os próprios cargos federais, como coletor, agente do correio, inspetor de ensino secundário e comercial etc. [...], porque também é praxe do governo da união, em sua política de compromisso com a situação estadual, aceitar indicações e pedidos dos chefes políticos nos Estados”. Ver, LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto** – O município e o regime representativo no Brasil. 7º Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁴⁰ Apesar dessa autonomia dos chefes locais possuir características particulares na Primeira República devido a maior importância dada a partir de então ao controle do voto, ela remonta a períodos longínquos da história do Brasil. Desde a colônia, passando pelo período imperial e chegando até a República, os poderes oficiais sempre tiveram de atribuir vastas concessões ao poder privado dos grandes proprietários. Fosse para conseguir efetivamente colonizar o território brasileiro, para assegurar a unidade nacional ou para garantir o apoio necessário por parte do elitorado, o fato é que os poderes públicos ao longo da nossa história nunca prescindiram de estabelecer compromissos ou relações de trocas com o poder privado. Dentre estas concessões, estavam o poder de mando em determinado território e o estabelecimento de relações de dominação sobre dependentes, que presentes em larga escala nas relações políticas e sociais ao longo da história passaram a se configurar como práticas políticas conhecidas como mandonismo e clientelismo.

voto aos desígnios dos coronéis porque havia recebido ou esperavam receber algum benefício em troca. Assim, tratava-se também de uma determinação do eleitor utilizar seu voto de uma maneira que redundasse para ele um maior benefício, afinal, era para o coronel que o roceiro apelava nos momentos de dificuldade, pedindo ajuda para comprar um remédio para seu filho doente ou até mesmo para comprar o alimento necessário a sobrevivência de sua família (QUEIRÓZ, 1976, p.168)

Mas o fato é que tendo ingerência sobre o eleitorado, os chefes locais paraibanos acabavam por gozar junto aos poderes instituídos de uma série de prerrogativas. Dentro de seu espaço de influência, exerciam eles uma ampla autoridade frente aos seus dependentes, arbitrando conflitos, desempenhando poder de polícia (com ou sem caráter oficial) ou atendendo a pedidos, isto é, exercendo seu poder de mando e estabelecendo relações clientelísticas. Aqueles considerados mais poderosos em um determinado município eram geralmente escolhidos como prefeito. Quando não, pessoas subordinadas a estes assumiam essa função, independentemente de serem qualificados ou não para tal⁴¹.

Os coronéis controlavam também a maioria dos cargos públicos locais, o que se mostrava de fundamental importância tendo em vista a possibilidade de distribuir favores entre a sua clientela (parentes, amigos, subordinados diversos). Influenciavam na nomeação desde professores primários até do juiz de direito da comarca. A maioria dos cargos eletivos – Câmaras Municipais, Assembleia Estadual ou Congresso Nacional – também eram ocupados por pessoas ligadas a eles. Ou seja, a partir de seus espaços locais, os coronéis detinham um enorme poder, o que era concebido dentro da lógica do “Compromisso Coronelista” que, como indicamos, os dava autonomia quase irrestrita.

Temos assim na Paraíba o coronelismo permeando o conjunto das relações políticas e sociais presentes no estado, sobretudo as relações entre o Estado e os coronéis. O chamado “compromisso coronelista”, como vimos, implicava a aceitação tácita por parte do Estado de algumas práticas políticas exercidas pelos coronéis, como o clientelismo, o mandonismo e ainda o familismo. Nesse contexto, teríamos então o mandonismo, o clientelismo e o familismo como fatores relevantes da estrutura política da Primeira República, mas que não

⁴¹ Na Paraíba, a partir de 1895, uma emenda à Constituição Estadual tornou a escolha dos cargos de prefeito e vice-prefeito de livre nomeação do Presidente do Estado. Sobre a escolha de coronéis como prefeitos, diz Eliete Gurjão (1994, p. 57): “Os prefeitos geralmente eram os ‘coronéis’ mais influentes no município, ou pessoas por eles indicadas que lhes obedeciam cegamente e permaneciam indefinidamente no cargo, mesmo sendo comprovadamente corruptos. Os maiores abusos de poder praticados pelos prefeitos ocorriam por ocasião das eleições que eram totalmente manipuladas”. Ver GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias: Paraíba (1889-1945)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

teriam surgido necessariamente dela, já que seriam estruturas de longa duração na política nacional.

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), o mandonismo seria uma forma de poder presente de maneira constante nos diferentes momentos da história brasileira, desde a Colônia até República. Sua continuidade em épocas sucessivas “provinha da permanência de uma estrutura social baseada no latifúndio e no que se poderia chamar de ‘família grande’” (QUEIROZ, 1976, p.33). A dificuldade encontrada pelos poderes instituídos em povoar e dominar, de fato, um país do tamanho do Brasil teria levado, desde a colonização, a acomodações sucessivas com o poder privado, notadamente com os produtores rurais. Isso teria contribuído para o exercício por parte dos chefes locais de um grande número de funções que seriam atribuições do Estado, seja oficialmente ou extraoficialmente, e colaborado para por boa parte da população rural em situação de dependência frente a eles.

A ingerência sobre a população rural e o domínio sobre vastas áreas de terra acabou assim por acarretar em grandes poderes nas mãos dos mandões locais em seus respectivos espaços de influência, controlando desde o exercício da violência para impor a ordem à nomeação de funcionários públicos. Além disso, o prestígio que adquiriam os chefes locais habilitava-os ainda a ocuparem posições importantes na burocracia oficial: as Câmaras Municipais durante a Colônia, os partidos políticos ou os Ministérios no Império e o próprio Governo na Primeira República. Desse modo, para a autora, através do poder de mando que detinham, esses proprietários rurais teriam dominado ao longo da história tanto a burocracia estatal como a vida política do país.

Já em relação ao clientelismo, Richard Graham (1997) defende que esse fenômeno constituía o núcleo central de toda trama política brasileira durante o Império. Na perspectiva deste autor, o clientelismo, que teria sua origem nos primórdios da colonização, significava “tanto o preenchimento de cargos governamentais quanto a proteção de pessoas humildes, mesmo os trabalhadores agrícolas sem terra” (GRAHAM, 1997, p.16). Graham nos evidencia que no Império a formação de relações clientelísticas envolviam os diversos níveis de poder, compondo “redes de clientelismo” que iam desde o Imperador aos coronéis. O objetivo dessas “redes” era assegurar a continuidade da estrutura política e social que vigorava no período. Assim, da parte dos chefes locais, almejavam-se as nomeações para cargos públicos de autoridade tendo em vista a necessidade de aumentar seu prestígio e poder. Por sua vez, os Gabinetes Imperiais não podiam prescindir do apoio dos líderes locais nas eleições, pois necessitavam formar um Congresso que apoiasse seus projetos. Partindo, então, do próprio

imperador havia todo um cuidado especial nas nomeações, transferências ou promoções em cargos públicos, sempre atendendo aos interesses dos latifundiários.

De posse de um determinado cargo público, um chefe local podia ir além de deixar seus agregados ocuparem um pedaço de sua terra e começar a distribuir outras benesses para seus dependentes. Ocupar um cargo público como o de chefe de polícia, por exemplo, autorizava um coronel a indicar outros cargos, como o de delegado nos municípios do interior, subdelegado, inspetores de quarteirão, e assim por diante. Controlar essas nomeações era um poder que em si transformava alguém em protetor e ampliava sua própria clientela (GRAHAM, 1997, p.276). E aumentar sua clientela significava maior poder de influência nos processos eleitorais. Formava-se, portanto, um ciclo em que o líder oligarca assegurava vitórias eleitorais porque dispunha de cargos públicos que lhe asseguravam poder e status, e dispunha de cargos porque assegurava vitórias eleitorais.

De acordo ainda com Graham (1997), o clientelismo, como característica essencial da política brasileira, teria sido a raiz do que veio a se denominar coronelismo na Primeira República, já que muitas práticas do Império teriam revivido no período republicano.

Outro fator relevante na estrutura política da Primeira República era o familismo. Linda Lewin (1993), em seu estudo de caso sobre a política de parentela na Paraíba, expõe que na “República Velha” pertencer a uma parentela constituía a mais importante filiação organizacional que poderia existir (LEWIN, 1993, p.113). Isto se devia ao fato de que as relações políticas do período estavam intimamente relacionadas a estruturas informais de poder mantidas por laços de parentesco, amizade política e associação pessoal. Era tendo por base o que ela considera por “família extensa” que os coronéis paraibanos controlavam e conduziam a política estadual. Dos chamados “grupos de base familiar” – os quais abrangiam não só o grupo familiar propriamente dito, mas também outras famílias e diversos vínculos associativos como amigos, agregados e trabalhadores – era que os chefes locais formavam sua clientela e constituíam sua força para influenciar os processos eleitorais.

Esse domínio familiar sobre o poder político, no entanto, não teria nascido com a República. Seria resultado do próprio processo de conquista e ocupação que remonta aos tempos coloniais. Mas foi no período Imperial, com o surgimento de um regime representativo, que o poder político das famílias se expandiu mais fortemente, já que era dos membros da casa, parentes, agregados e outros dependentes que o coronel conquistava os votos que necessitava nas eleições. Essa mesma composição do poder familiar estará presente

na República com poucas alterações e será fundamental para o funcionamento do “compromisso coronelista”.

Teríamos então o mandonismo, o clientelismo e o familismo como fatores políticos de longa duração sendo fortemente mobilizadas na Primeira República através do coronelismo. Na nossa concepção, este último funcionava como uma espécie de “sistema” que abarcava as práticas de clientelismo, mandonismo e familismo. Era o “sistema coronelista” que mediava as relações políticas e sociais presentes na sociedade, desde as relações político-institucionais às relações de trabalho. Principalmente quanto à organização política, tudo tinha de estar de acordo com o “compromisso coronelista”. Essa é a compreensão identificada em várias obras sobre o tema, entre elas o célebre estudo de Victor Nunes Leal, intitulado *Coronelismo, Enxada e Voto*.

Para Leal (2012), o coronelismo não seria apenas uma simples incursão de um anormal poder privado no domínio político, mas sim uma manifestação particular desse poder privado, uma adaptação que possibilitaria esse poder privado coexistir com um regime político de extensa base representativa. O coronelismo consistiria assim em um *sistema* político dominado por uma relação de compromisso, de troca de favores, entre o poder privado decadente (notadamente os senhores de terra) e o poder público cada vez mais fortalecido (LEAL, 2012, p.231). Essas trocas de favores envolveriam uma complexa rede de relações que iria do coronel ao Presidente da República, e como características secundárias desse *sistema* estariam o mandonismo, o filhotismo, entre outras práticas.

Nessa concepção, o nascimento do coronelismo seria ainda datado historicamente e estaria vinculado as particularidades da conjuntura do advento da República. Se por um lado o momento era de decadência econômica e enfraquecimento do poder dos produtores rurais, por outro o federalismo implantado acarretou o aumento do número de eleitores sob o controle desses chefes locais. Para este autor, portanto, dessa circunstância é que surgiria a necessidade de compromisso e concessão de favores entre ambas as partes.

Esse entendimento de Leal (2012) é fortemente partilhado por José Murilo de Carvalho. Segundo Carvalho (1997), o coronelismo seria também um *sistema* político que se basearia em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garantiria, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo o controle sobre cargos públicos, enquanto o coronel, de sua parte, hipotecaria seu apoio ao governo, principalmente na forma de votos. Para cima, os governadores dariam seu apoio ao presidente

da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado (CARVALHO, 1997, p. 232).

Assim como Leal (2012), Carvalho também enxerga o surgimento do coronelismo vinculado à conjuntura político-econômica do início da República. Seria a confluência da implantação do federalismo – e o consequente aumento do eleitorado sobre controle dos chefes locais – com o momento de decadência econômica dos produtores rurais que levaria ao estabelecimento desse compromisso de trocas entre governo e coronéis. Este autor, no entanto, vai além e não atribui apenas um momento para o nascimento do coronelismo, mas também uma data para o seu fim. Ele teria começado a desaparecer a partir 1930 com as transformações operadas pela “Revolução” e sido definitivamente enterrado em 1937 com implantação do Estado Novo e a deposição do governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha (CARVALHO, 1997, p. 230).

Outra visão sobre o fenômeno do coronelismo é apresentada pela autora Maria Isaura Pereira de Queiroz. Em sua obra, Queiroz (1976) entende o coronelismo como uma forma assumida pelo mandonismo local a partir da Proclamação da República (QUEIROZ, 1976, p.165). Como vertente do mandonismo local, o coronelismo teria surgido no Império e se expandido no regime republicano. Semelhante à Leal e a Carvalho, a autora também enxerga o coronelismo como resultado de uma forma de adaptação de um extenso poder privado, constituído historicamente, com um regime político de base representativa. No entanto, a divergência apresentada entre os dois primeiros e a última reside não apenas na data de origem do fenômeno, mas também em seus fundamentos.

Para Queiroz, o estabelecimento de relações de compromisso a partir do coronelismo não se daria dentro de uma conjuntura de fortalecimento do Estado e decadência do poder privado. Ao contrário disso, seria o fortalecimento dos mandões locais devido à influência que exerciam sobre o eleitorado, desde o Império, que levava ao Estado estabelecer relações de trocas de favores com coronéis. Em sua percepção, o centro do processo político era o coronel que desde o período imperial e agora na República controlava, a partir do seu poder de mando, tanto a burocracia estatal como a política do país. O mandonismo seria, portanto, a chave para compreender o coronelismo, e não uma característica secundária dele como defendia Leal⁴².

⁴² Leal (2012, p. 63-64) chega a afirmar: “Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema ‘coronelista’, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais”. Ver, LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto** – O município e o regime representativo no Brasil. 7ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Edgar Carone (1971), outro autor que trata do tema, se aproxima da visão de Queiroz e afirma que a partir do Império “o mandonismo local é denominado indistintamente de coronelismo [...]” (CARONE, 1971, p.86). Também para ele, desde a Colônia os produtores rurais teriam dominado de fato a burocracia e o poder público. Contudo, este poder teria se expandido no Império e na Primeira República tendo em vista que a partir de então eram os representantes das oligarquias rurais que dominavam o poder legislativo e o executivo. Coronelismo seria então sinônimo do mandonismo local, que por sua vez estaria presente no Brasil desde a colonização.

Carone também entende que o estabelecimento de relações de compromisso (troca) entre o Estado e os coronéis não se devia a uma conjuntura de enfraquecimento destes últimos e fortalecimento do primeiro. A partir do Império, haveria uma ampliação da representação legal do poder que detinham os proprietários rurais, já que eram eles que controlavam o processo político. Na República, portanto, a necessidade do Estado em relação aos votos que detinham os coronéis era o elo entre ambos.

Seja como sistema ou como uma vertente do mandonismo, percebemos que o conceito de coronelismo apresenta interpretações diversas por parte dos estudiosos do assunto. É o caso da historiadora Maria Lucinete Fortunato (2008), que chega mesmo a questionar a funcionalidade do conceito e defender a sua “invenção” como uma espécie de estatuto temático utilizado para legitimar estruturas de poder do passado e às vezes até do presente.

Para Fortunato (2008), o conceito de coronelismo e a imagem do coronel teriam sido “criados” com a pretensão de caracterizar as práticas políticas existentes no Brasil durante a República Velha. Sua “invenção” teve por base a procura por legitimar a “Revolução de 1930” como um fato histórico que consolidou a queda das oligarquias e/ou uma ruptura com o Estado liberal, oligárquico e federativo (FORTUNATO, 2008, p.225). O contexto do pós-1930, portanto, através dos discursos literários e acadêmicos que elevaram as práticas políticas da Primeira República à categoria de práticas oligárquicas e coronelísticas, teria levado a criação do conceito como uma forma de caracterização dessas práticas.

Na visão da autora, a partir daí institucionalizou-se uma “verdade” sobre a qual somente a partir dela seria possível se discutir a organização política daquele período e também de momentos posteriores. A historiografia ficou assim limitada ao conceito de coronelismo, que foi sendo legitimado e perpetuado como uma espécie de chave central para as discussões sobre as relações de poder no Brasil.

Como podemos ver, Fortunato apresenta uma visão bastante diferente sobre o conceito do coronelismo. No entanto, não nos parece ser o coronel uma figura inventada. Diversamente disso, ele era um ator social evidente na “República Velha”. A sua força não era irreal ou derivada de uma construção imagética, mas sim da posse de bens (geralmente a terra) e do pertencimento a uma parentela. O seu poder de mando e a sua ação política eram presentes e verdadeiramente sentida na sociedade, não podendo ser apenas associados a uma construção discursiva.

Assim, contrariamente a tese da invenção do coronelismo, procuramos identificar nos autores debatidos o que eles apresentavam em comum a respeito do fenômeno coronelismo. Percebemos que apesar das divergências, todos eles partem do ponto de vista de o coronelismo ter como base de sua sustentação a existência de um sistema eleitoral e de uma prática costumeira de troca de favores entre as três esferas de poder.

Na Paraíba, caso que aqui particularmente nos interessa, isto se apresentava de modo muito claro. Em troca de autonomia local e das *benesses* dos governos estadual e federal, os coronéis tinham a oferecer os votos do eleitorado que detinham sob sua influência. Esse conjunto de relações era largamente difundido e até certo ponto visto como natural no meio social. As práticas de mandonismo, clientelismo e familismo apresentavam-se inerentes à própria ação política dos coronéis, daí serem recorrentes os casos em que se mencionava o roubo de rendas do Estado pelas autoridades locais; a nomeação de familiares dos chefes locais para cargos de professor primário, inspetor de ensino, delegado de polícia, coletor de impostos, promotor etc.; o acobertamento de grupos de cangaceiros por parte dos coronéis; as ações ligadas as disputas de mando e por clientela nas contendas políticas locais (brigas familiares, tiroteios, assassinatos políticos); as fraudes eleitorais; além de outros. Todas essas ações contavam com a conivência dos poderes legais devido ao acordo tácito previsto no “compromisso coronelista”.

São vários os exemplos que podem ser dados no estado em que coronéis se prevaleciam desse acordo tácito do coronelismo para por em prática as relações de mandonismo, clientelismo e familismo que asseguravam seu poder. Um dos casos mais evidentes se dava, por exemplo, em relação à arrecadação de impostos.

O controle por parte dos coronéis da arrecadação infligia uma série de problemas a esta área. Com os chefes locais escolhendo os indivíduos que ocupariam o cargo de coletor, o fisco se transformava em um instrumento de perseguição ou favorecimento para se pagar ou ficar isento dos impostos. Quase sempre se impunha uma rigorosa arrecadação frente aos

opositores e se “esquecia” de arrecadar dos “amigos da família”. Muitos prefeitos chegavam ao ponto de usurparem verdadeiramente as verbas públicas e as dividir entre os membros de sua parentela. Em uma carta endereçada a Epitácio Pessoa, em 1918, o presidente estadual Camilo de Holanda chegou a queixar-se sobre as dificuldades encontradas para arrecadação. “Irritava-o a propensão das famílias de elite para sonegar impostos ou apropriar-se dos impostos arrecadados localmente, porque [...] esses mesmos maus prefeitos eram ‘bons correligionários’ e o PRCP precisava de seus votos” (LEWIN, 1993, p.299).

Outro âmbito em que a interferência dos chefes locais se fazia fortemente era nas obras públicas. A forma que eles encontravam para usurpar os investimentos públicos em favor de seus interesses privados era se colocarem na condição de contratantes na construção de estradas, barragens, escolas, e principalmente nas obras contra as secas. Chegavam os coronéis a receber generosas comissões de 10 a 15% sobre o total despendido e tinham ainda a oportunidade de distribuir benesses contratando fornecedores amigos da família e distribuindo empregos que contribuía para aumentar sua clientela. Contudo, muitas das obras contratadas não chegavam sequer a serem realizadas ou concluídas, a exemplo do porto no Varadouro⁴³. Além disso, as obras, como as de pequenas barragens, eram quase sempre realizadas nas propriedades dos chefes locais o que os dava um controle estratégico sobre quem seria beneficiado com o empreendimento.

Setores como o da instrução pública, justiça e segurança pública também padeciam de graves problemas. A Instrução Pública era largamente utilizada como cabide de emprego para parentes e familiares dos coronéis. Professores e inspetores de ensino nem sempre eram aqueles mais qualificados para exercer tal função, mas sim aqueles que tivessem melhores relações com o mandão local. No que diz respeito à justiça e segurança, eram os aliados dos chefes locais que também ocupavam os postos de juiz, promotor e delegado, dificultando qualquer ação no sentido de conter os abusos ou violência que estes cometessem⁴⁴.

⁴³ O caso do porto no Varadouro foi exemplar desse tipo de abuso. Dentre as verbas destinadas a construção dos portos das cidades de Fortaleza, Natal e Parahyba do Norte até 1923, esta última foi a que recebeu a maior quantia, 22.418:736\$024. No entanto, toda essa verba empregada não resultou em obra alguma, servindo apenas para fortalecer a base de apoio político da oligarquia dominante no estado. Sobre o assunto, ver FERREIRA, Lúcia Fátima Guerra. **As Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993, p. 105.

⁴⁴ Sobre a influência e as nomeações de parentes e “amigos” dos coronéis paraibanos na instrução pública na República Velha, ver PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade de São Francisco, 2002. Já sobre a interferência nos setores da justiça e segurança pública, ver SANTOS NETO, Martinho Guedes. **Os Domínios do Estado: a Interventoria de Anthenor Navarro e o Poder na Paraíba**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2007.

Percebe-se, portanto, que o “controle” sobre o eleitorado que os coronéis detinham abria brechas junto às autoridades para que eles se apropriassem de prerrogativas e das benesses do Estado. A Primeira República, ao longo de quarenta anos, testemunhou a perpetuação desse “sistema político” e ao menor sinal de interferência dos poderes instituídos nessas práticas levava a que os grupos organizados em torno delas agissem com grande determinação e violência em defesa de sua permanência e de seu direito de perpetrá-las.

É o que aconteceu, por exemplo, em 1891, quando, após a deposição do Presidente estadual Venâncio Neiva, assumiu o Governo do Estado uma junta provisória que passou a tomar uma série de medidas que ficaram conhecidas como “política de demolição”⁴⁵. Entre as medidas tomadas pela referida Junta, estava a dissolução do primeiro Congresso Constituinte Estadual, a revogação da Constituição estadual que havia sido promulgada em 5 de agosto de 1891, e também a revogação de vários decretos que haviam sido baixados. (RODRIGUES, 1989, p.29). O objetivo que se tinha era por abaixo o que vinha sendo edificado por Neiva e seus aliados.

No entanto, a Junta Provisória cometeu o erro de afrontar as lideranças locais através da deposição das intendências municipais⁴⁶. Através dessa medida, desprezou-se as prerrogativas de mando dos coronéis provocando tumultos de proporções consideráveis em alguns municípios. Em Areia, por exemplo, inconformado com a indicação de uma nova intendência, o coronel José Antônio Maria da Cunha Lima mobilizou sua clientela, invadiu a sede do poder municipal, apoderou-se dos arquivos que lá existiam e entrincheirou-se em seu engenho. A força estadual enviada para conter o levante dispondo de um pequeno regimento de 30 homens viu-se impotente diante do poder do coronel. Segundo exagerados relatos da época, Cunha Lima teria chegado a contar com cerca de dois mil indivíduos e havia destituído não só a intendência de Areia, mas também a de Alagoa Nova e Alagoa Grande (RODRIGUES, 1989, p.30).

A solução para o problema só foi possível quando foi escolhido um novo Presidente para o Estado da Paraíba e “concedida” uma vaga ao coronel Cunha Lima na nova Assembleia Constituinte Estadual que se instalou.

⁴⁵ A deposição de Venâncio Neiva esteve ligada ao contexto do contra-golpe de 23 de novembro de 1891 em que Floriano Peixoto assumiu a Presidência da República. Ao se tornar mandatário do executivo nacional, Floriano efetuou a deposição da maioria dos presidentes estaduais. RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Gangorra do Poder (Paraíba – 1889/1930)**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1889, p.26.

⁴⁶ Intendência Municipal era o nome dado as Câmaras Municipais.

Outro caso parecido ocorreu em 1912. Linda Lewin (1993) diz que nesse ano o governo estadual teve de enfrentar uma insurreição liderada por dois poderosos grupos de base familiar: os Dantas (do município de Teixeira) e os Santa Cruz de Oliveira (de Alagoa de Monteiro). Ambos estavam ressentidos por terem perdido o controle da política municipal para seus opositores entre 1904 e 1908. Antes de pegarem em armas, as duas famílias haviam proposto um acordo aos chefes oligarcas estadual para que elas voltassem a dominar politicamente seus municípios. Os Dantas fizeram questão de destacar de sua parte a vantagem de um pacto tendo em vista os mais de 700 votos que podiam disponibilizar para o governo. Contudo, não havendo entendimento com os líderes políticos do estado, entre eles Eptácio Pessoa que já começava a avocar posição de comando na Paraíba, as duas famílias resolveram pegar em armas para depor o Presidente do Estado João Machado⁴⁷.

Os insurretos chegaram a contar com um exército privado de mais de mil homens constituído por parentes, capangas, moradores e reforçado por cangaceiros e fugitivos da justiça. Após invadirem e saquearem diversas cidades do interior, foi preciso o auxílio de tropas federais para dispersar o movimento⁴⁸.

A própria Revolta de Princesa, em 1930, é outro exemplo claro de mobilização dos coronéis em defesa de suas prerrogativas de poder e de suas práticas de mandonismo, clientelismo e familismo.

Ao longo do governo do presidente João Pessoa (1928-1930), os chefes locais sentiram-se afrontados e desprestigiados em diversos sentidos. Em um governo considerado por muitos como inovador, João Pessoa buscou combater a espoliação das rendas públicas pelos coletores municipais, removeu ou exonerou funcionários públicos ligados aos chefes locais, combateu o acobertamento de cangaceiros, impôs uma nova tabela de tributação para o algodão, entre outras medidas. Contudo, essa “ação renovadora” em muitos aspectos foi

⁴⁷ De acordo com Lewin (1993): “Inácio Dantas disse a Eptácio Pessoa que era inaceitável para os Dantas, de Teixeira, colaborar como aliados com o bloco familiar do coronel Dario Ramalho. Mas prometeu a Eptácio os 700 votos de Teixeira na eleição federal de 22 de março de 1912 se os Dantas fossem reconhecidos como a única facção machadista no município: ‘Com a nova revisão eleitoral que estamos fazendo, o colégio aqui excederá de 700 eleitores, com os quais V. Ex.^a, na qualidade de Chefe Supremo do partido não terá cuidado’”. Ver LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993, p.261. Sobre a insurreição liderada pelos Santa Cruz de Oliveira e pelos Dantas, ver NUNES FILHO, Pedro. **Guerreiro Togado**: fatos históricos de Alagoa do Monteiro. Recife, Ed. Universitária (UFPE), 1997.

⁴⁸ “Os grupos de base familiar de elite nos municípios tinham normalmente homens armados em numero superior aos reforços militares e policiais que o governador do estado pudesse enviar. Durante os anos 1890, toda Força Pública do estado não atingiu quatrocentos homens. Consequentemente, a autonomia local permaneceu a regra em quase todos os municípios”. LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993, p.221.

controversa tendo em vista que o presidente do Estado não conseguiu (ou não quis) se desvincular totalmente da rede de compromissos oligárquicos inerentes à política estadual, e, dessa forma, seguiu favorecendo aqueles grupos de base familiar considerados mais próximos ou importantes.

Uma dessas medidas de favorecimento acabou por gerar uma grave cisão do acordo tácito entre Estado e coronéis. Esta se deu por ocasião da organização da chapa com os nomes dos candidatos que concorreriam nas eleições para o Congresso Nacional em 1930. Argumentando que estava implantando uma nova política de não reeleição, João Pessoa, sem consultar os correligionários, escolheu sozinho os nomes para compor a chapa. Cometeu o erro, no entanto, tendo em vista as práticas vigentes e com as quais ele mesmo não havia rompido totalmente, de retirar nomes de pessoas ligadas a importantes coronéis (como era o caso de João Suassuna, que além de ter sido Presidente do Estado era um forte aliado do mais poderoso coronel paraibano, José Pereira) e manter o de seu primo, Carlos Pessoa, que já era deputado. Insatisfeito com a escolha da chapa, o coronel José Pereira, junto a um significativo número de chefes políticos, resolveu romper com João Pessoa e no início de março de 1930 deflagrou um movimento armado de combate ao presidente estadual.

A Revolta de Princesa, como ficou conhecido na historiografia o conflito, constituiu-se “o desaguadouro dos embates entre o poder instituído (legal) e o poder privado (consuetudinário)” (RODRIGUES, 1989, p.263). Mobilizando sua clientela para o enfrentamento com o Governo do Estado, prontamente o coronel José Pereira conseguiu arregimentar cerca de dois mil homens bem municiados⁴⁹. O levante armado que a partir daí se desenvolveu durou cinco meses. O mesmo só veio a ser debelado após o assassinato de João Pessoa em julho daquele ano e a consequente intervenção das tropas federais no estado.

Esses são apenas alguns exemplos do período que podemos apontar para demonstrar como o “sistema coronelista” estava presente e era inerente às práticas políticas dos coronéis. Interferir em seu funcionamento muitas vezes levava a situações de violência em que era possível observar todo o poder de mando que os chefes locais possuíam e a capacidade em mobilizar sua clientela em defesa de seus interesses privados.

É diante desse cenário que entendemos existir na Paraíba, nesse período, uma cultura política baseada no coronelismo vigente. Esta cultura política, em consonância com o previsto

⁴⁹ Segundo Rodrigues (1978), a Polícia do Estado naquele ano contava apenas com um efetivo de 870 homens, incluindo o pessoal administrativo. Sobre a Revolta de Princesa, ver RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa** – Uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930). João Pessoa: A União Editora, 1978.

no “compromisso coronelista”, compreendia a aceitação tácita de práticas existentes desde longa data na política brasileira, como o clientelismo, o mandonismo e o familismo. Era através dela que se tornavam largamente difundidas e até aceitas as fraudes eleitorais, as nomeações de parentes dos coronéis em cargos públicos, a opressão a grupos oposicionistas, os assassinatos políticos, além de outras práticas que já mencionamos.

De acordo com Berstein (1998, p. 361),

Submetidos à mesma conjuntura, vivendo numa sociedade com normas idênticas, tendo conhecido as mesmas crises no decorrer das quais fizeram idênticas escolhas, grupos inteiros de uma geração partilham em comum a mesma cultura política que vai depois determinar comportamentos solidários face aos novos acontecimentos.

Assim sendo, acreditamos que estando os coronéis submetidos a uma mesma conjuntura e vivendo em uma sociedade cheia de normas e tradições, acabavam eles por partilhar das mesmas ações políticas acima apontadas, muitas delas já presentes no estado desde longa data. Contribuía para essa homogeneidade de perspectivas sobre o comportamento político tanto a similaridade das experiências sociais como uma consciência compartilhada de pertencimento às classes mais abastadas⁵⁰ (LEWIN, 1993, p.206-206). É sintomática nesse sentido a passagem de uma carta daquele que foi o maior líder oligarca paraibano na Primeira República – Epitácio Pessoa – a seu sobrinho e Presidente do Estado, João Pessoa, recomendando moderação em seu governo:

Já te disse mais de uma vez: ninguém pode estripar num instante vícios arraigados desde anos; deve-se ir com jeito, pouco a pouco, para não chocar violentamente a mentalidade do meio. É preciso não esquecer que êsses vícios se tornaram, pelo hábito, fatos normais, o que atenua sobremodo a responsabilidade de quem os pratica. Por outro lado, substituir um correligionário por um adversário para corrigir o mal é um engano: o adversário vive no mesmo meio, com as mesmas paixões, os mesmos preconceitos, os mesmos pontos de vista acanhados, tendo, mais do que o correligionário a sede da represália: ao cabo de algum tempo a situação é pior. [...] Tudo isto te digo como norma geral, sem referencia a êste ou àquele município, sem ligação com êste ou aquele caso concreto, passado ou futuro (RODRIGUES, 1978, p.66 *apud* PESSÔA, Epitácio, 1962, p.19).

⁵⁰ Podemos associar essas “similaridades das experiências sociais” àquilo que Berstein (1998) e Motta (2009) chamam de “vetores sociais responsáveis pela reprodução de culturas políticas”: família, instituições educacionais, grupos de sociabilidade, etc. No caso dos coronéis da Paraíba, era comum que além de uma conservadora educação familiar, partilhassem eles da mesma educação no Lyceu Paraibano e depois na Faculdade de Direito do Recife, que frequentassem os mesmo ambientes sociais, que se associassem em partidos políticos com programas que pouco se diferenciavam, etc. Sobre o assunto ver BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX & SIRINELLI (org.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363; e também MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas Políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.

Os “vícios”, “paixões”, “preconceitos” e “pontos de vistas” a que Epiácio Pessoa se refere eram a irresponsabilidade fiscal, os desfalques nas rendas públicas, o monopólio privado da violência, o entendimento de terem o direito sobre as nomeações para os cargos públicos ou de desenvolver uma política de parentela, além de outros. Eram esses alguns dos elementos presentes na cultura política que vigorava no estado e que ao menos no discurso a “Revolução de 1930” e os governos interventoriais se propõem a transformar⁵¹.

Daí o surgimento no pós-1930 de uma forte retórica por meio da imprensa, livros e panfletos que atacavam os coronéis e criticavam a excessiva descentralização política existente na Primeira República. Inseridos nesse contexto, os primeiros governos interventoriais paraibanos, entre eles o de Gratuliano Brito, em acordo com perspectivas mais gerais da política nacional, se pautarão pela procura em estabelecer um Estado mais centralizado e em interferir em alguns abusos mais clássicos associados à ação política dos coronéis.

Não queremos com isso dizer que durante o governo de Gratuliano Brito tenha havido uma ruptura drástica com essa cultura política vigente e com suas práticas. Na verdade, o próprio ator político Gratuliano Brito será fruto dessa cultura política e em grande parte alcançará o comando da Interventoria da Paraíba devido a ela. Como pudemos observar no tópico anterior, Gratuliano era filho e neto de coronéis provenientes de tradicionais famílias de elite que sempre se utilizaram das práticas de mandonismo, clientelismo e familismo para assegurar seu poder. Isto lhe possibilitou o acesso a uma boa educação, privilégio para poucos naquele período. Até mesmo no pós-1930 será a sua amizade junto a setores da elite política do estado e principalmente seu parentesco com José Américo que lhe assegurará a presença em postos chave do Governo, entre eles a Interventoria. Assim, o que iremos perceber é que tanto as relações familiares como sua formação cultural influenciará inevitavelmente em suas ações políticas enquanto Interventor, mesmo estando em uma conjuntura de transformações como a do pós-1930.

⁵¹ Vale ressaltar que ao defender a existência de uma cultura política baseada no coronelismo não queremos dizer que esta seja a única cultura política existente na Paraíba ao longo da Primeira República. Entendemos que em um mesmo meio social coexistia uma pluralidade de culturas políticas que podiam ou não apresentar zonas de abrangência que correspondessem à área de valores partilhados. Tivemos, por exemplo, ao longo desses quarenta anos do período em questão, o desenvolvimento de um incipiente movimento operário e também de grupos mais conservadores ligados a Igreja Católica. Ambos detinham uma ideologia particular e propostas próprias para solucionar os problemas políticos. Esses grupos ganharão contornos mais precisos na década de 1930 com o surgimento da Aliança Nacional Libertadora e do Integralismo. Ver BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX & SIRINELLI (org.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p.355.

A indagação que nos cabe fazer, nesse sentido, é a seguinte: as ações adotadas pelo governo interventorial de Gratuliano Brito nos diferentes setores funcionais do Estado paraibano no sentido de tentar atribuir-lhe uma face mais moderna e eficiente de alguma maneira abalou ou interferiu nessas práticas ligadas à cultura política vigente na Paraíba? Essa é uma das questões que pretendemos responder a partir da análise de nossas fontes ao debater o processo de centralização e reestruturação dos setores funcionais da Paraíba no pós-1930.

Vale destacar, todavia, que tanto o processo de centralização como o de modernização e reestruturação dos setores funcionais do Estado não partirão do zero, mas sim tomarão em certo grau os caminhos já iniciados no governo do último presidente eleito no estado antes da “Revolução”, João Pessoa, que já havia dado início a um significativo processo de transformações na política local como veremos a seguir.

1.3 O PROCESSO DE CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E O SISTEMA DE INTERVENTORIAS NA PARAÍBA

1.3.1 O Governo de João Pessoa

Apesar da historiografia sobre o tema não demonstrar de uma forma mais clara, qualquer análise mais detida sobre os dois primeiros governos interventoriais paraibanos no pós-1930 nos evidencia como em muitos aspectos eles deram continuidade às ações iniciadas no governo de João Pessoa, sobretudo do ponto de vista administrativo. Em linhas gerais, podemos afirmar que, na Paraíba, o governo de João Pessoa marcou o início da busca pelo estabelecimento de um Estado mais forte e centralizado com uma estrutura mais moderna e racional. Através da implantação de uma série de reformas, é possível perceber neste governo uma tentativa de reordenamento nos princípios políticos e administrativos vigentes, o que em certo sentido acarretou turbulências no acordo tácito estabelecido pelo compromisso coronelista.

Não obstante ter sido eleito, a chegada de João Pessoa a presidência da Paraíba em 1928 ocorreu devido à escolha do seu tio e chefe oligarca estadual Eptácio Pessoa. Estando no comando da política paraibana desde 1915, Eptácio Pessoa avaliou naquele momento o desgaste que sua liderança vinha sofrendo após tantos anos de domínio epitacista e decidiu que a escolha do novo Presidente estadual deveria recair sobre alguém de sua inteira

confiança e absoluta obediência. Ele desejava no governo alguém capaz de arrefecer as divergências partidárias, moralizar a política e realizar mudanças no sentido de acabar com os excessos praticados por parte de alguns coronéis e nesse cenário o nome do seu sobrinho parecia ser o mais indicado.

A administração de João Pessoa, como se verificaria, acabou tendo um efeito inesperado para a liderança do tio. Desde o início de seu governo ele se mostrou interessado em levar as reformas desejadas além do que Epitácio Pessoa esperava. Quando escolhido para governar o Estado, tomou para si a missão de estabelecer um reordenamento nos princípios da administração pública e da política. Queria ele instaurar uma nova base de poder que fosse mais condizente com as transformações políticas e sociais pelas quais vinha passando a sociedade brasileira e paraibana ao longo das últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 1920⁵². Assim, deu ao seu governo um direcionamento diferente do que estavam acostumados os políticos paraibanos.

Em certa medida, João Pessoa desmereceu as práticas de mandonismo e clientelismo presentes na cultura política do meio e entrou em choque com o arranjo político vigente baseado no compromisso coronelista. No entendimento do novo Presidente, a política paraibana era viciada e corrupta, sendo necessário estabelecer uma moralização geral no Estado⁵³. Isto significava tornar o quanto possível a máquina administrativa imune a

⁵² A exemplo do que ocorria no cenário nacional (apesar da menor intensidade), a Paraíba também passou ao longo da Primeira República por um processo de crescimento urbano e de surgimento de novas classes sociais (classes médias urbanas e operárias). O aparecimento durante esse período de campos de trabalhos mais diversificados (escavadores, construtores, pedreiros, marceneiros, etc.) com as obras da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e as melhorias na economia verificadas nos primeiros anos da década de 1920, fez emergir no estado uma classe média e trabalhadora mais ampla e mais consciente de sua marginalização na política e na economia. A esse respeito, diz Lewin (1993, p. 292): “A campanha presidencial de 1922 ofereceu [...] uma certa abertura, permitindo que se fizesse uma ideia da erosão que se atingia o mundo agrário da Paraíba e do interesse crescente das classes médias pela mudança social e econômica. Além da lei e da ordem, outras questões políticas começaram a exigir a atenção dos leitores de jornais na Paraíba. Impostos, arrecadação de impostos, representação eleitoral e mobilização popular, por exemplo, foram questões que passaram a ser discutidas em artigos de primeira página e, pela primeira vez, em justaposição com assuntos mais cosmopolitas como a questão do socialismo, do feminismo e do internacionalismo do pós-guerra associado à Liga das Nações. [...] A maior integração da economia algodoeira dos sertões com o mercado mundial, ao mesmo tempo em que produzia a desintegração social da ordem rural, fazia no entanto com que políticos e os grupos de classe média aliasassem mais inteligente e criticamente o seu sistema político Ver LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

⁵³ João Pessoa deu a seguinte declaração ao jornal *A União*: “Logo que assumi o governo, [...] verifiquei que tudo estava enfeudado às chefias políticas. O chefe político situacionista não se limitava às suas preocupações ou aos seus deveres partidários. Nos municípios, sobretudo, com honrosas exceções, ele intervinha discricionariamente no mecanismo administrativo. Arrecadava e dispunha, como bem entendia, das receitas públicas. Tributava e não era tributado. Fazia justiça, mas não deixava justicar...”. Ver jornal *A União* de 11 de outubro de 1929, p. 01.

influência dos coronéis, ou em outras palavras, era preciso fortalecer o Estado e reestruturar seus setores funcionais.

Imbuído desses ideais, João Pessoa norteou seu governo em duas linhas gerais de ação: a tentativa de depurar o coronelismo, impondo-lhe a tutela governamental; e a busca pelo estabelecimento do centro comercial do estado na Capital, retirando-o da dependência do mercado de Recife e favorecendo sua articulação direta com os mercados externos (GURJÃO, 1994, p.71). Quando assumiu em 22 de outubro de 1928, a situação da Paraíba era desalentadora. Fazia mais de seis meses que o funcionalismo estava sem receber, a arrecadação do exercício vigente havia sido extremamente modesta, o Estado se encontrava com uma dívida flutuante elevada, além de outros problemas (MELLO, 1978, p. 234). Tendo em vista seus propósitos, João Pessoa deu início a uma série de medidas que visavam sanear o que lhe parecia errado. Voltou seus olhos principalmente para os municípios, que sob o domínio dos chefes locais viviam na sua grande maioria em situação caótica e a mercê dos interesses dos coronéis.

Dentre as medidas que logo se destacaram em suas ações estiveram à destituição de chefes políticos locais e a demissão e remoção de prefeitos, juízes, promotores, delegados e coletores fiscais, muitos deles correligionários de longa data de seu tio Eptácio Pessoa. Como vimos no tópico anterior, dentro do acordo tácito do coronelismo presente na Primeira República, as nomeações para esses cargos eram de estrito controle dos coronéis. Com estas medidas, João Pessoa buscava tutelar o coronelismo e impor os interesses do Estado acima dos interesses privados dos chefes locais. Esperava também transformar o aparato estatal, até então moroso e ineficiente, em um mecanismo de atuação mais eficaz e objetivo, e que não necessitasse da intermediação dos coronéis. No município de Alagoa de Monteiro, por exemplo, destituiu o chefe político, o promotor e o delegado de polícia; em São João do Cariri, o chefe político e o promotor; na comarca de Pombal e Cajazeiras exonerou o promotor (RODRIGUES, 1978, p.29-30). Em relação às prefeituras, estabeleceu ainda uma fiscalização mais homogênea dos seus serviços contábeis e foi sugerida a criação e um tribunal especial para fiscalizar as contas municipais⁵⁴.

⁵⁴ Segundo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello (1982), ao longo do domínio epitacista nunca havia se destituído um prefeito e entregue a liderança política do município ao seu opositor. João Pessoa foi quem rompeu com essa orientação. Ver MELLO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: União Editora, 1982., p.91. Em meio as principais lideranças atingidas pelas medidas de João Pessoa estavam José Gaudêncio de Queiroz, de São João do Cariri; e Flávio Ribeiro Coutinho, líder político da Várzea. Sobre os principais chefes políticos atingidos diretamente ou indiretamente pelas medidas de

João Pessoa também implementou uma forte campanha de combate ao banditismo. Buscou adotar uma nova abordagem para o problema e golpear diretamente a fonte de sobrevivência dos cangaceiros, que eram os próprios coronéis que os acolhiam e lhes fornecia armas em troca de proteção. Para isso, promoveu uma espécie de desarmamento geral, determinando que fossem realizadas buscas nas fazendas dos proprietários rurais para apreensão de armas e proibindo a posse destas nas feiras, estradas e ambientes públicos. Complementar a essa ação, e visando eliminar a ingerência dos chefes locais também na justiça, principalmente na formação de júris, foi promulgada a lei 668, de 17 de novembro de 1928, que determinou que fossem julgados na capital os recursos em casos de assassinatos (RODRIGUES, 1978, p.34).

Tanto as ingerências na escolha de funcionários públicos nos municípios como a campanha de desarmamento representaram um ataque direto à autonomia local dos coronéis. Mas dentre todas as medidas adotadas por João Pessoa, a que sem dúvida causou maior animosidade entre os chefes locais foi a reforma do sistema tributário, que por sua vez estava relacionada ao seu interesse em retirar a Paraíba da dependência comercial em relação a Pernambuco.

Ao assumir o governo, João Pessoa promoveu uma centralização tributária na qual retirou a máquina fiscal das mãos dos coronéis e passou a controlá-la rigorosamente através da Secretaria da Fazenda do Estado. Os chamados coletores fiscais deixaram em regra de ser indicados pelos coronéis e passaram a ser escolhidos dentre indivíduos sem ligações políticas com os municípios (MELLO, 1978, p. 236-237).

O presidente estadual buscou ainda, por meio da adoção de uma nova tabela de impostos de importação e exportação, canalizar o escoamento dos produtos paraibanos para o porto de Cabedelo, favorecendo a coleta dos impostos e o comércio na Capital. O objetivo dessas mudanças era fazer com que o recolhimento das rendas estaduais deixasse de ser prejudicado pelos desvios do comércio que eram praticados através dos estados vizinhos, sobretudo Pernambuco. Um dos principais motivos para que isto ocorresse era o fato de que as estradas de ferro e de rodagem desses estados favoreciam o escoamento dos produtos paraibanos para os seus centros comerciais, principalmente o algodão que era produzido no alto sertão ⁵⁵.

João Pessoa, ver RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Gangorra do Poder (Paraíba – 1889/1930)**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1889, p. 262.

⁵⁵ O município de Princesa, reduto do coronel José Pereira, era um caso exemplar do que ocorria com os produtores do alto sertão: “Para enviar seu algodão a Cabedelo, a 428 quilômetros de distância, os produtores de

Para evitar, então, esse desvio, adotaram-se novas taxas diferenciadas para as transações na capital e no interior. Apesar das diferenciações, as exportações não sofreram tantas alterações já que as alíquotas estabelecidas não se elevaram muito se comparadas às que já vigoravam anteriormente no estado. “Em contrapartida, as importações pelo interior tornaram-se praticamente inviáveis, havendo mercadorias em que a nova tributação impôs aumento de até 900%” (GURJÃO, 1989, p.74).

Os setores comerciais da capital apoiaram fortemente as medidas tomadas pelo Presidente do Estado. No entanto, se as reformas faziam crescer sua popularidade nos meios urbanos, sobretudo na capital onde se encontravam obras para todos os lados, entre os chefes locais não foram poucos os que a contestaram, já que no interior “chegavam primeiro os efeitos do arrocho fiscal e da inflexibilidade das medidas policiais” (MELLO, 1982, p.87). Os coronéis descontentes com as medidas acorreram a Epitácio Pessoa com suas queixas e lamentações. Epitácio, que por sua vez não queria mudanças profundas na estrutura política da qual era beneficiário, tentava em vão conter as reformas do sobrinho: “Continuo a pensar que não é possível extirpar de um só golpe males e hábitos que desde muito estão inveterados na política; precisa é ir pouco a pouco e com prudência” (PESSOA, 1962, p. 03 apud RODRIGUES, 1989, p. 261).

É bem verdade que não podemos negar as origens oligárquicas de João Pessoa e que ele chegou ao Governo da Paraíba como um representante familiar da oligarquia epitacista. Inclusive, nesse sentido, pode-se dizer que a sua “ação reformadora” foi controversa e que, apesar do caráter inovador de algumas de suas medidas, ele não conseguiu (ou não quis) se desvincular totalmente da rede de compromissos oligárquicos inerentes à política estadual. Exemplo disso foi a já aludida escolha unilateral do seu primo Carlos Pessoa para compor a chapa de candidatos ao Congresso Nacional nas eleições de 1929 quando naquele momento ele mesmo argumentava estar implantando uma nova política de não reeleição⁵⁶.

Princesa tinham primeiramente de despachar seu algodão através de mulas e caminhões até a cabeceira da linha férrea em Campina Grande, numa distância de aproximadamente 327 quilômetros. Somente nos 100 quilômetros finais do percurso para a capital é que o transporte se fazia por ferrovia, de modo que o reflexo sobre os custos ocasionado pela infra-estrutura então disponível era ainda diminuto. Assim, os produtores daquele município preferiam enviar seu algodão, através de mulas, até Rio Branco, em Pernambuco, a 130 quilômetros de distância na direção sudeste, de onde a mercadoria podia ser transportada por ferrovia até Recife, a 300 quilômetros dali, com uma considerável diferença para menos no custo do transporte. Além disso, os impostos cobrados em Pernambuco obedeciam a uma alíquota bem menor do que a dos impostos que se cobravam na Paraíba”. Ver LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 340.

⁵⁶ Ainda a esse respeito, diz Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello (1982, , p. 263): “A queixa mais persistente dos políticos aliados da situação dizia respeito ao próprio processo de regeneração a que o Presidente submetia o partido. Porque esse tratamento espartano não era extensivo à família Pessoa, nem aos amigos do

Contudo, parece-nos clara durante o seu governo a tentativa de fortalecimento do Estado em detrimento do poder que detinham os coronéis. Seu governo, em certo sentido, objetivou a construção de uma burocracia centralizada, racional e livre das interferências dos coronéis de modo que possibilitasse ao Estado o domínio sobre seu sistema político e econômico. De acordo com José Octávio de Arruda Mello (1992, p.170),

Refletindo ativação sócio-cultural de sociedade em mudança de padrões, o que se percebia no Nordeste dos anos vinte, a nível de pensamento e ação, é que o Estado teria de converter-se em motor de programa não apenas assistencial, mas de reformulação administrativa e dinamização econômica, como resposta aos que preconizavam o abandono da região com transferência de seus contingentes populacionais para o centro-sul.

João Pessoa parece ter percebido bem esse cenário, daí a sua política sistemática de desprestígio aos chefes locais, as demissões no funcionalismo público, a campanha de desarmamento, a centralização tributária, as reformas administrativas, etc. Era com essas ações que se esperava poder abrir espaço para predominância de um Estado forte e provedor que estivesse acima dos interesses e contendas dos coronéis e também que tivesse condições de atuar de forma mais decisiva no sentido de dar soluções aos problemas econômicos e sociais da Paraíba.

As medidas tomadas, entretanto, não alcançaram seu completo êxito. A fase produtiva do Governo de João Pessoa durou menos de um ano tendo em vista que, após seu ingresso na campanha da Aliança Liberal, sua ação administrativa ficou relegada a segundo plano (MELLO, 1982, p. 100). Além disso, ao concorrer à Vice-Presidência da República, João Pessoa passou tanto a sofrer retaliações do Governo Federal, que cancelou convênios de repasse de recursos para o Estado, como a necessitar do apoio dos coronéis paraibanos em sua campanha, o que deve tê-lo levado a tomar mais cuidado na hora de adotar medidas inflexíveis. Outra dificuldade que seu governo teve de enfrentar foi a Revolta de Princesa, que arrastou as finanças do Estado quase a bancarrota. Apesar disso, percebemos que o Governo de João Pessoa se configurou num ensaio de um novo modelo de Estado que vinha sendo forjado a partir das transformações políticas e sociais pelas quais passava o Brasil e a Paraíba naquele período. Um Estado mais forte, centralizado e provedor. Esta se transformou a meta a

peito. Não se compreendia que, após tantas demissões e supressões de cargos, o Presidente criasse um lugar de almoxarife para nele amparar um cunhado em dificuldade de vida. Tampouco se justificava a criação, por desmembramento, de um cartório em Campina Grande, para um filho de Antônio Pessoa, ou a de um cargo de fiscal do selo adesivo para um amigo de infância, mal sucedido no campo comercial”. Ver MELLO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: União Editora, 1982.

ser alcançada e a perspectiva adotada pelos primeiros governos interventoriais após a “Revolução” de 1930.

1.3.2 A Centralização Política no Pós-1930 e a Interventoria de Anthenor Navarro

A chamada “Revolução” de 1930 teve à sua frente uma composição de forças diversificadas que mesmo de maneira um pouco difusa tinham uma noção razoável dos rumos que queriam imprimir ao país: os setores oligarcas dissidentes desejavam maior participação no poder sem grandes mudanças estruturais; as classes médias em ascensão queriam modificações no sistema político e reformas sociais; e os tenentes, por sua vez, defendiam uma maior centralização do poder como forma de moralizar a política e empreender as mudanças necessárias.

Entretanto, o que se apresentava no Brasil naquele momento era uma grave crise de hegemonia. Nenhuma classe social tinha força suficiente para impor sua orientação de forma dominante. Os grandes proprietários rurais, em um cenário de adversidades, se viram obrigados a deixar o monopólio do domínio político; a burguesia industrial se mostrava ainda insipiente; as classes médias não possuíam o vigor necessário para imprimir uma orientação própria aos destinos da nação; e o operariado, ainda desorganizado, ensaiava os primeiros passos⁵⁷ (WEFFORT, 1980, p. 63-64). Já os tenentes, após a vitória militar, se encontravam em uma conjuntura totalmente nova e para qual aparentemente não haviam se preparado. Segundo Barata (1978, p.150), “estes não tinham um programa, não possuíam uma doutrina, não tinham organização alguma e, a uni-los, havia apenas o desejo de derrubar o Governo. Deposto este, os *tenentes* ficaram aturdidos, atônitos e incapazes de conduzir os acontecimentos”⁵⁸.

Aberto às pressões desses diversos grupos, mas sem se submeter necessariamente a nenhum deles, instaurou-se no Brasil um Governo Provisório sob a liderança de Getúlio Vargas. A mudança gradual que se processou no regime político, a qual teve como fulcro a centralização e o fortalecimento do Estado, esteve basicamente relacionada à

⁵⁷ Sobre a crise de hegemonia no início dos anos trinta, ver Weffort, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

⁵⁸ Sobre o movimento tenentista no pós-1930, ver BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992; e ver também PRESTES, Anita Leocádia. **Tenentismo Pós-30 – Continuidade ou Ruptura?** São Paulo: Paz e Terra, 1999. Ainda sobre a crise de hegemonia daquele período, diz Weffort (1980, p.69): “O novo Governo terá, portanto, que mover-se sempre dentro de uma complicada faixa de compromisso e conciliações entre interesses diferentes e por vezes contraditórios. De nenhum dos grupos participantes – as classes médias, os grupos menos vinculados à exportação e os setores vinculados à agricultura do café – se poderia dizer que teria assegurado para si as funções de hegemonia política. Por outro lado, nenhum desses grupos tem condições para oferecer as bases da legitimidade do novo Estado, para apresentar seus próprios interesses particulares como expressão dos interesses gerais da Nação”. Ver Weffort, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 69.

incompatibilidade entre o formato da organização política até então vigente e as aspirações dessas forças sociais acima citadas. O resultado desse panorama foi a emergência de um Estado Nacional com características diferentes da que antes apresentava.

Na Primeira República, o Brasil havia passado a ser regido por uma Constituição Liberal que implantou no país um regime federativo em substituição ao centralismo que existia no Império. Entre outras questões, essa nova forma de organização do Estado brasileiro acabou por conferir aos estados recém-criados (antigas províncias) uma larga margem de autonomia sobre os mais diversos assuntos (cobrança de impostos, organização judiciária, composição de forças militares estaduais, etc.), que por sua vez era repassada também aos municípios no que lhe cabia. Dentro dessa margem de autonomia, estava a liberdade de cada estado coordenar o sistema político-eleitoral a partir de poderosas máquinas partidárias estaduais, dotando os governadores eleitos de um enorme poder e possibilitando a condução dos negócios de suas respectivas unidades federativas de forma independente e da maneira que melhor lhes conviesse.

Contudo, se o poder dos estados era grande, também o era o dos municípios, já que estes eram dominados pelos coronéis que, como vimos anteriormente, por motivos diversos possuíam forte influência sobre a maior parte eleitorado de que precisavam tanto o Presidente estadual como o Presidente da República.

O federalismo implantado com a República, portanto, possibilitou a emergência de oligarcas e coronéis poderosos em seus respectivos âmbitos de atuação, levando a coexistência contraditória de uma Constituição Liberal com práticas políticas oligárquicas, já que os coronéis não estavam dispostos a, nesse arranjo, prescindir de seus interesses e práticas individuais de clientelismo, mandonismo e familismo (RESENDE, 2003, p.91). Teríamos, então, nesse período, a formação de um Estado Nacional que representava uma coligação de interesses oligárquicos regionais, se sobrepondo nele os interesses da facção dominante representada pela oligarquia cafeeira de São Paulo e Minas Gerais.

Durante as três primeiras décadas da Primeira República, esse projeto de Estado Liberal ganhou forma a partir da ordenação imposta pela Política dos Governadores e seu compromisso coronelista a que já aludimos anteriormente. No entanto, após a primeira Guerra Mundial e com a crise econômica de 1929, as críticas a ele foram se avolumando, tanto pelo reconhecimento da impossibilidade de adaptação ao Brasil de um modelo de Estado Liberal

aos moldes do norte-americano e dos países europeus, como pela sua fragilidade institucional e o reduzido grau de governabilidade e eficiência que na prática apresentava⁵⁹.

Ao mesmo tempo em que se acentuava a crítica ao modelo de Estado Liberal, intensificava-se também o debate em torno da formulação de um outro arcabouço político-institucional capaz de fazer frente a arquitetura insolidária e dominada pelo confronto entre o público e o privado do Estado brasileiro. Segundo os críticos daquele momento, “era necessário vencer o *artificialismo político* republicano, que postulava normas inaplicáveis à *realidade brasileira* e, em o fazendo, combater o arbítrio expresso no *caudilhismo* e em seus derivados: o clientelismo e o personalismo de nossa organização política” (GOMES, 2003, p. 109). O novo Estado em vias de discussão tinha de ser capaz também de lidar com uma série de problemas que vinham ganhando maior notoriedade a partir das transformações sociais e econômicas pelas quais vinha passando o país a partir dos anos 1920: democratização do sistema político, particularmente o processo eleitoral e o exercício efetivo dos poderes; a defesa da incipiente indústria brasileira; reforma e ampliação do sistema nacional de ensino em seus níveis elementar, médio e superior; formalização das relações de trabalho e das atividades sindicais; proteção e incentivo às atividades econômicas; política governamental de aproveitamento das riquezas minerais; entre outras⁶⁰.

Nessa conjuntura, foi crescendo cada vez mais a aceitação de formulações no sentido de que apenas um Estado centralizado, forte e racional poderia encaminhar o Brasil aos rumos do desenvolvimento econômico-social e da modernização político-administrativa. Em um entendimento progressivo, avaliava-se que a dinâmica dos tempos modernos não comportava mais a existência de um governo moroso, ineficiente e corrupto. Ao contrário disso, era preciso que o Estado agisse de forma rápida e eficaz no sentido de tomar para si funções de especialização técnica voltadas para os interesses nacionais. Colocando de uma outra forma, “a busca por solucionar os problemas do país através de fórmulas empíricas, da aplicação de métodos apriorísticos e sem base na realidade deveria ceder a métodos de planejamento prévio e com base em dados científicos” (IANNI, 1996, p.38).

⁵⁹ Segundo Ângela de Castro Gomes (2003, p. 111), a partir dos anos 1920 foi se tornando mais claro que o Estado republicano de então “não havia conseguido um bom desempenho na tarefa de forçar os principais atores privados (as oligarquias) a cooperar, abandonando seus interesses mais particulares e imediatos, em nome de horizontes de longo prazo”. Ver, GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. In: **Revista USP**. São Paulo, n. 65, p.105-119, março/maio de 2005.

⁶⁰ Ver, IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p.27.

Após a “Revolução” de 1930, esse ideal de modernização e fortalecimento do Estado rapidamente passou a ser implementado através do Governo Provisório de Vargas, como aludimos. O caminho encontrado para tal foi o da centralização estatal, que podemos definir de maneira genérica como sendo a constituição de aparatos técnico-burocráticos de controle e intervenção sobre a economia e outros setores funcionais do Estado – saúde, instrução pública, justiça, segurança, obras públicas, etc. (SOUZA, 1983, p. 83). Tratava-se, pela primeira vez no Brasil, de construir um Estado Nacional moderno, que ampliasse suas funções de intervencionismo econômico e social, ao mesmo tempo em que se montava uma burocracia tecnicamente qualificada e impessoal (GOMES, 2003, p. 107).

O grupo político que chegou ao poder no pós-1930, portanto, depois de instalado, foi tomando uma série de providências visando, entre outros objetivos, superar a política fragmentada baseada nos interesses oligárquicos regionais, criar os mecanismos necessários para intervenção do Estado em diferentes setores e organizar as classes sociais de modo estabilizar a ordem político-social. Dentre as ações adotadas, estiveram: a criação de Ministérios, Conselhos Administrativos e outros órgãos com o intuito de centralizar as ações necessárias e coordenar as decisões políticas; a suspensão do funcionamento de todas as organizações partidárias; o fechamento do Congresso Nacional; a promulgação de leis e decretos visando dar um novo arcabouço jurídico ao Estado; o incentivo a realização de debates sobre os problemas econômicos, financeiros, administrativos, educacionais e tecnológicos do país; entre outras⁶¹ (IANNI, 1996, p.34). Era com medidas como essas que se esperava viabilizar o controle do poder central sobre as esferas estratégicas do Estado. Nesse sentido, a ideia de autonomia das unidades federativas foi rompida, estando estas a partir de então sujeitas às ingerências de um Governo Federal que se propunha forte e moderno.

Do ponto de vista político, este novo Estado que se engendrava não permitia antagonismos de classes nem disputas violentas. Assim, também foram sendo criados órgãos reguladores com o objetivo precípuo de controlar a atividade convencional e normativa dos diferentes grupos sociais, estimulando e regulamentando a criação e o funcionamento de associações empresariais, núcleos industriais e organizações sindicais (ABREU, 2013, p. 117). Por essa direção, esperava-se forçar um processo de estatização das relações de disputas de classe, tornando o Estado também um espaço público destinado à canalização de interesses

⁶¹ Ver também SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil, 1930 a 1964**. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

que a partir de então se exprimiriam organizados corporativamente sobre seu controle e mediação⁶².

Quanto à relação desse novo Estado centralizador com os grupos oligárquicos regionais, observa-se que estes últimos foram sendo absorvidos numa nova dinâmica de relação de poder que tinha como fulcro o chamado sistema de interventorias.

O sistema de interventorias foi o mecanismo político-institucional criado por Vargas responsável por interligar as oligarquias estaduais, os ministérios e a Presidência da República. Diferentemente do que acontecia na Primeira República, os governadores dos estados não seriam mais escolhidos pelas oligarquias estaduais e sufragados em eleições fraudulentas. Passariam agora a ser indicados diretamente pelo Presidente da República:

As interventorias e departamentos administrativos constituíram-se em instrumentos eficientes para a centralização, na medida que articulavam as oligarquias estaduais, os ministérios e a presidência da República. Desta forma a 'política dos governadores', veículo de consolidação do sistema de compromissos mútuos entre as situações dominantes nas diversas esferas do poder, foi substituída por um sistema, cujas deliberações convergem para o governo federal através da intermediação dos interventores e departamentos administrativos (GURJÃO, 1994, p. 106).

As interventorias representavam uma parcela do poder central em cada estado da federação, o que enfraquecia as oligarquias regionais a medida que os indivíduos investidos no cargo não dependiam delas para desempenharem suas funções. Contudo, mesmo sendo os interventores delegados do Governo Provisório revestidos de amplos poderes, não podemos pensar neles como que totalmente dissociados de relações com os grupos políticos dominantes locais (DINIZ, 1986, p.93). Na verdade, em diversas situações eram eles mesmo membros da elite local ou elementos que procuravam estabelecer algum tipo de ligação com estas, tendo em vista o objetivo de promover a convivência pacífica entre as oligarquias e o poder central. Por meio do sistema de interventorias, portanto, foi se forjando um novo modo de articulação entre as forças políticas em que ao mesmo tempo se manteve os alicerces do mandonismo característico da Primeira República e assegurou ao Governo Central a autonomia necessária para implantar as mudanças desejadas (GURJÃO, 1994, p.107).

Há nesse novo modo de articulação entre Estado e oligarquias uma mudança significativa do ponto de vista político, já que de certo modo os coronéis que dominavam o

⁶² Exemplo relevante desse novo meio de articulação pode ser atribuído às camadas operárias. Estas, no pós-30, são chamadas a apresentarem suas demandas e participarem do processo de tomada de decisões através da ação sindical, mas de uma ação sindical que será controlada pelo próprio Governo Central.

cenário político no pré-1930 também serão subordinadas aos interesses de um Poder Central. No entanto, contraditoriamente isso não quer dizer que o domínio das oligarquias chega ao fim no pós-1930. Isto não ocorre porque na verdade

O desmantelamento da velha ordem não ultrapassou os limites de uma “modernização conservadora”: sem qualquer reformulação radical da estrutura sócio-econômica existente encaixava-se no sistema político novos grupos e interesses, devidamente cooptados e burocratizados. Assim, dadas as características sociais do movimento de trinta, e dado o quadro internacional de crescente polarização do entre-guerras, a almejada implantação de um Estado forte e centralizado significou, de fato, não a marginalização dos interesses econômicos dominantes do período anterior, mas sim uma redefinição dos canais de acesso e influência para a articulação de todos os interesses, velhos ou novos, com o poder central (SOUZA, 1983, p.85).

Percebe-se, então, que não era objetivo de Vargas a eliminação radical das oligarquias do cenário político nacional, mas sim a sua submissão aos interesses de um poder central fortalecido. Assim, entendemos não ter sido a tomada do poder empreendida em 1930 uma revolução no sentido de uma ruptura drástica com a ordem anteriormente vigente. Apesar dos diferentes interesses no interior das forças protagonistas do Movimento, aqueles que acabaram por conduzir as mudanças não pretendiam fazer alterações políticas mais profundas, e ao não empreenderem alterações significativas nas relações de produção e nem substituírem as oligarquias por outra fração de classe social no domínio hegemônico da política do país, a “revolução” que se pretendia antioligárquica acabou por se caracterizar um movimento de reformas não estruturais.

Em relação às transformações políticas operadas na Paraíba, ou da falta destas, diz Eliete de Queiroz Gurjão (1994, p.85) que

[...] não encontramos diferenças substanciais entre o novo bloco no poder e o que foi dele alijado. Aquele que, a partir de 1930, assumia o comando da política paraibana, gerado no seio das disputas oligárquicas, vestia nova roupagem para entrar em cena sob a imposição dos novos condicionamentos históricos.

No entanto, o processo de constituição de um novo aparato burocrático-estatal desenvolvido em âmbito nacional a que vimos aludindo até aqui se deu concomitantemente a uma reestruturação das máquinas administrativas estaduais. O que se observou no período foi que se buscou instituir um novo conceito administrativo, baseado em um maior planejamento e racionalidade das ações governamentais, e, nesse sentido, mesmo muitas vezes não conseguindo romper de forma mais profunda com o poder local, o papel do interventor foi decisivo.

Na Paraíba, o processo de centralização e de reestruturação dos seus setores funcionais teve início com José Américo de Almeida, que, como já mencionado, logo que vitoriosa a “revolução” no estado assumiu o governo paraibano. À frente do Executivo estadual, José Américo tomou medidas de caráter centralizador como demitir e nomear funcionários nos órgãos federais do estado (alfândega, serviço de indústria pastoril, distrito telegráfico, etc.) e dissolver a Assembleia Legislativa Estadual e os Conselhos Municipais. Contudo, tendo José Américo ficado apenas um mês e vinte dias na chefia do governo, visto a sua nomeação para o cargo de ministro de Viação e Obras Públicas, coube a Anthenor Navarro consolidar o processo de centralização e modernização dos setores funcionais do Estado paraibano⁶³.

A interventoria de Anthenor Navarro coincidiu com o momento de maior prestígio dos “tenentes”, o que a princípio dificultou uma maior aproximação dos chefes locais paraibanos à política e ao aparelho estatal. Em sintonia com os preceitos dos militares revolucionários, ao longo de sua administração, Navarro deu mais intensidade ao processo de centralização e fortalecimento do Estado e implementou uma série de mudanças na política paraibana no sentido de dismantelar as forças oligárquicas: colocou, nos 39 municípios do estado, prefeitos estranhos ao meio político; ordenou prisões de oposicionistas perrepistas; cobrou impostos atrasados; perseguiu a imprensa; e removeu e demitiu funcionários públicos (SANTANA, 1999, 76).

Para levar a efeito na Paraíba um processo transformações similar ao que se operava em âmbito nacional, a administração de Anthenor Navarro se pautou em duas linhas de ações principais: o soerguimento econômico do Estado e o controle fiscalizador das municipalidades (SANTOS NETO, 2007, p. 48).

No imediato pós-1930, as finanças da Paraíba estavam em ruínas por conta da Revolta de Princesa e do Movimento “Revolucionário” de 1930. Mesmo assim, quando assumiu a Interventoria, Navarro buscou dar continuidade tanto ao conjunto de obras como às políticas renovadoras de centralização político-administrativas iniciadas por João Pessoa. Nesse sentido é que, com vistas ao soerguimento econômico, já nos primeiros momentos de seu governo registraram-se exonerações e transferências de servidores públicos. Segundo Santos Neto (2007, p.52):

⁶³ A chegada de Anthenor Navarro a interventoria se deu por indicação de Juarez Távora (líder militar da “Revolução” no Norte do país) e José Américo. Ex-diretor da Repartição de Água e Saneamento da Capital no governo de João Pessoa, Navarro manifestava um forte espírito revolucionário. Sua escolha ocorreu devido a sua destacada participação na articulação do levante de outubro, sendo-lhe atribuído o fato de ter sido um dos mais destemidos dentre os tenentes civis que participaram do assalto ao 22ºB.C na capital.

De 1931 a 1932, o funcionalismo paraibano foi completamente reduzido e subordinado às ordens da interventoria. O Estado ditou as determinações e as funções a serem exercidas sem a interferência do poder local. As remoções e exonerações atingiram principalmente os “filhotes” do poder local que, na maioria dos casos, não exerciam regularmente suas funções e, na medida em que a interventoria reorganizou o quadro funcional da Paraíba, também redistribuiu as funções, criou outras e equiparou os vencimentos de acordo com os encargos e aptidões [...] (SANTOS NETO, 2007, p. 52).

A ação da Interventoria se voltou principalmente para o controle sobre as prefeituras. Muitos prefeitos foram exonerados sob a justificativa de incompatibilidade com a função ou improbidade administrativa atentatória à ordem moral e pública. Os principais objetivos dessas mudanças eram o de economizar com a diminuição dos gastos com a folha de pagamento de pessoal e ao mesmo tempo tentar acabar ou minimizar a influência que os chefes oligarcas exerciam nas questões administrativas estaduais e municipais.

Ponto importante nesse processo foi o da reestruturação das Mesas de Rendas que eram responsáveis pela coleta dos impostos. Para conter os abusos cometidos pelos coronéis nesse setor, Anthenor Navarro deu continuidade a reestruturação iniciada ainda no governo de João Pessoa e passou a nomear fiscais à revelia dos chefes locais, buscando com isso assegurar a isenção dos arrecadadores de rendas e minar a influência dos coronéis sobre estes. Além disso, melhorou os vencimentos e as condições de trabalho dos fiscais assegurando a otimização da arrecadação (SANTOS NETO, 2007, p. 53).

Por meio do Decreto Estadual nº 30, os prefeitos foram ainda obrigados a publicarem mensalmente dados sobre suas receitas e despesas. Para o governo interventorial, o objetivo era tutelar a ação político-administrativa dos municípios e minar as ingerências dos chefes locais nas questões do Estado:

De leste a oeste da Paraíba a interventoria intensificou os expurgos; em Santa Rita, Flávio Ribeiro Coutinho, chefe político e perrepista, perdeu sua influência na burocracia municipal quando, por decreto, a interventoria colocou a cidade de Santa Rita na condição de Sub-prefeitura de João Pessoa e nomeou José Flóscolo da Nóbrega sub-prefeito; em Patos, as famílias Firmino e Sátiro, aliadas no controle da Mesa de Renda do município e na detenção dos cargos públicos da cidade, deram vez a crescente onda de substituições e exonerações: a interventoria nomeou para prefeito Adalgício Olynto e Silva em substituição Pedro Firmino; em São João do Cariri, os Gaudêncio sentiram o desprestígio dispensado pela interventoria e a crescente aniquilação de sua influência política no municípios (SANTOS NETO, 2007, p. 57-58).

Apesar de a origem de algumas dessas ações ter se verificado ainda no governo de João Pessoa, como o início da perda de influência de Flávio Ribeiro Coutinho em Santa Rita e o desprestígio dispensado aos Gaudêncios em São João do Cariri, de acordo com Santos Neto (2007, p.57) o que se percebe é que sob o comando de Anthenor Navarro o processo de centralização estatal foi anti-oligárquico e afrontou as bases do poder local a partir do alijamento dos coronéis das esferas de atuação do Estado, “valendo-se para isso do discurso da moralidade política [...]”. Desarticular os currais coronelísticos foi o principal objetivo traçado por Navarro e quase todas as medidas tomadas em seu governo, direta ou indiretamente, se voltaram para alcançar essa meta.

Concomitante a essa ação renovadora, o controle do Estado sobre seus setores funcionais também foi se expandindo, levando-o a atuar mais fortemente em áreas como educação, finanças, economia, saúde, justiça e obras públicas. Para uma ação mais eficaz, Anthenor Navarro tomou como base as sugestões propostas nas *Trinta Teses sobre os Problemas e Necessidades da Paraíba*, um conjunto de proposições apresentadas em um estudo técnico sobre os problemas e necessidades da Paraíba encomendado por José Américo ainda enquanto esteve à frente do Governo.

Em diversas áreas de atuação do Estado foram tomadas medidas que visaram uma maior centralização e eficiência de suas ações: a instrução pública foi unificada sob o controle do Governo Estadual, na segurança foi criado um Departamento de Polícia Civil subordinado diretamente a Secretaria de Segurança e Assistência Pública, na saúde preocupou-se com a disseminação do atendimento no interior do estado, na economia passou-se a atuar de forma mais decisiva como fomentador do desenvolvimento, além de outras ⁶⁴.

O Governo interventorial de Navarro, no entanto, foi abruptamente interrompido pela sua morte em abril de 1932, assumindo em seu lugar Gratuliano Brito. Mesmo adotando uma postura política diferente do seu antecessor, o novo interventor deu continuidade a algumas ações de centralização e reestruturação do Estado paraibano.

⁶⁴ Sobre as medidas tomadas nos setores funcionais do Estado durante a interventoria de Anthenor Navarro, ver SANTOS NETO, Martinho Guedes. **Os Domínios do Estado: a Interventoria de Anthenor Navarro e o Poder na Paraíba**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.

1.3.3 A Centralização Politico-Administrativa na Interventoria de Gratuliano Brito

Como vimos, a indicação do interventor Anthenor Navarro, identificado com os ideais tenentistas, levou na Paraíba à intensificação do processo de centralização e fortalecimento do Estado iniciado ainda no governo de João Pessoa. Essa orientação, em certa medida, teve continuidade na interventoria de Gratuliano Brito. Contudo, como buscaremos mostrar mais adiante, diferentemente de seu antecessor, que teve como uma de suas principais linhas de ação de governo a desestruturação do poder oligárquico, o novo interventor desenvolveu um governo mais moderado politicamente e aberto a reconciliações com os chefes locais.

Quando Gratuliano Brito assumiu a Interventoria, o momento era de crise em diversas áreas: sentia-se ainda muito fortemente no estado os ressentimentos das disputas políticas de 1930, isto é, da Revolta de Princesa e da própria “Revolução”; a crise econômica de 1929 continuava causando reflexos na economia brasileira e paraibana; uma terrível seca assolava o Nordeste; e, para completar, logo no início de sua gestão rebentou uma revolta armada no estado de São Paulo para a qual a Paraíba, assim como quase todos os outros entes da federação, se viu na obrigação de dispensar esforços para combatê-la. O interventor não tinha, portanto, um programa de governo preestabelecido e fundamentado de acordo com as necessidades e interesses fundamentais do Estado. Segundo ele, para atuar em seu novo cargo, contava apenas com um acervo de apreciações colhidas no exercício das funções de membro do Conselho Consultivo e no contato com os negócios da Secretaria do Interior e Segurança Pública, da qual foi titular durante três meses (ESTADO DA PARAIBYBA, 1935, p.03-04).

Diante da forma inesperada com a qual se tornou interventor devido à morte de Navarro e da sua alegada falta de planejamento prévio, só restou a Gratuliano Brito, em um primeiro momento, dar continuidade as ações que já estavam em andamento. É perceptível por meio da análise dos documentos oficiais do governo como durante todo o período em que atuou como interventor interino ele procurou seguir a risca as diretrizes e ações que já haviam sido determinadas por Navarro antes de sua morte. Em quase todos os decretos e ações publicadas nesse período fazia-se questão de deixar claro que as medidas administrativas que estavam sendo tomadas haviam sido decisões do seu antecessor⁶⁵. Apenas após sua efetivação no cargo, em 28 de junho de 1932, é que Gratuliano Brito começou a imprimir características próprias ao seu governo.

⁶⁵ Mesmo sendo decisões tomadas ainda por Navarro, vale destacar que estas passavam pelo crivo do José Américo, que liderava a política estadual.

No que se refere à centralização político-administrativa e a reestruturação dos setores funcionais do Estado, sua administração deu sequência a preocupação de tutelar os municípios e coibir, em certa medida, alguns os abusos praticados pelos coronéis. Na sua concepção, era papel do Estado auxiliar os governos municipais interferindo da melhor maneira possível em suas questões administrativas e financeiras. Dizia ele a respeito dos governos municipais e das transformações pelas quais vinham passando no pós-1930:

É bem verdade que nem todas as administrações municipais orientaram os seus cometimentos encarando objetivos mais praticos e alcançando os assumptos fundamentais da região, entretanto, isso corre por conta de uma mentalidade que jamais poderia ser modificada sem a intercorrencia do factor tempo. Dahi resulta que ao Estado cumpre assistir a vida municipal, mantida a interferencia do governo nas questões administrativas e financeiras dos municipios, para que, afinal, se estabeleça um sentido mais racional no trato dos seus negocios publicos em beneficio destes e sobretudo do proprio Estado, cujos interesses se confundem com os problemas municipais. (ESTADO DA PARAHYBA, 1935, p.178)

Em sua procura, então, por interferir positivamente nos municípios do interior, centralizando a tomada de decisão em setores chaves, Gratuliano Brito extinguiu por meio do Decreto nº 307, de 6 de agosto de 1932, a junta de inspeção das municipalidades que havia sido criada por Navarro. No seu entendimento, as prefeituras estariam melhor assistidas e fiscalizadas respondendo diretamente à Secretaria do Interior e Segurança Pública, o que passou a acontecer a partir de então. Decorrente também do Decreto 307, toda parte de projetos, orçamentos e construções de obras públicas de interesse dos municípios passaram a necessitar de aprovação da Diretoria de Obras Públicas do Estado, o que representou uma forte limitação na autonomia municipal.

Ainda em relação à administração municipal, os prefeitos continuaram obrigados a publicarem mensalmente balancetes sobre a vida financeira e contábil dos municípios. Esta foi uma prática instituída ainda por João Pessoa e que teve continuidade nos governos subsequentes. Eram balanços minuciosos publicados no jornal *A União* que traziam informações tanto sobre a Receita arrecadada como sobre as despesas com funcionalismo, obras, instrução, etc.; até os gastos com a limpeza pública e com o cemitério da cidade eram por vezes relatados⁶⁶. Isto permitia um amplo controle da interventoria sobre a administração municipal, visto que aqueles prefeitos que demonstrassem inabilidade para conduzirem as prefeituras podiam rapidamente ser substituídos.

⁶⁶ Ver, por exemplo, os balancetes das prefeituras de Brejo do Cruz, Princesa, São João do Cariry, Pombal, Cabaceiras, Soledade, Mamanguape, Araruna, Catolé do Rocha, Picuhy, Alagoa Grande, Alagoa de Monteiro e Caiçara publicados ente maio e dezembro de 1932 no jornal *A União*.

É o que aconteceu, por exemplo, em janeiro de 1933, com Lafayette Cavalcanti, prefeito de Campina Grande que teve sua exoneração decretada após desentendimentos com a Interventoria. O jornal *A União* explicou a saída de Cavalcanti da prefeitura nos seguintes termos:

O govêrno vinha recebendo reclamações a respeito da má actuação dos negocios publicos de Campina Grande, o mais importante município do Estado. E era apontado como indice do descaso do sr. Lafayette Cavalcanti, a circumstancia de viver aquelle cidadão dias sucessivos em sua fazenda, menos preocupado com o interesse da comuna do que com os seus haveres particulares. No entanto essas reclamações, levadas á conta de desinteligências pessoaes, nunca produziram maiores consequências. Agora, porém, tendo o sr. Lafayette Cavalcanti assumido, em varias oportunidades, atitudes visivelmente hostis ao governo do Estado, foi exonerado das suas funções, uma vez que teimava em permanecer deslembado de que o cargo é de confiança e devia abrir mão do mesmo, para ficar mais á vontade.⁶⁷

O controle da Interventoria sobre quase todos os aspectos da administração dos municípios levava a que os prefeitos seguissem a risca as determinações do governo estadual e demonstrassem extrema lealdade ao interventor e ao grupo político do qual este fazia parte. Por meio das cartas enviadas por prefeitos a Gratuliano Brito, percebemos tanto a submissão destes aos desígnios do governo interventorial quanto a preocupação que havia em mostrarem-se aptos a conduzirem os negócios do município. Em uma dessas cartas, diz o prefeito do município de Sapé: “Estou tratando do Balanço da Prefeitura, e só para a semana estará terminado; findo este, estarei ahi para receber de V. Excia suas ordens” (MENEZES, 1933, p.1)⁶⁸. Essas demonstrações de obediência se repetem em várias das cartas consultadas, demonstrando ser essa subserviência uma regularidade nas relações entre governo interventorial e prefeituras.

Esta era a nova dinâmica administrativa que se instituiu no Estado a partir do governo de João Pessoa e com mais intensidade após o Movimento de 1930. A pretendida moralização política e administrativa tão mencionada em jornais e documentos do período passou a ser buscada via centralização e fortalecimento do Estado. A interventoria entendia que as prefeituras não podiam mais proceder de modo autônomo, sofrendo com as ingerências dos coronéis na política local. Era preciso criar mecanismo de controle e fiscalização das

⁶⁷ Jornal *A União*, 06 de janeiro de 1933, p.01. No lugar de Lafayette Cavalcanti assumiu Antônio de Almeida. Outros prefeitos foram sendo substituídos ao longo da administração de Gratuliano Brito. Entre eles, o de Caiçara, o de Anthenor Navarro (Município), o de Umbuzeiro, o de Araruna e o de Campina Grande novamente em 1934.

⁶⁸ Carta enviada por Epaminondas Menezes, prefeito do município de Sapé, ao interventor Gratuliano Brito. 06 de abril de 1933. Acervo da Fundação Casa de José Américo.

municipalidades de modo a possibilitar que os interesses do Estado fossem colocados acima dos interesses privados dos coronéis. E quanto aos prefeitos, cabia a eles prestar contas exclusivamente ao Interventor e ser leal aos seus desígnios.

Em relação ao funcionalismo público estadual e municipal, Gratuliano Brito seguiu a orientação de reduzi-lo e subordiná-lo às ordens da Interventoria. Diante das dificuldades financeiras pelas quais passava o Estado no início de sua gestão, o interventor suprimiu diversos cargos públicos com o objetivo de gerar economia e tentar reduzir a interferência dos chefes locais em algumas áreas consideradas fundamentais para administração pública, a exemplo do fisco. Assim sendo, continuaram recorrentes as publicações nas páginas oficiais do jornal *A União* acerca de exonerações, transferências, indeferimento de licenças desnecessárias e suspensão de vencimentos de servidores⁶⁹. Os municípios também seguiam a mesma orientação, o que é possível observar através dos relatórios que eram publicados pelos prefeitos municipais. Relatou, por exemplo, Sabiniano Maia, prefeito de Mamanguape entre 1932-1934:

Existiam ao assumir o exercicio a 22 de setembro de 1932, 27 funcionarios publicos, percebendo a importancia mensal de 2:800\$000. Como medida de economia exonerei onze (11), existindo actualmente 16, com os vencimentos mensaes de 1:550\$000.

[...] Esta medida de redução do funcionalismo, que aliás, nenhuma falta fez ao serviço publico foi tomada em observancia ao Codigo dos Interventores⁷⁰.

Percebemos, portanto, que tutelar as administrações municipais foi um dos caminhos encontrados pelo governo do Estado e pelo governo central para efetuar o desmonte da estrutura político-administrativa baseada no coronelismo existente até 1930 na Paraíba. No nosso entendimento, o governo de Gratuliano Brito não se furtou diante da finalidade de centralização e fortalecimento do Estado que então se impunha. As medidas tomadas afetaram diretamente os interesses dos coronéis locais que, durante a sua administração, continuaram tendo dificuldades para exercer suas práticas de mandonismo e clientelismo do mesmo modo

⁶⁹ Ver as páginas destinadas aos assuntos oficiais do Estado no jornal *A União* entre maio de 1932 e outubro de 1934.

⁷⁰ Jornal *A União*, 07 de outubro de 1934, p. 11-12. O Código dos Interventores determinava que os Interventores e prefeitos deveriam se empenhar em realizar o equilíbrio orçamentário em suas administrações. Além disso, dizia em seu art. 20º: “Cada Interventor, ou prefeito, mandará proceder o estudo da organização administrativa do Estado ou município respectivo, procurando melhorar e facilitar os serviços, reduzir os quadros do funcionalismo, proporcionando-lhes as vantagens e garantias necessárias”. Ver ESTADO DA PARAÍHYBA. **Código dos Interventores e Regimento do Conselho Consultivo do Estado da Parahyba (1932)**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1932. Ver também os relatórios das prefeituras de Alagôa Nova, Sapé e Anthenor Navarro publicados no jornal *A União* entre janeiro e junho de 1933.

que antes da “Revolução”. Como veremos melhor no próximo capítulo, as nomeações para alguns setores da administração pública como o fisco ou até mesmo a Instrução Pública já não sofriam da parte dos coronéis a mesma influência de antes; as obras já não eram mais realizadas graças exclusivamente à ação benemerita dos chefes locais, mas sim a um Estado que se pretendia mais forte, atuante e racional; a justiça também começava a ganhar outros contornos. Essas medidas acabaram por interferir no poder e na influência dos coronéis, que inevitavelmente tiveram que se adequar a este novo ordenamento que se instituía.

Contudo, atento aos interesses do Governo Central que desejava manter harmoniosa a sua relação com os grupos oligárquicos regionais, Gratuliano Brito não teve por objetivo alijar completamente os coronéis da política paraibana. A despeito dos momentos iniciais do seu governo, em que o discurso revolucionário de combate às oligarquias ainda se apresentava muito forte, procurou ele rapidamente seguir as orientações de José Américo no sentido de estabelecer uma reconciliação com as forças políticas locais que se encontravam em conflito por conta da Revolta de Princesa e da “Revolução” de 1930.

Sobretudo a partir do momento em que foi tomada a decisão por parte do Governo Central em reconstitucionalizar o país no ano de 1933, percebemos com maior clareza a continuidade de certas práticas ligadas a cultura política coronelista, a exemplo de uma preocupação maior em ceder aos anseios dos coronéis por nomeações e remoções de amigos e parentes ou a própria escolha de prefeitos provenientes das tradicionais famílias oligárquicas. É nesse sentido que entendemos que o governo de Gratuliano Brito foi pouco a pouco se mostrando mais pragmático do ponto de vista político que o de seu antecessor, como veremos mais adiante.

Enquanto Navarro agiu de modo intransigente demitindo prefeitos e funcionários e nomeando pessoas “estranhas” ao meio político para comandar as prefeituras no interior, Gratuliano Brito, mesmo dando continuidade a algumas medidas que visaram tutelar as administrações municipais ao governo estadual e as tornar mais racionais e eficientes, não teve por objetivo alijar as velhas lideranças da política local. Assim, ao mesmo tempo em que se buscava implementar as mudanças centralizadoras que eram impostas pela conjuntura “revolucionária”, procurava-se estabelecer uma reconciliação com as forças político-oligárquicas do estado. Nossa hipótese, portanto, é a de que a administração de Gratuliano Brito deu sequência as medidas de centralização política e reestruturação dos setores funcionais do Estado paraibano, mas diferentemente de Navarro não buscou alijar os coronéis da política estadual, evitando, deste modo, entrar em um conflito aberto com estes.

Podemos citar como exemplo dessa postura conciliatória que assumiu o governo interventorial a própria escolha do Secretário do Interior e Segurança Pública. Tendo determinado que estariam as prefeituras subordinadas a essa secretária, habilmente Gratuliano Brito tomou o cuidado de procurar para esta pasta um indivíduo capaz de estabelecer um bom relacionamento com os prefeitos, que, como dissemos, em certa altura do seu governo já começaram a ser recrutados entre as forças político-oligárquicas locais. Assim é que foi nomeado como Secretário Argemiro de Figueiredo, um destacado advogado de Campina Grande que possuía bom trânsito com os coronéis do estado. O sucesso de Argemiro de Figueiredo na relação com as forças políticas locais foi tão evidente que aos poucos ele próprio construiu uma forte base de apoio que contribuiu para sua candidatura ao Governo da Paraíba em 1934, vindo a suceder o próprio Gratuliano Brito.

Contudo, destacamos mais uma vez que mesmo aos poucos permitindo uma reaproximação dos chefes locais à política paraibana, as ações nos setores funcionais do Estado continuaram se ampliando. Áreas como instrução, saúde, obras, economia, justiça e segurança pública passaram cada vez mais a receber as atenções de um Estado que agora se pretendia forte, centralizado e racional.

CAPÍTULO 2 – A ADMINISTRAÇÃO INTERVENTORIAL: PODER ESTATAL X PODER LOCAL

2.1 REFORMAS E INCENTIVOS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA

À frente da interventoria na Paraíba, Gratuliano Brito procurou dar seguimento ao processo de reestruturação dos setores funcionais do Estado que havia sido iniciado por seu antecessor Anthenor Navarro. Entre esses setores estava o da instrução pública, que ao longo da Primeira República era utilizada largamente pelos coronéis como uma ferramenta para ampliação de seu poder local e para atender suas práticas de clientelismo e mandonismo.

Como vimos no capítulo anterior, os grupos detentores do poder local, essenciais para manutenção da ordem e para as eleições dos membros das diferentes esferas do poder, tinham sob seu comando uma série de prerrogativas que lhes asseguravam autoridade e influência em um determinado espaço social, estando entre elas o domínio sob a expansão da instrução pública. Assim sendo, historicamente na Paraíba o desenvolvimento da instrução pública se deu de modo a atender aos interesses de mando dos chefes locais, sendo a criação das cadeiras isoladas e a nomeação de professores feitas de forma a garantir a popularidade destes chefes e justificar seu empenho e poder (PINHEIRO, 2002, p.33). Ou seja, o desenvolvimento da instrução pública estava imerso em um quadro de ingerência dos coronéis nos negócios do Estado.

Antes do importante papel de ser empregada como meio para educar a grande massa de analfabetos existentes, a expansão do ensino através da criação de cadeiras isoladas e posteriormente de grupos escolares atendia ao interesse de conferir prestígio ao chefe local e a servir como cabide de emprego aos membros de sua parentela (LEWIN, 1993, p.113). Os professores nomeados quase sempre não eram os que apresentavam as melhores habilitações para desempenhar as atribuições que o cargo exigia, mas sim aqueles que tinham alguma aproximação com os coronéis, mesmo que não possuíssem qualificação nenhuma para função. Segundo Pinheiro (2002, p.49), “nessa época, o planejamento da organização escolar era feito de forma precária, estando a distribuição geográfica das cadeiras isoladas à mercê dos interesses de cada liderança política estadual e/ou municipal”.

Analisando as Mensagens (relatórios) de governo enviadas anualmente pelos Presidentes paraibanos à Assembleia Legislativa Estadual é possível constatar como era evidente a fragilidade ou falta de interesse do Estado em ditar outros rumos à instrução

pública e procurar melhores resultados nesta área durante as primeiras décadas do período republicano. As falas dos governantes estaduais reconhecendo a precariedade da situação da instrução se repetem em vários dos relatórios:

O ensino publico permanece atrophiado, improfícuo e não valendo a somma que em elle despende o Estado (PARAHYBA, Estado da, 1892, p.10);

Permanece no mesmo estado de atraso, desprestigio e insufficiencia que em minha anterior mensagem ficou esboçado, o importantissimo departamento da administração publica de que se occupa este capitulo.

A primaria, que reclama reforma radical para que possa proporcionar os beneficos resultados á que se destina, embora deficiente e incompleta como se acha, seria clamorosa injustiça dizer que é em pura perda o que com Ella se despende. Entretanto é forçoso reconhecer que os resultados não correspondem ao despendio com que é costeadada no orçamento do Estado (PARAHYBA, Estado da, 1902, p.11);

A instrucção primaria na Parahyba, ressaltadas poucas excepções, é quase uma burla, podendo-se mesmo dizer que é contraproducente em muitos dos seus desejados effeitos.

Não temos prédios escolares.

Que fez a Parahyba em tantos e tão dilatados annos de autonomia financeira, no que se relaciona com a mais sympathica e a mais fecunda das attribuições do Estado?" (PARAHYBA, Estado da, 1913, p.10)

Não houve até aqui modificação sensível neste ramo do serviço publico. Os defeitos que commummente lhe apontamos, derivam, em sua maioria, da falta de uma organização mais efficiente, de modo a effectivar, com segurança, os dispositivos regulamentares que ficaram, em face da situação financeira do Estado, como letra morta no corpo da reforma de 1917 e da lei 567, de 23 de outubro de 1913" (PARAHYBA, Estado da, 1925, p.121).

É sintomático que estas falas partam dos próprios governantes estaduais, evidenciando como eles mesmos reconheciam a dificuldade em desenvolver medidas que alcançassem resultados positivos mais concretos nesta área. As lamentações se davam sempre no sentido de atribuir essa falta de ação do Estado a “difícil situação financeira” em que este se encontrava⁷¹. Era a arrecadação de impostos insuficiente ou as terríveis secas que devastavam o estado e sua economia que sempre apareciam como vilões da história. No entanto, de acordo com Pinheiro (2002, p.63), esta não é uma explicação suficiente que sirva como

⁷¹ “Apesar do vivo interesse que tenho pelo desenvolvimento da instrucção publica primaria, sinto diser-vos que os recursos financeiros ainda não permitem a introdução de mais largos melhoramentos, de modo a tornar completo o aparelhamento para suas respectivas funções deste importante ramo administrativo”. PARAHYBA, Estado da. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa em 1º de setembro de 1907 por ocasião da instalação da 4º sessão da 4º legislatura pelo presidente do estado, des. José Peregrino d’Araujo. Parahyba do Norte, Imprensa Official, MCMVII [1907]. p.11. “Por motivos dependentes da escassez das nossas rendas, não foi ainda possível ao Governo executar a Lei n. 313 de 18 de outubro do anno passado, que autorizou o poder executivo a instituir grupos escolares nos municípios”. PARAHYBA, Estado da. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa do estado em 1º de setembro de 1910 por ocasião da instalação da 3º sessão da 5º legislatura pelo presidente do estado João Lopes Machado. Parahyba do Norte, Imprensa Official, MCMX (1910), p.18.

justificativa quanto à omissão do Estado em relação aos investimentos na instrução pública, já que

No caso específico da Paraíba, foram os condicionantes políticos, muito mais que econômicos, que mais influenciaram o processo de organização da instrução pública. Essa influência política se manifestou tanto pela ação de agentes da sociedade civil, por meio de suas “representações”, como, e principalmente, pela ação dos agentes integrantes da sociedade política organizada – os coronéis – com suas práticas clientelistas individuais.

Mesmo em alguns momentos de relativa melhora econômica, a exemplo do ano de 1914, as dotações orçamentárias para instrução sofriam redução⁷². Desse modo, a despeito de percebermos nos discursos presentes nos relatórios todo um entendimento acerca da importância da Instrução, na verdade, não podemos atribuir a ação ou a falta de ação do Estado apenas a melhora ou piora da economia estadual, mas sim a falta de planejamento para implementar medidas na área. A consequência dessa situação foi que as condições da instrução pública continuaram ruins no estado, sobretudo quanto a um maior alcance do número de matrículas. Isto levou o presidente estadual Solon de Lucena, em 1924, a expor que

É ainda um problema a resolver esse da instrução publica em nosso Estado. Apesar dos esforços continuados de todas as administrações, do governo Castro Pinto, aos nossos dias, as reformas têm sido meras reformas de papel, sem a finalidade desejada, ficando muito aquém das exigências de uma organização precisa e eficiente. [...] é força confessar que ainda não possuímos um systema escolar na altura das necessidades da nossa população infantil (PARAHYBA, Estado da, 1924, p.10).

Percebemos, então, que a instrução pública paraibana durante o período compreendido entre 1889-1930 não conseguiu encontrar um caminho eficaz ao seu desenvolvimento⁷³. É

⁷² Diz Pinheiro (2002, p. 67): “Nos anos de 1900 e 1901 este setor contou com parques 16,1% e 13,8%, respectivamente, ocupando o quarto e quinto lugares no contexto geral de distribuição do total de recursos orçamentários do Estado. Em 1914, a situação ficou ainda mais precária quando apenas 5,2% do total do orçamento lhe foram destinados [...]”. Ver PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade de São Francisco, 2002. Ainda sobre esse assunto, diz Lewin (1994, p. 255) que “embora a alíquota de taxação tenha se mantido constante, as rendas estaduais do período 1908-1912 cresceram 48% em relação ao período 1903-1907”, o que não foi suficiente para observarmos diferença quanto aos investimentos na Instrução Pública. Ver LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

⁷³ No governo de João Pessoa (1928-1930), percebe-se até certo ponto um maior interesse em expandir a instrução o máximo possível pelo território da Paraíba. Segundo este governante, se não fosse possível ofertar um ensino tal como ofertado em outros estados de maiores recursos, dever-se-ia difundir o máximo possível a instrução pública pelo interior. A finalidade seria “desanalfabetizar” o maior número alcançável de pessoas, sendo este visto como um primeiro passo para que os indivíduos pudessem desenvolver seus conhecimentos

bem verdade que ao longo desse tempo tentativas de reformas foram empreendidas: o Decreto nº 265, de 29 de julho de 1905, substituiu o pessoal docente da instrução primária por professores normalistas e criou novos incentivos ao professorado; a Lei nº 313, de outubro de 1909, instituiu os Grupos Escolares; ou ainda o Decreto nº 873, de 21 de dezembro de 1917, que reformou a instrução pública⁷⁴. No entanto, a falta de caráter sistêmico dessas medidas e a ausência de empenho em implementá-las acabava fazendo com que elas tivessem um pequeno alcance – quase sempre restrito as escolas da capital – ou se tornassem meras reformas de papel.

Outra questão a destacar é que estas ações não se propunham a resolver aquele que parece ter sido um problema relevante para o desenvolvimento e melhora da qualidade instrução pública paraibana: a interferência das relações coronelistas na sua expansão. Os coronéis, em seus respectivos espaços de influência, continuaram até 1930 utilizando-se amplamente da educação como forma de fortalecimento de seu poder de mando. A instalação de cadeiras isoladas e depois de grupos escolares nos municípios era associada ao empenho destes em conseguir “benefícios” para população, fortalecendo a sua imagem de “benfeitor” e aumentando sua influência sobre o eleitorado local. Abria-se, assim, espaço para que eles utilizassem vastamente as escolas como cabide de emprego para sua clientela, ocupando no cargo de professor, diretor ou inspetor escolar indivíduos que muitas vezes não possuíam qualificação alguma para a função.

Com a vitória do Movimento de 1930, houve uma importante modificação na forma como era encarado o desenvolvimento da educação. A partir desse momento, se tornou perceptível uma crescente mobilização nacional em favor da implementação de um sistema de ensino amplo, público e universal, cujo propósito seria “atender às novas demandas sociais inseridas em um contexto de avanços tecnológicos e crescimentos urbanos” (SANTOS NETO, 2007, p.67). Nesse processo, percebe-se, entre outras coisas, a busca por estabelecer por meio da educação tanto os novos parâmetros políticos-ideológicos de socialização dos cidadãos, como uma nova dinâmica no setor voltada para o atendimento das necessidades de

posteriormente. Outra ação do governo de João Pessoa de resultados positivos parece ter sido seu empenho em estabelecer uma maior fiscalização nas escolas. Com esse intento, organizou por meio do decreto 1.652, de 22 de março de 1930, o serviço de Inspeção Técnica Escolar, dividindo o estado em 5 diferentes zonas e nomeando, diante dos limites financeiros, inspetores comissionados apenas nas duas primeiras. Sobre o assunto, ver as Mensagens (relatórios) de 1929 e 1930 enviadas pelo Presidente João Pessoa à Assembleia estadual.

⁷⁴ Sobre as reformas presentes na legislação do período, ver ANANIAS, Mauricéia. **A Legislação da Educação Pública no Estado da Paraíba, 1889-1970 – Primeiros Apontamentos**. Revista HISTEDBR, nº 27, setembro de 2007. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/27/sumario27.htm>.

formação técnica-profissional da força de trabalho, uma imposição na conjuntura de modernização e transformação econômica que se operava no país.

Buscando soluções para a educação brasileira, os esforços do Governo Central a partir de então se deram no sentido de criar organismos nos quais as questões relevantes passassem a ser empreendidas de uma forma mais centralizada e vistas sobre uma perspectiva mais técnica. Com esse objetivo é que, ao apresentar no dia 03 de novembro de 1930 o seu plano para “reconstrução nacional”, Vargas irá propor a criação, no que se refere ao ensino, do Ministério da Educação e Saúde Pública. Essa medida será sucedida por outras como a criação do Conselho Nacional de Educação, em 1931, e a organização do ensino secundário nesse mesmo ano⁷⁵.

Para além da implantação desses novos mecanismos do Estado, nesse momento educadores, professores e intelectuais foram instados a debater os problemas e sugerir soluções para as questões relacionadas à instrução. Assim é que liderados pelos professores Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando Azevedo, um grupo de intelectuais irá publicar o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), um conjunto de formulações políticas, pedagógicas e didáticas com a finalidade de efetivamente reformular a educação nacional⁷⁶.

Por meio dessas ações, ficava evidente que as ideias renovadoras não permaneceriam apenas no discurso como quase sempre acontecia na Primeira República. De forma mais decidida, a partir de então o próprio Estado Nacional foi quem passou a sugerir “saídas” para instrução por meio de ações e políticas mais direcionadas e eficazes. De um modo geral, as questões sociais, incluindo os problemas da Instrução, passaram a ser objeto de políticas de caráter nacional, isto é, passaram a emanar de um Estado centralizado que abarcou em suas próprias instituições os interesses de segmentos da estrutura social (DRAIBE, 1985, p.76). Nesse contexto, a exemplo do que ocorria a nível nacional, os governos estaduais, através de seus interventores, deveriam adotar diretrizes semelhantes com vista a realizar uma transformação no setor da Instrução Pública. E assim o buscaram fazer os governos dos interventores paraibanos Anthenor Navarro e Gratuliano Brito.

⁷⁵ O Conselho Nacional de Educação foi criado pelo decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931; e a organização do ensino secundário se deu através do decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Sobre o assunto, ver GHIRALDELLI, Paulo. *Filosofia e História da Educação brasileira*. Barueri, SP: Manole, 2003. p. 29-30

⁷⁶ O Manifesto dos Pioneiros da Educação buscou formular princípios para solucionar os problemas nacionais no que se refere à educação. Dentre propostas defendidas no manifesto, estava a defesa de uma educação nacional “democrática”, “humana”, “geral”, “leiga” e “gratuita”, além de uma maior relação entre educação e trabalho. Sobre o assunto ver GHIRALDELLI, Paulo. *Filosofia e História da Educação brasileira*. Barueri, SP: Manole, 2003. p.75.

Anthenor Navarro se mostrou um entusiasta da educação. Sem dúvida a Instrução Pública foi o setor do aparato estatal que mais teve atenção do seu Governo. Com vistas a solucionar os problemas que afligiam a área – como a falta de prédios escolares, de inspeção técnica e a influência dos coronéis e das práticas coronelistas⁷⁷ –, foram tomadas uma série de medidas, sendo a principal delas a unificação da Instrução sob a tutela do Governo Estadual.

Por meio do decreto nº 33, de 11 de novembro de 1930, Navarro determinou que na Paraíba o ensino público primário passaria a constituir um serviço exclusivamente ligado ao governo estadual. Com essa medida, além de encampar as escolas municipais ligadas ao poder local, o interventor procurou minar a influência dos coronéis nas questões relacionadas à educação. Estando a instrução pública sob a tutela do Estado, além de uma ação mais unívoca no que se refere ao ensino ministrado nas várias escolas existentes no território paraibano, professores, diretores e inspetores escolares não seriam mais, em regra, nomeados a partir da influência de chefes locais, mas sim diretamente pela Diretoria de Ensino Primário. Segundo Santos Neto (2007, p.71), o objetivo era manter, na medida do possível, a instrução pública afastada das ingerências políticas, o que levou à demissão e substituição de professores e funcionários da educação que, até então, eram pouco informados e geralmente estavam a serviço do poder local. Foram várias as exonerações publicadas na parte oficial do *A União* que acusavam os professores de improbidade funcional ou de serem semialfabetizados⁷⁸.

Outras medidas de longo alcance ainda foram tomadas pelo interventor: obrigou-se aos municípios repassarem aos cofres estaduais uma taxa mensal de 15% de sua receita para financiamento do setor; regulamentou-se a fiscalização técnica por meio da criação da Diretoria de Ensino Primário e da instalação de Núcleos Setoriais de Ensino, cada um com um Inspetor Regional⁷⁹; e ainda estimulou a disseminação de grupos escolares pelo estado, sendo iniciadas a construção de vinte deles só durante a sua administração, um número maior que a quantidade de grupos escolares construídos ao longo de toda Primeira República⁸⁰.

⁷⁷ Sobre os principais problemas da instrução pública na Paraíba em 1930, ver PARAHYBA, Governo Revolucionário da. **Problemas e Necessidades da Parahyba**: sugestões apresentadas pela comissão que o governo revolucionário designou para estudar os. Nº 279. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1931.

⁷⁸ Ver SANTOS NETO, Martinho Guedes. **Os Domínios do Estado**: a Interventoria de Anthenor Navarro e o Poder na Paraíba. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.

⁷⁹ O Trabalho de organização do serviço de Inspeção Técnica nas escolas teve início no governo de João Pessoa, mas foi melhor regulamentado na administração de Anthenor Navarro. Foram criados Núcleos Setoriais de Ensino nas cidades de João Pessoa, Areia, Itabaiana, Campina Grande, Patos e Sousa.

⁸⁰ A expansão dos Grupos Escolares iniciada na Paraíba a partir de 1916 é exemplar da incapacidade do Estado em atuar efetivamente no setor educacional. Segundo pudemos apurar, a adoção dos grupos escolares como modalidade mais adequada para desenvolvimento da instrução estava prevista no estado desde 1909, por meio da

Fica perceptível, portanto, que no pós-1930 as ações na área da instrução pública adquiriram um caráter diferente do que possuíam em outros tempos. Por meio de um governo mais centralizado e interventor, o Estado paraibano passou também a se colocar como provedor e orientador das medidas indispensáveis a um melhor desenvolvimento da Instrução. Em contraste com a falta de planejamento e ação dos Governos estaduais da Primeira República, o Estado agora era quem se mostrava imprescindível para o desenvolvimento educacional. Sendo assim, observa-se no período “a construção de um modelo de instrução pública estatizada e comprometida com o ritmo das ações do Estado, enquanto provedor e regulador do sistema de ensino [...]” (SANTOS NETO, 2007, p74). É nesse cenário que estarão inseridas as ações o governo de Gratuliano Brito, como veremos.

A administração interventorial de Gratuliano Brito procurou dar continuidade as medidas tomadas por Anthenor Navarro no sentido de reestruturar o setor da instrução pública. Assim sendo, tanto se manteve a unificação do ensino como se estabeleceu uma fiscalização técnica mais intensa de modo a assegurar um bom funcionamento dos estabelecimentos escolares do estado. Teve continuidade também a construção de vários grupos escolares e ainda foram empreendidas algumas ações visando uma melhora qualitativa do ensino ofertado, a exemplo da criação de uma Escola de Capacitação para professores de que falaremos mais adiante.

Essas ações estavam em pleno acordo com o que vinha se discutindo e praticando em âmbito nacional, a exemplo das recomendações tanto da V Conferência Nacional da Educação – que sugeriu não entregar aos municípios a direção dos sistemas locais de ensino, dado o estado embrionário destes e a falta de orientação técnica especializada –, como do Governo Central, que determinou a “supressão de todo e qualquer controle ou interferência da política na esfera educacional”⁸¹.

Dentre as ações adotadas por Gratuliano Brito no período, teve destaque a intensificação da fiscalização técnica nas escolas. Na documentação oficial por nós consultada, encontramos vários relatórios tanto dos inspetores das zonas escolares como de

Lei estadual nº 313, de outubro daquele ano. Contudo, o primeiro Grupo escolar só veio a ser construído em 1916, evidenciando como em relação a construção dos Grupos os governos estaduais agiram lentamente até 1930. Foram criados durante toda Primeira República apenas 14 grupos, sendo 5 localizados na capital e os demais nas principais cidades do interior. Ver PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade de São Francisco, 2002, p.139.

⁸¹ Sobre a V Conferência Nacional de Educação, ver jornal *A União* do dia 26 de fevereiro de 1933, p.03. Sobre as recomendações do Governo Central, ver o Comunicado da Diretoria Geral de Informações Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública, Jornal *A União*, 08 de abril de 1933, p.01.

diretores de algumas escolas. Esses relatórios tratam dos mais diversos aspectos do funcionamento da Instrução Pública, como situação do mobiliário, condições de higiene dos prédios, doenças que atingiam determinadas regiões prejudicando os alunos, a prática docente, ações diversas como abertura de inquéritos para apurar irregularidades e a própria ação dos inspetores. No que nos aponta o relatório apresentado pelo Inspetor Técnico da 3ª Zona Escolar, por exemplo, podemos perceber como as novas orientações metodológicas sugeridas pelos Pioneiros da Educação Nova pareciam estar sendo seguidas. Segundo o que é relatado, “os novos métodos, o ensino analítico, as associações, as excursões escolares e outros meios educativos que a escola nova nos ensinou, estão sendo postos em prática em muitos dos nossos estabelecimentos de educação” (PARAHYBA, Inspectoria Regional da 3ª zona de Ensino do Estado da., 1934, p.02).

Já no relatório apresentado pelo inspetor da 5ª zona escolar, temos um exemplo de como a inspeção técnica passou a fiscalizar mais de perto a atuação dos professores. Relata o Inspetor que ao chegar de surpresa na povoação de Várzea, em Santa Luzia do Sabugy, uma professora já havia encerrado suas aulas muito antes do horário previsto. Foi-lhe questionado o porquê de ter encerrado o expediente antecipadamente e recomendado que tal fato não voltasse a acontecer⁸².

Outro caso interessante relacionada às inspeções regionais foi noticiado no jornal *A União* do dia 09 de outubro de 1932. Trata-se de um episódio ocorrido com a professora Eudesia de Carvalho Vieira. Segundo a notícia, a referida professora vinha nos últimos quatro anos usufruindo de constantes licenças, tendo trabalhado apenas 15 meses dos últimos 37. No entanto, foi identificado pela Diretoria de Ensino Primário que a professora em questão estava regularmente cursando a Faculdade de Medicina em Recife, recebendo os proventos do exercício do cargo praticamente sem trabalhar. Ao ficar ciente do que estava acontecendo, o governo só não a exonerou porque foi verificado que fora os prazos das licenças legais a professora não faltou 30 dias consecutivos de trabalho, como previa os regulamentos para tal ato. No entanto, foi determinado que não fossem mais concedidas licenças a professora e que esta reassumisse imediatamente sua cadeira na escola⁸³.

Assim, ao que esses relatórios de inspeção escolar nos apontam, alguns hábitos recorrentes praticados pelos professores antes de 1930, como tirar licenças por conta própria, gozar de longas temporadas em outros estados e municípios ou preencher “com números

⁸² Ver Relatório da Inspectoria Técnica Regional do Ensino da 5ª Zona Escolar, p.02-03. Arquivo Público Estadual da Paraíba.

⁸³ Ver jornal *A União* de 09 de outubro de 1932, p.04.

fantasiosos todos os dias letivos do boletim de movimento escolar”, foram pouco a pouco sendo cada vez mais combatidos (MELLO, 1956, p.98). De certa forma, percebe-se que por meio de um governo mais centralizado e interventor e também a partir da conjuntura do momento estava-se atento às necessidades de mudanças na educação, inclusive no que diz respeito à atuação dos professores, como podemos observar na seguinte fala do Diretor de Ensino Primário:

E o resultado não se fez esperar. Professores que foram encontrados fora do exercício de suas funções e que recebiam integralmente os vencimentos a que não faziam jús, escolas creadas para afilhados dos antigos chefes locais, só eram conhecidas na escripta do Thesouro; grupos escolares que devido á falta de efficiencia do ensino amesquinham-se por si mesmo, reduzidos a uma frequencia ridicula, por não merecerem a confiança dos paes de familia, tudo desapareceu para hoje cederem logar ao trabalho honesto e productivo ⁸⁴.

Mesmo considerando exagerado o relato do Diretor de Ensino Primário, ao que parece, a fiscalização técnica agiu com eficiência no sentido de buscar disciplinar o funcionamento das escolas. Além disso, por meio dela o Estado pode unificar os procedimentos e conteúdos adotados em todos os grupos escolares, tomando para si uma responsabilidade maior sobre o ensino que era ofertado. Ainda através dos inspetores regionais, foi possível mapear as localidades do estado em que era mais necessária a construção de prédios escolares, possibilitando uma ação mais eficiente nesse quesito.

Assim, não obstante as dificuldades financeiras que se abateram sobre a Paraíba nos momentos iniciais do governo Gratuliano Brito, a Interventoria buscou também dar continuidade a construção de vários grupos escolares iniciados por Anthenor Navarro, além de criar outros. Foram concluídos e mobiliados, entre os anos de 1932 e 1933, o Grupo Escolar Rio Branco, em Patos; o Grupo Escolar 24 de Janeiro, em São João do Cariri; o Grupo Escolar Anthenor Navarro, em Guarabira; o Grupo Escolar Targino Pereira, em Araruna; o Grupo Escolar João da Mata, em Pombal; o Grupo Escolar Monsenhor Milanez, em Cajazeiras; o Grupo escolar Coêlho Lisboa, em Santa Luzia do Sabugi; e ainda o edifício da escola Reunidas, em Soledade. Vários outros prédios escolares ainda passaram por algum tipo de reforma ou reparo: os grupos escolares “Tomás Mindelo”, “Isabel Maria das Neves”, “Epitácio Pessoa”, “Padre Ibiapina”, “Antonio Pessoa”, “João Machado”, “Professor Cardoso”, “Solon de Lucena”, “Gama e Melo”, “Professor Batista Leite”, e os edificios

⁸⁴ Jornal *A União*, 12 de março de 1933, p. 05.

escolares de Espírito Santo e Catolé do Rocha, sendo os três primeiros na capital e os demais no interior⁸⁵.

No ano de 1934 foram criados por meio do decreto nº 606, de 23 de novembro de 1934, os grupos escolares Abel da Silva, em Ingá; Professor João Soares, na cidade de Caiçara; Peregrino de Carvalho, na cidade de Espírito Santo; Antônio Gomes, em Catolé do Rocha; e Affonso Campos, em Pocinhos. Dentre esses, o Grupo Affonso Campos foi terminado nesse mesmo ano juntamente com o Grupo escolar da cidade de Bananeiras.

Vê-se, então, que diferentemente de outros períodos, a expansão do ensino ganhou um ritmo mais acelerado. Por quase todo interior já era possível encontrar escolas funcionando ou em construção. No espaço de menos de quatro anos foram criados mais de 20 grupos escolares, tendo sido concluídas as obras e inaugurados mais de 10 deles. Este é um dado relevante para compreensão de como através desse novo Estado mais centralizador e que se propunha racional que ascendia foi se desenvolvendo uma reestruturação dos serviços educacionais. Essa reestruturação, em certo sentido, impactava nas prerrogativas de poder que detinham os coronéis, visto que essa ação mais direta do Estado acarretava em perda de sua influência. As escolas já não chegavam aos municípios graças à ação benemérita dos chefes locais. A unificação do ensino, por sua vez, gerava certas dificuldades para empregar elementos de sua parentela. Enfim, atuava agora um governo interventor que procurava com suas medidas atender algumas necessidades da população sem precisar contar necessariamente com a mediação ou interferência do poder local.

Quanto à qualidade do ensino, algumas medidas adotadas parecem ter alcançado um resultado positivo. Com objetivo de estimular a difusão de métodos pedagógicos modernos e eficientes entre os professores de todo estado, assim como deixá-los inteirados das ações tomadas pelo Departamento de Instrução Pública, foi criada a *Revista de Ensino* através do decreto nº 287, de 08 de junho de 1932. A *Revista de Ensino* era de publicação trimestral, sendo obrigatória a todos os profissionais do magistério primário e normal a sua assinatura mediante uma contribuição paga semestralmente. Em suas publicações eram retratados os mais diversos temas: orientações sobre a higiene escolar, artigos que exaltavam a importância do bom ensino, biografias de “heróis” paraibanos, atos oficiais relativos à educação e outros de caráter técnico sobre a prática pedagógica e sobre o ensino das várias ciências (matemática,

⁸⁵ PARAHYBA. Repartição de Agricultura e Obras Públicas da. **Relatório apresentado ao Sr. Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas pelo engenheiro civil Ítalo Joffily Pereira da Costa, Diretor da Repartição de Agricultura e Obras Públicas, sobre os trabalhos realizados no ano de 1933.** João Pessoa, Imprensa Oficial, 1934, p.10-11-12 e 21.

língua materna, etc.)⁸⁶. A Revista se mostrou um mecanismo inovador no sentido de contribuir para qualificação dos professores sob as bases das proposições sugeridas pelos Pioneiros da Educação Nova.

Ainda visando melhorar as condições técnicas da instrução, a Diretoria de Ensino Primário enviou a Pernambuco uma comissão de professores do Estado a fim de realizar observações didáticas e fazer pesquisas sobre os métodos de ensino lá utilizados para adotá-los nas escolas paraibanas. Ao fim da expedição, foi apresentado um minucioso relatório que descreve toda a ação dos professores paraibanos nas visitas às várias escolas no estado vizinho, no qual, por fim, dentre as propostas que são feitas, são sugeridas tanto a criação de um Jardim de Infância, como a concepção de uma escola de aprimoramento para os professores:

Em se tratando de renovação dos nossos métodos pedagógicos é questão principal o preparo técnico do professor, tornando-se para isso necessário que a Diretoria de Ensino promova a criação de um centro de cultura técnica.⁸⁷

Em observância a proposta dos professores, foi criada por meio do decreto nº 497, de 12 de março de 1934, a Escola de Aperfeiçoamento de Professores. A Escola de Aperfeiçoamento destinava-se a ampliar o conhecimento dos professores diplomados pelas escolas normais ou estabelecimentos congêneres reconhecidos ou oficializados pelo Estado. O seu curso tinha o prazo de dois anos e era constituído por disciplinas como psicologia, história da pedagogia, metodologia, história natural, educação sanitária, física e química, língua portuguesa e literatura nacional, entre outras⁸⁸. A partir de sua criação, só poderiam ser nomeados diretor de grupos escolares, professores de escolas complementares e inspetores técnicos de ensino aqueles que por ela fossem diplomados. As aulas da Escola de Aperfeiçoamento tiveram início no dia 03 de abril de 1934, e funcionaram provisoriamente no Grupo Escolar Thomas Mindelo, na capital.

Foi criado também pelo governo o primeiro Jardim de Infância da Paraíba e a Biblioteca Infantil, ambos funcionando no Grupo Escolar Thomas Mindelo. O Jardim de Infância e a Biblioteca Infantil iniciaram suas atividades no dia 02 de julho de 1934 e

⁸⁶ Sobre a revista de ensino, consultamos os exemplares nº 1, 3 e 10 existentes na Biblioteca de Maurílio de Almeida.

⁸⁷ Relatório das observações feitas na Escola de Aplicação de Recife apresentado ao Sr Diretor de Ensino pela professora Clementina Moura, adjunta do Grupo Escolar Isabel Maria das Neves em 27 de outubro de 1933. Disponível no Arquivo Estadual da Paraíba.

⁸⁸ Decreto nº 508, de 03 de abril de 1934, que dá regulamento à Escola de Aperfeiçoamento. *Jornal A União*, 04 de abril de 1934.

passaram a se configurar como importantes mecanismos no processo de alfabetização das crianças.

A interventoria de Gratuliano Brito procurou ainda tomar medidas com vistas ao ensino profissionalizante. Nesse sentido, empreendeu melhorias no Instituto Agrônomo “Vidal de Negreiros”, em Bananeiras, que passou a prestar serviços de assistência, proteção e tutela a menores desvalidos, oferecendo, a estes, educação moral, cívica, física e profissional; criou a Escola de Sericultura com o objetivo de formar técnicos agrícolas especializados naquela cultura⁸⁹; e conseguiu junto ao Ministério da Agricultura a instalação da Escola Superior de Agricultura no município de Areia, empreendimento para o qual colaborou com a aquisição do terreno, edificações e algumas outras obras complementares⁹⁰.

Essas medidas voltadas ao ensino profissionalizante estavam em comum acordo com os planos do governo Vargas de formar mão-de-obra técnica especializada para atender as necessidades de modernização e desenvolvimento econômico que se impunham naquele momento ao país. À Paraíba, por ser um estado de economia essencialmente agrícola, cabia a formação de técnicos agrícolas especializados nos mais diferentes tipos de culturas. Nesse sentido é que se destacaram, dentre as medidas, citadas a construção da Escola de Sericultura, uma das melhores do país, e a instalação da Escola Superior de Agricultura, que era responsável pelo oferecimento de cursos agrícolas diversos.

Mediante essas inúmeras ações adotadas, entre os anos de 1931 e 1933 pode-se observar um aumento significativo no número de matrículas, de estabelecimentos escolares e de professores na Paraíba, como podemos ver na tabela que segue.

Tabela 1 – EVOLUÇÃO DO ENSINO NA PARAÍBA (1931-1933)

Anos	Matrícula	Unidades escolares	Professores
1931	27.767	452	554
1932	36.678	528	685
1933	43.493	568	753

FONTE: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados do Anuário Estatística da Paraíba do ano de 1933. ESTADO DA PARAÍBA. **Anuário Estatístico**. Ano IV – 1933. Imprensa Oficial: João Pessoa, 1936, p. XI e XII.

⁸⁹ A Escola de Sericultura foi inaugurada no dia 03 de abril de 1934. Jornal A UNIÃO de 04 de abril de 1934.

⁹⁰ ESTADO DA PARAÍBA. **Actos do Interventor Federal**: Decretos de 1934, administração do interventor Gratuliano Brito. João Pessoa: Imprensa oficial. 1935, p. 05.

Entre os anos de 1931 e 1932 o número de matriculados aumentou em mais de 8.000 alunos e o de professores em mais 100. Em todo o período tivemos um aumento de mais de 15.000 matrículas e quase 200 professores incorporados. Segundo o Diretor de Instrução Primária, só na capital, que no ano de 1932 bateu seu recorde de matrículas em suas escolas públicas com 4.264 alunos, teve esse número aumentado em 1933 para 5.457 matriculados⁹¹. Tudo isso num curto espaço de três anos, demonstrando como com um maior planejamento outro rumo podia ser tomado neste setor funcional do Estado.

Mesmo estando longe de fazer frente à demanda de um estado em que no ano de 1933 ainda apresentava um percentual de analfabetos na casa dos 70%, as medidas tomadas por Anthenor Navarro e Gratuliano Brito na educação parecem ter iniciado um processo gradativo de desenvolvimento a partir de um maior planejamento e de investimentos mais regulares.

Portanto, durante administração de Gratuliano Brito, entendemos que o Estado paraibano não se eximiu diante dos novos condicionantes políticos e administrativos que se colocavam ao setor educacional no pós-1930. A manutenção da unificação do ensino, a implementação de uma fiscalização técnica mais intensa e a expansão ocorrida por meio da construção de vários grupos escolares, contribuíram tanto para a reestruturação do setor educacional paraibano como para concretização do ideal de modernização e fortalecimento do Estado que então se impunha. Em consonância com o que se desenvolvia em âmbito nacional, na Paraíba, o governo também caminhou na direção de criar os mecanismos necessários para ampliar suas funções de intervencionismo no sistema educacional e, assim, criar políticas mais sistemáticas e eficazes no setor.

De acordo com o que nossas fontes puderam nos apontar e com o que foi exposto até aqui, ao término do governo de Gratuliano Brito, estava o Estado dotado de um serviço de intensa fiscalização técnica, com inspetores subordinados diretamente a um Diretor de Ensino, possibilitando uma melhor coordenação das ações; de um centro de qualificação para os professores, o que representava a busca por uma melhora qualitativa; de instituições de ensino técnico-agrícola, respondendo às exigências por mão-de-obra especializada demandadas pela economia local; de um mecanismo de difusão de métodos pedagógicos mais atuais e também das políticas governamentais do setor (*Revista de Ensino*), unificando os procedimentos e conteúdos adotados; e de grupos escolares funcionando ou em construção em quase todos os municípios do estado, ampliando o acesso à educação. Ou seja, acompanhando as transformações coordenadas pelo governo federal, o Estado paraibano também procurou

⁹¹ Ver *Jornal A União* de 12 de março de 1933, p.05.

planejar, regular e intervir, tornando-se ele próprio o condutor do desenvolvimento da Instrução Pública através uma máquina burocrático-administrativa centralizada que paulatinamente foi se expandindo e trazendo reflexos positivos ao setor.

Assim, mesmo com a permanência de alguns problemas, a exemplo da necessidade de mais inspetores regionais ou da continuidade de algumas ingerências políticas, o resultado desse panorama foi uma melhora relevante nos números de matrículas em todas as regiões do estado.

2.2 A AÇÃO INTERVENTORIAL EM UMA PRECÁRIA SAÚDE PÚBLICA

A ação dos governos interventoriais no pós-1930 também se fez presente no setor funcional da Saúde Pública. Mesmo de forma mais modesta do que na Instrução, o Governo de Gratuliano Brito procurou conferir a esta área uma continuidade das medidas que vinham sendo tomadas pelos governos anteriores, bem como buscou atribuir uma dinâmica diferente a forma como historicamente eram desenvolvidos os trabalhos nesse setor durante a Primeira República.

De acordo com o que pudemos apurar, ainda mais do que a Instrução, a Saúde Pública parece não ter recebido dos governos paraibanos a atenção necessária para ao menos minimizar os problemas que a afligiram entre 1889 e 1930. Ao longo desse período, o Estado paraibano permaneceu impossibilitado de agir tanto diante das constantes epidemias que assolavam a população como de outros problemas sanitários que diziam respeito a este setor. Sem dispor de recursos humanos e nem materiais, as medidas que foram tomadas ao longo desses anos pela Inspetoria de Saúde Pública – órgão responsável pela saúde pública no estado – se mostraram incipientes e quase sempre ineficazes. Por sua vez, os problemas a serem enfrentados eram vastos, indo desde a necessidade da adoção de medidas para o controle da propagação das doenças à exigência da instalação dos serviços de coleta de esgoto.

Diversas eram as epidemias que de tempos em tempos assolavam a população causando muitas mortes e pânico entre as pessoas. Dentre as doenças mais frequentes estavam a varíola, a tuberculose, a peste bubônica, o impaludismo, entre outras. Se no inverno eram comuns os casos de gripes e de diferentes infecções respiratórias, no verão irrompiam “com grande virulência as bexigas, as febres de mau caracter e malarias em geral”, que não só

dizimavam a população da capital como, principalmente, a do interior (PARAHYBA, Estado da, 1917, p.10).

Outras dificuldades agravavam ainda mais esse cenário. Além da fome endêmica e da completa falta de educação higienista por parte dos indivíduos, as constantes secas provocavam a migração de levas e mais levas de retirantes à capital, os quais não tinham sequer onde se abrigar. Pelas calçadas os retirantes amontoavam-se em meio ao lixo e suas próprias excrecências (SÁ, 1999, p.37). Essa situação propiciava um panorama verdadeiramente aterrador de miséria, imundice e doenças e dificultava a tomada de ações que surtisses o efeito necessário para minorá-la.

Para fazer frente a estes problemas, dispunha o Estado da Paraíba da chamada *Inspeção de Saúde Pública*, criada ainda no Império e regulamentada como órgão da administração estadual em 1895. Dentre as atribuições da *Inspeção*, estava a elaboração de estudos sobre questões relacionadas à saúde pública, o saneamento das localidades e habitações, a adoção de medidas para combater as moléstias que assolavam homens e mulheres, a distribuição de socorros públicos à população local, a aplicação de vacinas contra a varíola, a realização de visitas de inspeção em locais públicos e privados (escolas, presídios, praças, hospitais, etc.), além de outras. (SÁ, 1999, p. 199).

Entretanto, a atuação deste aparelho se mostrou quase que inexistente ao longo de muitos anos. Isto porque apesar de ter sido regulamentado em 1895, este órgão do Estado não dispunha de recursos humanos e nem materiais para desempenhar as atribuições que efetivamente lhe cabiam. O único funcionário que a *Inspeção* possuía era o próprio médico Inspetor de Higiene. Este, sem a ajuda de um auxiliar, sem verbas e sem laboratórios para pesquisas, resumia as suas ações a apenas multar e fiscalizar – quando possível – os hospitais, as enfermarias, o exercício da medicina e da farmácia (SANTOS NETO, 2007, p.85). Poucas eram as contribuições que realmente colaboravam para conter as mazelas que se difundiam por entre a população.

Era clara, portanto, a debilidade com que estavam organizados os serviços de saúde nas primeiras décadas da República. A esse respeito, diz Soares Júnior (2011, p. 47):

Nas palavras do médico higienista Flávio Maroja, “a hygiene pública da Parahyba, guardando sua simplicidade e modéstia de sua primitiva organização, revela apenas sua existência por ter provido o cargo de *inspector*, função que é presentemente exercida por um facultativo muito competente e trabalhador”. Faltava tudo. O trabalho era dificultado, pois não apenas “a exorbitância das atribuições corriam para pouca eficiência dos serviços a ser desempenhados, como também, encontrava-

se a falta de estrutura material e de recursos tecnológicos que viabilizassem as atividades sanitárias”.

Assim como no caso da Instrução Pública, as dificuldades do Estado no sentido de adotar medidas mais efetivas capazes de modificar este cenário eram também reconhecidas pelos próprios Presidentes do Estado. Em quase todas as Mensagens anuais enviadas a Assembleia Legislativa entre 1889 e 1930 as semelhantes falas se repetem:

A falta de meios ainda não foi possível ao Estado aparelhar-se dos elementos indispensáveis e constitutivos d’uma Repartição de Hygiene.

Limitando-se ao cargo de Inspector vae correndo o serviço de saúde publica sem ser possível fazer sentir de modo eficaz a sua ação, pela deficiência de recursos apropriados. (PARAHYBA, Estado da, 1905, p.11)

É conhecido de todos que o serviço sanitário entre nós limita-se ao cargo de Inspector de Hygiene, cargo esse occupado por pessoa embora competente, porém, sem os elementos materiais indispensáveis para o exercício de suas funções. (PARAHYBA, Estado da, 1909, p.15)

Pouco, muito pouco se tem conseguido e se póde conseguir nesse *desideratum*; seria necessario aliviar sensivelmente as despesas em outros departamentos para se organizar um bom serviço de hygiene. (PARAHYBA, Estado da, 1914, p.11)

Ainda não me foi possível dar a Repartição de Hygiene do Estado a organização desejada, de modo a torna-la mais eficiente e compatível com o desenvolvimento da nossa população (PARAHYBA, Estado da, 1923, p. 53)

Em 1911, à procura de modificar essa situação, foi organizado por meio do decreto nº 494, de 08 de junho daquele ano, o *Serviço de Hygiene Publica do Estado da Parahyba do Norte*. Entre outras coisas, este novo regulamento da saúde pública criou a primeira Repartição de Hygiene do Estado e também dividiu o território paraibano em cinco distritos sanitários, medida que há algum tempo já vinha sendo solicitada pelos médicos higienistas (CASTRO, 1945, p.244). Para cada um dos distritos sanitários, foi nomeado um Delegado de Hygiene responsável por cuidar das questões ligadas a saúde e higiene daquela parte do território⁹². Este parecia ser o momento inicial para a criação de um verdadeiro sistema de saúde que manteria certa regularidade em suas ações e que disseminaria os serviços de saúde para o interior do estado

⁹² Segundo Soares Júnior (2011), as sedes dos Distritos Sanitários seriam a Capital Parahyba e os municípios de Campina Grande, Sousa, Guarabira e Piancó. Sobre o assunto, ver SOARES JÚNIOR, Azemar. **Corpos Hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011, p. 49.

No entanto, não foi o que ocorreu. Isto porque o novo regulamento baixado pelo decreto n°. 494 não encontrou as condições nem o empenho necessário para que fosse efetivamente implementado. Apesar de ter sido organizado nos moldes de uma repartição, o órgão responsável pela saúde pública permaneceu desaparelhado e sem as condições materiais para executar os serviços que eram precisos. As limitações continuaram quase as mesmas de antes, com poucos funcionários e limitados recursos financeiros. Não havia sequer condições adequadas para efetuar a remoção dos lixos e entulhos que se amontoavam nas vias públicas tornando-se foco de doenças que poderiam ser evitadas (SÁ, 1999, p. 221). A esse respeito, disse o Presidente João Machado um ano após ter baixado o referido decreto: “Os nossos limitados recursos não permitem custosos empreendimentos e considero, por isto, que não é possível, presentemente, fazermos mais do que observar rigorosamente as prescrições do regulamento em vigor” (PARAHYBA, Estado da, 1912, p.19).

Essa situação piorou ainda mais em 1915, quando, tentando reduzir os gastos do governo, o Presidente do Estado Antônio Pessoa suprimiu o cargo dos quatro Delegados de Higiene do interior e dispensou todos os extranumerários da Repartição (PARAHYBA, Estado da., 1915, p.09).

Essa ausência de continuidade na tomada de ações por determinados governos demonstra que faltava também planejamento e interesse em conferir um outro olhar para este setor, de modo a que ele deixasse de ser visto de maneira secundária e passasse a ser encarado de forma mais relevante. Na concepção dos governantes estaduais, no que se refere à saúde pública bastava subvencionar as instituições filantrópicas que prestavam serviço na área e torcer para que nenhuma epidemia grave atingisse a Paraíba. Entretanto, nem sempre se tinha essa sorte e, como consequência desse panorama de descaso, frequentemente surgiam os surtos que ceifavam centenas de vida: em 1904, por exemplo, diversas moléstias ganharam caráter epidêmico atingindo principalmente as cidades de Alagoa Grande, Bananeiras, Itabaiana, Mamanguape, Guarabira, Araruna, entre outras; em 1907 foi a vez de uma grande epidemia de varíola atingir o estado; em 1912 a peste bubônica reapareceu em Campina Grande causando temor na população; em 1922 cerca de 203 pessoas morreram devido a tuberculose só na Capital; entre outros casos que poderiam ser citados⁹³.

⁹³ Sobre o ressurgimento da peste bubônica em Campina Grande, diz Lenilde Sá (2011, p.228-231), “A presença da peste bubônica desnudava a fragilidade do serviço de higiene do estado. Reduzia parcialmente a *letras de lei* as determinações do Decreto n. 494, de 8 de junho de 1911, e mostrava que o incipiente serviço de higiene estava restrito à cidade da Parahyba, por sua vez dependente da Capital da República. A entrevista concedida, à época, pelo diretor da *Repartição de Higiene* é ilustrativa, neste sentido. Segundo o Dr. Teixeira de Vasconcelos, quando chegou em Campina Grande juntamente com Octávio Soares, as medidas tomadas restringiram-se a

De um modo geral, essas crises epidêmicas eram combatidas sempre em caráter emergencial e temporário. Após serem debeladas, logo a Repartição de Hygiene voltava a cruzar os braços por causa das suas limitações financeiras, materiais e pela falta de planejamento. Não havia ações que, por sua regularidade, pudesse conter a reincidência de doenças já tratadas. (SANTOS NETO, 2007, p.89). Nesse sentido, os únicos trabalhos empreendidos pelos órgãos competentes eram sempre os mesmos: a vacinação contra a varíola e o envio de médicos e medicamentos para localidades onde surgiam as epidemias. Eram claras, portanto, as deficiências da Repartição e as poucas ações do governo para tentar modificar esse cenário. Essa situação perdurou quase sem alterações durante toda a Primeira República de modo que, mesmo ao final dos anos 1920, o quadro da saúde pública continuava tão precário como no início do período republicano ⁹⁴.

No pós-30, mesmo não havendo mudança substancial no que se refere ao sucesso alcançado no combate as epidemias e doenças que afligiam a população, a constituição de um aparato estatal centralizado na área de saúde acelerou-se tanto em nível nacional como estadual. De acordo com Santos (1985, p. 17), a criação, pelo Governo Vargas, do Ministério da Educação e Saúde Pública contribuiu para transformar em projeto governamental as reformas sanitárias que vinham sendo defendidas pelo Movimento Sanitarista surgido na Primeira República ⁹⁵. Dentre essas reformas, estava o objetivo de ampliar os serviços sanitários e de saúde como forma de superar o histórico atraso existente na população

isolar os doentes e fazer a *desinfecção das ruas onde se davam os casos de doença desconhecida*”. Diz ainda esta autora: “Por mais que os jornais gritassem providências ao governo, fazendo-se porta voz de uma população alarmada, as débeis medidas tomadas por este são incontestes”. Sobre o assunto ver SÂ, Lenilde Duarte de. **Parahyba**: uma cidade ente miasmas e micróbios, o serviço de higiene pública – 1895-1918. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem/USP, 1999, p.228-231. Já sobre os diversos surtos epidêmicos que atingiram a Paraíba entre 1889 e 1930, ver as Mensagens apresentadas à Assembleia Legislativa pelos Presidentes paraibanos do período.

⁹⁴ Dentre as poucas ações empreendidas na área de saúde pública ao longo da Primeira República, uma que merece destaque são as obras de saneamento e abastecimento de água da capital. Entretanto, mesmo sendo desde 1899 consideradas como de fundamental importância para melhorar as condições de higiene e saúde da população da Capital, estas obras só vieram ser iniciadas a partir de 1922. Foi preciso um convenio entre o governo federal (sob a presidência de Epitácio Pessoa) e o governo estadual para que elas saíssem do papel. Ainda assim, a rede de esgoto só veio ser oficialmente inaugurada no dia 23 de junho de 1928, no governo de João Suassuna. Outras ações ainda merecem destaque como a criação do Instituto Vacionogenico, em 1914; a construção do Hospital Juliano Moreira, em 1928; e a disseminação de Postos de Profilaxia Rural para o interior por meio de convenio com a Diretoria Nacional de Saúde Pública. Neste último caso, vale ressaltar que essa disseminação dos Postos de Profilaxia Rural se deu de forma intermitente, ora se expandindo ora se retraindo, de modo que em 1929, dos 39 municípios da Paraíba, apenas 10 tinham postos de profilaxia rural. Sobre estas questões, ver as Mensagens apresentadas à Assembleia Legislativa pelos Presidentes paraibanos do período compreendido entre 1889 e 1930.

⁹⁵ Sobre o assunto, ver SANTOS, Luiz Antônio de Castro. O pensamento sanitaria na Primeira República: Uma ideologia de Construção da nacionalidade. **Dados** – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v.28, n. 2, p.193-210, 1985.

brasileira. Segundo os médicos sanitaristas, o Brasil era um imenso hospital e o seu atraso social e econômico se devia à presença de doenças endêmicas que impediam o pleno desenvolvimento das capacidades humanas. Esta era a grande questão nacional a ser enfrentada para se alcançar o “progresso” tão almejado. Entretanto, “só o poder central possuía os instrumentos necessários para sobrepor-se à inação ou à resistência oligárquica, e promover campanhas pelo saneamento em todo território nacional” (SANTOS, 1985, p. 45). Era preciso, pois, centralizar e unificar os serviços de saúde pública para que eles pudessem obter o êxito esperado.

Encampando esses ideais, o Governo Vargas buscou criar os mecanismos necessários para intervenção do Estado no setor. Destacou-se entre as medidas tomadas a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, que já mencionamos. Por meio deste órgão, procurou-se superar a fragmentação das ações que ocorriam na área da saúde e implementar medidas mais coordenadas capazes de promoverem o combate as epidemias e melhorar as condições de saúde da população. Além disso, partindo das políticas desenvolvidas pelo Ministério, pretendia-se disseminar o atendimento de saúde para o interior do país já que, com exceção de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a maioria dos estados brasileiros só cuidavam das condições sanitárias de suas capitais. Para os sanitaristas esta era uma medida imprescindível, pois

A construção da nacionalidade exigia que as elites desviassem os olhos sempre postos na Europa para o interior do Brasil, para as grandes endemias dos sertões. A (re) integração dos sertões à civilização do litoral representava o grande desafio para o fortalecimento da nacionalidade, pois população doente = raça fraca = nação sem futuro (SANTOS, 1985, p. 11).

Na Paraíba, uma maior intervenção nos serviços de saúde também passou a ser encetada no pós-1930 através dos governos interventorias. Como nos esclarece Santos Neto (2007), logo após a nomeação de Anthenor Navarro, o Estado paraibano iniciou o processo de centralização de tais serviços (SANTOS NETO, 2007, p. 90). Entretanto, as transformações no setor não ocorreram da noite para o dia, mas paulatinamente. Foi por meio de medidas inovadoras que o Estado interventor, diferentemente do que acontecia nas décadas anteriores, tomou para si a responsabilidade de agente promotor da saúde pública. Mesmo que ainda tenha sido de forma modesta, a partir de então foram sendo adotadas medidas que contribuíram para criar novos serviços e mecanismos capazes de proporcionar pequenas transformações no setor.

Dentre as ações tomadas, teve destaque, no final de 1930, a reestruturação do Serviço de Higiene Infantil, composto por enfermeiras cuja função era tentar controlar os índices de mortalidade infantil e de contaminação de recém-nascidos. Logo que formados, grupos de enfermeiras percorreram todo o território do estado corrigindo e ensinando cuidados com a higiene que as mães deveriam ter para com seus filhos. No entanto, a importância do Serviço de Higiene Infantil extrapolou os objetivos para o qual foi criado, já que serviu como ponto de partida para supervisionar os serviços de saúde ofertados pelo Estado e dimensionar a difícil situação em que estes se encontravam na Paraíba (SANTOS NETO, 2007, p. 91). Foi a partir dos trabalhos desenvolvidos pelas “enfermeiras visitadoras” que as principais falhas e deficiências da área da saúde pública puderam ser apontadas, contribuindo para uma ação mais eficaz da Diretoria Geral de Saúde Pública do Estado, órgão responsável pelas ações no setor no pós-1930.

A partir desse mapeamento dos principais problemas da saúde pública na Paraíba, a interventoria de Anthernor Navarro pôde então dar início a reestruturação dos serviços de saúde e assegurar certa continuidade em seu funcionamento: foram reformados e criados postos de profilaxia rural em cidades do interior; o único hospital sob a responsabilidade do Estado foi disciplinado e posto a funcionar de forma mais adequada; foi dado início a uma reestruturação do serviço de demografia sanitária; expandiram-se as campanhas de combate às doenças; reativaram-se os serviços da Assistência Municipal; entre outras ⁹⁶ (SANTOS NETO, 2007, p. 92-94).

A regularidade com que alguns desses serviços passaram a funcionar sem dúvida foi o grande legado do governo de Navarro na área da saúde pública. Entretanto, apesar das ações terem passado a ser realizadas de forma mais regular e coordenada pela administração estadual, o histórico déficit de investimentos no setor, e mesmo a falta de recursos no pós-1930, faziam com que as providências tomadas não alcançassem um resultado satisfatório no que se refere à oferta de um serviço de saúde apropriado. Tal situação era ainda mais prejudicada pelo fracasso do governo interventorial em conseguir renovar o contrato de

⁹⁶ Nas cidades de Esperança, Mamanguape, Patos, Sousa, Sabugi, Umbuzeiro e Cajazeiras, os Postos de Profilaxia Rural foram reformados e ampliados. Nas cidades de Pombal, Piancó, São João do Cariri e Cabaceiras, foram instalados novos postos. Já em relação aos hospitais, o único sob a responsabilidade do Estado era o Hospital Colônia Juliano Moreira. Este foi equipado com laboratório, farmácia e gabinete dentário. Sobre o assunto, ver SANTOS NETO, Martinho Guedes. **Os Domínios do Estado: a Interventoria de Anthernor Navarro e o Poder na Paraíba**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2007, p.92-94.

cooperação com a União que havia sido suspenso desde 1929 ⁹⁷. Assim sendo, com os serviços de saúde estando exclusivamente a cargo das dotações estaduais, foi preciso um empenho grandioso por parte do governo de Anthenor Navarro para levar a efeito medidas que, mesmo sendo de caráter emergencial, alcançaram resultados positivos, destacando-se entre elas, como já mencionamos, a reestruturação do Serviço de Higiene Infantil, a expansão do atendimento nos postos de profilaxia rural e as campanhas preventivas e de combate a surtos epidêmicos.

A interventoria de Gratuliano Brito procurou dar continuidade a essa orientação que teve o governo de Navarro. Entretanto, segundo o relatório da Diretoria de Saúde Pública da Paraíba, quando Gratuliano Brito assumiu a interventoria em 1932, muitos ainda eram os problemas associados aos serviços de saúde: os investimentos na área eram muito pequenos; existiam dificuldades para aquisição dos materiais necessários por meio da Comissão de Compras (problemas burocráticos); as campanhas e ações com vistas as atividades sanitárias não obedeciam o tempo exigido para alcançarem êxito; médicos e outros funcionários apresentavam certa deficiência técnica, principalmente para serviços especializados; e não havia independência no que diz respeito a parte técnica e administrativa do departamento ⁹⁸. Além disso, a forte seca que grassou o Nordeste em 1932 fazia aumentar ainda mais a miséria e, conseqüentemente, o número de doentes que em levadas deixavam suas terras no campo e dirigiam-se as cidades do brejo e do litoral, complicando ainda mais esse quadro.

Diante dessas adversidades, assim como ocorreu na administração de Navarro, o governo de Gratuliano Brito parece também ter procurado assumir a responsabilidade de agente promotor dos serviços de saúde pública. Isso significa que o Estado paraibano continuou tomando medidas que tinham por objetivo uma maior centralização e coordenação das atividades empreendidas no setor, sendo a primeira ação adotada nesse sentido a uniformização dos serviços de saúde da Paraíba com os do Governo Federal.

Por meio do decreto nº 295, de 18 de julho de 1932, o interventor paraibano determinou que, no que se refere aos serviços sanitários e de saúde, fosse observado no estado

⁹⁷ Até 1929, o Governo do Estado da Paraíba manteve um convênio com a União em que as duas partes dividiam igualmente o custeio das ações na saúde, principalmente em relação aos postos de profilaxia rural. No entanto, com as desavenças que sobrevieram durante o governo de João Pessoa, este convênio foi rompido. Depois de 1930, mesmo após várias tentativas, os governos interventoriais não lograram êxito em reativarem o convênio, permanecendo as despesas de saúde sob a responsabilidade exclusiva da administração estadual.

⁹⁸ Relatório apresentado pelo dr. Walfredo Guedes Pereira, diretor geral de Saúde Pública, ao sr. Secretário do Interior e Segurança Pública, correspondente as ações do ano de 1933. Publicado no Jornal A UNIÃO de 04 de maio de 1934, p.09.

o Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública ⁹⁹. Existindo desde 1923, este regulamento, na verdade, já vinha servindo como manual para muitas das ações adotadas na saúde pública da Paraíba, no entanto, não existia nenhum dispositivo legal que fundamentasse tal prática.

Entre outras coisas, o Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública regia sobre os serviços de higiene e saúde pública que estavam a cargo do governo federal. Com a uniformização efetuada pelo decreto, o governo do Estado passou oficialmente a contribuir com a União para a execução desses serviços na Paraíba, estando também a seu cargo, a partir de então, os trabalhos de: profilaxia geral e específica das doenças transmissíveis; polícia sanitária em domicílios e logradouros públicos (fábricas, hospitais, colégios, praças, etc.); fiscalização de gêneros alimentícios; fornecimento de soros, vacinas e outros produtos biológicos que se destine ao combate de epidemias; organização da estatística demográfica sanitária; organização dos serviços de propaganda e educação sanitária; entre outros ¹⁰⁰.

Após determinar a adoção do Regulamento Nacional de Saúde, o governo interventorial procurou dar uma nova organização interna aos serviços sanitários e de saúde que eram ofertados pelo Estado paraibano. Assim sendo, por meio do decreto nº 358, de 3 de janeiro de 1933, ficaram subdivididos nas seguintes seções os serviços a cargo da Diretoria Geral de Saúde: diretoria; serviço de epidemiologia e profilaxia; centro de saúde da capital; serviço de demografia, educação e propaganda sanitária; almoxarifado; laboratório microbiológico e instituto antirrábico e vacinogênico; farmácia; laboratório de bromatologia; inspetoria de higiene maternal e infantil; maternidade; e postos municipais.

Essa mudança na organização dos serviços de saúde tinha por objetivo apenas conceder uma distribuição que melhor correspondesse às finalidades a que eles se propunham, pouco influenciando no andamento dos trabalhos. Vale ressaltar, nesse sentido, que, apesar dessa aparente diversidade dos serviços de saúde ofertados, vários deles existiam apenas no papel ou funcionavam com certa irregularidade, a exemplo de alguns postos municipais e dos serviços de educação e propaganda sanitária que não se desenvolviam durante o tempo devido para alcançarem êxito. Fora isso, outros problemas ainda permeavam a saúde pública, como a

⁹⁹ ESTADO DA PARAÍBA. **Actos do Interventor Federal**: Decretos, de 1º de julho a 31 de dezembro de 1932, administração do interventor Gratuliano Brito. João Pessoa: Imprensa oficial, Nº 525. 1933, p.5.

¹⁰⁰ Sobre o Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública, ver o decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16300.htm.

falta de leitos nos hospitais do estado e as baixas dotações orçamentárias ¹⁰¹. Isso contribuía para que o Estado continuasse encontrando dificuldades para efetivamente fazer frente às doenças e epidemias que assolavam os paraibanos, mesmo mantendo ativos alguns serviços como o das enfermeiras visitadoras, que só no ano de 1933 chegaram a visitar 34.030 domicílios em todo estado ¹⁰².

Era preciso, portanto, agir de modo mais incisivo no setor com medidas de grande efeito no que se refere ao atendimento da população. Com esse objetivo, foi criado em 1932 um grande Centro de Saúde na cidade de Campina Grande. O referido Centro foi fundado em cooperação com o município e a Loja Maçônica daquela cidade. Para este empreendimento foi aproveitada a estrutura já existente do antigo Hospital Pedro I, que foi reformada e adaptada para melhor atender aos fins a que se prestava. O Estado paraibano contribuiu com a montagem de um novo pavilhão cirúrgico, a compra de materiais diversos para seu adequado funcionamento e ainda com o aumento da subvenção financeira destinada aquele aparelho (ESTADO DA PARAHYBA, 1935, p.158). A construção do Centro se mostrou de grande acerto, pois àquela época Campina Grande já se apresentava como uma cidade de grande movimento e intercâmbio comercial com as populações sertanejas, sendo ali uma espécie de cidade polo aonde as pessoas das cidades vizinhas iam à procura de atendimento médico.

Além do Centro de Saúde de Campina Grande, foram criados ainda no interior o Posto de Higiene de Alagoa Grande, o Centro de Saúde de Itabaiana e se iniciou a construção do Centro de Saúde de Cajazeiras (ESTADO DA PARAHYBA, 1935, p.159). Essas medidas estavam em concordância com o que vinham defendendo os médicos sanitaristas e também o governo federal no sentido de disseminar cada vez mais o atendimento de saúde para além da Capital. E não só o atendimento de saúde. Outras ações sanitárias também começaram a ser pensadas no intuito de amenizar a insalubridade dos municípios, a exemplo dos estudos iniciados para dotar as cidades de Alagoa Grande e Campina Grande de um serviço regular de coleta de esgoto e abastecimento de água ¹⁰³.

¹⁰¹ Relatório apresentado pelo dr. Walfredo Guedes Pereira, diretor geral de Saúde Pública, ao sr. Secretário do Interior e Segurança Pública, correspondente as ações do ano de 1933. Publicado no Jornal A UNIÃO de 04 de maio de 1934, p. 09. Ver também os Relatórios da Santa Casa de Misericórdia dos anos de 1933 e 1934.

¹⁰² Relatório apresentado pelo diretor geral de saúde pública. Publicado no jornal A UNIÃO de 04 de maio de 1934, Op. Cit., p.09.

¹⁰³ A cidade de Campina Grande viria a ser dotada de serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto no governo subsequente, de Argemiro de Figueiredo (1935-1940).

Apesar desse interesse em dispersar os serviços de saúde pelo interior, a Capital paraibana também recebeu atenção da administração interventorial. Nela o governo reformou o prédio central do Serviço de Saúde Pública; contribuiu para reorganização do Serviço de Assistência Municipal; construiu um dispensário para tuberculosos, com aparelho de raio X e equipe própria; e ainda instalou a rede de esgoto e de abastecimento de água em 258 novos domicílios (ESTADO DA PARAIBYBA, 1935, p.49).

Quanto ao serviço da Assistência Pública Municipal que citamos – órgão da prefeitura responsável pelo atendimento de saúde em João Pessoa –, tudo indica que no pós-1930 ele passou a atuar de forma relevante. Segundo o relatório apresentado pelo seu Diretor, em 1934, a Assistência Pública Municipal, que abarcava o Hospital de Pronto Socorro, já estava dotada de sala para Diretoria, gabinete odontológico, sala de cirurgia, enfermaria, duas ambulâncias e um carro para atendimentos de emergência. O governo estadual auxiliou na reestruturação deste aparelho municipal dotando-o de um moderno serviço de radiologia, medida que foi considerada de grande valia para o bom funcionamento dos serviços de saúde a cargo da prefeitura ¹⁰⁴.

Outra medida tomada pelo governo interventorial foi organização do serviço de fiscalização de gêneros alimentícios, por meio do decreto nº 377, de 03 de abril de 1933. Segundo o regulamento que foi baixado juntamente com o decreto, a partir de então, em todo o estado, só passou a ser permitida a entrada, produção, guarda, armazenagem, exposição ou venda dos gêneros alimentícios que fossem considerados próprios para consumo – entendendo próprio para consumo aqueles que estivessem em perfeito estado de conservação e que por sua natureza, fabrico, manipulação, composição, procedência e acondicionamento, não fossem nocivos à saúde e não trouxessem em seus rótulos indicações infieis quanto a procedência e composição ¹⁰⁵.

A fiscalização dos alimentos ficou a cargo da *Inspectoria de Fiscalização de Generos Alimenticios* que foi especialmente criada para este fim. Esta tinha o seu quadro de pessoal

¹⁰⁴ Além dos serviços de saúde prestados, a Assistência Municipal destacou-se ainda pela organização de um curso para formação de enfermeiros. Segundo a Diretoria de Assistência Pública Municipal, o objetivo do curso era dotar os profissionais de enfermagem de um maior senso de responsabilidade profissional e de uma melhor capacidade técnica. O curso, ministrado ao longo de mais ou menos um ano, foi reconhecido pelo governo estadual por meio do decreto nº 516, de 05 de junho de 1934. Além do reconhecimento, o decreto ainda determinou que os profissionais de enfermagem diplomados pelo curso teriam preferência nas nomeações para o cargo de enfermeiro no Estado. ASSISTENCIA PÚBLICA MUNICIPAL. **Relatório Apresentado ao Sr. Prefeito da capital pelo Diretor Oscar Oliveira de Castro, referente ao ano de 1934.** João Pessoa: Imprensa Oficial, 1935, p. 04.

¹⁰⁵ O Serviço de Fiscalização de Gêneros Alimentícios foi criado pelo decreto 377, de 03 de abril de 1933, e complementado pelo decreto 507, de 02 de abril de 1934.

composto por um inspetor, um químico chefe, um químico auxiliar, três fiscais e um servente¹⁰⁶. A apreensão e inutilização dos produtos feitos pela *Inspeção de Alimentos* podiam ocorrer diretamente no estabelecimento comercial caso fosse constatada a inobservância do que determinava o regulamento. Aqueles comerciantes e demais cidadãos que de alguma maneira se opusessem ou dificultasse o trabalho de fiscalização dos agentes podiam ser multados e até responder criminalmente. Não conseguimos averiguar com qual intensidade e regularidade essa fiscalização passou a ser feita, mas sua finalidade era trazer benefícios em defesa da saúde pela eliminação de produtos viciados em sua produção ou armazenamento.

No que se refere ao atendimento nos hospitais, o único sob a responsabilidade exclusiva do governo estadual era o Hospital Colônia de Alienados Juliano Moreira. Este não passou por nenhuma reforma ou mudança entre 1932 e 1934, tendo o governo de Gratuliano Brito se limitado a adquirir o material necessário para o seu regular funcionamento. Contudo, a administração interventorial continuou fornecendo auxílio financeiro aos hospitais de instituições filantrópicas que prestavam atendimento na Paraíba, sendo o principal deles o Hospital Santa Isabel que era dirigido pela Santa Casa da Misericórdia. A subvenção dada a este hospital elevou-se sensivelmente ao longo do governo, passando de 131:998\$000, em 1931, para 156:000\$000 em 1934. Além disso, ainda foi construído pelo governo do Estado um novo pavilhão no referido hospital, no qual passou a funcionar mais duas enfermarias e também novos leitos para internos¹⁰⁷.

Se considerarmos o histórico déficit de investimentos existente no setor ao longo da Primeira República, vemos que foram muitas as ações tomadas entre 1932 e 1934. Ainda assim, nada parece ter mudado o difícil quadro de penúria dos serviços de saúde pública da Paraíba, continuando elevados os casos de mortes por moléstias que com maiores ações preventivas poderiam ser evitadas:

¹⁰⁶ Ver decreto nº507, de 02 de abril de 1934. ESTADO DA PARAÍBA. **Actos do Interventor Federal:** Decretos de 1934, administração do interventor Gratuliano Brito. João Pessoa: Imprensa oficial. 1935.

¹⁰⁷ Sobre a subvenção dada pelo Estado ao Hospital Santa Isabel, ver os relatórios da Santa Casa da Misericórdia dos anos de 1931, 1932, 1933 e 1934. Sobre a construção do novo pavilhão, ver o relatório da Santa Casa da Misericórdia de 1934 e o jornal A União de 01 de julho de 1933, p.5.

Tabela 2 – OBITUÁRIO PRODUZIDO PELAS PRINCIPAIS MOLÉSTIAS TRANSMISSÍVEIS SEGUNDO O DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA (D.N.S.P) - 1933

Causas de morte	João Pessoa	Campina Grande	Guarabira	Patos	Cajazeiras	Total
Febres tifoide e paratifoideas	22	88	1	133	24	268
Impaludismo (malária)	52	51	18	3	—	124
Varíola	-----	2	-----	-----	-----	2
Sarampo	2	25	3	8	9	47
Coqueluche	1	3	-----	-----	-----	4
Difteria e croup	4	-----	-----	4	-----	8
Gripe	84	43	6	-----	-----	133
Disenterias	53	81	1	42	2	179
Lepa	1	-----	-----	-----	-----	1
Erisipela	7	1	-----	1	-----	9
Meningite cérebro-espinal epidêmica	2	-----	-----	3	-----	5
Tuberculose	166	38	8	22	10	244
Por outras moléstias	1.152	1.228	356	529	582	3.847
Soma	1.546	1.560	393	745	627	4.871

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das informações retiradas do relatório apresentado pelo dr. Walfredo Guedes Pereira, Diretor Geral de Saúde Pública, ao sr. Secretário do Interior e Segurança Pública, correspondente as ações do ano de 1933. Publicado no Jornal A UNIÃO de 04 de maio de 1934.

Contudo, mesmo diante desse cenário, através da documentação por nós analisada é possível percebermos indícios de uma diferença clara entre como eram encarados os problemas de saúde na Paraíba antes e depois de 1930. Diferentemente das décadas anteriores, no pós-1930 será o Estado que se colocará efetivamente como agente promotor das ações necessárias em busca de melhorar a saúde pública. Através da reestruturação do aparato burocrático e da centralização dos recursos e medidas que eram tomadas – processo que teve início com Anthenor Navarro e foi continuado por Gratuliano Brito –, a atuação desse Estado interventor foi de fato sentido nesta área e começou-se a enxergar uma certa regularidade dos serviços ofertados.

Não queremos com isso dizer que de 1930 a 1934 houve uma mudança radical e que a partir de então todas as dificuldades da saúde pública paraibana começaram a ser resolvidas

pelo Estado. Ao contrário disso, vimos que mesmo com as mudanças implementadas e um governo mais intervencionista muitos problemas técnicos, financeiros e materiais continuaram permeando os serviços de saúde na Paraíba. Entretanto, o que percebemos através das fontes analisadas é que no pós-1930, a exemplo do que ocorria em âmbito nacional, aqueles que estavam à frente do controle do Estado paraibano buscaram adotar uma postura diferente no sentido de institucionalizar um novo conceito administrativo, no qual o Estado passava a figurar como principal intermediário entre a população e os serviços de saúde.

Se tomarmos em retrospectiva o Governo de Gratuliano Brito, a partir das fontes que analisamos veremos que em um pouco mais de dois anos ele implementou reformas na organização e funcionamento dos serviços de saúde, construiu um grande centro de Saúde em Campina Grande e em Itabaiana, criou o posto de Higiene de Alagoa Grande, iniciou a construção do Centro de Saúde em Cajazeiras, ampliou e expandiu modestamente os serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto da Capital, construiu um dispensário para tuberculosos, criou o serviço de fiscalização de gêneros alimentícios, aumentou as subvenções dadas às instituições filantrópicas que prestavam serviços de saúde, além de outras ações.

Mesmo levando em consideração as diferenças do momento histórico, em nenhum governo paraibano da Primeira República é possível observar em tão pouco tempo um conjunto tão amplo de medidas no setor da saúde pública. E isto não se devia apenas as dificuldades financeiras de antes de 1930, pois no pós-1930 as limitações orçamentárias ainda eram muitas ¹⁰⁸. De fato, parece-nos mais razoável perceber que os resultados alcançados nesse momento se deveram mais a forma como passaram a ser desenvolvidas as ações, que a partir de então eram executadas com mais planejamento e coordenação.

Nesse sentido, mesmo que as medidas tomadas pela interventoria de Gratuliano Brito não tenham sido suficientes para reverter o histórico atraso do setor, elas sem dúvida estavam em acordo com as ações e com o projeto de modernização defendido pelo Governo Provisório depois de 1930.

¹⁰⁸ Procurando solucionar o problema da falta de recursos, o Diretor Geral de Saúde Pública da Paraíba chegou a fazer um apelo às prefeituras para que destinassem no orçamento do ano de 1934 10% da receita para os serviços de saúde. Dos 39 municípios do Estado, apenas 3 responderam e negando o pedido sob alegação de que já contribuíam com a taxa destinada a instrução pública.

2.3 FISCALIZAÇÃO E AÇÃO PATRIÓTICA: A JUSTIÇA E A SEGURANÇA PÚBLICA

Como vimos rapidamente no capítulo I, a Justiça e Segurança Pública eram áreas da administração pública que ao longo da Primeira República encontravam-se sobre forte influência dos interesses políticos dos chamados chefes locais ou coronéis. Na Paraíba, estes setores não só se encontravam sob a influência dos coronéis como, sobretudo, constituíam um elemento chave para o exercício de suas práticas de clientelismo, mandonismo e familismo.

No que se refere a Segurança Pública, após a proclamação da República ficou a cargo de cada ente federativo organizar sua própria Força Policial. Nesse sentido, passou a ser uma prerrogativa de cada governante estadual a livre nomeação para cargos como os de chefe de polícia, delegados, sub-delegados, oficiais e praças que atuavam na força pública. Tendo em vista a ampla autonomia e a ingerência que os coronéis acabavam por possuir em quase tudo que dissesse respeito ao município devido ao acordo tácito do “compromisso coronelista”, inclusive nos assuntos que eram de competência exclusiva do Estado ou da União, rapidamente a ocupação desses postos passaram a atender aos interesses e anseios dos coronéis, principalmente quanto à escolha dos delegados e subdelegados nas cidades do interior.

A possibilidade de interceder na escolha dos elementos que comporiam a força policial nos municípios era de grande importância para a situação política dominante local e constituía uma das mais valiosas prestações do Estado para com os chefes locais. Entre outras coisas, o controle sobre a força policial contribuía para embaraçar ou atrapalhar os negócios dos rivais, negar favores e direitos aos adversários, intentar perseguições aos opositores políticos, isentar a situação dominante de investigações policiais, além de outras situações (LEAL, 2012, p.65-66).

Um exemplo claro que pode ser dado desse favorecimento ocorria na arrecadação de impostos. Ao longo do período compreendido entre 1889-1930 vários Presidentes paraibanos questionaram a dificuldade em reduzir os custos com a Força Policial devido ao fato de que, além de ser empregada no combate ao banditismo e na manutenção da ordem, era esta utilizada também na fiscalização e arrecadação de impostos¹⁰⁹. Em 1918, por exemplo, relatou o presidente Camilo de Holanda: “É para lamentar que só queiram pagar o imposto devido ao

¹⁰⁹ Ver as Mensagens enviadas pelos Presidentes do Estado à Assembleia Legislativa nos anos de 1902, 1903, 1912 e 1918.

fisco quando ao lado do cobrador apareça o representante da força” (PARAHYBA, Estado da, 1918, p.15).

Assim sendo, além do controle sobre a nomeação dos coletores fiscais, o domínio sob a força policial no município dava aos chefes pertencentes à situação política dominante um poder estratégico frente aos seus adversários. Isso porque permitia a determinado grupo local contribuir para uma rigorosa arrecadação de impostos frente aos seus opositores e isentar da mesma arrecadação aqueles que eram aliados. Esta era a política de negar pão e água aos adversários em detrimento do favorecimento dos chamados “amigos da família”.

Outra consequência dessa ingerência dos coronéis na segurança pública era a forma desvelada com que estes estendiam sua proteção pessoal e hospitalidade aos grupos de cangaceiros que atuavam na Paraíba e na região Nordeste de um modo geral. Recebendo informações, proteção e às vezes até armamentos de importantes coronéis no estado, os cangaceiros se sentiam encorajados a praticarem seus crimes e incursões pelas cidades do interior paraibano. Este homizio dos coronéis aos cangaceiros era uma dimensão política do problema do combate ao banditismo que, apesar de conhecida, ao que tudo indica não era enfrentada.

Quanto a este assunto, algumas informações presentes nas Mensagens dos presidentes paraibanos entre os anos 1889-1930 são reveladoras. Em 1900, por exemplo, disse o Presidente estadual Antônio Alfredo da Gama e Melo:

Apesar de perseguidos com tenacidade ainda não foi possível expurgar-se o Estado d’esse bando de criminosos, em face do apoio que infelizmente lhes tem dado mais de um cidadão qualificado, reconhecido e prestigiado como chefe político local pelos directores da agitação eleitoral de que me tenho occupado (PARAHYBA, Estado da, 1900, p. 05).

Treze anos depois, relatou o presidente João Pereira de Castro Pinto:

É principalmente nessa alliança das classes dirigentes que o banditismo do interior encontra as suas raízes profundas. Enquanto os quadrilheiros famosos forem os cúmplices da prepotencia local, mandatarios das vindictas privadas, órgãos do prestigio arrogante de senhores feudais, que exercem o mandato da maneira mais brutal e menos supportavel não ha energia cívica, nem effectivo de Força Publica, sufficientes para eliminar de vez a maior de todas as pragas que assolam o interior de certos Estados da Federação (PARAHYBA, Estado da, 1913, p.20).

Até o governo de João Pessoa (1928-1930), boa parte dos coronéis paraibanos continuou a oferecer livremente guarida e informações aos cangaceiros em troca da proteção

que estes podiam propiciar. O temor que havia a estes grupos era uma arma que os chefes locais utilizavam para intimidar ou efetivamente investir contra os seus adversários. Segundo Linda Lewin (1993, p.302), esse refúgio que os ricos senhores de terra concediam aos cangaceiros constituía “a mais notável ilustração do poder discricionário de que aqueles dispunham num sistema político quase-patrimonialista” e, apesar do interesse de alguns presidentes estaduais do período em combatê-lo, muito pouco sucesso se alcançou neste desiderato.

No que diz respeito à justiça, também eram os aliados dos chefes locais que ocupavam os postos de juiz, promotor e demais serventuários desta área, dificultando qualquer ação no sentido de conter os abusos ou violências que eram cometidas pelos poderosos locais. Essa relação da justiça com o poder local e com a política era uma característica da cultura política brasileira que provinha desde o Império e que perdurou na República ¹¹⁰. Segundo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello (1982, p. 42-43), a Paraíba era uma dos estados brasileiros em que essa simbiose era mais visível:

Na Primeira República, a Paraíba foi um dos Estados em que era mais visível a confusão da magistratura com a política. Transitava-se facilmente de uma para outra, sendo praticado e tolerado, sem objeções, o exercício simultâneo de mandatos políticos e da atividade partidária com as funções da magistratura. Venâncio Neiva, Eptácio Pessoa, Heraclito Cavalcanti, Antônio Massa, João Suassuna, José Gaudêncio, João Pessoa, foram os exemplos mais notórios, dada a importância das funções que ocuparam nos dois setores. Mas a prática proliferou sobretudo no âmbito municipal, onde numerosos magistrados foram chefes políticos ostensivos. Ao eleger-se para Presidência do Estado, o próprio Castro Pinto teve como companheiro de chapa, candidato a Segundo Vice-Presidente, Pedro Bandeira Cavalcanti, que era Juiz de Guarabira. No quadriênio anterior, o Segundo Vice-Presidente havia sido Francisco Montenegro, Juiz de Direito de Alagoa Grande. Esses magistrados exerceram o mandato político cumulativamente com a função judicante ¹¹¹.

¹¹⁰ A esse respeito, diz Victor Nunes Leal (2012, p.189): “Verifica-se deste breve resumo que a organização policial, no Império, foi deplorável e esteve sempre dominada pelo espírito partidário. A organização judiciária, por outro lado, conquanto assinalasse sensível progresso em relação à situação anterior, deixava muito a desejar: a corrupção da magistratura, por suas vinculações políticas, era fato notório, acicamente condenado por muitos contemporâneos”. Ver LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹¹¹ Diz ainda Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello (1982, p. 91): “Na República Velha, a política paraibana foi tipicamente uma política de juizes. Venâncio Neiva, como juiz federal, era o chefe estadual do epitacismo. Eptácio, quando membro do Supremo Tribunal, agia desembaraçadamente na vida partidária do Estado. Políticos militantes foram os Desembargadores Amaro Beltrão, José Peregrino, Pedro Bandeira, Inácio Brito e Heráclito Cavalcanti, e os juizes Francisco Montenegro, Jurema Filho, João Suassuna, Pereira Gomes, Sinezando de Oliveira. No governo João Suassuna, o juiz municipal de Brejo do Cruz, João de Almeida, acumulava o cargo judiciário com o mandato de deputado estadual. Tudo isso se explicava, porque a Constituição de 1891 não vedava aos magistrados o exercício de atividade político-partidária”. Ver, MELLO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: União Editora, 1982..

Imiscuídos com as questões políticas e partidárias, os juízes e promotores acabavam utilizando-se de práticas que favoreciam a impunidade de aliados ao mesmo tempo em que se mostravam rígidos com os adversários. Não era raro surgirem casos em que juízes concediam *habeas corpus* a criminosos conhecidos (geralmente ligados a algum coronel), desconsideravam a jurisprudência existente para ajudar ou prejudicar alguém, ou ainda arquivavam processos sem o devido procedimento legal. Já os promotores públicos, muitas vezes foram eles acusados de dispensarem apelações da absolvição de conhecidos salteadores ou de serem tolerantes demais frente a alguns réus ¹¹². Quanto a esta questão, disse o Presidente do Estado, Castro Pinto, em 1914: “Ainda se notam vestígios da politicagem togada, sem duvida alguma o infortunio mais desastroso dos que impecilham a positivação dos principios republicanos em nosso paiz” ¹¹³ (PARAHYBA, Estado da, 1914, p. 13).

Dentre os problemas que permeavam a justiça de um modo geral, sem dúvida o que era mais evidente e nítido aos olhos da população era a interferência dos coronéis no tribunal do júri. De acordo com Leal (2012, p. 198), “a relativa impunidade dos capangas dos ‘coronéis’ encontrava explicação principalmente na influencia que os chefes políticos locais exerciam sobre o júri”. Na Paraíba, a ingerência dos coronéis nesse mecanismo da justiça se dava principalmente de duas formas. Primeiro no sentido de orientar a escolha dos jurados dentre familiares ou elementos que direta ou indiretamente fizessem parte da sua clientela ou da clientela de um dos coronéis aliados que constituísse a força política local, o que não era muito difícil tendo em vista o escasso número de habitantes letrados que integravam a minúscula população dos municípios do interior. Quando não era possível apropriar-se dessa estratégia, recorria-se mesmo a força bruta, fosse através da ameaça de morte aos jurados que desse um veredicto desfavorável ou através da imposição de um júri que fosse do seu agrado, como ocorreu em 1911, segundo o relato do Presidente do Estado João Machado:

Os ultimos e lamentaveis acontecimentos que occorreram na villa sertaneja de Alagôa do Monteiro, onde se tentou criminosamente obrigar o Tribunal do Jury a reunir-se para absolver audazes e perversos delinquentes, me despertaram a lembrança de provocar uma providencia legislativa que venha, de futuro, prevenir

¹¹² Essas práticas citadas dos magistrados e promotores ganharam mais notoriedade após serem veementemente expostas pelo governo de João Pessoa (1928-1930). Sobre o assunto, ver PARAHYBA, Estado da. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa, na abertura da 2ª reunião da 10ª legislatura pelo presidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, em 1929. Parahyba, Imprensa Oficial, 1929.

¹¹³ Ainda segundo Castro Pinto: “A vitaliciedade, egide constitucional da magistratura, tem entre as suas grandes vantagens os seus inconvenientes, como o de amparar a corrupção dos juizes indignos, para quem a responsabilidade legal é uma chimera”. PARAHYBA, Estado da. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa na abertura da 3ª sessão ordinária da 7ª legislatura, por João Pereira de Castro Pinto (presidente do estado) em 1914. Parahyba do Norte, Torre Eiffel, 1914, p. 13.

o caso e salvaguardar os interesses da justiça e da sociedade ¹¹⁴ (PARAHYBA, Estado da., 1911, p.12).

É importante ressaltar que, para além dos benefícios pessoais que algumas das situações apontadas pudessem trazer, o controle por parte dos coronéis tanto da justiça como da segurança pública se revestia de uma importância ainda maior que era a possibilidade de dirigir as fraudulentas eleições que ocorriam no período. Controlar a nomeação de juízes, promotores, delegados e subdelegados era controlar a escolha das principais autoridades envolvidas, direta ou indiretamente, com a organização das eleições. Eram os ocupantes de alguns desses cargos que, em regra, organizavam as listas de votantes do Colégio Eleitoral e que presidiam as mesas eleitorais nos dias de eleição ¹¹⁵. Isso possibilitava uma vantagem estratégica da situação política local frente aos seus adversários, já que durante a Primeira República as inveteradas fraudes concorriam para resultados eleitorais previsíveis em que dificilmente a situação política dominante – tendo ao seu lado os cofres públicos e o aparato estatal – perderia o poder para a oposição ¹¹⁶. E mesmo quando se sentia que as fraudes eleitorais não seriam suficientes para vencer o pleito, utilizavam-se os delegados e os

¹¹⁴ Ainda sobre o Tribunal do Júri, em 1921 relatou o Presidente do Estado Solon de Lucena: “O sr. dr. chefe de policia, salientando a actividade de seus auxiliares na captura de criminosos, nota, de passagem, que ‘a campanha sustentada, com tanto esforço, pela policia, não correspondem as decisões do tribunal do jury, absolvendo em massa criminosos afamados e teríveis’”. Sobre o assunto, ver PARAHYBA, Estado da. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa, na abertura 2º Sessão Ordinária da 8ª legislatura, a 1º de Setembro de 1921, pelo Dr. Solon de Lucena, Presidente do Estado. Parahyba, Imprensa Official, 1921, p.12.

¹¹⁵ De acordo com Victor Nunes Leal (2012, nota 36, p. 326), apesar das diferentes alterações sofridas ao longo do período compreendido entre 1889-1930, a República Velha chegou ao seu fim em 1930 com as seguintes determinações quanto a composição das mesas eleitorais: “Em cada distrito de paz ou subdivisão judiciária haveria uma só mesa eleitoral [...]. Na sede das comarcas, uma das mesas compunha-se do juiz de direito, do primeiro suplente do substituto do juiz federal e do presidente da câmara municipal. Na sede dos termos, uma das mesas tinha composição idêntica, mas, como não houvesse juiz de direito, servia na presidência o juiz municipal (ou preparador, ou substituto, conforme a designação que tivesse). Na sede dos municípios que não fossem comarcas, nem termos, compunham uma das mesas, como presidente, o primeiro suplente do substituto do juiz federal e como mesários, o presidente da câmara municipal e um eleitor apresentado em officio pelos eleitores da seção, na forma que a lei prescrevia. Não podiam ter, obviamente, a mesma composição as demais seções das sedes dos municípios, nem as seções dos distritos de paz. Eram elas constituídas de três eleitores, designados pelos eleitores da seção. A lei regulava, com certa minucia, o processo de indicação, para tentar evitar fraudes. De cada mesa fazia parte, como secretário, um serventuário da justiça, escolhido pelo juiz de direito”. Ver LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹¹⁶ Victor Nunes Leal (2012) destaca as duas formas de fraudes mais frequentes que ocorriam nas eleições durante a República Velha: o bico de pena e a degola. Diz este autor: “A primeira era praticada pelas mesas eleitorais, com funções de junta apuradora: inventavam-se nomes, eram ressuscitados os mortos e os ausentes compareciam; na feitura das atas, a pena toda-poderosa dos mesários realizava milagres portentosos. A segunda metamorfose era obra das câmaras legislativas no reconhecimento de poderes: murros dos que escapavam das ordálias preliminares tinham seus diplomas cassados na provação final”. Ver LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 214.

membros que compunham a força policial para coagir os eleitores a votarem em determinados candidatos e perseguir os adversários.

Desse modo, o que percebemos, de uma maneira geral, é que não se concebia a possibilidade de se realizar eleições sem recorrer a esses mecanismos de fraudes e violência. Assim, para que tudo corresse como o esperado, adotavam-se algumas medidas que visavam prover os cargos acima citados com indivíduos que fossem favoráveis ao esquema político dominante, sobretudo nos períodos que antecediam as eleições. Entre essas medidas estavam: a exoneração e remoção de delegados, promotores ou juízes; a criação ou a extinção de comarcas e a respectiva colocação de magistrados em disponibilidade; o aumento do efetivo da força policial em alguns municípios, principalmente nos redutos da oposição, além de outras. Essas eram práticas presentes na cultura política da época que ficam evidenciadas nos próprios relatos dos Presidentes paraibanos em suas Mensagens anuais enviadas a Assembleia Legislativa do Estado. A Mensagem apresentada pelo Presidente João Machado, em 1911, é ilustrativa desses relatos. Só nesse ano ele informa ter removido de uma comarca para outra oito juízes, entre juízes de direito e juízes municipais¹¹⁷.

Só a partir do Governo de João Pessoa (1928-1930) é que essa relação dos coronéis com a justiça e segurança pública começou a ser abalada. Como já foi mencionado no capítulo anterior, João Pessoa veio para Paraíba assumir o governo trazendo em sua bagagem a ideia de estabelecer mudanças. Nesse sentido, sua ação transformadora buscou alcançar os diversos setores funcionais do Estado, inclusive (e talvez principalmente) o setor da justiça e segurança pública.

Em relação à segurança pública, ganhou destaque a campanha empreendida de combate ao banditismo. O Governo de João Pessoa adotou uma nova estratégia nesta questão buscando golpear diretamente a fonte de sobrevivência do cangaço, isto é, os próprios coronéis que protegiam e ajudavam os cangaceiros. Para isso determinou que fossem realizadas buscas nas fazendas dos proprietários rurais para apreensão de armas e também executou uma forte campanha para desprestigiar aqueles coronéis que sabidamente ofereciam proteção a bandidos¹¹⁸ (LEWIN, 1993, p.336).

¹¹⁷ Sobre o assunto, ver as Mensagens apresentadas à Assembleia Estadual pelos Presidentes do Estado nos anos de 1911, 1915 e 1916.

¹¹⁸ Disse João Pessoa em uma matéria publicada no jornal *A União*, de 23 de outubro de 1928: “Não Trago a convicção de extinguir o cangaceiro nos nossos sertões; mas venho com o proposito de não lhe dar tréguas, esteja onde estiver e seja quem for seu protector ou seu homiziador”. Sobre o assunto, ver RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa** – Uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930). João Pessoa: A União Editora, 1978, p.32.

Na justiça, duas medidas principais tiveram notoriedade. A primeira delas foi uma intensa onda de remoções, exonerações e suspensões que atingiram juízes, promotores e delegados ¹¹⁹. Dentre os motivos alegados para estas exonerações e remoções estavam desde a acusação de inobservância das obrigações funcionais à transigência com o crime ¹²⁰ (ROBRIGUES, 1978, p.37). A segunda medida de destaque adotada foi em relação a modificações no tribunal do júri, tendo sido promulgada uma lei que determinou que passassem a ser julgados na capital as apelações de casos de assassinatos ocorridos nos municípios do interior (RODRIGUES, 1978, p.34).

De fato, percebemos que as medidas tomadas no governo de João Pessoa na justiça e segurança pública constituíram-se em algo inovador que atingiu sobremaneira os pressupostos em que antes se baseava a relação dos coronéis para com estas áreas. Não há dúvida de que as ações empreendidas desenvolveram-se em discordância de um entendimento que já estava estabelecido havia décadas (LEWIN, 1994, p.334). Desse modo, após a morte do Presidente estadual e o advento da “Revolução de 1930”, essa perspectiva “renovadora” da justiça e da segurança pública passou a ser uma bandeira defendida pelos “revolucionários” que ascenderam ao poder. Na Paraíba, portanto, no que se refere a justiça e segurança pública, o caminho a ser seguido no pós-1930 seria o da continuidade da “ação renovadora” João Pessoa. Segundo Santos Neto (2007, p. 76),

Uma nova ordem e um novo aparato judicial isentos e não submissos à vontade da política local era o que pretendiam os “vencedores de 30”; pretendia-se desarticular a simbiose existente entre o poder executivo e o poder judiciário, ambos a serviço de acordos e articulações de favorecimento mútuos. Dessa forma, o saneamento da magistratura, com o objetivo de entregar a justiça a si própria, sem interferências, se configurou como um dos pontos capitais do movimento de 30.

Pelo o que se percebe, a bandeira levantada pela “Revolução de 1930” foi a do estabelecimento de um reordenamento que tinha como base o desmonte da influência oligárquica no setor. Era essa a orientação defendida pelo Governo Provisório e que, na

¹¹⁹ Vale salientar que essas remoções, exonerações e suspensões ocorreram não com o objetivo de favorecer politicamente os coronéis, mas sim de afastar ingerência destes sobre a justiça.

¹²⁰ Entre 1928-1929, João Pessoa exonerou diversos promotores e delegados e removeu ou pôs em disponibilidade vários juízes. Chegou também a suspender o pagamento de três juízes de direito e de dois juízes municipais sob a alegação de que estes não tinham residência fixa na comarca em que atuavam. Além disso, as comarcas dos municípios de Ingá e Cabaceiras e os termos judiciais de Pedras de Fogo, Pilar, Caiçara, Serraria, Esperança, Soledade, Teixeira, Brejo do Cruz, São José de Piranhas e Misericórdia foram suprimidos, sendo alguns dos respectivos juízes afetados pela medida aproveitado em outras comarcas ou postos em disponibilidade. Sobre o assunto, ver PARAHYBA, Estado da. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa, na abertura da 2ª reunião da 10ª legislatura pelo presidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, em 1929. Parahyba, Imprensa Oficial, 1929.

Paraíba, tomou o sentido de continuidade do trabalho iniciado por João Pessoa em busca de uma modificação da conduta e do exercício das funções policiais e judiciais. Assim como nos outros setores de atuação do Estado, o caminho encontrado para alcançar este objetivo foi o da centralização e da criação de novos mecanismos jurídico-institucionais na área, o que passou rapidamente a ser feito por Anthenor Navarro.

Dentre as medidas adotadas por Navarro no sentido de uma centralização e modificação dos serviços da justiça estiveram: a exoneração e remoção de juízes e promotores; a alteração na distribuição de vários termos judiciários, criando-se e suprimindo comarcas¹²¹; a equiparação dos salários dos juízes das diferentes comarcas; a organização e regulamentação do quase inexistente serviço de registro de nascimento, casamento e óbito; entre outros (SANTOS NETO, 2007, p.77-81).

Mesmo com o objetivo precípua de estimular um realinhamento da justiça com a nova conduta centralizadora e modernizadora do Estado, essas medidas também tiveram por finalidade promover uma intensa perseguição a líderes políticos, juízes e demais serventuários da justiça que estiveram declaradamente contra João Pessoa e contra a “Revolução”. Dois casos foram emblemáticos nesse sentido. O primeiro foi a exoneração do desembargador Heráclito Cavalcanti, um dos principais opositores do epitacismo entre 1915-1930 e também do governo de João Pessoa¹²². E o segundo foi a extinção não só da comarca, mas do município de Santa Rita, que foi anexado a Capital como sub-prefeitura para atingir politicamente Flávio Ribeiro Coutinho, um antigo opositorista do ex-presidente¹²³ (SANTOS NETO, 2007, p.77-81).

Vale ressaltar, neste segundo caso, aquilo que seria uma continuidade de práticas políticas que remontam ao Império e a própria Primeira República. Segundo Graham (1997),

¹²¹ O termo judiciário de Sapé foi anexado à comarca de Mamanguape; o de Pedras de Fogo à comarca de Itabaiana; excluiu-se a comarca de Santa Rita anexando-a a de João Pessoa; e o termo de Teixeira que havia sido anexado a comarca de Patos foi restaurado. Ver SANTOS NETO, Martinho Guedes. **Os Domínios do Estado: a Interventoria de Anthenor Navarro e o Poder na Paraíba**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007., p.81

¹²² Com a adesão de João Pessoa à chapa da Aliança Liberal nas eleições presidenciais de 1930, oportunisticamente Heráclito Cavalcanti apoiou o candidato ligado ao governo federal, Júlio Prestes. Como represália, João Pessoa o havia colocado em disponibilidade, no entanto, Anthenor Navarro o exonerou quando assumiu o governo.

¹²³ A respeito da supressão do município de Santa Rita, diz a historiadora Martha Falcão Santana (1999, p.77): “A inusitada medida visava atingir politicamente o oligarca perrepista Flávio Ribeiro Coutinho, cujo raio de influencia política se estendia aos demais municípios produtores de açúcar. À época, apesar da crise açucareira, o município tinha 04 usinas de açúcar, a única fábrica de extração de óleo de baleia do Norte-Nordeste do Brasil, e a maior fábrica de tecidos do estado – a TCP, fundada em 1892, além de inúmeros engenhos e outras fábricas de menor porte, tendo arrecadado a terceira receita da Paraíba no ano anterior”. Sobre o assunto, ver SANTANA, Martha M. F. de C. e Moraes. **Poder e Intervenção Estatal: Paraíba (1930- 1940)**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

foi comum ao longo do Segundo Reinado (1840-1889) a supressão ou criação de comarcas e a remoção de juízes como estratégia para favorecer ou prejudicar aliados e opositores e ainda ter um maior controle sobre os processos eleitorais que ocorriam. Este mesmo tipo de conduta também foi uma realidade na Primeira República como pudemos mostrar mais acima. Pelo que percebemos, a “Revolução de 1930” não rompeu com essa prerrogativa do poder executivo em dispor do modo que bem entendia da organização judiciária como forma de punição ou favorecimento de adversários e aliados, respectivamente. Tanto Anthenor Navarro como Gratuliano Brito, em alguma medida, continuaram com esta prática da cultura política vigente no estado.

Em relação à segurança pública, a administração de Navarro também se fez presente com ações visando sua reestruturação. Entre as medidas tomadas esteve: a criação do Corpo de Segurança da Capital – um departamento da polícia civil que tinha por objetivo principal a manutenção da ordem nos primeiros momentos do pós-1930; organizou a Guarda Cívica, vinculando os diferentes serviços prestados pela força policial (Guarda Civil, Inspetoria de Veículos e Corpo de Bombeiro) a Secretaria de Segurança e Assistência Pública; e efetuou diversas exonerações e remoções de delegados de polícia e praças com o objetivo de afastar a ingerência dos chefes locais da ação das forças policiais (SANTOS NETO, 2007, p.82-83).

Como é possível observar, tendo em vista o forte discurso de combate as prerrogativas dos coronéis suscitado pela “Revolução”, a ação dos governos interventoriais paraibanos no pós-1930 só poderia estar voltada para o objetivo de desvinculação da justiça e segurança pública das ingerências dos chefes locais. Assim o fez Navarro e assim o procurou fazer também, em certa medida, Gratuliano Brito.

Em princípio, da mesma maneira como ocorreu nos demais setores funcionais do Estado, o Governo de Gratuliano Brito buscou dar continuidade as ações que já vinham sendo adotadas por Navarro. Entre elas estava a conclusão da elaboração de um Novo Código de Processo Penal, que foi publicado por meio do decreto nº 285, de 06 de junho de 1932. De um modo geral, essa nova lei assegurava um rito mais rápido aos processos penais e versava sobre temas como: a competência para apurar os crimes, os conflitos de jurisdição, as partes envolvidas e seus representantes legais, os atos judiciais, a prisão, a liberdade provisória, os procedimentos do inquérito policial, entre outros ¹²⁴.

Destarte, criado em substituição a lei nº 336, de 1910, o Novo Código de Processo Penal trouxe uma série de inovações sobre o tema, tendo algumas delas o objetivo claro de

¹²⁴ Decreto 285, de 06 de junho de 1932, publicado no Jornal *A União* em 08 de junho de 1932, p.02.

romper com práticas que estiveram presentes na Primeira República e que de certa forma ainda persistiam em ocorrer no pós-1930. Entre estas práticas estava a influência dos coronéis e dos próprios juízes nos julgamentos em que estavam envolvidos parentes ou aliados políticos destes. Para evitar tal conduta, ou ao menos reduzir sua incidência, o novo regulamento determinou o seguinte:

Art. 21 – O juiz deve declarar-se suspeito: I) **Se for amigo íntimo, ou inimigo capital de alguma das partes;** II) Se for credor, ou devedor, tutor, ou curador, donatário, ou patrão de alguma das partes, ou de seu advogado; III) se for accionista ou membro de alguma sociedade que seja parte na causa; IV) **se elle, sua mulher, ou parentes consanguíneos e affins até o segundo gráo, sustentarem demanda com alguma das partes, ou seu advogado, ou que tenha de ser julgada por alguma das partes;** V) se elle, sua mulher, ou parentes consanguíneos ou affins, até o segundo gráo tiverem, pendente, de decisão em juizo, causa em que se controverta identica questão de direito; VI) **se tiver particular interesse na causa.**

Art. 22 – O juiz deve declarar-se impedido: I) se tiver intervindo na causa, como juiz em primeira instancia, como representante do Ministerio Publico, jurado, autoridade policial, advogado, escrivão, perito, testemunha, ou interprete; II) **se fôr parente consanguíneo, ou afim, até terceiro gráo, de alguma das partes, ou do seu advogado**¹²⁵.

E ainda em seu artigo 123 assegurou que:

Artº 123 – As autoridades policiais não tem competencia para mandar archivar qualquer inquerito, que tenham iniciado, cabe-lhes o dever de enviar os autos ao juiz competente, qualquer que tenha sido o resultado da investigação¹²⁶.

Mesmo não sendo possível asseverar que estas medidas tenham acabado com as ingerências dos coronéis nos julgamentos, ao menos é merecedor de reconhecimento o fato de que elas criaram alguns obstáculos a esta prática, já que não era incomum naquele período a nomeação de juízes que pertencessem à família do chefe político municipal ou de algum aliado seu. Isto posto, entendemos que criar um dispositivo legal que tornava os juízes suspeitos ou impedidos de atuar em casos que envolvesse parentes e amigos íntimos com certeza se configurou em algo inovador e transformador dos hábitos existentes na cultura política vigente até então. Assim como se mostrou também inovadora a decisão de impedir que delegados arquivassem, sem justificativa, inquéritos policiais, o que quase sempre ocorria quando estavam envolvidos em crimes os coronéis ligados à situação política dominante ou ainda parentes e empregados destes.

¹²⁵ Jornal *A União*, 08 de junho de 1932, p. 02 – grifo nosso.

¹²⁶ Jornal *A União*, 08 de junho de 1932, p. 02.

Na condição de porta voz das ações do governo, o jornal *A União* exaltou o novo código de processo penal como uma das leis mais completas no gênero de que se tinha conhecimento e que rompia com o “ritualismo das velhas praxes”¹²⁷. Esse ritualismo das velhas práxis a que o jornal se referia era o arbítrio dos poderosos locais que interferiam no funcionamento da justiça, levando a que esse novo arcabouço jurídico passasse a ser enaltecido com uma “conquista do espírito revolucionário” daquele momento¹²⁸.

Outra medida de destaque adotada visando um reordenamento da justiça se deu em relação ao tribunal do júri. Como vimos anteriormente, o tribunal do júri era um dos setores da justiça em que mais claramente se sentia a interferência dos poderosos locais, fosse através da composição de um corpo de jurados que os favorecia ou através da ameaça de morte aqueles que ousassem contrariar seus interesses. Para tentar coibir essas práticas, o governo interventorial baixou o decreto nº 289, de 17 de junho de 1932, o qual trouxe modificações quanto à competência e principalmente quanto à formação do júri.

De acordo com o referido decreto, competia ao tribunal do júri exclusivamente os julgamentos referentes aos crimes de homicídio, tentativa de homicídio, latrocínio e infanticídio. Para imprimir uma melhor organização e impessoalidade na formação do corpo de jurados, ficou o alistamento destes sob a responsabilidade de uma Junta a ser composta pelo juiz, pelo representante do Ministério Público e por um advogado titulado em direito escolhido pelo juiz. Quando formada, esta Junta deveria se reunir em uma sessão ordinária a ser realizada na primeira quinzena de janeiro para formular uma lista com o nome de no mínimo 100 cidadãos brasileiros que reunissem os seguintes requisitos:

Art. 15 – (...) I) ser maior de vinte e um (21) e menor de sessenta (60) annos; II) estar no gôso dos direitos civis; III) saber ler e escrever a lingua nacional; IV) ter meio de vida honesto e renda bastante para assegurar sua independencia economica; V) Residir no termo; VI) ser notoriamente bem conceituado, por seu bom senso e probidade; VII) não soffrer de molestia ou defeito, que impossibilite o exercicio das funcções¹²⁹.

¹²⁷ Jornal *A União*, 09 de junho de 1932, p.01.

¹²⁸ Jornal *A União*, 09 de junho de 1932, p.01.

¹²⁹ Para formação da lista, dava-se preferencia aos advogados; aos médicos, engenheiros e aos diplomados por institutos de ensino superior ou secundário; aos que já tinham exercido qualquer cargo eletivo; aos professores; aos chefes de repartição ou de serviços públicos; aos comerciantes, industriais, banqueiros e capitalistas; entre outros. Não podiam ser alistados: os cegos, os mudos e todos os fisicamente impossibilitados; os que sofriam de moléstias infecto-contagiosas; os praças de pré; os religiosos sujeitos a voto de obediência; as mulheres e os já condenados pela justiça. Sobre o assunto, ver os artigos 15, 16 e 17 do decreto 289, de 17 de junho de 1932. Jornal *A União*, 18 de junho de 1932, p.02.

Depois de elaborada, a lista era divulgada por meio de edital para que os escolhidos tomassem conhecimento do fato. Em seguida, o nome e endereço de cada jurado presente na lista eram inseridos em uma cédula rubricada pelo presidente da junta e colocados dentro de uma urna fechada com duas chaves, das quais uma ficava em poder do juiz e a outra com o representante do Ministério Público. A cada julgamento em que necessitasse a formação do júri, este era sorteado a partir das cédulas existentes na urna, até que os nomes se esgotassem e fosse necessário reunir novamente a Junta elaboradora.

Essa reorganização do tribunal do júri era uma necessidade que se impunha naquela conjuntura e da qual o governo interventorial procurou criar meios para realizá-la. Com as modificações empreendidas, procurou-se tanto reprimir alguns abusos que ocorriam como assegurar uma maior impessoalidade e segurança na escolha dos jurados. Mesmo não sendo suficientes para dar fim às práticas arbitrárias e violentas que desde muito tempo já faziam parte da cultura do meio, essas medidas, juntamente com as previsões legais do Novo Código de Processo Penal, criaram obstáculos à influência que os coronéis exerciam neste setor do Estado. Não mais com a mesma facilidade de antes e, sobretudo, a mesma conivência dos aparatos legais e dos poderes instituídos, iriam os coronéis arbitrariamente impor ou ameaçar os jurados escolhidos em determinados julgamentos. Sendo assim, da mesma maneira que no caso do Código de Processo Penal, o decreto regulamentador da nova organização do júri também foi alardeado pela imprensa oficial como mais uma das conquistas da “Revolução”, que, no entendimento dos porta-vozes do governo, paulatinamente estava transformando o aparato judicial e o tornando um pouco mais isento das influências coronelistas ¹³⁰.

Visando ainda uma relativa melhora nos serviços oferecidos pela Justiça, teve importância também as inspeções realizadas pelo juiz corregedor nas mais diversas comarcas do Estado. Durante todo o período em que Gratuliano Brito esteve governando, vários relatórios de correições judiciárias ocorridas nas diferentes comarcas do Estado foram publicados nas páginas do jornal *A União*. Nesses relatórios eram apontados os mais diversos problemas ligados ao funcionamento da justiça, estando entre eles: o mau funcionamento dos cartórios judiciais, as falhas no serviço de registro civil, juizes que concediam licenças para cidadãos não titulados em direito advogar (o que era uma prerrogativa exclusiva do Superior Tribunal do Estado), juizes que arquivavam processos sem os devidos procedimentos legais,

¹³⁰ Jornal *A União* do dia 19 de junho de 1932, p.01.

escrivães que não possuíam as habilidades necessárias para o exercício do cargo, a situação das cadeias públicas, entre outras ¹³¹.

Dentre os problemas mais recorrentes expostos nos relatórios estavam aqueles relacionados aos processos criminais. Várias irregularidades foram encontradas no que se refere à atuação de juízes e serventuários da justiça nessa esfera, indo desde a existência de presos recolhidos sem a devida acusação e abertura de inquérito ao desaparecimento de processos:

Dos autos a cargo do 1º cartorio pertencente ao sr. João Ferreira de Queiroga, foram encontrados com irregularidades os seguintes: 3 processos de inventarios, 14 processos criminaes. Dentre estes, 4 se destacam que, pelas falhas que oferecem, não recommendam ao então juiz dr. Irineu Alves de Oliveira. Basta ver que as irregularidades chegaram a ponto de réos em crimes graves haverem respondido jury sem que tenha havido o processo preparatorio do julgamento. Varios processos de archivamento e de concessão de *habeas corpus*, vi, sem que houvessem os autos subindo a instancia superior em virtude do recurso necessario ¹³².

Ainda outras syndicancia foram objeto da correição. O desaparecimento do processo em que são accusados José Guilherme de Souza, Octavio Symphronio de Oliveira Mariz, Milton Alencar e outros, a demissão do oficial de justiça José Joaquim Placido, feita pelo 1º suplente em exercicio e outras irregularidades e emissões bem indicativas da falta de autonomia e de acção, são factos que não recommendam a administração judiciaria anterior á restauração da comarca ¹³³.

Antes de examinar os autos e processos do cartorio do Sr. Antonio Bandeira, este escrivão me informou que se havia extraviado um processo criminal, instaurado por tentativa de morte na pessoa de Manuel Amaral contra José Gabriel, processo cujo summario já se havia encerrado. [...] Com essas informações recommendei que se desse uma busca rigorosa, e caso não fosse encontrado o processo se procedesse á restauração, de conformidade com os artigos 524 a 530 do Cod. do Processo, sem prejuizo da responsabilidade criminal de quem, por culpa ou dóló, tenha dado causa ao desaparecimento ¹³⁴.

Louvei-me na informação do escrivão José de Souto Lima, digno de fé publica, para crêr na existencia de alguns feitos atrasados em poder do dr. juiz de direito, entre os quaes um de crime de homicidio, cujo réo, preso em flagrante ou preventivamente, fôra solto independentemente de '*habeas-corpus*' e sem culpa formada ¹³⁵.

Esses tipos de irregularidades foram demasiadamente praticados na justiça ao longo da Primeira República e agora no pós-1930 se tornavam oficialmente conhecidas pela população através dos relatórios de correição publicados no jornal *A União*. Por sua vez, uma fiscalização mais constante dos trabalhos da justiça se mostrou importante para Interventoria

¹³¹ Sobre as inspeções judiciárias realizadas no período, ver os relatórios de correição judiciária das comarcas de Pombal, Ingá, Patos, Conceição, Umbuzeiro, Mamanguape e Esperança publicados no jornal *A União* entre 07 de agosto de 1932 e 13 de janeiro de 1934.

¹³² Relatório de Correição Judiciária da Comarca de Pombal. Jornal *A União*, 07 de agosto de 1932, p.09.

¹³³ Relatório de Correição Judiciária da Comarca de Pombal. Jornal *A União*, 07 de agosto de 1932, p.09.

¹³⁴ Relatório de Correição Judiciária da Comarca de Ingá. Jornal *A União*, 19 de outubro de 1932, p.05.

¹³⁵ Relatório de Correição Judiciária da Comarca de Umbuzeiro. Jornal *A União*, 05 de agosto de 1933, p.10.

porque através dela se buscou solucionar muitos dos problemas apontados e dar uma uniformidade aos serviços que eram prestados no Estado. Além de medidas mais simples, como cobrar regularidade no serviço de registro civil e no atendimento nos cartórios judiciais, outras ações foram empreendidas a partir dos relatos do juiz corregedor, a exemplo da aposentação forçada do juiz de direito da Comarca de Umbuzeiro, acusado de graves irregularidades funcionais; da criação da 3ª Vara de Direito na comarca da Capital; e ainda a construção de uma cadeia na cidade de Areia¹³⁶.

Através dessas medidas que até agora aludimos, é possível perceber que o Governo de Gratuliano Brito deu continuidade ao processo de centralização e reestruturação do Estado por meio de ações que impactaram tanto no funcionamento dos municípios como em algumas prerrogativas que coronéis e chefes políticos locais possuíam em sua relação com a justiça. Contudo, ao mesmo tempo em que deu continuidade as medidas renovadoras, a administração de Gratuliano Brito teve a habilidade estratégica de evitar o conflito aberto com os coronéis.

Afirmamos isso, pois se por um lado a interventoria adotava medidas que pudessem interferir em algumas práticas ligadas a cultura política vigente baseada no coronelismo, por outro também empreendia ações que sinalizavam no sentido oposto, ou ao menos que indicavam não ser objetivo do governo estadual destruir as oligarquias locais ou afastá-las definitivamente das posições de prestígio que ocupavam.

Um dos exemplos que pode ser apontado nesse sentido é em relação às diversas restaurações de comarcas que ocorreram no período. Como vimos mais acima, nas administrações de João Pessoa e de Navarro várias comarcas e termos judiciais foram suprimidos com o objetivo de atingir politicamente líderes que se opuseram tanto ao primeiro como a “Revolução” em 1930. Tendo uma posição contrária a esta ação, Gratuliano Brito restaurou vários dos termos judiciais e comarcas que haviam sido suprimidas anteriormente, a exemplo da comarca de São João do Cariri e de Santa Rita e dos termos judiciais de Brejo do Cruz, Serraria, Caiçara e Pedras de Fogo¹³⁷. Mesmo que aquelas famílias consideradas

¹³⁶ O caso de Umbuzeiro foi exemplar do ponto de vista das irregularidades encontradas nas comarcas do interior. Dentre os problemas apontados pelo juiz corregedor, estavam a pouca regularidade e eficiência com que atuavam as autoridades judiciárias (juiz e promotor); os excessivos retardamentos e procrastinações dos processos; diversos processos criminais parados ou desaparecidos; a libertação de um assassino preso em flagrante sem *habeas corpus* e nem mesmo formulação de inquérito; o serviço de registro civil era extremamente precário; o promotor foi acusado de desconhecer por completo o Código de Processo Penal e o Código de Processo Civil e Comercial; além de outros problemas que foram apontados. Sobre o assunto, ver relatório de correção judiciária de Umbuzeiro publicado no jornal *A União*, em 05 de agosto de 1933, e o Decreto nº 375, de 1º de abril de 1933, que cria a 3ª Vara de Direito na comarca da Capital.

¹³⁷ A Comarca de São João do Cariri foi restaurada pelo decreto nº 403, de 25 de julho de 1933. Já a comarca de Santa Rita foi restaurada pelo decreto nº 591, de 30 de outubro de 1934. Quanto aos termos judiciários de Brejo

opositoras ao “governo revolucionário” tenham sido mantidas afastadas da administração dos negócios públicos desses municípios citados, inclusive dos cargos que anteriormente ocupavam no setor judiciário (as condições políticas daquele momento não permitiam que fosse diferente), a restauração das comarcas e termos por si só representaram um gesto relevante no sentido de demonstrar que não era interesse do atual governo atingir quem quer que fosse com medidas como a supressão de municípios, comarcas e termos judiciais. Tanto assim o foi que ao longo dos mais de dois anos da administração de Gratuliano Brito nenhum município, comarca ou termo judicial foi suprimido ou extinto, mesmo em redutos da oposição, divergindo radicalmente, nesse sentido, dos dois últimos governantes que o antecederam.

Emblemático ainda nessa orientação de demonstrar que a interventoria não desejava um conflito aberto e radical com os chefes locais foi a restauração do município de Santa Rita por meio do decreto nº 352, de 28 de dezembro de 1932. Como vimos anteriormente, o município de Santa Rita havia sido anexado a capital como subprefeitura para atingir politicamente o coronel Flávio Ribeiro Coutinho. Contudo, apesar deste ter continuado afastado da direção política do município, a restauração foi fundamental tanto para atender aos interesses da família Veloso Borges – que tinha negócios e influência na região e já era aliada do grupo político liderado por José Américo –, como para acenar positivamente perante a possibilidade de o governo receber o apoio dos Ribeiro Coutinho, o que de fato ocorreria já nas eleições de 1934¹³⁸. Desse modo, apesar do discurso antioligárquico do período, era com essas eventuais medidas e posturas de reconciliação que a interventoria conseguia alcançar um meio termo entre as ações “renovadoras” impostas pela conjuntura, sobretudo do ponto de vista administrativo, e a manutenção de algumas práticas ligadas à estrutura política vigente que se desejava manter quase que inalterada.

Já em relação à Segurança Pública, ao que pudemos colher, a atuação do Estado nesse setor entre os anos de 1932-1934 parece ter se dado sem grandes reformas e nem maiores inovações. Tendo sido extintos, desde 1928, os últimos grupos de cangaceiros que atuavam mais fortemente no interior da Paraíba, o clima reinante nos primeiros anos do pós-1930 era de relativa tranquilidade. Em todos os jornais que pesquisamos não encontramos nenhuma

do Cruz, Serraria, Caiçara e Pedras de Fogo, estes foram reestabelecidos, respectivamente, pelos decretos nº 428, de 16 de outubro de 1933; 461, de 29 de dezembro de 1933; e 519, de 08 de junho de 1934.

¹³⁸ Vale salientar que os Ribeiro Coutinho estavam na condição de oposição ao governo desde a administração de João Pessoa (1928-1930). Para a prefeitura de Santa Rita, Gratuliano Brito efetivou o tenente Francisco Pedro dos Santos, que já exercia o cargo como sub-prefeito. Essa escolha de um militar foi uma das poucas exceções adotadas pelo Interventor, que tinha preferência por nomear elementos civis para as prefeituras do interior.

notícia que narrasse possíveis conflitos ocorridos nesse período entre a polícia paraibana e os grandes bandos armados que rondavam os sertões, a exemplo do de Lampião. Segundo consta no relatório do Interventor, não atuava no estado nenhum novo grupo de cangaceiro já que

Depois que o interior, cortado de rodovias, se transformou ainda sob a acção de outras influencias civilizadoras, modificada se tornou a mentalidade de sua gente. Não ha mais quem se julgue com direito de se abrigar maus elementos, mesmo por que delles não precisa para defender a existencia em qualquer parte do território parahybano (ESTADO DA PARAHYBA, 1935, p.151).

Mesmo considerando excessiva na fala do Interventor a exaltação aos feitos do Estado e do Ministério da Viação e Obras Públicas no Nordeste, de fato podemos considerar que as obras realizadas no sertão paraibano devem ter contribuído para a diminuição da presença de grupos de cangaceiros na região, tendo em vista que com as estradas tornavam-se mais ágeis as comunicações e o acesso a serviços como escolas, postos de saúde e novas possibilidades de trabalhos, etc. Contudo, não podemos deixar de considerar uma questão que apesar de simples parece importante, que é a postura adotada tanto no governo João Pessoa como no governo de Navarro em relação à segurança pública.

Uma das mais controversas medidas empreendida no governo de João Pessoa foi o combate ao banditismo por meio da apreensão de armas e da prisão dos proprietários rurais que dessem guarida aos bandos de malfeitores. Após a morte do ex-presidente estadual e do advento da “Revolução”, Navarro adotou essa mesma postura em seu governo. Quando Gratuliano Brito assumiu a interventoria, portanto, é provável que muitos dos coronéis já não se sentissem mais seguros em exercer o seu direito costumeiro de estender sua proteção e hospitalidade a qualquer individuo que a buscasse por medo de represálias tanto do Estado como da opinião pública. No nosso entendimento, essa questão se mostra relevante para essa menor atuação na Paraíba dos grupos de cangaceiros existentes no sertão entre os anos de 1932-1934, o que contribuiu para que a força policial nesse período necessitasse agir apenas para manter a ordem e coibir indivíduos e roubos que ocorriam com maior intensidade em algumas localidades (ESTADO DA PARAHYBA, 1935, p.152).

Não obstante esse cenário, principalmente no início do Governo de Gratuliano Brito continuaram regulares as nomeações, remoções e exonerações de delegados de polícia, oficiais e praças da Força Pública. Mesmo não querendo empreender uma reformulação profunda no setor, a Interventoria entendia que se devia moralizá-lo minimamente. A percepção que se tinha era a de que não se poderia mais permitir que, como em tempos passados, as forças de segurança fossem utilizadas como milícias particulares de alguns

chefes locais e, nesse sentido, era preciso dar continuidade a algumas medidas que vinham sendo adotadas desde o governo de João Pessoa, como a remoção e demissão de policiais envolvidos com alguns chefes locais.

Entre julho de 1932 e abril de 1934 foram expulsos 77 praças da força policial enquanto outros 98 novos foram admitidos. Desses 77 praças expulsos, 63 foram por incapacidade moral, 3 por crime de furto, 1 por crime de ferimento, 8 por crime de rapto, 1 por crime de homicídio e 1 por covardia¹³⁹. Percebe-se, então, que a maioria das exonerações se dava sem um motivo claro, simplesmente de acordo com a conveniência da Interventoria que alegava “incapacidade moral” para, em conformidade com os seus interesses, expulsar os praças.

Destarte, esta prática parece não ter surtido o efeito que (ao menos aparentemente) se esperava. As forças de segurança pública parecem ter continuado a se imiscuir com as questões políticas nos municípios, levando ao Secretário do Interior e Segurança Pública a emitir a seguinte nota dirigida a todas as autoridades policiais do Estado:

João Pessoa, 14 de julho de 1933. Sr. delegado de Policia: No intuito de esclarecer de vez o pensamento do Govêrno, recommendo que no exercicio de funcções policiaes não é licito a nenhuma autoridade immiscuir-se em assumptos politicos nem manifestar predilecções por grupos regionais dessa natureza. Entende esta Secretaria que, conducta diversa da que ora é recommendada, trará serios embaraços á manutenção da ordem publica, dever precipuo da policia civil ou militar. – Argemiro de Figueiredo, secretario¹⁴⁰.

Ainda em relação às forças de segurança pública da Paraíba, cabe-nos destacar a sua participação no combate ao Levante Paulista de 1932. A chamada Revolução Constitucionalista de 1932 se constituiu em um movimento armado deflagrado pelo Estado de São Paulo contra o Governo Provisório de Getúlio Vargas. Apesar de haver uma forte busca por uma parte da historiografia em identificar o levante com a causa da constitucionalização do país, outras questões centrais nos parece também adequadas para serem apontadas como motivadoras da sublevação, entre eles a perda da hegemonia do Estado de São Paulo na política do país e a insatisfação das forças oligárquicas paulistas com a nomeação de interventores militares ou que não eram do estado¹⁴¹.

¹³⁹ *Relatório da Força Pública Militar do Estado da Parahyba* publicado no jornal *A União* de 25 de setembro de 1934, p.09-12.

¹⁴⁰ *Jornal A União* de 15 de julho de 1933, p.08.

¹⁴¹ Sobre a “Revolução Constitucionalista de 1932” ver ABREU, Marcelo Santos de. **Revolução Constitucionalista de 1932: historiografia e história**. XIII Encontro de História ANPUH-Rio - Identidade. Rio de Janeiro, agosto de 2008; e ainda RODRIGUES, João Paulo. Levante Paulista de 1932: entre os domínios da

O fato é que, insatisfeita com a política centralizadora do Governo Federal, no dia 09 de julho daquele ano a elite cafeeira juntamente com amplos setores da classe média e militar de São Paulo iniciaram um movimento armado com o objetivo de depor Vargas e seus aliados ligados ao movimento tenentista. Para alcançar êxito em seus propósitos, os paulistas esperavam contar com o apoio que já vinha sendo articulado junto aos setores oligárquicos mais conservadores dos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Entretanto, além de não receber o apoio esperado, o que se operou foi uma hábil ação do Governo Provisório em mobilizar os outros Estados da Federação contra o Movimento, que passou a ser identificado como uma reação contrarrevolucionária das decaídas oligarquias de São Paulo e ainda por cima com caráter regional separatista ¹⁴².

Para o Governo Central, o argumento da constitucionalização do país não justificava a sublevação tendo em vista que providências já haviam sido tomadas com esse intento: havia sido promulgada a nova lei eleitoral, a data prevista para se efetuar as eleições para constituinte já tinha sido marcada, os juízes dos tribunais eleitorais foram escolhidos, e ainda já havia sido designada a comissão incumbida de elaborar o projeto da Constituição ¹⁴³.

Diante desse cenário, e tendo em vista a baixa probabilidade de sucesso dos revoltosos, a Paraíba, assim como todos os outros estados da federação, hipotecou total apoio a Getúlio Vargas e ao Governo Central. Visando auxiliar nos combates, o Interventor paraibano criou e enviou para o sul do país três Batalhões Provisórios ligados a Força Policial do Estado, os quais chegaram a se constituir de mais de cerca de três mil homens ¹⁴⁴. A Paraíba forneceu apenas o contingente humano, os armamentos ficaram por conta do Governo Federal e o treinamento foi realizado no Centro de Preparação Militar no Rio de Janeiro. Segundo o relato do Major Guilherme Falcone, comandante do 1º Batalhão Provisório da Paraíba, houve ao todo 26 combates consideráveis das tropas que ele comandou dentro dos 33

memória e os (des) caminhos da História. **Projeto História:** história, historiadores e historiografia. São Paulo, v.41, p. 125-153, 2010. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6537/4736>.

¹⁴² Várias manchetes foram publicadas no jornal *A União* condenando o Movimento Paulista. Os adjetivos atribuídos ao Levante eram os mais diversos: “A Mashorca que brasileiros sem patriotismo desencadearam em S. Paulo”; “A revolta perrepista”; “A intentona de São Paulo”; entre outros. Ver jornal *A União* entre 16 de julho e 30 de setembro de 1932.

¹⁴³ Sobre essas medidas ver os decretos federais nº 20.076, de 24 de fevereiro de 1932 (institui um novo código eleitoral) e o nº 21.402, de 14 de maio de 1932 (marca as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte para o dia 03 de maio de 1933).

¹⁴⁴ Os Batalhões Provisórios foram criados através dos decretos nº 298, de 22 de julho de 1932; 301, de 27 de julho de 1932; e 306, de 03 de agosto 1932. ESTADO DA PARAÍHYBA. **Actos do Interventor Federal:** Decretos, de 1º de julho a 31 de dezembro de 1932, administração do interventor Gratuliano Brito. João Pessoa: Imprensa oficial, Nº 525. 1933, p. 07-23.

dias em que as permaneceu nas trincheiras ¹⁴⁵. Só desse 1º Batalhão morreram nove militares, sendo dois sargentos, um cabo e seis soldados ¹⁴⁶.

Em geral, as notícias publicadas no jornal *A União* exaltavam a ação das tropas paraibanas. Enaltecia-se a moral, a bravura e a dedicação dos soldados paraibanos em proteger a “Revolução”. Associava-se ainda um caráter nacionalista ao combate, no qual aqueles que estavam lutando o faziam em defesa da unidade e dos verdadeiros valores morais da nação ¹⁴⁷.

Sem qualquer chance de combater as tropas legalistas, São Paulo se rendeu no dia 1º de outubro de 1932. Apesar de derrotado, o movimento revoltoso contribuiu para consolidar as ações em volta do retorno do país a um regime constitucional. Com o fim do conflito, os três batalhões provisórios paraibanos foram dissolvidos e boa parte dos militares foi incorporado a reserva da Força Pública Estadual.

Como observamos, em relação à justiça e segurança pública, a atuação interventora desse Estado centralizador de que vimos falando se mostrou através de ações que visaram modificar a forma como costumeiramente os coronéis se relacionavam com o setor. Medidas como a criação de um novo Código de Processo Penal, as modificações realizadas na organização do tribunal do júri, a fiscalização mais ostensiva do funcionamento da justiça através das correições judiciárias e as remoções, exonerações e aposentadorias forçadas de juízes, promotores, delegados e policiais, constituíram ações que interferiram nas práticas que eram inerentes a cultura política vigente na Paraíba baseada no coronelismo. Ao que pudemos perceber, essas medidas visaram demonstrar que não mais o Estado seria conivente com as interferências dos coronéis nas questões relacionadas à justiça e segurança pública – pelo menos não da mesma forma como ocorria na Primeira República. Isto era o que se defendia publicamente através do discurso “revolucionário” do momento e que, até certo ponto, a Interventoria de Gratuliano Brito empreendeu.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que empreendia medidas que tolhiam algumas prerrogativas de que anteriormente dispunham os poderosos locais, a Interventoria acenava com algumas ações que visavam criar um ambiente político propício para estabelecer um processo de conciliação entre alguns grupos oligárquicos que se encontravam em oposição

¹⁴⁵ Jornal *A União*, 26 de outubro de 1932, p.01-03.

¹⁴⁶ Relatório das operações das Forças Policiais do Estado da Parahyba na repressão ao movimento armado de São Paulo, publicado no Jornal *A União*, de 26 de outubro de 1932, p.01-03. Não conseguimos mais informações sobre a atuação dos outros batalhões paraibanos.

¹⁴⁷ Jornal *A União*, de 11 de outubro de 1932, p.01.

desde o governo de João Pessoa. Com esse objetivo, por exemplo, Gratuliano Brito empreendeu restaurações de comarcas e reestabeleceu o município de Santa Rita, ações que o levou a angariar o apoio de uma poderosa família oligárquica que se opôs ao governo de João Pessoa, os Ribeiro Coutinho.

Portanto, de um modo geral, podemos afirmar que as ações da Interventoria nesse setor seguiu a risca o que Governo Central achava conveniente para levar adiante seus planos de centralização e modernização político-administrativa. Se por um lado esperava-se tomar as medidas renovadoras que a conjuntura (econômica, social, política, etc.) impunha, por outro se buscava manter inalterados certos privilégios da elite e, principalmente, a estrutura política da qual os elementos que agora estavam no poder eram beneficiários.

2.4 CENTRALIZANDO AS AÇÕES E ORGANIZANDO A INFRAESTRUTURA: AS OBRAS REALIZADAS PELO GOVERNO ENTRE 1932-1934

O setor funcional de obras públicas também passou no pós-1930 por um processo de reestruturação que procurou dar outra dinâmica a forma como eram empreendidas as ações na área. Mesmo isso não significando uma radical mudança no que se refere ao modo como eram empreendidas as obras na Paraíba, sobretudo quanto às duvidosas parcerias entre o Estado e particulares, veremos nos pós-1930 uma preocupação maior do Governo em desenvolver a infraestrutura através da realização de obras estruturantes, a exemplo do porto de Cabedelo e de estradas de rodagem pelo interior.

Ao longo da Primeira República, o que se observou na Paraíba, no que se refere às obras públicas desenvolvidas pelo Estado, foram períodos de oscilação em que pequenos conjuntos de obras eram empreendidas de forma mais decidida para em seguida serem legadas ao completo esquecimento. Entretanto, mesmo nesses passageiros períodos de maior atividade no setor, as obras realizadas não correspondiam às reprimidas demandas dos paraibanos por obras estruturantes e capazes de auxiliarem o desenvolvimento econômico e social da população. Durante quase todo o período referido, as construções realizadas consistiam, na maioria das vezes, em pequenos reparos em prédios públicos, calçamento de algumas poucas ruas e reformas em praças, ações essas quase sempre restritas a Capital.

Segundo José Américo de Almeida (1994, p. 262), no que se refere a obras públicas, era mesquinho o espólio herdado pela monarquia à República na Paraíba. “As linhas telegráficas, iniciadas em 1875, não tinham desenvolvimento e a via férrea Conde d’Eu,

inaugurada em 1882, estava limitada a 141 quilômetros”. Os prédios públicos deixados eram quase todos remanescentes do período colonial. Não havia sido estruturada nenhuma repartição de obras públicas capaz de coordenar as atividades do setor. Mesmo na Capital Parahyba, cidade que, como força de expressão, podemos dizer ser a mais desenvolvida do estado, a situação era muito precária. Em 1893 disse o Presidente paraibano Álvaro Lopes Machado:

É a nossa Capital destituída dos mais importantes e necessarios á nossa vida economica. Não tem agua encanada, esgotos, iluminação sufficiente, meios de conducção, casa de mercado etc etc, accrescendo-se a isto o estado pouco satisfactorio de certos edificios publicos, exigindo alguns reparações indispensaveis e outros terminação [...]. (PARAHYBA, Estado da, 1893, p.06)

No interior, a situação era ainda pior. Diversas cidades encontravam-se praticamente isoladas por falta de estradas transitáveis. Na maioria delas, iluminação e água encanada eram coisas totalmente desconhecidas. Só para se ter uma ideia, apenas oito cidades do interior paraibano possuíam cadeia pública no início do século XX, de modo que eram utilizados prédios particulares como prisões¹⁴⁸.

Para dar mais organicidade aos trabalhos empreendidos pelo Estado, em 15 de abril 1895 foi criada a Directoria de Obras Publicas, órgão que passou a ser responsável pela coordenação das atividades de obras públicas na Paraíba. A partir de então, tornaram-se frequentes nas Mensagens enviadas pelos Presidentes do Estado à Assembleia Estadual noticias sobre reparos em prédios públicos e pequenas construções, mas ainda de maneira muito incipiente¹⁴⁹:

Attento a defficiencia da respectiva verba, e impossibilidade de eleva-la consideravelmente, tenho me limitado a mandar fazer nos edificios publicos os reparos que se têm tornado indispensaveis (PARAHYBA, Estado da, 1897, p.15)

Os nossos recursos orçamentarios não têm permitido empreendimentos nesse ramo da administração. A conservação do que existe, porque mais não poderemos tentar actualmente, tem sido cuidado attentamente. (PARAHYBA, Estado da, 1909, p.34)

Apesar do esforço empregado, muito longe está esta directoria de cumprir todas as suas funções. É preciso ampliar a sua organização para que deixe de agir somente na capital para se irradiar pelo Estado em fora, orientando a lavoura por meio de um serviço de informações, zelando pelas vias de comunicação, pelos seus serviços de assistência às pontes e estradas, fomentando o intercambio pelo seu serviço de

¹⁴⁸ As cidades do interior que possuíam cadeia pública eram Mamanguape, Areia, Campina Grande, Bananeiras, Pombal, Pilar e Teixeira. Ver ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 4ª Edição. Brasília: Senado Federal, 1994, p.263.

¹⁴⁹ Ver as Mensagens enviadas pelos Presidentes do estado da Paraíba à Assembleia Estadual entre 1889 e 1930.

propaganda das nossas riquezas e zelando pela mão de obra. (PARAHYBA, Estado da, 1917, p.42)

Neste ramo da administração, pouco ha feito o meu governo. Dada a actual situação financeira do Estado, é de ver a impossibilidade em que me acho de ir além dos trabalhos de conservação, asseio e pequenas adaptações dos proprios estaduaes, do concerto de pontes, estradas, praças e outros serviços urgentes inadiáveis" (PARAHYBA, Estado da, 1921, p.22-23)

Em 1901, a recém-criada Directoria de Obras Públicas foi suprimida, decorrendo daí certa descontinuidade nas ações desenvolvidas. Enquanto isso, mesmo na Capital, continuava a população sem água encanada, esgotos, calçamento e iluminação elétrica regular e adequada, serviços esses que nesse mesmo período já vinham ganhando mais impulso em outras capitais do país. Chegou-se inclusive a cogitar a aquisição de um empréstimo junto a um banco inglês para realizar tais melhoramentos, o que acabou não ocorrendo devido as condições que foram impostas para tal¹⁵⁰.

Assim como também foi demonstrado em relação aos outros setores funcionais, as dificuldades do Estado paraibano nesta área eram muitas. Dificilmente se conseguia empreender a construção de algum prédio ou melhoramento público. O governo do Presidente João Machado (1909-1912) parece ter sido o primeiro, dentre aqueles momentos de oscilação a que nos referimos anteriormente, em que as ações passaram a ser realizadas de modo mais firme. Durante sua gestão, além das regulares reformas e ações de conservação dos prédios e praças públicas, iniciou a construção da estrada de rodagem entre Areia e Alagoa Grande; deu um grande salto nas obras de abastecimento de água da Capital, que foram inauguradas em 21 de abril de 1912; e promoveu melhoramentos, dentro das possibilidades, dos serviços de iluminação e viação elétrica também da Capital¹⁵¹. Aproveitando ainda este momento positivo no setor, em 1914 foi recriada a Directoria de Obras Publicas, sendo este um fator positivo para o andamento das obras em execução.

Entretanto, após cerca de quatro anos de relativa melhora das ações empreendidas (1910-1914), no ano seguinte ao da sua reabertura, o órgão da Directoria de Obras Publicas

¹⁵⁰ PARAHYBA, Estado da. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa em 1º de setembro de 1904 por ocasião da instalação da 1ª sessão da 4ª legislatura pelo Presidente do Estado, des. José Peregrino d' Araújo. Parahyba do Norte, Imprensa Official, 1904., p.44-45.

¹⁵¹ Ver as Mensagens enviadas pelo Presidente do Estado João Machado à Assembleia Estadual entre 1909-1912.

sofreu uma forte limitação em seu funcionamento ao passar por uma redução do seu quadro de funcionários e ter suspensas todas as obras em andamento¹⁵².

Agravava ainda mais esse difícil cenário as constantes secas que de tempos em tempos assolavam a Paraíba e o Nordeste. A de 1909, uma das piores dentre aquelas que ocorreram no período, demonstrou a total impossibilidade do Estado em desenvolver qualquer ação no sentido de minorar a situação da população que migrava em levas dos sertões para as cidades do brejo e do litoral. Além das finanças estaduais desequilibradas, admitiu o Presidente daquele momento que o Estado não comportava “absolutamente o custeio de despesas extraordinárias que porventura o governo tentasse fazer com o empreendimento de serviços tendentes a minorar os efeitos da seca”¹⁵³.

Não tinha o Estado paraibano, portanto, a mínima condição de sozinho empreender as obras de açudagem e a construção estradas de ferro e de rodagem capazes de contribuir para a distribuição de suprimentos e a locomoção das populações atingidas pelo flagelo. Era preciso que a União colaborasse realizando obras federais que ajudassem no enfrentamento dos problemas da região. Contudo, segundo José Américo de Almeida (1994, p.225), “a história político-administrativa da Paraíba, nas suas relações com os poderes centrais [...] é um documento de preterições e de abandono”.

Até Epitácio Pessoa chegar a Presidência da República, em 1919, as ações do governo federal na Paraíba, seja no combate as secas ou no empreendimento de obras diversas, foram extremamente escassas. Ao que pudemos apurar, ao longo desse período, a muito custo foram obtidos alguns melhoramentos, como a pequena expansão da linha férrea para algumas cidades do brejo e do agreste paraibano e a construção de poucas estradas de rodagem¹⁵⁴. Mesmo com a criação da Inspetoria de Obras Conta as Secas (IOCS), em 1909, quase nada mudou na relação do governo federal para com a Paraíba. Até 1919, os açudes públicos construídos por este órgão no estado eram em pequeno número e mal conservados. Já os açudes particulares, apesar de mais numerosos, contribuíam apenas para colocar a população

¹⁵² PARAHYBA. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa do Estado, na 4ª sessão ordinária da 7ª legislatura, a 1º de setembro de 1915, pelo Sr. Coronel Antonio da Silva Pessoa, Vice-Presidente do Estado em exercício. Parahyba do Norte, Imprensa Official, 1915, p.10.

¹⁵³ PARAHYBA, Estado da. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa em 1º de setembro de 1909 por ocasião da instalação da 2ª sessão da 5ª legislatura pelo Presidente do Estado, Dr. João Lopes Machado. Parahyba do Norte, Imprensa Official, MCMIX [1909], p. 48.

¹⁵⁴ Em 1905, foi relatado pelo Presidente do Estado a conclusão do ramais de estrada de ferro ligando as cidades de Mulungu-Alagoa Grande (23 Km de extensão), Independência-Nova Cruz (50,1 Km de extensão), e de Pilar-Itabaiana (14,2 Km de extensão). Nesse mesmo ano, se encontrava em andamento a construção do ramal que ligaria Itabaiana-Campina Grande, concluído em 1907.

em situação de dependência em relação aos grandes proprietários que tinham controle sobre a água represada disponível¹⁵⁵.

Diante desse quadro, a chegada de Epitácio Pessoa a Presidência da República foi encarada com grande esperança frente às intenções de desenvolvimento e de melhora das condições sociais da Paraíba e também do Nordeste. Pela primeira vez na história a República tinha um presidente deste estado e região que, do ponto de vista da população que nela habitava, podia contribuir no combate aos problemas sociais e econômicos que os afligia, dentre eles o problema das secas.

Tentando fazer frente a essa expectativa, logo que Epitácio Pessoa assumiu a presidência lançou um vasto programa de obras no Nordeste, destacando-se o seu plano de combate às secas por meio da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS)¹⁵⁶. Sob sua gestão, os gastos com este órgão federal passaram de 6.134:629\$ em 1919, para 145.947:350\$ em 1922, sendo a Paraíba um dos estados mais beneficiados com estas verbas. Várias foram as obras realizadas pela IFOCS no estado natal do Presidente: açudes, estradas, ferrovias, a tentativa de construção de um porto no bairro do Varadouro, pontes, etc. (FERREIRA, 1993, p.100).

Dentre essas obras, destacaram-se as de açudagem e de estradas de rodagem. Entre 1919-1922, foram iniciadas a edificação de três grandes barragens nos sertões paraibanos – São Gonçalo, Piranhas e Pilões – e ainda construídos 10 pequenos açudes, a maioria em parceria com particulares¹⁵⁷. Além disso, foram construídas algumas importantes estradas de rodagem: “Num tempo incrivelmente curto, a rodovia principal estendeu-se para o oeste por uma distancia de cerca de 450 quilômetros da capital, chegando aproximadamente 100 quilômetros de Sousa, no alto sertão” (LEWIN, 1993, p.80).

As obras financiadas pelo governo federal na Paraíba causaram grande euforia na maioria da população. Acreditava-se que estava se iniciando um período de desenvolvimento que perduraria por um longo tempo e que contribuiria para melhorar a vida de todos. Este foi mais um momento em que o Estado paraibano buscou desenvolver certas ações no sentido de

¹⁵⁵ Segundo Ferreira (1993), os dados sobre os açudes públicos construídos pela IOCS entre 1909 e 1918 variam em número entre 18 e 24. Já em terras de particulares foram construídos cerca de 2.311 açudes. Sobre o assunto, ver FERREIRA, Lúcia Fátima Guerra. **As Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993, p.83.

¹⁵⁶ Antiga IOCS que foi reformulada em julho de 1919.

¹⁵⁷ Sobre o assunto, ver ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 4ª Edição. Brasília: Senado Federal, 1994, p.393-403. Ver também LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993, p.85.

também contribuir com algumas obras. Favorecido com uma melhora da economia verificada a partir de 1916 e com as verbas injetadas pela IFOCS na economia local, os governos de Camilo de Holanda e Solon de Lucena foram responsáveis por importantes melhoramentos. Na gestão de Camilo de Holanda, por exemplo, foi iniciada a construção do grande prédio da Escola Normal, na praça Comendador Felizardo (futura praça João Pessoa); reformou-se o prédio da Imprensa Oficial; e se iniciou a construção de uma avenida ligando o centro da cidade a praia de Tambaú (futura avenida Eptácio Pessoa). Já na gestão de Solon de Lucena foi contraído um empréstimo junto ao governo federal para início das obras de coleta de esgoto da Capital, construiu-se a Academia de Comércio Eptácio Pessoa e um grupo escolar na cidade de Guarabira¹⁵⁸.

No entanto, para além dessas ações dos governos paraibanos, no que se refere às obras contra as secas é hoje sobejamente conhecido que os frutos propiciados por elas foram colhidos pelos coronéis do estado. Tanto antes como depois de 1919 “as massas trabalhadoras do campo em nada se beneficiaram com essas mudanças. A açudagem, sem nenhuma função irrigatória, beneficiava, apenas, os latifundiários” (GURJÃO, 1994, p.50). Em seu estudo sobre a indústria da seca, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (1993, p. 87-88) aponta que foram os grandes proprietários rurais que mais se favoreceram das obras contra as secas na Paraíba entre 1909 e 1922. Em dois quadros diferentes, a autora indica quais foram as principais famílias beneficiadas, estando entre elas: Suassuna, em Catolé do Rocha; Marója, em Itabaiana; Mariz, em Sousa; Pessoa, em Umbuzeiro; Queiroga, em Pombal; Gaudêncio, em São João do Cariri, entre outras¹⁵⁹.

Uma das formas encontradas pelos coronéis para usurpar os investimentos públicos em favor de seus interesses privados foi se colocar na condição de contratantes na construção de estradas, barragens, etc. A legislação da IFOCS previa que poderia ser premiado com comissões de 10 a 15% aqueles proprietários que executassem um projeto de obras aprovado e fiscalizado pela Inspetoria. Entretanto, em vários casos a legislação era burlada e os coronéis recebiam os “prêmios” por obras já existentes, fictícias ou inviáveis. Além disso, ao se colocar como contratantes das obras, os chefes locais adquiriam condições extremamente favoráveis para exercer suas prerrogativas de mandonismo e clientelismo, distribuindo

¹⁵⁸ Além desses, outros melhoramentos como reformas de prédios públicos e modernização de praças na capital também se verificaram. Sobre o assunto, ver as Mensagens enviadas pelos Presidentes do Estado da Paraíba à Assembleia Estadual nos anos de 1918, 1922 e 1923.

¹⁵⁹ Ver FERREIRA, Lúcia Fátima Guerra. **As Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993, p.87-88 e 98-99;

benesses com os amigos fornecedores de materiais e empregos para sua clientela¹⁶⁰ (GURJÃO, 1994, p.59).

Passada presidência de Epitácio Pessoa, o governo subsequente de Artur Bernardes acabou com o auxílio federal por meio da IFOCS. Todas as obras em andamento na Paraíba foram abandonadas, inclusive a das três grandes barragens iniciadas anos antes, transformando a euforia dos paraibanos em pessimismo. O Governo de João Suassuna (1925-1928), que coincide com esse período, se viu em grandes dificuldades diante desse cenário, já que apesar de toda euforia dos anos anteriores o Estado continuava sem condição de sozinho dar andamento as obras que vinham sendo realizadas. Na verdade, da forma como atuava, não havia condições sequer de empreender a manutenção dos prédios, estradas e outros aparelhos agora existentes, de modo que, quando João Pessoa assumiu o Governo, em 1929, afirmou:

Assumindo o governo, não poderia conformar-me com o abandono a que tinham sido relegadas as estradas de rodagem construídas pela Inspetoria de Obras Contra as Sêccas, na presidência Epitácio Pessoa. Achavam-se ellas, em sua maioria, desfeitas e com o tráfego interrompido em alguns pontos, na estação das chuvas, por falta de obras d'arte e de conservação ¹⁶¹ (PARAHYBA, Estado da. 1929, p. 76).

O Governo de João Pessoa, após estabelecer uma reestruturação das finanças estaduais e de ver a economia melhorada com a maior safra de algodão até então registrada, além de uma arrecadação muito superior a do exercício que o antecedeu (MELLO, 1982, p.87-88), conseguiu, em certa medida, se diferenciar da maioria dos governos da Primeira República pelo ritmo intenso que deu a realização de algumas obras. Durante os quase dois anos de sua gestão, principalmente no primeiro, foram executadas inúmeras obras públicas, grandes e

¹⁶⁰ Em relação ao favorecimento dos coronéis nas obras contra as secas, diz Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello (1982, p. 70): “Não admira, assim, que todos os políticos de prestígio – médicos, bacharéis, fazendeiros – tivessem sido contemplados, nessa espécie de loteria de bilhetes premiados, com um trecho de obra, maior ou menor, para fazer jus ao prêmio certo. Numerosos parentes do Presidente da República, do Presidente do Estado, dos senadores, dos deputados, e os chefes municipais de maior prestígio, foram convocados para os benefícios dessa cornucópia: a uns tocaram trechos de estradas de ferro, que eram os mais rendosos; a outros cabia um fornecimento de dormentes ou de pedras para as obras do porto. De um extremo a outro do Estado, os contratantes, os fornecedores, os empregados, eram todos indicados pela política dominante. Como não podia deixar de ser, muita gente melhorou de vida e algumas fortunas, ainda hoje florescentes, na indústria ou no comércio, tiveram origem nas Obras Contra as Secas”.

¹⁶¹ A esse respeito, disse Linda Lewin (1993, p.79-80): “Dez anos mais tarde, mesmo depois de terem se tornado evidentes os impressionantes progressos representados pelas construções feitas pelo IFOCS, a situação permanecia inalterada em muitas regiões dos sertões. Em 1922, fazendo um levantamento do cultivo de algodão nas zonas sertanejas, Arno Pearse testemunhou a impossibilidade de viajar de automóvel em muitas áreas: ‘A maior dificuldade foi encontrada na travessia de rios, dada a inexistência de pontes. (...) Finalmente, tivemos de abandonar os carros e recorrer a cavalos, um meio de transporte muito mais rápido do que o automóvel numa região lamacenta e sem estradas ou com apenas estrada velha, esburacada, coberta de capim, de flores rasteiras e até mesmo mato”.

pequenas, a maior parte delas na Capital: reformou e decorou o Palácio do Governo, reconstruiu o prédio do Tesouro Público convertendo-o em Palácio das secretarias, retificou a rua Duque de Caxias, reformou a praça Comendador Felizardo, iniciou o alargamento da rua Maciel Pinheiro, retomou o prolongamento da avenida Eptácio Pessoa, reformou o Parque Solon de Lucena, ampliou o edifício da Imprensa Oficial, construiu o Pavilhão do Chá na praça Venâncio Neiva, iniciou as obras do Parahyba Hotel e do Hospital de Isolamento e instalou o Campo de Aviação em Tambauzinho. No interior, reconstruiu e reparou 165 quilômetros de estradas, partindo da Capital e passando pelos municípios de Santa Rita, Espírito Santo, Sapé, Aracá, Mulungu, Alagoinha, Alagoa Grande e Alagoa Nova até Campina Grande; construiu em parceria com os municípios de Pilar e Itabaiana a estrada Itabaiana-Serrinha; e procurou o governo federal em busca de estabelecer uma parceria para iniciar as obras do porto de Cabedelo (MELLO, 1982, p. 85-86)¹⁶².

Mesmo não conseguindo encontrar informações sobre possíveis reformulações na estrutura e na forma como eram realizados os trabalhos da Diretoria de Obras Públicas durante esse período, a exemplo de uma maior fiscalização das obras e melhor aparelhamento deste órgão, percebe-se pelo quantitativo de ações empreendidas certa diferença mesmo em relação à governos da Primeira República que se destacaram por empreender um número significativo de obras, como o de João Machado (1908-1912) e de Camilo de Holanda (1916-1920). Não só pelo quantitativo, mas principalmente pela preocupação em executar algumas obras estruturantes necessárias para o estado, a exemplo do porto de Cabedelo e de estradas de rodagem no interior. Não que os outros governos não tenham se interessado em realizar esses melhoramentos, inclusive enquanto Eptácio Pessoa esteve na Presidência da República foi tentada a edificação de um porto na Capital e criada muitas estradas no interior. No entanto, o que se diferencia a partir do Governo de João Pessoa é que a obstinação por essas obras capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico do Estado se tornou ainda maior.

Em relação ao porto, por exemplo, para João Pessoa essa obra tinha que ser realizada de um jeito ou de outro. Não havia mais como esperar outra situação favorável em termos de contribuição federal, a exemplo da que ocorreu com a chegada de seu tio a Presidência da República. O porto tinha que ser construído com ou sem a ajuda da União. E assim buscou fazer até a deflagração do conflito de Princesa, que interrompeu seus planos administrativos e paralisou todas as obras do Estado em andamento.

¹⁶² Outras obras e ações do Governo João Pessoa ainda estão presentes nas Mensagens enviadas pelo Presidente estadual à Assembleia Estadual nos anos de 1929 e 1930.

Essa tendência e interesse demonstrado por João Pessoa em desenvolver as obras estruturantes necessárias para alavancar o desenvolvimento econômico e social do Estado da Paraíba serviram como exemplo a ser seguido pelos primeiros governos do pós-1930. A centralização do aparato estatal levada a efeito a partir da interventoria de Anthenor Navarro contribuiu ainda mais para uma ação coordenada e efetiva nesse quesito.

De um modo geral, o que se percebe no pós-1930 é que o Estado passou a adotar outra postura quanto a disseminação de obras públicas. Desse momento em diante, o Governo não mais se proporia a apenas estar realizando os reparos indispensáveis em prédios públicos e pequenas construções. Era preciso, de algum modo, empreender ações que de fato pudessem contribuir para o desenvolvimento econômico da Paraíba e para melhorar as condições de vida da população. Dentro da nova dinâmica administrativa que se buscava instituir, procurava-se fortalecer o Estado e torná-lo mais atuante e provedor e, assim, possibilitar que as ações da Diretoria de Obras Públicas extrapolassem os limites da Capital e também atendessem os interesses dos habitantes do interior.

É nesse sentido que Navarro, mesmo diante das grandes dificuldades financeiras do momento, deu início a um arrojado plano de realização de obras públicas, tanto na Capital como no interior. Dentre as obras de seu governo, destacamos: o início da construção de 20 grupos escolares espalhados por todo estado; a reforma e criação de postos de profilaxia rural em vários municípios; a reforma e compra de equipamentos para o Hospital Colônia Juliano Moreira; o início da construção de algumas estradas de rodagem; e ainda a iniciativa de procurar o governo federal para que este concedesse a licença necessária para iniciar construção do porto de Cabedelo bem como a concessão de sua exploração, o que foi feito por meio do decreto federal nº 20.183, de 07 de julho de 1931¹⁶³.

Essa postura adotada pelo Estado da Paraíba no que se refere às obras públicas fica evidenciada na própria atuação que este teve em busca de auxiliar os socorros públicos de combate a seca de 1932. Segundo os relatos que circulavam nos jornais daquele período, a seca de 1932 estava sendo tão devastadora quanto à de 1877 (que se mantinha no imaginário popular como a pior seca de todos os tempos). Através do Ministério da Viação e Obras Públicas, comandado por José Américo, a atuação do governo federal no Nordeste se fez tão ou mais presente do que a dos tempos em que Eptácio Pessoa esteve na Presidência da República. Em quase todas as regiões da Paraíba encontravam-se obras de construção de

¹⁶³ A construção do porto só teve início poucos meses antes de Gratuliano Brito assumir a interventoria, em janeiro de 1932, ocasião em que foi contratada a Companhia Geobra para dar início as obras do cais e aterro. Sobre o assunto, ver o jornal *A União* dos dias 07 de setembro de 1932 e 23 de janeiro de 1935.

barragens, açudes de médio e grande porte, estradas, etc., inclusive dando continuidade a muitas das obras da IFOCS que haviam sido abandonadas após 1922.

Mesmo com essa presença atuante do governo federal, que por meio do Ministério da Viação e da IFOCS despejava intensamente verbas publicas na Paraíba, o governo interventorial decidiu criar, através do decreto nº 271, de 02 de abril de 1932, a Caixa Estadual de Obras Conta as Secas. Apesar de seu alcance limitado, a Caixa Estadual de Obras Contra as Secas foi a forma que o governo interventorial encontrou de cooperar, de acordo com suas possibilidades, para minorar a situação aflitiva do sertão. Isso demonstra uma diferença relevante se comparado aos governos da Primeira República que, diante da iminência das secas, sempre se eximiam de qualquer ação alegando a falta de condições do Estado em contribuir com as obras ou auxílios necessários.

Essa mesma orientação e postura adotada por João Pessoa e Navarro será assumida no Governo de Gratuliano Brito, tanto no que se refere a uma presença mais atuante do Estado quanto em relação ao empreendimento de obras estruturantes.

Como já foi mais ou menos apontado, a partir de 1928 houve um aumento considerável na quantidade de obras empreendidas na Paraíba. No entanto, segundo o que foi relatado pelo Diretor da Repartição de Agricultura e Obras Públicas do período, o engenheiro Ítalo Joffily, ainda eram muitos os problemas na execução destas. Em 1932, ainda não tinha o Estado uma organização técnica eficiente, ficando impotente diante da ação dos contratantes; grandes trabalhos eram contratados e iniciados sem orçamento oficial, desconhecendo o Governo o verdadeiro preço das obras, o que levava ao comprometimento das mesmas, já que muitos construtores passavam a utilizar materiais de qualidade ruim; dos trabalhos executados no interior, não recebia a Repartição de Agricultura e Obras Públicas nenhum comprovante de despesas; não se sabia os salários pagos aos operários; a seção técnica não possuía plantas de alguns dos mais importantes prédios do Estado; não havia um regulamento que versasse sobre a distribuição de pessoal; entre outros ¹⁶⁴. Diante dessas dificuldades, quando Gratuliano Brito assumiu, tomou a decisão de efetuar uma reformulação nos trabalhos da referida Repartição, o que passou a ser levado a efeito a partir do segundo semestre de 1932.

A primeira medida tomada pelo novo Interventor foi determinar que todas as obras custeadas pelo Tesouro do Estado passassem a direção exclusiva da Diretoria de Obras

¹⁶⁴ PARAHYBA. Repartição de Agricultura e Obras Públicas da. **Relatório apresentado ao Sr. Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas pelo engenheiro civil Ítalo Joffily Pereira da Costa, Diretor da Repartição de Agricultura e Obras Públicas, sobre os trabalhos realizados no ano de 1933.** João Pessoa, Imprensa Oficial, 1934, p. 03.

Públicas – que estava vinculada a Repartição de Obras Públicas –, inclusive as obras sob a responsabilidade de prefeituras e aquelas realizadas em parceria com particulares¹⁶⁵. Com esse ato, procurou-se dar maior agilidade ao andamento dos trabalhos em execução, acarretando em relativas melhoras no setor: dos serviços iniciados no interior passou a se cobrar e receber comprovantes de despesas; iniciou-se a reforma dos serviços internos com vistas a obter melhores condições de fiscalização, notadamente através da reformulação da seção técnica e das oficinas; os engenheiros da Repartição passaram a inspecionar e colaborar com os trabalhos nos lugares mais remotos do Estado, elaborando as necessárias especificações e orçamentos; e passou-se a coletar informações para elaboração de um regulamento que versasse, entre outras coisas, sobre a distribuição dos servidores do setor¹⁶⁶.

Ponto central nessa reestruturação dos serviços de obras públicas foi a procura por conter as despesas de pessoal e estabelecer um intenso controle dos gastos com fornecedores e construtores. Ao que os relatórios por nós consultados apontaram, procurou-se ter um cuidado maior na hora de realizar os pagamentos aos fornecedores e construtores, tendo sido determinada a exigência de escrituração, em livro especial para tal fim, dos empenhos enviados às mesas de renda e estações fiscais do interior. O objetivo era evitar gastos extras ou o pagamento por obras inacabadas ou inexistentes¹⁶⁷.

Para melhorar a execução dos serviços, o Governo de Gratuliano Brito criou ainda um novo regulamento para Repartição de Agricultura e Obras Públicas através do decreto nº 389, de 19 de maio de 1933. A partir de então, oficializou-se o que já vigorava no sentido de caber exclusivamente a Repartição de Agricultura e Obras Públicas a “execução e fiscalização dos serviços de obras públicas, principalmente na parte referente às construções civis, e de todos aqueles que disserem respeito ao desenvolvimento e animação da lavoura e da pecuária que estriverem a cargo do Estado”¹⁶⁸. Ainda decorrente do novo Regulamento, foram organizadas três seções para melhor divisão dos trabalhos: a Seção Técnica (responsável pelo depósito,

¹⁶⁵ ESTADO DA PARAHYBA. **Administração do Interventor Gratuliano Brito**: relatório dirigido ao Exmo. Sr. Presidente da República, referente ao período administrativo decorrido de junho de 1932 a dezembro de 1934. João Pessoa: imprensa oficial, 1935, p.107.

¹⁶⁶ PARAHYBA. Repartição de Agricultura e Obras Públicas da. **Relatório apresentado ao Sr. Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas pelo engenheiro civil Ítalo Joffily Pereira da Costa, Diretor da Repartição de Agricultura e Obras Públicas, sobre os trabalhos realizados no ano de 1933**. João Pessoa, Imprensa Oficial, 1934, p. 03-04.

¹⁶⁷ ESTADO DA PARAHYBA. **Administração do Interventor Gratuliano Brito**: relatório dirigido ao Exmo. Sr. Presidente da República, referente ao período administrativo decorrido de junho de 1932 a dezembro de 1934. João Pessoa: imprensa oficial, 1935, p.108.

¹⁶⁸ Ver decreto nº 389, de 19 de maio de 1933. PARAHYBA (Estado). **Actos do Interventor Federal**: Decretos, de 1º de janeiro a 31 de junho de 1933, administração do interventor Gratuliano Brito. João Pessoa: Imprensa oficial, 1933, p. 34.

oficinas e trabalhos públicos), a Seção de Expediente (responsável pelas comissões, residências e outros trabalhos públicos) e a Seção de Agricultura (responsável pelos campos experimentais, serviços de cooperação, ensinamento e propaganda, e defesa da lavoura e da pecuária).

Com as reformas empreendidas, ao longo do seu governo, Gratuliano Brito conseguiu tanto dar continuidade as obras iniciadas em administrações anteriores como começar outras. Entre as diversas obras de sua administração, podemos citar: a conclusão do prédio do Instituto Sérico do Estado, inclusive com a construção da Escola de Sericultura; a instalação da Diretoria de Plantas Têxteis do Ministério da Agricultura na Paraíba no quarto pavimento do Palácio das Secretarias, o qual foi reformado para se adequar aos serviços que ali passaram a ser desenvolvidos; apesar de ter sido inaugurado só em 1935, o edifício destinado a Secretaria da Fazenda, Viação e Obras Públicas foi iniciado e quase totalmente concluído em seu governo; a conclusão da cadeia pública de Areia; a finalização e o início da construção de grupos escolares em diversos municípios (Patos, São João do Cariri, Guarabira, Pombal, Cajazeiras, Joaseirinho, Santa Luzia do Sabugí, entre outros); e a melhora e ampliação das instalações do Centro Agrícola “Presidente João Pessoa” destinado ao abrigo e educação de menores abandonados e menores infratores¹⁶⁹. Também podem ser destacadas a construção da Escola Superior de Agronomia em Areia (construída em parceria com o Governo Federal), o monumento ao presidente João Pessoa na praça em frente ao Palácio do Governo e vários serviços relacionados ao fornecimento de água e saneamento na Capital¹⁷⁰.

Foram atacados ainda pela administração vários serviços de conservação e reparos de prédios públicos, tanto na Capital como no interior. Passaram por algum tipo de reforma ou ampliação o prédio da Imprensa Oficial, o quartel da Força Pública da capital, o Parahyba Palace Hotel, o Palácio das Secretarias, o Palácio da Redenção, a Diretoria Geral de Saúde Pública, o Superior Tribunal de Justiça do Estado, a Escola Normal, a torre do Liceu, o Tribunal Regional de Justiça Eleitoral, a cadeia pública da Capital, os depósitos e oficinas da Repartição de Obras Públicas, o posto policial do Sanhauá, o Centro Agrícola Presidente João Pessoa e várias estações fiscais e grupos escolares espalhados pelo estado. Algumas dessas obras consistiam apenas em pequenos reparos como pinturas e colocação de cerâmicas,

¹⁶⁹ PARAHYBA. Repartição de Agricultura e Obras Públicas da. **Relatório apresentado ao Sr. Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas pelo engenheiro civil Ítalo Joffily Pereira da Costa, Diretor da Repartição de Agricultura e Obras Públicas, sobre os trabalhos realizados no ano de 1933**. João Pessoa, Imprensa Oficial, 1934, p. 09-23.

¹⁷⁰ Sobre essas últimas obras citadas, ver os jornais *A União* dos dias 09 de setembro de 1933, 13 de janeiro de 1934 e 28 de junho de 1934.

enquanto outras se mostravam mais complexas chegando a serem necessárias mudanças estruturais na arquitetura dos prédios ou total troca de telhados, encanamentos e instalações elétricas ¹⁷¹.

Uma ação de destaque tomada pela interventoria foi a encampação da Empresa Tração, Luz e Força que fornecia energia elétrica à Capital. Apesar de estar presente em João Pessoa desde 1910, os serviços prestado por aquela empresa no início da década de trinta eram cada vez piores. As notas no jornal *A União* sobre irregularidades no fornecimento de energia ou nos serviços de bondes eram quase que diárias: “Verificou-se ante-hontem, às 20 horas, uma longa interrupção da iluminação publica em grande trecho do bairro das Trincheiras, permanecendo, assim, às escuras, aquella parte da nossa *urbs*, parece, durante toda madrugada”¹⁷²; “Em a noite de sabbado para o do domingo ocorreu uma interrupção parcial da iluminação publica, a qual, começando antes da meia-noite, prolongou-se até às 4 horas do domingo”¹⁷³; “Vem se constituindo um sério perigo para os transeuntes desta capital, o trafego de bondes da E.T.L. e F., com freios estragados, e que, dessa forma, não podem ser convenientemente governados pelos respectivos motorneiros”¹⁷⁴. Essa dificuldade encontrada no fornecimento de energia atingia não só individualmente os moradores da cidade, mas também a incipiente indústria e o comércio local, o que fazia crescer a cobrança da opinião pública por uma solução¹⁷⁵.

Percebendo que a situação era insustentável, Gratuliano Brito, através do decreto nº 373, de 27 de março de 1933, rescindiu e declarou caducos os contratos com a empresa, sendo solicitado posteriormente que fosse efetuado um inventário sobre o patrimônio da mesma. O parecer emitido pela Comissão formada para este fim apontou que além de várias irregularidades os equipamentos da empresa estavam extremamente sucateados, levando o

¹⁷¹ PARAHYBA. Repartição de Agricultura e Obras Públicas da. **Relatório apresentado ao Sr. Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas pelo engenheiro civil Ítalo Joffily Pereira da Costa, Diretor da Repartição de Agricultura e Obras Públicas, sobre os trabalhos realizados no ano de 1933.** João Pessoa, Imprensa Oficial, 1934, p. 09-23.

¹⁷² Jornal *A União* de 20 de maio de 1932.

¹⁷³ Jornal *A União* de 19 de julho de 1932.

¹⁷⁴ Jornal *A União* de 12 de outubro de 1932. No dia 01 de outubro de 1932, um agricultor chamado Anselmo Gomes da Silva sofreu uma forte descarga elétrica simplesmente por tocar em um poste localizado na Rua Irineu Joffily. O choque sofrido pelo o agricultor foi quase fulminante, vindo este a ser hospitalizado em estado grave. O caso contribuiu para aumentar ainda mais a indignação da população com os serviços que eram prestados pela E.T.L e F. Sobre este caso, ver o jornal *A União* do dia 02 de outubro de 1932.

¹⁷⁵ Em uma de suas publicações em que criticava a E.T.L e F., o jornal *A União* expôs o seguinte: “Notoria é a deficiência de seu material fixo e rodante; a precaridade de seus maquinismos, sem capacidade para servir á extensão actual das linhas de trafego e iluminação, é outro facto diariamente verificado; nullo o seu estímulo ao desenvolvimento de pequenas industrias, e nociva a sua intervenção como auxiliar de serviços de maior vulto, pela inconstancia da energia distribuida”. Jornal *A União* de 28 de março de 1933, p. 01-08.

interventor a afirmar, quase um ano depois, que rescindiu o contrato e encampou uma empresa que se compunha de um montão de ferros velhos ¹⁷⁶.

Destarte, buscando solução para o problema do fornecimento de energia da Capital, inicialmente se estabeleceu como medida emergencial reforçar a distribuição através de uma ligação com a usina de Tibiri, esta construída por particulares para alimentar a Companhia de Tecidos Paraibana, localizada em Santa Rita, mas que possuía energia excedente suficiente para auxiliar no abastecimento da Capital. Entretanto, apesar de ter encampado a E.T.L e F., a intenção do Interventor não era a de que o Estado assumisse permanentemente o fornecimento de energia da Capital, para o que seria preciso grandes investimentos. Na verdade, ele tomou essa medida esperando conseguir atrair outras empresas interessadas em assumir essa função. Não alcançando êxito nesse objetivo, acabou o Estado por ter que financiar a construção de uma nova usina elétrica para cidade, o que foi feito a partir do dia 28 de junho de 1934, data do lançamento das obras de construção da Central Elétrica da cidade de João Pessoa, localizada na povoação Índio Piragibe. A nova Central Elétrica foi pensada não só para o problema imediato da Capital, mas também para assegurar um fornecimento regular de energia para a cidade de Cabedelo, que já despontava como uma importante cidade portuária¹⁷⁷.

Apesar da relevância de várias das obras empreendidas pelo governo de Gratuliano Brito, nenhuma foi tão significativa para o estado quanto a conclusão do porto localizado em Cabedelo. A discussão sobre a construção de um grande porto na Paraíba remonta ainda ao período imperial. Contudo, alguma ação concreta nesse sentido só veio a ser feita após a proclamação da República, quando em 1894 uma Comissão de engenheiros foi nomeada para elaboração de estudos sobre a viabilidade e gastos necessários para realização da obra. Desde esse momento inicial surgiu uma discórdia em relação ao melhor local para construção do porto. Parte da Comissão designada apontou como viável a edificação do ancoradouro as margens de um dos afluentes do rio Paraíba, próximo ao centro da capital. Enquanto outros defenderam que o projeto de criação do porto na cidade de Cabedelo, à aproximadamente 17 quilômetros da capital, era, pelas suas condições naturais, em todos os sentidos mais viável. Essa última era, inclusive, a opinião defendida pelo chefe da Comissão, o engenheiro

¹⁷⁶ Jornal *A União* de 28 de janeiro de 1934, p.01 e 05. Sobre parecer com inventário da Empresa Tração, Luz e Força, ver o jornal *A União* de 25 de maio de 1933, p. 01-03.

¹⁷⁷ Jornal *A União* de 28 de junho de 1934, p.04. Sobre a Central Elétrica da Capital, ver também o jornal *A União* do dia 23 de setembro de 1934, p.01.

Jeronymo Furtado de Mendonça¹⁷⁸. Imbuídos nessa discussão, e por conta das dificuldades financeiras, os governos da Primeira República praticamente nada fizeram em relação à construção do porto.

Contudo, no período em que Epiácio Pessoa foi Presidente da República, uma grande quantia foi despendida por meio da IFOCS em uma tentativa frustrada de se construir um porto no rio Sanhauá, na Capital. Entre outros fatores, a escolha do porto na Capital naquele momento se deu no sentido de atender aos apelos do comércio local, que alegava ser inviável os custos que seriam necessários para o transporte de mercadorias da Capital para Cabedelo para só assim puderem ser exportadas. Dentre as verbas destinadas a construção dos portos das cidades de Fortaleza, Natal e Parahyba no mesmo período, esta última foi a que recebeu a maior quantia, 22.418:736\$024¹⁷⁹. No entanto, tendo em vista a inviabilidade da iniciativa já apontada em tempos passados, toda essa verba empregada não resultou em obra alguma, servindo apenas para fortalecer a base de apoio político de Epiácio Pessoa que abarcava os fornecedores e particulares que lucraram na tentativa do empreendimento.

Tendo conhecimento sobre a inviabilidade da obra naquele local, ao assumir a Presidência do Estado, João Pessoa traçou planos para construção do porto em Cabedelo, local naturalmente mais apropriado. Impedido de realizar o projeto pelas dificuldades que permearam seu governo, coube a Anthenor Navarro dar início às obras em 1932 e a Gratuliano concluí-las.

No dia 28 de março de 1933 noticiou o jornal *A União*:

Fôram ultimadas as obras de construção do cães e aterro do nosso ancoradouro externo. Satisfação maior não poderia calar no espirito do povo parahybano do que esta de ver, enfim, Cabedelo apto a receber navios de grande calado, e de poder escoar suas riquezas até então desviadas para outros pontos que o podessem fazer com a facilidade que o antigo porto não o permitia.¹⁸⁰

O término das obras iniciais do porto foi noticiado como de fundamental importância para retirada da Paraíba da condição de dependência econômica em relação à praça comercial do Recife¹⁸¹. O cais do porto foi finalizado naquele momento com 400m de extensão e com calado de 8m em águas mínimas. No entanto, restavam ainda por fazer as obras

¹⁷⁸ Sobre o assunto, ver no jornal *A União*, do dia 20 de janeiro de 1935, uma matéria intitulada “Resumo Histórico do Porto da Parahyba”.

¹⁷⁹ As cidades de Fortaleza e Natal receberam, respectivamente, 3.004:787\$112 e 2.749:951\$362. FERREIRA, Lúcia Fátima Guerra. **As Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993, p.105.

¹⁸⁰ Jornal *A União*, 28 de março de 1933, p.08.

¹⁸¹ Jornal *A União*, 03 de agosto de 1933, p.01.

complementares básicas para assegurar um bom e moderno funcionamento daquele ancoradouro. Auxiliado com recursos providos da restituição da taxa 2% ouro e de um empréstimo feito junto ao Banco do Brasil¹⁸², rapidamente as obras complementares tiveram início. Foram construídos dois armazéns de 100m por 20 de largura, comprados cinco guindastes, estendida a linha férrea até o local, calçado o cais com paralelepípedos e feita uma plataforma.¹⁸³

A inauguração oficial da obra ocorreu no dia 23 de janeiro de 1935. O jornal *A União* noticiou a cerimônia inaugural sob a epígrafe “*Sonho de João Pessoa, anseio de Anthenor Navarro, realização de Gratuliano Brito*”¹⁸⁴. Mesmo já não estando mais à frente da interventoria, Gratuliano Brito compareceu ao evento, sendo juntamente com seu secretário de Finanças e Obras Públicas, Ernesto Geisel, ostensivamente saudado pelos presentes. Vale salientar que ao término das obras o Estado da Paraíba não devia mais nenhuma quantia às empresas envolvidas com o empreendimento, tendo sido quitadas todas as dívidas, restando apenas o débito do empréstimo adquirido junto ao Banco do Brasil¹⁸⁵.

Importante para a Paraíba também foram as obras realizadas no combate a seca que assolou o Nordeste e entre 1931-1932. Como já falamos anteriormente, grande parte delas foi empreendida pelo Governo Central, que por intermédio de José Américo, no Ministério da Viação e Obras Públicas, investia politicamente no Nordeste “[...] consolidando seu prestígio e construindo as imagens de Vargas e seu ministro como benfeitores da região” (GURJÃO, 1994, p. 115). Apesar de se buscar dar outra roupagem à forma como agora eram realizados os empreendimentos da IFOCS, evidenciando um caráter mais técnico no seu desenvolvimento e na forma de investir as verbas públicas, essas obras continuaram a beneficiar principalmente os coronéis, reeditando-se a indústria da seca tão característica do período em que Eptácio Pessoa esteve na Presidência da República¹⁸⁶:

Os agudes, em sua maioria particulares, [...] nas propriedades dos coronéis, contribuíam duplamente para o seu maior enriquecimento. Garantiam a alimentação

¹⁸² Sobre a restituição da taxa 2% ouro e do empréstimo feito junto ao Banco do Brasil, ver o tópico 2.5 deste capítulo 2.

¹⁸³ Brito, Joaquim Inácio. **Gratuliano Brito**. Plaquete Nomes do Século, série histórica. João Pessoa, A União editora, Nº 33. 2000, p. 20.

¹⁸⁴ Ver o jornal *A União* do dia 24 de janeiro de 1935.

¹⁸⁵ O empréstimo junto ao Banco do Brasil foi adquirido em condições mais vantajosas do que até então eram comuns nessas operações de crédito. Sobre o assunto, ver o tópico 2.5 deste trabalho e ainda o relatório do Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, tenente Ernesto Geisel, dirigido a Gratuliano Brito, publicado no jornal *A União* de 22 de setembro de 1933.

¹⁸⁶ Sobre a indústria da seca no governo de Eptácio Pessoa (1919-1923), ver FERREIRA, Lúcia Fátima Guerra. **As Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

do seu rebanho durante a estiagem e estimulavam a produção de subsistência assegurando, assim, o baixo preço da força de trabalho dos moradores, meeiros e pequenos sitiantes. (GURJÃO, 1994, p.129)

Na Paraíba, conforme previsto no decreto que criou a Caixa Estadual de Obras Contra as Secas, a administração interventorial também procurou contribuir com ações que visavam minorar os problemas derivados da falta de chuva. Contudo, a formula empregada para tal foi a mesma utilizada pelo governo federal em tempos passados, isto é, a parceria com particulares. Segundo o relatório da Repartição de Agricultura e Obras Públicas, entre 1931 e 1932 foram construídos pelo Governo do Estado cinco açudes em cooperação com particulares, foram eles: o “Guaribas”, contratado por Tomé Mendes Ribeiro; o “Mastruço” ou “Mata Fresca”, contratado por Sebastião Bandeira de Melo; o “Lagoa de Baraúnas”, contratado por Antônio Salvador Dias (esses três primeiros em Cajazeiras); o “Várzea de Jurema” e o “Ipueira” (ambos em Patos) contratados, respectivamente, por Antonio de Sousa Gomes e Pedro Veiga Torres ¹⁸⁷.

Como evidenciamos acima, essas obras, apesar de resultantes de uma maior atuação do Governo estadual no setor, favoreciam sobremaneira os interesses dos coronéis, que além de auferirem lucros com elas podiam a partir de então exercer o controle estratégico sobre quem poderia ou não usufruir do empreendimento. Apesar de algumas delas terem se iniciado na gestão de Navarro, através da construção de açudes, poços e barragens o governo de Gratuliano Brito também acenou para parte dos coronéis do estado no sentido de demonstrar disposição em não entrar em conflito com estes, evidenciando ainda que em determinadas questões, como nos benefícios das obras contra as secas, quase nada havia mudado em relação aos tempos passados.

A ação do Estado paraibano no combate à seca foi ainda complementada com a construção do açude Namorado, iniciado em 1933. No nosso entender, não por acaso esta obra – a maior de todas desenvolvida pelo Estado paraibano com ajuda da IFOCS – se localizava no município de São João do Cariri, terra natal do Interventor e na qual sua família, os Brito, exerciam o domínio político local. De acordo com um entendimento estabelecido entre o Estado e a Prefeitura Municipal, ao término da construção, o açude passaria a pertencer ao município mediante pagamento ao Estado de 30% do orçamento da obra. O

¹⁸⁷ PARAHYBA. Repartição de Agricultura e Obras Públicas da. **Relatório apresentado ao Sr. Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas pelo engenheiro civil Ítalo Joffily Pereira da Costa, Diretor da Repartição de Agricultura e Obras Públicas, sobre os trabalhos realizados no ano de 1933.** João Pessoa, Imprensa Oficial, 1934, p.35.

açude Namorado foi projetado com a uma capacidade de armazenamento de 2.100.000m³ e possuía uma barragem de 269 metros de comprimento. Sua edificação serviu ao intento de elevar o prestígio da família Brito na região, já que era “graças ao Interventor” que a obra estava sendo feita.

Ainda no ensejo das obras contra as secas foram atacadas a construção e reforma de várias estradas. Segundo comunicado do diretor da Repartição de Agricultura e Obras Públicas da Paraíba, no 5º Congresso Nacional de Estradas de Rodagem, realizado em 1933, um dos principais propósitos das obras relacionadas às estradas era o de tornar tão rápida e fácil quanto possível a comunicação rodoviária da capital com os demais centros produtivos do interior¹⁸⁸. Este era um objetivo almejado desde muito tempo, visto que diante da fragilidade e limitações das ferrovias do estado, o transporte rodoviário assumia um papel importantíssimo no escoamento da produção econômica. Nesse sentido, por meio da ação da Repartição de Obras Públicas da Parahyba, várias estradas passaram por reformas: a estrada João Pessoa-Santa Rita-Espírito Santo-Cobé recebeu novo revestimento; a estrada Sapé-Mamanguape foi restaurada; a estrada Cobé-Itabaiana também foi restaurada; a estrada Santa Rita-Oratório recebeu novo revestimento; a estrada Itabaiana-Campina Grande foi restaurada; houve melhoramentos na estrada que ligava Alagoinha a Pirpirituba via Guarabira; foi reconstruída a estrada Tacima-Araruna, entre outras¹⁸⁹. De acordo com as notícias publicadas no jornal *A União*, as reformas realizadas diminuiriam significativamente o tempo de viagem entre a Capital e algumas cidades do interior¹⁹⁰.

Várias outras iniciativas tomadas pelo governo ainda podem ser citadas, dentre elas podemos destacar a contratação de um engenheiro especializado que apresentou planos para solucionar o problema de abastecimento de água de Campina Grande e Cabedelo e o início da construção do hotel em Brejo das Freiras (município Anthenor Navarro) para aproveitamento das fontes termais lá existentes.

De um modo geral, pelo exposto até aqui, percebe-se que entre 1932-1934 a Interventoria de Gratuliano Brito procurou não apenas cuidar da manutenção e funcionamento dos prédios e aparelhos públicos existentes, mas empreender obras estruturantes capazes de efetivamente contribuir para o desenvolvimento econômico e social da população. A partir do

¹⁸⁸ Jornal *A União* de 06 de janeiro de 1934, p.01-02-03.

¹⁸⁹ PARAHYBA. Repartição de Agricultura e Obras Públicas da. **Relatório apresentado ao Sr. Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas pelo engenheiro civil Ítalo Joffily Pereira da Costa, Diretor da Repartição de Agricultura e Obras Públicas, sobre os trabalhos realizados no ano de 1933**. João Pessoa, Imprensa Oficial, 1934, p. 27. Ver também o jornal *A União* dia 06 de janeiro de 1934.

¹⁹⁰ Jornal *A União* de 06 de janeiro de 1934, p.01-02-03.

novo dinamismo administrativo que foi se instituindo no pós-1930, o Estado teve de chamar para si a responsabilidade de promover as mudanças necessárias na infraestrutura existente para assim buscar alavancar o progresso da Paraíba.

Desta forma, partindo dos indícios apontados por nossas fontes, percebemos de fato a presença de um Estado com outra postura no que se refere às obras públicas desenvolvidas no período em análise. As reformas administrativas, os grupos escolares, os Centros de Saúde, as estradas de rodagem, são exemplos de obras que resultaram de um maior planejamento e intervenção no setor. O porto de Cabedelo, nesse sentido, é a obra que ganha maior destaque. Ao longo dos 40 anos da Primeira República se cogitou, sem sucesso, alcançar esse melhoramento, o que foi conseguido pelos governos interventoriais em 4 anos. Sem dúvida esse é um dado relevante para compreender que apesar das permanências, uma nova dinâmica administrativa tentava ser instaurada no pós-1930.

Contudo, também através do setor funcional de obras públicas percebemos que o Governo de Gratuliano Brito manteve viva certas práticas ligadas à cultura política vigente. Como vimos, apesar de seguir as orientações de um plano nacional de modernização que se encontrava em vigor e acenar para população paraibana desenvolvendo obras importantes como o porto e as estradas no interior, a administração interventorial continuou atendendo a certos interesses de alguns coronéis no sentido de usufruírem das benesses do Estado através de parcerias para o desenvolvimento de obras contra as secas em suas terras, levando-os a auferir lucros e aumentar a clientela que tinha sob sua influência. O próprio Gratuliano Brito procurou se beneficiar dessas obras e favorecer o domínio de sua família em São João do Cariri através da construção do açude Namorado, isso ao mesmo tempo em que procurava se mostrar um representante da “moral revolucionária” que supostamente se instituíra.

2.5 AUSTERIDADE E SOERGUIMENTO ECONÔMICO: A PARAÍBA E A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO DE SUAS POTENCIALIDADES PRODUTIVAS

Só poderíamos ter uma situação financeira solida, si resultasse de um estado economico igualmente solido em que se verificasse uma producção methodica, permanente. O que, entretanto, se passa entre nós relativamente á situação economica não pode deixar de impressionar profundamente os poderes executivo e legislativo. As rendas publicas mal chegam para fazer movimentar a machina administrativa, não offerecendo margem alguma para curar-se do conforto moral e material da população. Os relatórios dos chefes das repartições respectivas e a observação diaria que me tem sido dado fazer, fundamentam essas affirmativas e aconselham que devemos resolver com urgencia o nosso problema economico,

como unico meio capaz de nos preservar contra as crises, que se reflectem dolorosamente sobre as finanças do Estado. As principaes fontes productoras da Parahyba, como bem sabeis, são o algodão, a canna e a creação. Ainda hoje estamos reduzidos a essas industrias como elementos de resistencia, únicas que fazem o nosso mercado commercial, dominando as transacções internas e regularizando o movimento mercantil externo. (PARAHYBA, Estado da, 1909, p.52)

A citação da Mensagem enviada pelo Presidente João Machado à Assembleia Legislativa em 1909 pode ser vista como representativa do modo em que esteve caracterizada a economia paraibana ao longo da Primeira República. Mesmo a despeito do gradativo aumento das exportações de algodão nesse período e de um curto momento em que Epitácio Pessoa esteve na presidência da República viabilizando grandes obras de infraestrutura no estado, o que se percebe entre 1889-1930 é que as finanças e a economia paraibana sempre estiveram imersas em um quadro de dificuldades e de um irregular desenvolvimento, sobretudo do ponto de vista técnico da produção agrícola.

Estando o Nordeste desde o final do século XVIII constituído como zona periférica do capitalismo brasileiro, que passou a ter seu setor mais dinâmico e moderno situado no Sul e Sudeste do país, cabia a Paraíba na conjuntura econômica nacional a posição de estado exportador de matérias-primas, fosse para o mercado externo ou interno. Assim, ao longo da Primeira República, permaneceu a economia paraibana girando em torno da produção agrícola e da pecuária, sendo o algodão o seu principal produto de exportação.

A produção algodoeira foi implantada em larga escala no território paraibano desde o final do século XVIII sob o estímulo da indústria têxtil inglesa. No entanto, foi na segunda metade do século XIX, no contexto da Guerra Civil dos Estados Unidos, que este produto se tornou o principal item de exportação da economia local, superando, inclusive, a cana de açúcar¹⁹¹. Conquistando enorme peso na balança comercial, rapidamente o algodão se expandiu pelas diversas regiões do estado, sendo o Sertão, o Cariri e o Agreste as zonas em que mais adequadamente se desenvolveu a produção devido ao clima favorável nelas existente para esse tipo de cultura.

Vale ressaltar, no entanto, que mesmo sendo o algodão o principal item de exportação da Paraíba, no início do século XX sua produção ainda se dava através de métodos inadequados e ineficientes, o que dificultava uma maior inserção nos mercados consumidores. Segundo Galliza (1993, p.53-54), entre outras coisas, não havia a preocupação por parte dos

¹⁹¹ Os Estados Unidos, juntamente com o Egito, liderava o mercado mundial de exportação de algodão. Com a Guerra de Secessão (1861-1865), no entanto, houve uma considerável diminuição das exportações do algodão estadunidense, abrindo possibilidade para uma maior inserção de novos produtores no mercado mundial, a exemplo do Brasil.

produtores em seleccionar as sementes e nem plantar as variedades que fossem mais adequadas às condições geográficas das diferentes zonas produtoras do estado. Isso resultava, ao final, em um produto híbrido de variedades diversas, com fibras irregulares e de pior qualidade que a dos seus concorrentes norte-americano e egípcio. Além disso, todo processo produtivo era feito de modo muito rudimentar, sem auxílio e nem orientação técnica: “Depois de o solo ser roçado, queimado e coivariado, a enxada abria covas de seis a dez centímetros de profundidade, nas quais eram lançadas de cinco a dez sementes. Os tratos culturais limitavam-se a limpas, em número de três a cinco, conforme a frequência das chuvas na região” (GALLIZA, 1993, p.53) .

Outra dificuldade para o desenvolvimento da lavoura algodoeira, e também para o das outras culturas produzidas no estado, era a quase completa inexistência de crédito agrícola. Mesmo com o gradativo alcance de novos mercados conquistados graças à produção do algodão, a situação financeira ruim do Estado paraibano foi uma constante ao longo da Primeira República. Segundo pudemos avaliar, a proclamação da República, e a almejada autonomia administrativa dela derivada, não foi suficiente para impedir que o Estado continuasse ano a ano a acumular déficits nas contas públicas. Ainda que a partir de 1889 progressivamente a arrecadação tenha sofrido aumentos, aumentou no mesmo ritmo – ou ainda mais – os gastos públicos, boa parte voltado ao pagamento do funcionalismo. Várias das Mensagens enviadas pelos Presidentes paraibanos à Assembleia Estadual demonstram as dificuldades dos governantes para manter em dia os salários. Tal cenário tornava impraticável qualquer política creditícia a partir do Estado, levando a queixas recorrentes dos governantes estaduais:

Ainda desta vez, Senhores Membros da Assembléa Legislativa, não tenho a gratissima satisfação, como já vos annunciei em outros capitulos desta mensagem, de transmittir-vos a fausta e lisonjeira noticia de achar-se, sinão realisado, ao menos em proxima perspectiva o suspirado equilibrio orçamentario em nosso Estado, onde, conforme ponderei na anterior, desde o anno de 1894 a despeza realizada tem sempre excedido a receita arrecadada em cada exercicio, determinando assim o *deficit* que, transmittido do anterior ao subsequente, se vai avolumando de modo a manter em estado quasi permanente o fatal desequilibrio que tantas perturbações occasiona na direcção do aparelho administrativo, difficultando e estorvando a acção governamental, por um lado, e por outro paralyndo e retardando indefinidamente o desenvolvimento e progresso da vida economica do Estado, máu grado o esforço empenhado com máxima perseverança e severidade, não só no sentido de reduzir as despesas publicas ao estrictamente necessário e manutenção e funcionamento da engrenagem orgânica da administração, como no de regularisar, activar e fiscalizar exacta e rigorosamente a arrecadação das rendas consignadas no orçamento (PARAHYBA, Estado da, 1903, p.46).

Essa situação piorava ainda mais mediante o ensejo de qualquer anormalidade na produção agrícola, a exemplo das secas, o que afetava principalmente os pequenos agricultores.

Apesar dessas adversidades encontradas, a lavoura algodoeira continuou se expandindo na Paraíba a partir dos anos 1900, e principalmente nos anos 1920, levando a um relativo aumento das exportações desse produto, especialmente para os mercados europeus¹⁹² (LEWIN, 1993, p.375). Contudo, essa expansão resultou mais do interesse de particulares em se integrarem no processo produtivo do algodão do que de uma política orientada do Estado em ampliar a produção daquele produto que era a sua principal fonte de receita. Isso fica evidente através da análise das Mensagens enviadas pelos Presidentes paraibanos à Assembleia Estadual, nas quais até por volta de 1918 raramente encontramos medidas de grande alcance para auxiliar no desenvolvimento das plantações de algodão. Em 1918 chegou a afirmar o Presidente Camilo de Holanda:

Por isso mesmo cogitar com seriedade dos interesses agrícolas, é o maior dos deveres impostos aos governos que, por todos os meios ao alcance, devem incitar, auxiliar, amparar, corrigir e defender o trabalho dos lavradores.
Em tal direcção, tudo, absolutamente tudo entre nós, estava e ainda está por fazer. O espectáculo continúa sendo o mesmo: homem pobre sem elementos para explorar a terra rica.
O que anteriormente houve foram ligeiras tentativas, não passando, mau grado a nobre intenção dos auctores, de simples movimento burocrático. (PARAHYBA, Estado da, 1918, p.47).

Em relação à produção da cana-de-açúcar, que desde os primórdios da colonização foi introduzida na Paraíba, chegando a ocupar lugar de destaque nas exportações locais, ao longo da Primeira República teve ela sua importância ainda mais reduzida frente ao avanço do algodão. A difícil concorrência com o açúcar produzido nas Antilhas e as constantes baixas dos preços nos mercados, levou a que os produtores paraibanos desse setor amargassem elevadas perdas no período. Segundo Gurjão (1994, p. 33), durante os anos 1920 a Paraíba manteve-se na modesta posição de quarto produtor nordestino, contribuindo para que os pequenos e médios agricultores, não tendo condições de enfrentar a concorrência dos grandes usineiros, falissem.

Entretanto, diferentemente da produção da cana-de-açúcar e da pecuária, que apesar de em tempos passados terem tido grande relevância no quadro geral da economia paraibana não

¹⁹² Cabe destacar que esse crescimento da produção e exportação nem sempre se deu de forma contínua, mas sim era ditado de acordo com as oscilações da demanda pelo algodão paraibano nos mercados externos e internos.

chegaram a fomentar maiores investimentos em infraestrutura, a cultura algodoeira na Primeira República irá suscitar uma maior preocupação e, sobretudo, atuação do Estado nesse âmbito. Isto porque estando os principais centros produtores de algodão distantes da costa por onde se escoava a produção, era necessário criar a estrutura indispensável para assegurar a inserção do algodão paraibano no mercado de exportação. Assim sendo, a partir do momento em que parte da elite passou a se identificar mais fortemente com a produção algodoeira – processo que ganhou mais intensidade a partir da década de 1910 –, a questão da infraestrutura necessária para assegurar a rentabilidade de seus negócios se tornou o ponto chave para o qual as políticas governamentais deveriam estar atentas (LEWIN, 1993, p.73).

Do ponto de vista da precária infraestrutura existente na Paraíba nas primeiras décadas do século XX, além de faltar estradas de ferro e de rodagem, o principal problema com o qual os produtores e também o Estado se deparava era a ausência de um porto moderno apto a atender a demanda de exportação e importação dos produtores e da população de um modo geral. Essa falta de um ancoradouro levava a que a produção econômica da Paraíba fosse, em grande parte, escoada para os portos dos estados vizinhos, principalmente o do Recife, tornando a economia local dependente das relações comerciais com aquela praça¹⁹³.

Entretanto, esse desvio dos produtos paraibanos, principalmente do algodão produzido no sertão, se dava não apenas pela estrutura portuária da Capital vizinha, mas também pelo fato de as ferrovias de Pernambuco estenderem-se bem mais em direção ao sertão do que as da Paraíba, facilitando o transporte do algodão, e ainda por outras questões como as taxas tributárias que eram mais baixas e pelo preço mais barato dos fretes que eram cobrados pelos navios que de lá saíam. Segundo Galliza (1993, p.106), “o desvio dos produtos e do comércio para os estados vizinhos, acarretava à Paraíba um grande *déficit*, em termos de arrecadação, e reduzia seu movimento portuário, tanto de exportação como de importação”. Esse era um problema antigo que por mais que se tivesse conhecimento e procurasse alternativas não se alcançava uma solução, visto a fragilidade do Estado para empreendê-las.

Mas para além da demanda por uma melhor infraestrutura com a construção de um porto e de estradas de ferro e de rodagem, os produtores ansiavam também por ações mais simples como isenção de impostos para compra de máquinas, cooperação no combate as pragas que de tempos em tempos atingia as lavouras, orientação técnica, entre outras formas de assistência. No entanto, só a partir do Governo Camilo de Holanda (1916-1920), momento

¹⁹³ Sobre os desvios de parte da produção econômica paraibana para os portos vizinhos, ver LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993

em que o preço do algodão disparou no mercado mundial devido a Primeira Grande Guerra, contribuindo para o aumento das exportações paraibanas, é que percebemos ações que de fato parecem ter alcançado um efeito mais significativo em auxílio aos produtores.

No ano de 1918, por exemplo, o Presidente Camilo de Holanda abriu crédito especial nas contas do Tesouro para compra e distribuição a preço de custo de várias máquinas e instrumentos agrícolas ligados a diversas culturas. Foram comprados diferentes tipos de arados, semeadores, pulverizadores, instrumentos como inchadas, foices, entre outros. Ainda foram distribuídas sementes em incentivo a produção de subsistência (milho, batata inglesa, trigo, feijão, etc.) e intensificou-se o serviço de propaganda agrícola com a impressão de mais de 100.000 panfletos com orientações sobre diversos tipos de lavouras¹⁹⁴. Aliadas ao aumento da demanda do algodão paraibano no mercado mundial, essas medidas timidamente contribuíram para uma melhora no quadro geral da economia local.

A chegada de Epitácio Pessoa a Presidência da República também colaborou para que no início dos anos 1920 a Paraíba pudesse alcançar uma situação um pouco mais lisonjeira do ponto de vista econômico e financeiro. Os altos investimentos na infraestrutura estadual realizados pelo governo federal através da IFOCS visando à construção de estradas de rodagem, barragens, açudes e ainda uma tentativa frustrada de edificação de um porto na Capital, ajudaram a incrementar o comércio e, conseqüentemente, as contas públicas paraibanas¹⁹⁵. Tal cenário possibilitou e estimulou uma atuação mais direta do Estado paraibano no sentido de adotar medidas visando à expansão e melhora da produção algodoeira.

Assim sendo, além de dar continuidade às políticas de distribuição de sementes e máquinas agrícolas, os governos de Camilo de Holanda e Solon de Lucena (1920-1924) passaram a conceder incentivos fiscais aos produtores, o que acarretou em melhorias no processo produtivo com o surgimento das primeiras prensas hidráulicas e com o abandono dos velhos meios de enfardamento do produto. Além disso, verificou-se no período a implantação de diversas indústrias têxteis no estado, a exemplo da Marques de Almeida e Cia, em 1923, na cidade de Campina Grande; da Fábricas de Tecidos Rio Tinto, em 1924

¹⁹⁴ PARAHYBA, Estado da. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 3º sessão ordinária da 8ª legislatura, a 1 de setembro de 1918, pelo Dr. Francisco Cammilo de Hollanda, Presidente do Estado. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1918. p. 48.

¹⁹⁵ Sobre as obras realizadas pelo governo federal na Paraíba durante a presidência de Epitácio Pessoa, ver tópico 2.4 deste trabalho. Ver também LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

(Mamanguape) do Grupo Lundgren; e a S/A Têxtil de Campina Grande, em 1928 (GURJÃO, 1994, p.26).

As medidas adotadas surtiram efeito. No início dos anos 1920 a Paraíba alcançou a posição de segundo maior estado produtor de algodão do país, vindo posteriormente a liderar, durante alguns anos, as exportações brasileiras daquele produto¹⁹⁶. No entanto, passado o momento da alta cotação do preço do algodão nos mercados externos e com a saída de Epitácio Pessoa da Presidência da República – o que acarretou em uma quase completa suspensão dos investimentos federais no estado –, este cenário próspero cedeu lugar a mais um momento desfavorável da economia estadual. A esse respeito, diz Gurjão (1994, p.32):

A esta fase promissora, se sucedeu um período de redução dos negócios, manifestamente em 1924. Neste ano, uma grande enchente do rio Paraíba arrasou casas, plantações e destruiu o que restava das obras rodoviárias do período anterior. Ao mesmo tempo, a demanda de algodão caiu consideravelmente face as safras americanas. Em Campina Grande, estoques de algodão eram acumulados esperando melhores preços. Os mercados consumidores, já saturados, tornavam-se mais exigentes quanto ao beneficiamento do produto. Pequenos comerciantes, não suportando a concorrência de firmas exportadoras de maior vulto, faliem. (GURJÃO, 1994, p.32).

O Governo de João Suassuna (1924-1928) foi que teve de lidar com as adversidades resultantes desse quadro. Tentando contribuir para manter as conquistas alcançadas nos anos anteriores, em 1925 o Governo deu sequência à política de distribuição de sementes de algodão, de fornecimento de vacinas para os criadores de gado e ainda buscou construir, em parceria com particulares, silos para armazenagem de cereais que deveriam ser utilizados pelos produtores nos períodos de seca. Também no ano de 1925, Suassuna criou um Departamento Estadual de Incentivo a Lavoura, órgão estadual que seria responsável por coordenar as políticas agrícolas e ainda orientar os diversos produtores do estado no que se refere aos melhores métodos a serem adotados em suas lavouras. No entanto, em 1926 a situação financeira do Tesouro Estadual obrigou-o a suspender esse serviço que na verdade nem iniciou, sem suprimir, entretanto, o órgão, que deveria em dias melhores ser reestabelecido¹⁹⁷.

Ainda a respeito do difícil cenário daquele momento, relatou Suassuna em 1926:

¹⁹⁶ GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias**: Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994, p.28-33.

¹⁹⁷ PARAHYBA, Estado da.. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa do estado na abertura de sua 3º sessão ordinária da 9ª legislatura por João Suassuna, Presidente do Estado. Parahyba do Norte, Imprensa Official, 1926, p.60.

A situação financeira do Estado vem sendo, como reflexo necessário da economica, desigual, extremando-se entre a prosperidade sem precedente do 2º semestre de 1923 e a diminuição alarmante da actualidade. É que, alimentado, póde-se dizer, pela receita do algodão, tem o orçamento de acompanhar, quanto aos seus recursos, as oscillações desse producto no mercado (PARAHYBA, Estado da, 1926, p.185).

Quando João Pessoa assumiu o governo em 1928, a situação econômico-financeira do Estado paraibano era bastante complicada. O funcionalismo estava com seus vencimentos seis meses atrasado e a dívida do Tesouro somava 5.098:364\$683. Entretanto, favorecido pela excelente safra de algodão de 1929, no primeiro ano daquele Governo foi possível uma significativa melhora da situação financeira do Estado. Ao adotar medidas visando sanear as contas estaduais, a exemplo de auditorias, nomeações de novos coletores fiscais, e ainda remodelações no registro da contabilidade do Tesouro Público, o Presidente estadual conseguiu que ao final do primeiro exercício financeiro de sua administração o funcionalismo já se encontrasse com os salários em dia e a dívida pública estivesse inteiramente paga¹⁹⁸.

Com as contas públicas e a economia em uma situação mais regular, o governo estadual passou então a adotar medidas visando beneficiar a produção agrícola, sobretudo do ponto de vista técnico. Nesse sentido, entre outras ações, João Pessoa buscou estabelecer parcerias com os municípios no sentido de criar Campos de Cultura Algodoeira¹⁹⁹. Esses campos de cooperação seriam responsáveis tanto para servir de exemplo aos produtores de determinada região no que se refere a aplicação de técnicas modernas de plantação, como para expansão das áreas cultivadas através de uma maior distribuição de sementes. Só no ano de 1928 foram criados os campos de cooperação de Umbuzeiro, Ingá, Alagôa do Monteiro e Guarabira²⁰⁰.

João Pessoa ainda empreendeu uma ousada reforma tributária que o colocou em choque com as tradicionais forças oligárquicas do estado, em sua maioria produtores de algodão atingidos em seus interesses econômicos pelas medidas adotadas. O objetivo principal de João Pessoa era o de dificultar o escoamento da produção paraibana para os portos vizinhos, sendo implantadas, com esse intento, taxas diferenciadas para os produtos que eram importados e exportados pela capital e pelo interior²⁰¹.

¹⁹⁸ PARAHYBA, Estado da. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa, na abertura da 2º reunião da 10º legislatura pelo Presidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, em 1929. Parahyba, Imprensa Official, 1929, p.96.

¹⁹⁹ Durante o Governo de Suassuna (1924-1928), criaram-se campos de cooperação em terras de particulares. João Pessoa modificou esta prática e passou a estabelecer cooperação com os governos municipais.

²⁰⁰ PARAHYBA, Estado da. **Mensagem**, 1929, op. cit., p.89.

²⁰¹ Sobre a reforma tributário realizada no governo de João Pessoa, ver Capítulo 1 deste trabalho.

O último governo paraibano na Primeira República também se destacou pela construção e reforma de algumas estradas de rodagem e por tomar as primeiras medidas visando à construção de um moderno porto em Cabedelo. No entanto, tanto a Revolta de Princesa como a forma abrupta como seu governo foi interrompido impossibilitou a conclusão de algumas dessas ações citadas e ainda levou mais uma vez as finanças da Paraíba à ruína.

Em geral, o que percebemos em relação à economia paraibana entre 1889 e 1930 é que ela teve desenvolvimento irregular. É fato que ao longo desse período é possível identificarmos mudanças significativas nesta área, a exemplo do elevado crescimento da produção algodoeira. No entanto, essa expansão do algodão – e o consequente aumento das rendas estaduais – se deu de maneira desordenada e sem uma participação decisiva do Estado em sua orientação. As mudanças foram mais de caráter quantitativo do que qualitativo (GALLIZA, 1993, p.199).

Mesmo com os avanços decorrentes do crescimento das exportações e com os investimentos federais em infraestrutura entre 1916-1924, a produção algodoeira não se modernizou a contento no sentido de atender as exigências dos mercados externos. O resultado desse panorama foi que a cada oscilação do preço do principal produto da balança comercial paraibana nos mercados nacional e mundial, a Paraíba ressentia-se e amargava enormes dificuldades para fazer frente aos investimentos e gastos correntes que eram necessários para manter o Estado funcionando.

Os governantes estaduais, por sua vez, vendo as contas públicas imersas em dívidas e tendo que lidar com os *déficits* que se acumulavam ano a ano e passavam de um exercício financeiro para o outro, sentiam dificuldades para criar políticas e programas que pudessem verdadeiramente possibilitar um salto qualitativo na economia do estado. Assim, mesmo com algumas ações inovadoras adotadas por alguns dos Presidentes estaduais, a exemplo da reforma tributária de João Pessoa, a Paraíba chegou aos anos 1930 com uma economia reconhecidamente maior, mas em situação financeira e técnica – do ponto de vista da produção agrícola – quase tão ruins como a das três décadas anteriores. Modernizar e incentivar a diversificação da produção agrícola e criar melhores condições para o desenvolvimento econômico do estado era, portanto, o desafio que estava posto na Paraíba em 1930.

Com a tomada do poder após o Movimento “Revolucionário” de 1930, tanto a nível nacional como local, os grupos dirigentes que assumiram o controle político vão realizar transformações no modo como o Estado buscava orientar a condução da política econômica.

O que se observa no período é que também na esfera econômica se opera um processo de centralização e modernização através da adoção de medidas que buscaram viabilizar uma interferência maior do Estado nas decisões sobre os assuntos econômicos e financeiros. Em certo sentido, no imediato pós-1930 é possível identificar uma espécie de conformidade entre boa parte da classe dirigente e proprietária de que cada vez mais se tornava imprescindível que o próprio Estado se colocasse de modo mais direto, amplo e ativo no centro das decisões relativas à economia do país²⁰². Segundo Draibe (1985, p.78),

A crise do Estado oligárquico, ao estabelecer condições para a centralização política, criou também as bases para uma profunda intervenção e regulação econômica estatal, no espaço político constituído pelos interesses sociais e seus conflitos. Neste campo de forças, constituiu-se aceleradamente um moderno e sofisticado aparelho centralizado, a partir do qual o Estado passou a atuar sobre pontos-chave da vida econômica e social, elaborando políticas de caráter nacional e dotadas de um grau bastante elevado de interpenetração e complementariedade.

Assim sendo, enquanto a nível nacional o Governo Federal passou a criar os mecanismos necessários à intervenção estatal na economia, sobretudo visando estimular um processo de desenvolvimento industrial, a exemplo de Conselhos, Departamentos, Comissões, Institutos, etc., na Paraíba, através da interventoria, o Estado também passou a atuar de forma mais decisiva na organização da política de desenvolvimento econômico.

A diferença mais relevante que se observou a partir de então foi que o Governo estadual, por meio de um controle mais centralizado da economia, buscou de modo cada vez mais sistemático a incorporar em suas ações um maior planejamento técnico que tivesse por base dados científicos. Como veremos mais adiante, entre 1930 e 1934 se verificará de modo mais constante, por exemplo: um maior interesse em experimentar e disseminar formas mais modernas de cultivo do algodão e também de outras culturas; em desenvolver o ensino técnico agrícola no estado, com o intuito de formar uma mão de obra mais qualificada para produção rural; e ainda em incentivar a diversificação da produção econômica baseando-se em projeções e estudos de viabilidade técnica sobre as possibilidades produtivas do estado.

Para Santos Neto (2007, p.99-100),

Depois do movimento de 1930, a dimensão organizativa desse setor ultrapassou os limites da emancipação econômica em relação a Recife para se configurar, na figura do Estado, como tutor do desenvolvimento econômico, a partir da organização dos mecanismos de arrecadação. O Estado aparece como articulador dos interesses

²⁰² IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p.62.

gerais, promovendo ajustes e apinhando, para sua esfera, a responsabilidade pelo desenvolvimento do setor produtivo e das finanças estaduais.

Dando início a esse processo de ajustes e transformações nas finanças e na economia, logo que Anthenor Navarro assumiu a interventoria paraibana buscou ele reformular a arcaica legislação fiscal que vigorava no estado. Muitos impostos que eram cobrados a produtores e comerciantes se repetiam e, no entanto, não chegava sequer aos cofres públicos devido aos desvios ou apropriações indevidas por parte dos coletores e chefes políticos locais. Desse modo, além de medidas com o objetivo de aprimorar a arrecadação, a exemplo da nomeação de novos coletores fiscais sem vinculações com os coronéis locais nos municípios, Navarro estabeleceu a regra do imposto único ao criar o Imposto de Incorporação. Antes de 1930, este imposto se desdobrava em uma série de outras taxas que incidiam sobre embalagem, armazenamento, segurança, etc. O novo imposto de Incorporação, no entanto, só poderia incidir sobre mercadorias que não sofressem taxaço de qualquer outro tributo estadual ou municipal, evitando assim que os produtos produzidos na Paraíba fossem bi tributados e facilitando sua maior circulação²⁰³ (SANTOS NETO, 2007, p.100-101).

Ao mesmo tempo em que buscava minimizar os impactos causados nas finanças paraibanas pela Revolta de Princesa e também pela “Revolução de 1930”, Navarro procurou exercer um papel mais contundente no que se refere às políticas de desenvolvimento econômico, principalmente no que diz respeito à produção algodoeira.

No momento em que por conta da crise econômica de 1929 a economia nacional se voltava para o seu mercado interno, o governo estadual buscou integrar a Paraíba nesse processo através de uma ação mais efetiva no sentido de incentivar e fiscalizar a produção do algodão. Desde os anos 1920 o estado já vinha ganhando destaque como fornecedor de algodão para a crescente indústria têxtil nacional, e com vistas a assegurar esse seu mercado, eram necessárias medidas dirigidas ao desenvolvimento e a qualidade da produção.

Objetivando esse necessário salto qualitativo, diversas ações passaram a ser tomadas pela interventoria: buscou-se fazer estudos e análises do solo e das condições de cultivo do produto; estabeleceu-se a obrigatoriedade da identificação das sacas do algodão que passou a ser classificado de acordo com o tipo e a qualidade, como determinava o Ministério da Agricultura; através do Serviço de Estatística do Estado se procurou conhecer a extensão da

²⁰³ A criação do Imposto de Incorporação não significou a extinção dos demais tributos existentes. Continuou incidindo sobre os produtos paraibanos impostos como o de exportação (responsável pela maior parte da receita estadual) e de indústria e profissão. No entanto, com a criação do Imposto de Incorporação esteve-se atento para que não houvesse bitributação das mercadorias.

área plantada anualmente, divulgar mensalmente as estimativas para colheita, registrar o movimento dos estabelecimentos beneficiadores, estabelecer as percentagens médias de produção e rendimento do algodão, por município e zona do estado, etc.²⁰⁴.

Em seu projeto de modernização, o governo de Navarro ainda deu especial interesse à construção de algumas estradas de rodagem que ligassem as diversas regiões paraibanas; iniciou a reestruturação das Caixas Rurais, instrumento voltado à concessão de crédito aos produtores; construiu a Estação de Sericultura objetivando incentivar a diversificação da economia; entre outras ações que foram sendo tomadas (SANTOS NETO, p.106-107).

Com essas medidas, a interventoria teve por objetivo absorver para o executivo estadual tanto um maior controle como também um maior planejamento das ações desenvolvidas. Esta era a nova dinâmica administrativa que se buscava instituir. Os governos estaduais, alinhados com as transformações que se operavam em âmbito nacional, foram chamados a atuar decididamente sobre os rumos a serem seguidos pela economia. O governo de Gratuliano Brito buscou, com suas particularidades, seguir essa orientação. Muitas das ações iniciadas por Navarro tiveram sequência, enquanto outras novas também foram surgindo.

Ao assumir o Governo em 1932, Gratuliano Brito teve a sua frente um grande desafio. O período era de crise econômica mundial e a seca reinante no estado naquele ano, uma das piores já registradas, intensificava ainda mais os problemas existentes. Tal cenário provocava grandes dificuldades na economia e nas finanças da Paraíba, e para enfrentar tais adversidades a nova administração adotou como sua principal característica a busca por cuidar da situação financeira no sentido de aumentar-lhes as fontes de renda. Para isso, procurou regularizar as finanças e estimular o desenvolvimento de suas mais diversas fontes de produção, sobretudo através da diversificação de sua lavoura e do estabelecimento de métodos racionais e modernos de cultura de seu principal produto: o algodão.

Em relação às finanças, o Governo de Gratuliano se distinguiu pela sua austeridade. A primeira medida adotada pelo novo interventor quando de sua efetivação no cargo foi a suspensão de todas as obras públicas que estavam em andamento, excetuando os serviços mais emergenciais de socorros às populações atingidas pela seca. Já ciente da difícil situação financeira do Estado, desejava primeiro verificar a real condição do Tesouro para depois estabelecer um plano de ação. Com esse intento, deu ordens, então, para que fosse feita uma

²⁰⁴ Ver SANTOS NETO, Martinho Guedes. **Os Domínios do Estado:** a Interventoria de Anthenor Navarro e o Poder na Paraíba. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007, p. 104.

organização das informações necessárias à sua análise, e o resultado obtido foi bastante desanimador. Com um quadro financeiro desfavorável apresentando dívida de mais de 4.000 contos, e com parte da receita do Estado comprometida visto as dificuldades infligidas pela seca, a solução encontrada pelo interventor foi a de cortar gastos. Em relação à segunda metade do exercício de 1932, diz Gratuliano Brito:

Durante todo segundo semestre, as minhas preocupações se voltaram inteiramente para o resultado financeiro do exercício, tanto mais quanto a arrecadação minguava dia a dia. Suprimi todos os cargos vagos e dispensáveis, de modo que, encerrado o balanço, se verificou uma receita apenas de 13.228:449\$356, o que me importa dizer um *déficit* superior a 2.000 contos, tendo-se em vista a receita calculada. Entretanto, tendo sido comprimidas todas as despesas, a receita foi superada apenas em 68:690\$702.²⁰⁵

Os cortes de gastos foram mantidos na elaboração do orçamento para o exercício de 1933, o que pode ser percebido através do parecer emitido pelo Conselho Consultivo quando de sua apreciação do plano orçamentário para o referido exercício. Nele observa-se a seguinte passagem: “Por exame a que procedeu ‘per suma capite’, no orçamento submetido á sua apreciação, notou, desde logo, o Conselho o critério louvável de compressão enérgica das despesas, que presidiu á fixação das verbas. Os cortes foram muitos e, via de regra, oportunos”²⁰⁶. Entre outros cargos que foram suprimidos, consta no próprio parecer o corte de funções como a de assistente técnico do Instituto Sérico do Estado (este atuava apenas como substituto do Diretor do Instituto em seus eventuais impedimentos) e o de Farmacêutico do Centro Agrícola “Presidente João Pessoa”. Foram realizados ainda cortes significativos na Força Pública e na Guarda Cívica Estadual.

Outra preocupação de Gratuliano Brito em relação às finanças foi dar sequência as mudanças iniciadas por Anthenor Navarro no sentido de manter a coleta de impostos e a nomeação de fiscais longe da influência dos coronéis. Em busca de alcançar este objetivo é que o interventor alega ter nomeado o tenente Ernesto Geisel para Secretária de Agricultura, Finanças e Obras Públicas: “Como eu precisava que as finanças e obras públicas, todo esse setor ficasse inteiramente afastado de política e de influências locais, convidei para a Secretária da Fazenda exatamente o tenente Ernesto Geisel, a quem eu havia conhecido no

²⁰⁵ Jornal *A União* de 28 de Janeiro de 1934, p. 01-05.

²⁰⁶ Parecer do Conselho Consultivo do Estado sobre o orçamento para o exercício de 1933. Publicado no jornal *A União* de 01 de janeiro de 1933, p. 02.

Conselho Consultivo”²⁰⁷. Além disso, durante seu governo, buscou-se estabelecer uma arrecadação de impostos mais rigorosa e eficiente, o que pode ser observado por dois fatores. Primeiro, pelo seu interesse em aumentar o número de fiscais nas mesas de rendas mesmo passando por um momento de corte de gastos, o que foi empreendido por meio do decreto nº 332, de 27 de outubro de 1932, que elevou de 230 para 240 o número de guardas fiscais da Fazenda. Segundo, pelo controle e fiscalização mais direta das mesas de rendas e dos impostos a serem recolhidos dos governos municipais.

Na documentação oficial localizada no Arquivo Estadual da Paraíba Waldemar Bispo Duarte, encontramos relatórios de fiscalizações realizadas em várias mesas de rendas do interior: Campina Grande, Patos, Taperoá, Cabaceiras, Pombal, etc. Naquelas Mesas em que por ventura apresentassem irregularidades, procedia-se a abertura de processos administrativos para investigação, como pode ser observado no relatório de inspeção da mesa de rendas da cidade de Picuí, no qual depois de analisado o seu funcionamento, o administrador fiscalizador diz ter averiguado a existência de uma Dívida Ativa a ser recolhida àquele posto de cerca 4:000\$000, tendo sido cobrado do Procurador Fiscal providências a respeito²⁰⁸.

Como já foi mencionado, a finalidade do interventor com esse regime de austeridade e de forte controle sobre a arrecadação de impostos era elevar as fontes de rendas do Estado e, conseqüentemente, sua capacidade de investimentos em áreas produtivas. Para o cumprimento desse objetivo, era necessário, contudo, atentar a algumas questões de caráter fundamental, que foram resumidas pelo interventor no seguinte plano de ação a ser implementado:

[...] organização fiscal, legislação e contabilidade; rigorosa administração do fisco; arrecadação, tanto quanto possível exacta, dos impostos lançados; reajustamento de tabellas tributarias; substituição de algumas por outras menos onerosas; equilibrio das finanças; favores e isenções ás novas industrias que se fundassem; desenvolvimento das fontes de producção; amparo á lavoura e pecuaria; cooperativismo e credito agricola; ensino agronomico; propaganda e assistencia

²⁰⁷ BRITO, Gratuliano. **(Depoimento)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: CPDOC, 1979, p. 43. O tenente Geisel só assumiu a secretaria no dia 12 de dezembro de 1932 por ter partido com sua tropa ao sul do país para combater o Levante Paulista deflagrado em julho daquele ano. Foi substituído durante esse período por Romualdo Rolim. Quando de seu discurso de posse, assim falou Geisel: “O equilíbrio das finanças, o soerguimento economico desta unidade federativa, que já conquistou um conceito elevado no país, serão objecto de desvelados cuidados, com que procurarei manter as vossas tradições de honestidade e de trabalho e á confiança em mim depositada pelo governo”. *Jornal A União* de 13 de dezembro de 1932.

²⁰⁸ ESTADO DA PARAHYBA.. Relatório da fiscalização procedida nas repartições fiscais de Taperoá, Picuí, Santa Luzia do Sabugí, Brejo do Cruz, Catolé do Rocha, Pombal, Patos e Princesa Isabel pelo Administrador Fiscalizador J. Cyrillo S. da Silveira, 19 de outubro de 1933, p. 15-16.

technica ao lavrador; aproveitamento de riquezas mineraes; meios de transporte; ordem e segurança aos direitos privados.²⁰⁹

Buscando então desenvolver as potencialidades econômicas da Paraíba, o Governo procurou direcionar sua atuação na economia em duas linhas de ação. Uma foi na busca por substituir métodos antiquados por métodos racionais e modernos da cultura de seu principal produto, o algodão; e a outra foi concentrar esforços no sentido da diversificação de sua lavoura e do incentivo a outros tipos de produção (produção animal, mineral, etc.).

Em relação ao algodão, o governo estadual continuou e intensificou as ações iniciadas pela administração de Anthenor Navarro no sentido de fiscalizar e incentivar métodos mais modernos e racionais de produção. Esta preocupação com a qualidade do principal produto da economia paraibana se deu pelo fato de que no ano de 1932 o Estado de São Paulo já despontava como o maior produtor nacional, superando inclusive a Paraíba²¹⁰. Percebendo, portanto, que por conta da concorrência paulista estava perdendo fatias cada vez maiores do seu mercado consumidor, o Governo paraibano compreendia a necessidade de chamar para si o papel de fomentador da produção, e nesse sentido a intervenção do Estado se deu não só na busca por aumentar a área de cultivo do produto, mas, sobretudo, em produzir um algodão de melhor qualidade capaz de concorrer com o algodão paulista.

Em seu relatório de governo, Gratuliano Brito apontou quais eram os principais problemas que incidiam sobre a produção algodoeira paraibana quando assumiu a interventoria. Do seu ponto de vista, as dificuldades no desenvolvimento dessa lavoura se pronunciavam:

- No cultivo, propriamente dito: faltavam boas sementes para o plantio racional e também tratamento sistemático de defesa contras as pragas;
- No beneficiamento: pela ausência de máquinas apropriadas que contribuíssem para eliminar as impurezas sem comprometer as fibras;
- Nas transações de compra e venda: pela falta de crédito agrícola, o que contribuía para os pequenos lavradores negociarem suas safras antes da colheita a preços ínfimos;

²⁰⁹ ESTADO DA PARAHYBA. **Administração do Interventor Gratuliano Brito**: relatório dirigido ao Exmo. Sr. Presidente da República, referente ao período administrativo decorrido de junho de 1932 a dezembro de 1934. João Pessoa: imprensa official, 1935, p. 14

²¹⁰ Ver a Tabela 3, p. 149.

- E nos tributos fiscais: pela reincidência de alguns impostos estaduais e municipais²¹¹.

Em busca de solucionar alguns desses problemas, a interventoria deu início a uma série de ações. A primeira delas foi a criação de dois campos experimentais em terras adquiridas pelo Estado: um no município de Guarabira (Fazenda Santo Antônio) e outro no de Patos (Fazenda Jatobá)²¹². O principal objetivo destes campos experimentais era a introdução de variedades novas e a seleção daqueles tipos de algodão que melhor se adaptassem as condições geográficas locais, de modo que o governo, através da Diretoria de Agricultura, pudesse centralizar a distribuição aos agricultores das melhores sementes. No estado de São Paulo, toda distribuição de sementes aos produtores já era feita em processo semelhante, e o interventor esperava que muito em breve tal procedimento pudesse vir a ser adotado na Paraíba.

Outra preocupação da administração de Gratuliano Brito quanto ao algodão foi a de imprimir assistência técnica adequada ao seu processo produtivo. Nesse sentido, o governo procurou auxiliar os lavradores no combate às pragas que constantemente prejudicavam as plantações. No segundo semestre de 1932, período crítico onde foi intensa a presença de pragas como o “Curuquerê” e “Broca de Raiz”, foram adquiridos pela Repartição de Agricultura e Obras Públicas, e disponibilizados a preço de custo aos lavradores, cerca de 10 toneladas de inseticida e diversos pulverizadores²¹³. Além disso, foram constantes as publicações de artigos em jornais locais, assim como de folhetos, que orientavam os agricultores não só a como combater as pragas, mas sobre quais os meios produtivos mais adequados e eficientes a serem adotados em suas lavouras.

Importante para essa orientação técnica foi a contratação do paulista Pimentel Gomes, um reputado técnico agrícola especialista em cultura algodoeira. No jornal *A União*, Pimentel Gomes criou uma seção periódica direcionada a temas relacionados à agricultura e principalmente ao algodão. As orientações sobre novos e modernos processos produtivos que

²¹¹ ESTADO DA PARAÍBA. **Administração do Interventor Gratuliano Brito**: relatório dirigido ao Exmo. Sr. Presidente da República, referente ao período administrativo decorrido de junho de 1932 a dezembro de 1934. João Pessoa: imprensa oficial, 1935, p. 80.

²¹² ESTADO DA PARAÍBA. **Administração do Interventor Gratuliano Brito**: relatório dirigido ao Exmo. Sr. Presidente da República, referente ao período administrativo decorrido de junho de 1932 a dezembro de 1934. João Pessoa: imprensa oficial, 1935, p. 81.

²¹³ PARAÍBA. Repartição de Agricultura e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao Sr. Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas pelo engenheiro civil Ítalo Joffily Pereira da Costa, Diretor da Repartição de Agricultura e Obras Públicas, sobre os trabalhos realizados no ano de 1933**. João Pessoa, Imprensa Oficial, 1934, p. 41.

antes eram irregulares passaram, a partir de então, a ser quase que diárias²¹⁴. Através das matérias que eram escritas, a Interventoria buscava também estimular os produtores a expandir sua produção. Em uma delas, por exemplo, foi veiculada a seguinte manchete em letras garrafais:

Grave esta idéa na cabeça: quem planta muito algodão ganha muito dinheiro. E ganhará muitíssimo mais se semear sementes expurgadas, empregar machinas agricolas, não plantar milho e fava no algodoal, combater as pragas e usar dois saccos na colheita.

Duplique o seu plantio. Ganhe num anno o que pretendia ganhar em dois.²¹⁵

Através do decreto nº 471, de 30 de dezembro de 1933, Gratuliano Brito ainda organizou a produção dividindo o território do estado em duas grandes zonas: a de “culturas perenes” e de “culturas anuais”. A cada uma das respectivas zonas somente era permitido o plantio do tipo de algodão estabelecido no decreto. Dessa forma, na zona de “Culturas perenes” era permitido apenas o plantio da variedade “Mocó”, enquanto na zona de “Culturas anuais” era permitida a produção de outros tipos, menos os das variedades produzidas nas zonas perenes²¹⁶. O objetivo era racionalizar a produção de acordo com o tipo de algodão mais adequado a cada uma das zonas. Também através do referido decreto, além de determinações a respeito da poda dos algodoeiros, foi proibida a soltura de animais nas plantações de algodão sob pena de multa a seus proprietários.

Outra ação da interventoria em favor da cultura algodoeira paraibana foi intervir pela transferência para João Pessoa do Serviço de Plantas Têxteis do Ministério da Agricultura. Apesar de essa decisão ter sido tomada pelo Governo Central, concorreu para seu desfecho a ação do interventor junto as autoridades federais, como demonstra o telegrama de Alpheu Domingues (diretor do serviço de plantas têxteis do Ministério da Agricultura) dirigido a Gratuliano Brito:

²¹⁴ Sobre a seção destinada a discutir temas relacionados a agricultura, consultar as publicações do jornal *A União* a partir de fevereiro de 1934.

²¹⁵ Jornal *A União*, 16 de dezembro de 1934.

²¹⁶ A zona de culturas “perenes” compreendia os municípios de São José de Piranhas, Cajazeiras, Anthenor Navarro, Souza, Catolé do Rocha, Brejo do Cruz, Pombal, Conceição, Misericórdia, Piancó, Patos, Santa Luzia do Sabugí, Princesa, Teixeira, Taperoá, Alagôa do Monteiro, Cabaceiras, São João do Cariri, Picuí e parte dos de Araruna, Caiçara, Bananeiras, Serraria, Areia, Campina Grande, Ingá e Umbuzeiro. Já a zona de culturas “anuais” compreendia Mamanguape, Sapé, Santa Rita, João Pessoa, Pedras de Fogo, Pilar, Itabaiana, Alagôa Grande, Alagôa Nova, Esperança, Guarabira e parte de Araruna, Caiçara, Bananeiras, Serraria, Areia, Campina Grande, Ingá e Umbuzeiro. ESTADO DA PARAHYBA. **Actos do Interventor Federal**: Decretos, de 1º de julho a 31 de dezembro de 1933, administração do interventor Gratuliano Brito. João Pessoa: Imprensa oficial, Nº 230. 1934, p. 208.

Rio, 28 – Recebi e agradeço valioso offerecimento seu governo para que mais breve possível seja installado na Parahyba Serviço Plantas Texteis. Ministro deverá assignar hoje acto transferindo para João Pessoa sede trabalho technicos experimentaes de fomento á cultura da irrigação, de laboratório, etc. Conversei secretário da Fazenda Ernesto Geisel sobre aproveitamento edificio Palacio Secretarias. Não haverá mais duvida sobre a transferencia, devendo ser iniciada quanto antes inspecção local para instalar laboratório. Abraços – ALPHEU DOMINGUES, director.

Como o telegrama já deixa claro, o Serviço de Plantas Têxteis do Ministério da Agricultura era responsável pelos trabalhos técnicos e experimentais de fomento a cultura do algodão, sendo de grande valia para lavoura paraibana sua sede na capital do estado.

Não obstante essas e várias outras ações tomadas pela interventoria quanto ao desenvolvimento quantitativo e qualitativo da produção algodoeira, a Paraíba não conseguiu mais recuperar o posto de maior produtor do país que havia alcançado durante alguns anos na década de 1920. Contudo, mesmo não conseguindo mais reaver a antiga posição, durante a administração de Gratuliano Brito a produção de algodão mais que dobrou e atingiu patamares que até então ainda não havia atingido, o que sem dúvida contribuiu para que o estado continuasse ocupando o lugar de segundo maior produtor durante toda a década de 30, sendo ultrapassado apenas a partir de 1942 pelo Ceará e, em seguida, por Pernambuco e pelo Rio Grande do Norte.

Tabela 3 – COMPARATIVO DAS PRODUÇÕES DE ALGODÃO EM CAROÇO (em Kg) ENTRE OS ESTADOS DA PARAÍBA E SÃO PAULO

ANOS	PARAÍBA	SÃO PAULO
1930	18.000.000	10.500.000
1931	23.000.000	21.500.000
1932	9.676.017	34.700.000
1933	23.330.745	105.000.000
1934	40.000.000	124.000.000
1935	48.833.000	176.345.000
1936	35.414.000	215.667.000
1937	37.998.000	245.790.000
1938	32.000.000	287.901.000
1939	35.000.000	295.240.000
1940	50.000.000	307.372.000

FONTE: GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias:** Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994, p. 132.

Tabela 4 – PRODUÇÃO DE ALGODÃO-PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES (1942 – 1946) (EM TONELADAS)

Anos	Ceará	R. G. Norte	Paraíba	Pernambuco	São Paulo
1942	19.048	11.862	18.471	14.002	282.665
1943	27.071	19.331	25.258	14.665	375.098
1944	27.665	22.664	29.222	22.339	445.572
1945	26.868	24.380	20.497	19.753	248.509
1946	29.199	21.261	20.515	21.062	241.837

FONTE: GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias: Paraíba (1889-1945)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994, p. 135.

Percebemos que com as ações tomadas em favor da produção algodoeira, o governo buscou atuar da forma que lhe parecia possível para valorizar o principal produto de sua balança comercial. Através da interventoria, o Executivo estadual chamou para si a responsabilidade sobre a condução da economia paraibana e passou a intervir com as medidas que achava necessárias para sanar os problemas existentes no setor naquele momento²¹⁷.

Destarte, se o objetivo do governo era sanar os problemas existentes no setor naquele momento, a interventoria entendeu que não poderia escapar a sua intervenção a adoção de ações que visassem tornar a economia paraibana menos dependente de um único produto de exportação. Assim, ao mesmo tempo em que investia fortemente na melhora quantitativa e qualitativa da cultura algodoeira, observou-se a preocupação de incrementar e buscar criar outras fontes de rendas para o Estado:

Não resta a menor duvida que precisamos, o mais cedo possível, irmo-nos libertando do estado de quase monocultura em que se encontra a lavoura parahybana. [...] A experiencia de outros Estados, em condições assemelhadas ás nossas no tocante á cultura intensiva de um só producto, objecto de exportação, nos vem demonstrar o desacerto de semelhante prática.²¹⁸

Com vistas, então, a diversificação da produção agrícola, as ações de maior destaque se deram em relação ao incentivo dado à sericultura, à produção do fumo e à fruticultura.

²¹⁷ Refletindo esse pensamento, no dia 21 de junho de 1933, publicou o jornal *A União* que diante da ameaça representada pela produção algodoeira paulista, “o govêrno parahybano vem incentivando, por todos os meios ao seu alcance, a dilatação da area cultivada e a adopção de regras scientificas para a colheita e transformação industrial da fibra, antes de sua entrega á exportação”. Jornal *A União* de 21 de junho de 1933, p. 01.

²¹⁸ Ofício de Gratuliano Brito ao Conselho Consultivo do Estado solicitando análise sobre o estabelecimento de um serviço de fruticultura na Paraíba. Jornal *A União* de 28 de junho de 1933.

A sericultura passou a ser fomentada por meio da Estação de Sericultura que foi transformada no Instituto Sérico do Estado da Paraíba através do decreto nº 309, de 24 de agosto de 1932. Entre as principais competências do Instituto estava: estudar os diversos fatores e condições propícias à criação do bicho de seda, preparar e acondicionar ovos para distribuição aos interessados, ensaiar novas raças de bicho de seda e seu cruzamento, ministrar instrução prática sobre a criação do bicho de seda, fazer propaganda dos métodos úteis à sericultura por meio de livros, jornais e publicações diversas, entre outras²¹⁹. A coordenação dos trabalhos ligados ao Instituto, sobretudo quanto à orientação dada aos produtores, ficou a cargo do técnico italiano José Calvazara, que foi cedido pelo Governo Federal ao Estado da Paraíba. Várias mudas de amoreiras e ovos de bicho de seda foram distribuídos gratuitamente aos produtores que se interessaram. Com o incentivo dado, a produção sericícola se espalhou pelo estado, vindo a ser criada uma Cooperativa Sérica no município de Serraria²²⁰.

O Governo ainda criou junto ao Instituto uma das mais completas escolas de sericultura do país, inaugurada no dia 03 de abril de 1934²²¹. Entre outros objetivos, a Escola de Sericultura pretendia ir além do ensino teórico tradicional e incorporar a formação dos alunos um ensino mais prático, técnico e voltado para as necessidades da economia local.

A produção do fumo, por sua vez, foi desenvolvida junto ao Instituto Agrônomo “Vidal de Negreiros”, em Bananeiras. Antes de morrer, Anthenor Navarro havia designado o presidente daquele instituto para que em viagem ao Rio Grande do Sul analisasse os modernos meios de produção lá utilizados para introduzi-los aqui na Paraíba. Rapidamente a produção por meio de estufas passou a ser adotada pelo Instituto Agrônomo e incentivada para que fosse desenvolvida por particulares. Gratuliano Brito deu total continuidade ao projeto. Segundo notícia publicada no jornal *A União*, entre o ano de 1933 e outubro de 1934, a quantidade de estufas produzindo fumo na Paraíba aumentou de 10 para 45²²². O principal mercado consumidor para essa produção era o estado do Maranhão.

Por meio do decreto nº 409, de 12 de agosto de 1933, o interventor ainda criou o serviço de instrução e classificação oficial do fumo. À Seção de Classificação do Fumo cabia os trabalhos de: confecção dos tipos padrões oficiais, a classificação oficial do fumo

²¹⁹ ESTADO DA PARAÍBA. **Actos do Interventor Federal**: Decretos, de 1º de julho a 31 de dezembro de 1932, administração do interventor Gratuliano Brito. João Pessoa: Imprensa oficial, Nº 525. 1933, p. 24.

²²⁰ Jornal *A União* de 14 de novembro de 1933, p. 01-03.

²²¹ Jornal *A União* de 04 de abril de 1934, p. 08.

²²² Jornal *A União* de 21 de outubro de 1934, p. 01.

produzido no território paraibano, repressão às fraudes no beneficiamento e prensagem, a fiscalização dos armazéns compradores e revendedores, e a inspeção técnica de todo o fumo a ser exportado para outros portos nacionais ou estrangeiros ²²³. De acordo com o Diretor do Centro Agrícola Vidal de Negreiros, o trabalho desenvolvido para cultura do fumo em estufas na Paraíba despertou o interesse não só dos produtores paraibanos, mas também de outros estados (Pará, Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pernambuco), que passaram a procurá-lo em busca de orientações.

Além da Sericultura e da produção do fumo, o Governo atentou também para o desenvolvimento da fruticultura. Em cooperação com o Ministério da Agricultura, criou a Estação de Fruticultura na região da várzea paraibana. Entre outras funções, a Estação era responsável tanto por oferecer serviços gratuitos de assistência aos produtores, com demonstrações teóricas e práticas sobre os métodos de produção mais adequados às diversas variedades de frutas, assim como auxiliá-los no combate as pragas inerentes a estes tipos de cultura²²⁴. Os resultados alcançados decorrentes da produção de frutas foram extremamente positivos, tendo sido exportadas, só para Argentina, no ano de 1934, cerca de 20.000 caixas de abacaxis²²⁵.

Como se percebe, a intervenção do Estado na economia passou a ser mais direta e intensa. Quase todas as áreas produtivas passaram a ser fiscalizada com vistas a uma melhora na qualidade de seus produtos, e estimulada através de ações de fomento. Contudo, a dificuldade ainda continuava a residir na capacidade de financiamento dos diversos tipos de produção, o que levou o Governo de Gratuliano Brito a criar a Caixa Central de Crédito Agrícola, por meio da qual ficaram ligadas todas as Caixas de Crédito Rural existentes no estado. A principal função da Caixa Central de Crédito era controlar o movimento das Caixas de Crédito do interior, centralizando a distribuição de depósitos e fiscalizando as operações de crédito em geral²²⁶.

A criação da Caixa Central só foi possível graças à restituição da taxa 2% ouro, cobrada pelo Governo Federal sobre os produtos importados nos portos nacionais, e pela

²²³ ESTADO DA PARAHYBA. **Actos do Interventor Federal**: Decretos, de 1º de julho a 31 de dezembro de 1933, administração do interventor Gratuliano Brito. João Pessoa: Imprensa oficial, Nº 230. 1934, p. 67.

²²⁴ Sobre a criação da Estação de Fruticultura, ver o plano para o seu estabelecimento submetido ao Conselho Consultivo pelo interventor Gratuliano Brito. Publicado no jornal *A União* de 28 de junho de 1933, p.01.

²²⁵ Jornal *A União* de 14 de outubro de 1934, p.09.

²²⁶ Decreto nº 476, de 10 de janeiro de 1934, que cria a Caixa Central de Crédito Agrícola. ESTADO DA PARAHYBA. **Actos do Interventor Federal**: Decretos de 1934, administração do interventor Gratuliano Brito. João Pessoa: Imprensa oficial, 1935, p. 04.

aquisição de um empréstimo de 6.000 contos junto ao Banco do Brasil²²⁷. Essas medidas possibilitaram significativa melhora nas finanças da Paraíba por volta do final de 1933 e ao longo do ano de 1934, fazendo com que diante de um quadro financeiro mais favorável o Estado passasse a realizar importantes investimentos no que diz respeito ao fornecimento de crédito. Só no primeiro semestre de 1934, foram concedidos 2.005 empréstimos através da Caixa Central de Crédito Agrícola, abarcando um montante de 703:246\$500, o que evidencia significativa melhora em relação à assistência financeira dada aos produtores.

Tabela 5 – EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS DE 1º DE JANEIRO A 30 DE JUNHO DE 1934 PELAS CAIXAS RURAIS FILIADAS À CAIXA CENTRAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA DA PARAÍBA

CAIXAS RURAIS	Nº DE EMPRÉSTIMOS
Alagoa do Monteiro	239
Alagoa Nova	158
Antenor Navarro	101
Araruna	239
Areia	134
Bananeiras	69
Guarabira	236
Gurinhem	241
Ingá	38
Pilar	113
Serraria	120
Souza	182
Taperoá	56
Umbuzeiro	79
TOTAL	2.005

FONTE: Tabela elaborada pelo autor com dados do Jornal *A União* de 03 de julho de 1934.

²²⁷ A taxa 2% ouro era o imposto cobrado nos portos do país sobre a importação de produtos estrangeiros. Tanto os valores arrecadados desde a criação desse imposto, como o direito a arrecadação da quantia derivada do mesmo, já tinham sido restituídos pelo governo federal aos Estados do Maranhão e do Paraná com vistas a criação e manutenção dos seus portos, o que levou a Paraíba a também pleitear os mesmos direitos. Apesar de muita discussão em torno da questão, o Governo Central concedeu a restituição à Paraíba, o que importou na entrada para os cofres públicos de uma quantia significativa. Já o empréstimo junto ao Banco do Brasil foi concebido sob condições de pagamento melhores do que até então se havia conseguido. Os 6.000 contos foram emprestados mediante taxas de juros de 7% vencíveis em dez anos, com pagamentos trimestrais de trezentos contos de réis. Sobre a restituição da taxa 2% ouro concedida pelo Governo Central e o empréstimo junto ao Banco do Brasil, ver relatório do Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, tenente Ernesto Geisel, dirigido a Gratuliano Brito publicado no jornal *A União* de 22 de setembro de 1933.

Ainda em relação à agricultura, procurou-se incentivar sua mecanização através da introdução de máquinas agrícolas no processo produtivo. De acordo com o relato do Interventor, “era lastimável a ausência, quase absoluta, de máquinas agrárias no Estado. Contavam-se, ao todo, cerca de 150, mal empregadas, a não ser por algum proprietário rural menos rotineiro”²²⁸. Para alterar esse quadro, o governo comprou 174 equipamentos modernos para os diferentes meios de cultura, sendo 01 trator “Fordson”, 60 arados, 62 cultivadores, 48 grades de dentes, 02 grades de disco, uma ceifadora, e ainda outros materiais que foram destinados à Estação de Fruticultura. Esses equipamentos foram disponibilizados a preço de custo e a condições favoráveis de compra aos produtores interessados.

Apesar de a produção agrícola ter sido a principal preocupação do governo à época, também se buscou incentivar o desenvolvimento da produção industrial. Foram várias as isenções de impostos e dispensas de multas com vistas à instalação e modernização de fábricas:

- Decreto nº 444, de 22 de novembro de 1933: concede isenção de impostos pelo prazo de 5 anos à firma A. Brócos para instalação de uma fábrica de óleo de caroço de algodão no município de Antenor Navarro;
- Decreto nº 402, de 13 de julho de 1933: dispensa as multas sobre o imposto de indústria e profissão dos exercícios de 1932 e 1933 até 31 de julho do mesmo ano;
- Decreto nº 526, de 23 de junho de 1934: concede isenção de impostos pelo prazo de dez anos à firma Oliveira Ferreira & Cia, de Campina Grande, para o fabrico de manteiga, queijos, e outros derivados do leite;
- Decreto nº 545, de 27 de julho de 1934: concede isenção de impostos a Benedicto Moraes por 5 anos para instalação de uma fábrica de óleo de coco na capital; entre outras concessões.

Contudo, sem dúvida a principal conquista alcançada nessa área se deu pela instalação da indústria de cimento na capital.

A existência de grandes reservas calcárias na capital propícias ao fabrico de cimento já eram conhecidas na Paraíba desde o final do século XIX. Por várias vezes se tentou atrair

²²⁸ ESTADO DA PARAÍBA. **Administração do Interventor Gratuliano Brito**: relatório dirigido ao Exmo. Sr. Presidente da República, referente ao período administrativo decorrido de junho de 1932 a dezembro de 1934. João Pessoa: imprensa oficial, 1935, p. 94.

investimentos para sua exploração, sempre sem êxito. Contudo, quando esteve em visita ao Rio de Janeiro e a São Paulo, no ano de 1933, Gratuliano Britou reuniu-se com diversos industriais apresentando-os os benefícios que poderiam angariar caso instalassem uma fábrica de cimento na Paraíba. Após muitas negociações com a Interventoria, a Indústria Brasileira Portela S.A se propôs a construir a tão almejada fábrica de cimento na capital.

O contrato foi assinado no dia 28 de novembro de 1933. Além do terreno para instalação da fábrica, estava entre as vantagens asseguradas pelo Estado à empresa a isenção de impostos estaduais e municipais pelo prazo de 20 anos²²⁹. As obras para construção da indústria tiveram início no dia 28 de junho de 1934 e, apesar de se tratar de um investimento privado, é elucidativo o telegrama de Alfredo Dollabella Portela (presidente da empresa Portella S.A) a Gratuliano sobre o quanto se mostrou decisiva à intervenção do governo no sentido de assegurar as condições para este investimento:

Rio, 28 – Agradecendo seu telegrama 26 apenas hoje recebido queremos testemunhar vossencia nossa admiração seu brilhante governo nesse Estado. Quando exito fabrica cimento devemos declarar que nossa campanha nunca se haveria decidido a tal empreendimento não fosse insistencia pessoal de vossencia em vir procurar pessoalmente interessar capitães no mesmo e que uma vez resolvidos ao estabelecimento dessa industria de tanto futuro para Parahyba o nosso haveria sido inutil se não tivéssemos contato com o amparo eficiente verdadeiro carinho sua administração para com assumpto.²³⁰

Outras ações do Governo no setor funcional da economia ainda podem ser apontadas: em parceria com a prefeitura de João Pessoa organizou uma Exposição Agropecuária visando estimular a disseminação de novos meios produtivos; convidou um técnico do Ministério da Agricultura para analisar as potencialidades econômicas dos minérios do Cabo Branco; criou um campo experimental de produção de batatas em Esperança que obteve bons resultados; buscou criar um padrão para os rebanhos bovinos da Paraíba, tendo, para isso, efetuado a compra de gados extremamente selecionados no sul do país, experiência que obteve também grandes resultados; entre outras²³¹.

²²⁹ ESTADO DA PARAHYBA. **Actos do Interventor Federal:** Decretos, de 1º de julho a 31 de dezembro de 1933, administração do interventor Gratuliano Brito. João Pessoa: Imprensa oficial, Nº 230. 1934, p. 108. Ainda sobre as concessões feitas pelo governo estadual para instalação da indústria de cimento, ver parecer Nº 703, de 24 de outubro de 1933, enviado pelo interventor ao Conselho Consultivo. Disponível no Arquivo Estadual da Paraíba.

²³⁰ Jornal *A União* de 30 de dezembro de 1934, p. 01.

²³¹ ESTADO DA PARAHYBA. **Administração do Interventor Gratuliano Brito:** relatório dirigido ao Exmo. Sr. Presidente da República, referente ao período administrativo decorrido de junho de 1932 a dezembro de 1934. João Pessoa: imprensa oficial, 1935.

Tanto as medidas de austeridade no início do governo como as ações visando o soerguimento econômico do Estado contribuíram para que a Paraíba se encontrasse em uma situação financeira e econômica melhor ao final do governo Gratuliano Brito. No dia 17 de novembro de 1934, o Jornal *A União* publicou a seguinte notícia convocando todos credores do Estado a se apresentarem para receberem seus créditos:

Inserimos hoje um convite aos credôres do Estado para se apresentarem, a fim de receber os seus creditos. Convém notar que ao iniciar o seu governo, o dr. Gratuliano Brito encontrou o estado onerado por uma divida fluctuante superior a quatro mil contos de réis. [...] Dessa importância, realmente elevada para as nossas possibilidades, resta apenas uma divida de pouco mais de duzentos contos, que se vae liquidar, encerrando o illustre parahybano a sua administração sem transmitir ao seu sucessor as responsabilidades de debito, a pesar sobre as rendas publicas.

Além de pagar toda dívida flutuante do Estado, o Governo de Gratuliano Brito ainda deixou um bom saldo em caixa ao seu sucessor, restando apenas ao Estado as prestações do empréstimo adquirido junto ao Banco do Brasil, que ainda estava dentro do prazo para pagamento e não acarretaria maiores impactos nas finanças do Tesouro estadual.

Tabela 6 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA DO ESTADO DA PARAHYBA DURANTE O PERÍODO DE 1931 A 1934.

ANO	RECEITA ARRECADA	DESPESA	DÉFICIT	SUPERÁVIT
1931	13.860:849\$256	15.262:730\$266	-1.401:881\$010	-
1932	13.228:049\$356	13.296:740\$058	- 68:690\$702	-
1933	14.508:397\$045	14.805:425\$075	- 297:028\$030	-
1934	21.479:818\$412	19.972:671\$072	-	1.507:147\$340

FONTE: Tabela elaborada pelo autor com dados do Relatório da Administração de Gratuliano Brito referente ao período administrativo decorrido de junho de 1932 a dezembro de 1934. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1935, p. 15-18.

Tabela 7 – SALDOS DO TESOIRO (1934)

Saldo do Tesouro Estadual da Paraíba em 31 de Dezembro de 1934	
Na Thesouraria Geral	297.971\$266
Nas Repartições Fiscaes do Interior	157:427\$288
Em poder dos exactores	574:998\$770
Em poder dos agentes pagadores	612:170\$905
No Banco do Estado – c/Movimento	2.193:237\$125
No Banco do Estado – c/Prazo Fixo	750:000\$000
No Banco do Estado – c/Colonização dos Flagelados	1:674\$140
No Banco do Estado – c/Caixa Estadual de O.C.E Seccas	4:093\$500
No Banco Central – c/Movimento	8:057\$491
No Banco do Brasil – c/10% de Receita	103:889\$900
Na Recebedoria de Rendas	69:390\$500
Total:	4.772:910\$885
Excluindo-se a quantia em poder de Agentes Pagadores	612:170\$905
Saldo Total:	4.160:739\$980

FONTE: Tabela elaborada pelo autor com dados do Relatório da Administração de Gratuliano Brito referente ao período administrativo decorrido de junho de 1932 a dezembro de 1934. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1935, p. 20.

Como pudemos ver, no pós-1930, o Estado, através da interventoria, se colocou decididamente como condutor e promotor das políticas econômicas. Dando continuidade a um projeto que de certa forma se iniciou ainda com João Pessoa, mas que se intensificou posteriormente, Navarro e Gratuliano Brito adotaram uma postura menos passiva frente às adversidades que permeavam a economia estadual e, dentro das condições que lhes cabiam, passaram a sugerir e executar algumas ações positivas.

Mesmo não alterando significativamente a estrutura econômica vigente – tendo em vista que não houve transformações mais profundas no que se refere, por exemplo, a estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo que continuaram extremamente precárias para os trabalhadores –, as ações empreendidas como a reforma tributária, desenvolvimento de estudos técnicos, investimento em infraestrutura, racionalização da produção, concessão de crédito agrícola, incentivo a diversificação da produção, entre outras, correspondiam exatamente ao que esperava o Governo Central e Vargas no intuito de implantar o processo de centralização e modernização econômica e social no país.

Por meio da interventoria de Gratuliano Brito, portanto, entendemos que foi possível integrar a Paraíba nesse processo. As inúmeras ações adotadas pelo governo no período demonstram que o ideal de modernização do aparato econômico realmente passou a fazer parte da realidade administrativa estadual. Uma maior intervenção estatal também se vez

presente através das decisões políticas tomadas, contribuindo para resultados animadores tanto nas finanças estaduais quanto no que se refere as atividades produtivas.

CAPÍTULO 3 – PROCESSO DE MUDANÇA COM UMA POLÍTICA DE REACOMODAÇÃO

3.1 O Cenário Político: do radicalismo de Anthenor Navarro à reacomodação em Gratuliano Brito

Como vimos nos capítulos anteriores deste trabalho, o final da década de 1920 e o início dos anos 1930 marcam um momento de contundente crítica ao reduzido grau de governabilidade do Estado liberal republicano brasileiro da Primeira República. Esse cenário desencadeou, a partir da “Revolução” de 1930, um crescente processo de mudanças em direção à constituição de um novo modelo de Estado Nacional, que se propunha moderno e buscava ampliar suas funções de intervencionismo econômico e social. Observamos, então, que a partir daí foram sendo realizadas transformações no mais diversos setores de atuação do Estado – instrução pública, saúde, justiça, segurança, obras e economia –, tanto em âmbito nacional como também estadual. A ideia vigente no período passou a ser a de implantar um novo conceito administrativo, sendo a centralização o caminho para alcançar tal objetivo.

Vale salientar, contudo, que este novo projeto de Estado Nacional que surgiu em 1930 não importou apenas em uma modernização dos setores burocráticos do qual este era constituído, mas também, do ponto de vista político, representou a afirmação do poder público sobre o poder privado, mesmo sem ter significado uma ruptura profunda com as estruturas de poder vigente anteriormente como veremos mais adiante. De modo geral, o que se processou no pós-1930 foi a emergência de um Estado Nacional constituído por um Poder Executivo forte que tenderá, em alguma medida, a afastar-se dos interesses mais imediatos e sobrepor-se ao conjunto da sociedade como uma espécie de soberano, tutelando as forças políticas existentes.

Como já apontamos, a “Revolução” de 1930 foi empreendida por um conjunto diverso de grupos e forças sociais, a exemplo de setores oligarcas dissidente, da classe média em ascensão e ainda os militares, mais expressamente representados através “tenentes”. O ponto comum que congregava esses diferentes segmentos da sociedade era a contestação do sistema político-oligárquico vigente, que julgavam corrupto e ineficiente. Eram a favor, portanto, da renovação das forças e costumes políticos, tendo em vista que as oligarquias dirigentes até aquele momento já tinham dado provas suficientes de sua incapacidade para enfrentar e

resolver os problemas do país. O caminho que sugeriam para tal era o da centralização, que era entendida de forma genérica como a necessidade de maior intervenção do Poder Central tanto na política como nas administrações estaduais e municipais.

Buscando corresponder a esta perspectiva, ao assumir o poder, Vargas passou a adotar as medidas que achava necessárias para efetivar as transformações desejadas. No dia 11 de novembro de 1930 baixou o decreto nº 19.398 no qual deu ao Governo Provisório amplos poderes e o direito de exercer não apenas o Poder Executivo, mas também a autoridade Legislativa até que uma Assembleia Constituinte fosse convocada (SKIDMORE, 1982, p.32-33). Esse mesmo decreto dissolveu o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas nos estados, as Câmaras municipais, destituiu os Presidentes estaduais e ainda suspendeu o funcionamento de todas as organizações partidárias. A ideia adotada foi a de fortalecer o Poder Central, absorvendo para ele o processo de tomada de decisões, ao mesmo tempo em que se buscava desestruturar as bases do poder regional.

Diante do exposto, entendemos que, para os vitoriosos que ascenderam ao poder em 1930, o processo de renovação dos costumes políticos que desejavam passava necessariamente pela revisão da autonomia estadual legada pela Constituição de 1891. Era preciso romper com a autonomia politico-administrativa dos estados, sob a qual se acobertavam as oligarquias responsáveis pelos males do país, e assim conseguir superar a antiga forma fragmentada de se fazer e pensar a política e, conseqüentemente, as soluções necessárias para o Brasil.

Entretanto, por mais contraditório que possa parecer, essa nova configuração do Estado Nacional não significou propriamente seu completo afastamento dos interesses ou mesmo da influência dos grupos oligárquicos regionais. O processo de centralização política, ao criar inovações institucionais com vistas a uma nova fase nas relações entre Poder Central e sistema político, não importou e não pode se confundir necessariamente com o fim das oligarquias. Estas, intocadas em suas fontes de poder, baseada no latifúndio e no controle da economia de exportação, subsistiram como força local, mantendo, inclusive, certa capacidade de agir como mecanismo de pressão sobre a política (FAUSTO, 2010, p.142).

Na verdade, não era interesse de Vargas e nem dos seus colaboradores mais próximos acabar ou extirpar definitivamente as oligarquias da política brasileira. O que se desejava era absorver para o interior do próprio Estado Nacional, por meio de um processo de cooptação, não mais apenas os interesses das oligarquias, mas também outros interesses derivados de grupos em ascensão no meio social, a exemplo das classes médias, operárias e de setores

militares. Segundo Ângela de Castro Gomes (2005, p. 114), a partir de então, o espaço público passou a ser definido como área de canalização de interesses privados que se exprimiam organizadamente sob a arbitragem estatal. Nesse sentido, “não se tratava de eliminar a diversidade de interesses da *realidade social*, mas a premissa de suas contradições, pela afirmação do papel diretivo e arbitral do Estado”.

Ao Estado Nacional, portanto, cabia o papel de árbitro conciliando os interesses existentes no meio social, o que passou a ser feito através do controle das estruturas políticas regionais. Desse modo, percebe-se que não há de fato uma ruptura com a ordem anteriormente vigente, já que estamos falando de um processo de reacomodação de velhos e novos interesses no sistema político brasileiro (SOUZA, 1983, p. 85). Porém, há uma relevante mudança na forma como os setores organizados politicamente irão se relacionar com o Poder Central, inclusive as oligarquias regionais, já que estas agora estarão sujeitas ao processo de reafirmação do poder do Estado, nacionalização da política e esvaziamento paulatino do poder oligárquico.

Desse panorama que foi se instalando no imediato pós-1930, tornava-se inevitável a ascensão de um processo de disputa em que estariam em oposição os objetivos centralizadores e a manutenção das autonomias estaduais, ou em outras palavras, autoritarismo e federalismo. Os grupos mais representativos de cada uma dessas posições, sem dúvida, eram os chamados “tenentes” e as oligarquias regionais, respectivamente. Todo o período do Governo Provisório de Vargas, que vai de 1930 até a reconstitucionalização em 1934, foi marcado pela intensificação do confronto político entre essas duas forças visando o controle do Estado brasileiro.

O grupo dos chamados “tenentes” era constituído em sua grande parte pela jovem oficialidade militar que durante os anos 1920 e 1930 lideraram movimentos de rebeldia que tinham como uma de suas principais bandeiras a ideia difusa de destituir o sistema político-oligárquico vigente²³². Tiveram eles um papel destacado na articulação do golpe que levou Vargas a Presidência em 1930, tendo, por isso, durante os primeiros anos após a “Revolução”, conseguido formar um ativo núcleo de pressão junto ao Governo Provisório (FAUSTO, 2010, p.95). Detentores de postos importantes nas três esferas de poder e articulando-se politicamente através da organização do Clube 3 de Outubro, os “tenentes” buscaram nos primeiros anos do pós-1930 impor novos rumos aos destinos da nação. Basicamente

²³² Sobre o movimento tenentista, ver BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992; e ver também PRESTES, Anita Leocádia. **Tenentismo Pós-30 – Continuidade ou Ruptura?** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

desejavam implantar no Estado uma orientação centralizadora e autoritária para alcançar as mudanças esperadas rumo ao desenvolvimento do país. No entendimento que tinham, para combater os males derivados da política oligárquica, era necessário fortalecer o Poder Central frente à fragmentada política das oligarquias estaduais. A estas últimas, caberia o mínimo de autonomia possível, sendo esse o caminho para se alcançar a almejada moralização da política.

Além disso, os “tenentes” ainda se identificavam com algumas propostas de reformulação da ordem social e econômica, a exemplo da concessão de direitos a classe trabalhadora – oito horas de trabalho, férias remunerada, direito a organização sindical, salário mínimo, etc. – e ainda de um maior planejamento na economia (o que incluía revisão de contratos de concessões públicas, atualização do sistema tributário, criação de órgãos técnicos, etc.) (CAMARGO, 1986, p. 133-134).

As oligarquias regionais, por sua vez, buscaram fazer frente às aspirações dos “tenentes” ao defenderem a permanência da autonomia estadual em seus assuntos políticos e administrativos. Neste ponto estavam de acordo tanto as oligarquias dissidentes que haviam participado da revolução ao lado dos “tenentes” e de Vargas, como os grupos destituídos do poder em âmbito federal e estadual. Para eles, a “Revolução” deveria antes de qualquer outra coisa cumprir o compromisso assumido na Aliança Liberal de assegurar eleições livres e uma ordem legal. Não desejavam, portanto, mudanças mais profundas no sistema político. Na verdade, parte desses elementos insistiam na manutenção das prerrogativas de autonomia estadual e na limitação dos poderes da União com o intuito de permanecerem exercendo suas práticas de mandonismo e clientelismo ligadas a cultura política vigente, ou seja, defendiam a continuidade dos princípios políticos liberais e a manutenção do federalismo como ponto chave da organização política brasileira (GOMES, 1986, p. 25-26).

Para equilibrar essas forças e tendências em disputa, Vargas contou habilmente com o papel desempenhado pelos interventores nos estados. Estes quase sempre irão servir convenientemente aos desígnios do Poder Central no sentido de neutralizar as oligarquias com o mínimo possível de mudança na estrutura socioeconômica. Por serem nomeados diretamente pelo Governo Federal e, desta maneira, não depender das oligarquias regionais para sua permanência no controle da política estadual, os interventores tutelavam o poder das elites locais e removiam boa parte dos empecilhos existentes à centralização. Contudo, estes mesmo interventores ou eram eles ligados as elites regionais ou procuraram estabelecer com

estas uma convivência pacífica, situando-se, assim, a meio caminho entre a identidade e a independência face aos grupos dominantes estaduais (SOUZA, 1983, p.89).

Esta nova formula de relação do Poder Central com as oligarquias regionais visava garantir ao primeiro certo grau de autonomia para que fossem implantadas as medidas políticas, econômicas e sociais mais urgentes e de grande vulto no período, a exemplo de uma maior nacionalização da tomada de decisão na política econômica, da reformulação do sistema tributário, e ainda do desenvolvimento de políticas nacionais nos setores da saúde e da instrução pública. Nessa nova estrutura de poder, os interventores, portanto, assumiram o papel de elemento chave que por um lado buscava viabilizar as transformações exigidas pelo contexto “revolucionário” do período, ao mesmo tempo em que conciliava e harmonizava os interesses privativos dos grupos oligárquicos mais tradicionais com os do Poder Central.

Vale ressaltar, contudo, que nos primeiros momentos do governo Vargas os interventores foram recrutados, em sua grande maioria, das hostes “tenentistas” ou foram indivíduos fortemente identificados com os ideais defendidos pelo grupo. Em regra, buscou-se arregimentar pessoas que, embora muitas vezes nativas dos estados, eram ao mesmo tempo destituídas de relevante carreira política (SOUZA, 1983, p.87-88). Esta prática conferiu a Vargas dois elementos distintos. Se por um lado permitiu ao governo Central usufruir do prestígio que os “tenentes” tinham adquirido junto à sociedade como uma força capaz de encaminhar o país a uma renovação dos costumes e práticas políticas, por outro, a presença de interventores “tenentistas” gerou em alguns estados confrontos com os grupos oligárquicos locais, a exemplo da Paraíba com Anthenor Navarro.

Anthenor Navarro encampava os ideais mais radicais associados ao grupo dos “tenentes”. Ex-diretor da Repartição de Água e Saneamento da Capital no governo de João Pessoa, manifestava ele forte espírito revolucionário. Sua escolha para interventoria ocorreu devido a sua destacada participação na articulação do levante de outubro, sendo-lhe atribuído o fato de ter sido um dos mais destemidos entre os “tenentes civis” que participaram do assalto ao 22ºB.C.²³³. Como já apontamos no capítulo um, sua administração coincidiu com o momento de maior prestígio e força do tenentismo após a “revolução”, logo vindo a se caracterizar pelo confronto com as forças oligárquicas mais tradicionais do estado.

²³³ Em 1930, muitos elementos civis identificados aos ideais tenentistas se juntaram aos militares que compunham o grupo dos “tenentes” no combate às oligarquias, inclusive nas ações armadas que derrubaram os governos estaduais e o governo federal naquele ano. Esses elementos ficaram conhecidos como “tenentes-civis”. Na Paraíba, dentre os elementos mais destacados que acabaram por adquirir esse posição, estiveram Anthenor Navarro, Odon Bezerra, Ruy Carneiro e ainda José Américo.

De acordo com Santos Neto (2007, p.43), foi como um autêntico tenente-civil e defensor dos princípios da “Revolução” de 1930 que Navarro pautou sua administração. Desse modo, assim que assumiu a interventoria, traçou para si o objetivo de desarticular e eliminar verdadeiramente as oligarquias da política paraibana. Com essa finalidade, adotou medidas consideradas por parte da classe política dirigente do período como radicais, a exemplo da demissão de funcionários públicos ligados a lideranças políticas locais, implantou mecanismo de intensa fiscalização das administrações municipais, reformulou as mesas de rendas no sentido de assegurar a isenção dos arrecadadores e intensificar a cobrança de impostos, extinguiu comarcas e a prefeitura de Santa Rita para atingir politicamente opositoristas, nomeou para maioria dos municípios paraibanos prefeitos estranhos ao meio político, muitos deles militares, entre outras ações adotadas²³⁴.

Foi por meio dessas medidas “radicais” que Navarro conferiu mais intensidade na Paraíba ao processo de submissão/tutela das oligarquias aos ditames do Estado. Estas últimas, pouco a pouco, foram perdendo o espaço e as prerrogativas com a qual contavam antes da “Revolução”, como dominar as administrações municipais, controlar o fisco, indicar parentes e amigos para cargos públicos, etc. No que dependia do interventor, as decisões políticas não seriam mais processadas por meio da troca de favores ou por meio de negociatas, mas sim através da imposição de um Estado forte e autoritário.

Exemplar de como a interventoria de Navarro não estava preocupada com o prestígio ou poder das famílias oligárquicas foi a relação que teve para com a família Pessoa, a qual até momentos antes da “Revolução” detinha o domínio político-oligárquico do estado através do comando de Epitácio Pessoa. Dentre outras formas de desprestígio dispensado aos Pessoa, Navarro suspendeu a exclusividade da empresa de Antônio Pessoa Filho – irmão de Joaquim Pessoa, prefeito da Capital e principal herdeiro político da família – tanto no transporte de mercadorias entre a cidade portuária de Cabedelo e o centro comercial de João Pessoa como também no fornecimento de materiais e serviços prestados ao Estado. Além disso, levou a efeito uma sistemática perseguição à família em seu principal reduto de poder, no município de Umbuzeiro, demitindo e removendo servidores e realizando prisões de seus correligionários.

²³⁴ Sobre as medidas adotadas por Anthenor Navarro, ver SANTOS NETO, Martinho Guedes. **Os Domínios do Estado:** a Interventoria de Anthenor Navarro e o Poder na Paraíba. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.

Joaquim Pessoa, que angariava para si a imagem de legítimo continuador do “legado moral deixado por João Pessoa”, julgou inaceitável as afrontas cometidas pelo interventor e pediu demissão da prefeitura da capital. Em seguida, articulou-se com alguns antigos epitacistas que até então vinham hipotecando apoio à interventoria e logo passou a fazer oposição sistemática a esta. Pelos jornais oposicionistas, os antigos epitacistas e também setores oligárquicos que estavam à margem do poder passaram a bradar que na Paraíba a “revolução” havia entregado os destinos do povo nas mãos de desconhecidos aproveitadores (GURJÃO, 1994, p.112-113). Na verdade, esses desentendimentos foram crescentes na administração de Navarro, colocando de um lado setores oligarcas ansiosos para voltarem a controlar o poder político no estado e exercer suas prerrogativas e práticas de mandonismo e clientelismo, e de outro a interventoria identificada com os ideais tenentistas de centralização e autoritarismo.

Nos diferentes municípios do interior, o clima reinante também não era outro. A nomeação dos novos prefeitos realizada pela interventoria fez emergir um corpo de administradores “tenentistas” e estranhos ao meio político que nem sempre possuíam a experiência necessária para desempenhar de forma equilibrada a função para qual foram designados, tornando os conflitos com as forças oligárquicas locais inevitáveis. Em Caiçara, por exemplo, foi nomeado prefeito João Napoleão Serpa, revolucionário ativo em 1930; em Alagoa Grande foi nomeado o engenheiro João Holmes, alheio a política local; para Misericórdia, nomeou-se o Bel. Adhemar de Leite; para sub-prefeitura de Santa Rita, foi escolhido o Tenente Francisco Pedro dos Santos; entre outros (SANTOS NETO, 2007, p.58). De acordo com Santana (1999, p.76), muitos desses prefeitos foram orientados a perseguir e hostilizar os chefes políticos oposicionistas, sendo registradas no período cobranças de impostos atrasados, demissão de amigos e parentes dos chefes locais de cargos públicos, prisões abusivas, censura à imprensa, etc.

O que de fato fica evidente é que o alinhamento da administração de Anthenor Navarro com a corrente tenentista e com os ideais de centralização era muito claro. Para Santos Neto (2007, p.57), na Paraíba

[...] a escalada do Estado atropelou, sem direito a uma efetiva reação, o poder local. O autoritarismo exercido pela interventoria de Anthenor Navarro procurou ser incisivo no combate a influência local e a oposição não teve espaço, e nem apoio

institucional, para que pudesse dirigir uma efetiva campanha de oposição ao interventor²³⁵.

A interventoria de Navarro inviabilizava, conseqüentemente, uma maior aproximação das oligarquias à política e ao aparelho estatal. Assim, as posturas radicais adotadas pelo governo da Paraíba não tardaram a entrar em conflito com a proposta de Vargas de procurar conciliar os interesses oligárquicos em um novo ordenamento político. A conduta do governo paraibano também preocupava sobremaneira José Américo, que temia ver sua imagem desacreditada frente ao Governo Central já que ele era agora o líder condutor da política no estado.

Entretanto, o espírito revolucionário de Navarro levava-o a não ter nenhum temor em expressar suas posições políticas. Por ocasião da demissão do paraibano Irineu Joffily (fervoroso defensor da “Revolução”) da interventoria do Rio Grande do Norte, em 1931, Navarro organizou uma calorosa recepção na Paraíba ao companheiro de luta. Na ocasião, o jornal *Diário do Recife* publicou as seguintes notas acusando o interventor paraibano de ter censurado publicamente o Governo Central:

O dr. Anthenor Navarro mandou receber o sr. Irineu Joffily debaixo de estrondosas manifestações e ainda censura o governo central.

Todo o Brasil que pese a vaidade infantil desses vice-reis improvisados, estranhos as batalhas campees.

O DIÁRIO CARIOCA diz que o dr. Navarro, articulou uma série de censuras graves e ao terminar de taça em punho, apelou a todos dizendo confiassem na acção resoluta do bravo e itinerante general Juarez, que saberia decidir e tomar conta dos reacionários da ala direita da Revolução²³⁶.

Ministro do Governo Provisório, José Américo procurava intermediar as relações entre o governo estadual e federal e afastar as divergências existentes entre ambos. Em uma longa carta endereçada a Navarro, o ministro tentou em vão conter os arroubos tenentistas do jovem interventor censurando-lhe o comportamento e afirmando que, caso persistissem as críticas ao governo federal, não poderia continuar no cargo que ocupava. Além disso, Américo ressaltou que Vargas já começava a demonstrar suas insatisfações com a orientação política que vinha sendo adotada na Paraíba:

²³⁵ Ainda quanto a esta questão, Melo (1998, p.27) afirma que a identificação de Navarro com os ideais tenentistas foi que o levou a governar “sem os perrepietas, que a Revolução proscivera da vida pública, mas também sem Epitácio, sem os sobrinhos de Epitácio, sem os quadros que durante tantos anos mantiveram, no Estado, o domínio do epitacismo. Sob este aspecto, Antenor terá sido o mais revolucionário dos interventores”.

²³⁶ Estas notas foram reproduzidas em um artigo do jornal *A União* em que se buscava refutar a alegação de que o interventor paraibano houvesse censurado o governo central. Jornal *A União* de 14 de janeiro de 1931.

O que, porém, está ultimamente me intranquilizando ou, melhor, me colocando mal perante o governo é que o Getúlio já vai sentindo a sua hostilidade.

Em carta confidencial, dirigida ontem de S. Lourenço a Osvaldo Aranha, ele deixa escapar. ‘Esse rapaz, a quem nomeei contrariando a vontade expressa de todos os irmãos de João Pessoa, para atender às indicações de José Américo e do Távora, parece não estar me compreendendo’.

[...] Com que força moral me sinto eu para estar com a sua pessoa e o seu governo, incorrendo aqui em tremendas prevenções, se a impressão que se vem formando é que se diversificam as nossas atitudes em relação à política central?²³⁷

Essa mesma carta nos deixa claro também como sob a administração de Anthenor Navarro foi difícil para José Américo elevar seu prestígio e impor, de fato, seu domínio na política paraibana. Mesmo estando o ministro executando diversas obras contra a seca no sertão do estado através da IFOCS, estabelecendo contatos com líderes oligarcas e conciliando interesses, Navarro não demonstrava a subserviência que José Américo parecia esperar dele no sentido de obedecer as suas orientações:

Pedi a nomeação do dr. Diniz para promotor de Campina Grande, por interesse de Chateaubriand e de outro amigo daí, não sendo atendido nem apoquentado por isso. Reclamei contra a nomeação de José Tavares para adjunto de promotor daquela comarca, por saber que ele foi um gradessíssimo canalha e deve sabe-lo mais do que os seus informantes que contrariaram esse meu conceito. E ele não só continua no lugar, como está em pleno exercício da promotoria, sem que eu houvesse protestado contra isso, ao menos com o direito que tenho de promover a defesa da memória de João Pessoa. Só lhe peço – e disto faço questão – que a Paraíba não seja ingrata para com Getúlio e Osvaldo Aranha, como não deve ser para Juarez.²³⁸

Portanto, demissões, perseguições políticas, prisões, nomeações de prefeitos estranhos ao meio político local, etc., eram medidas que visavam explicitamente alijar as oligarquias do cenário político estadual, distanciando o interventor da proposta conciliadora de Vargas e o aproximando dos ideais tenentistas. Já para José Américo, o “radicalismo” do governante paraibano dificultava a consolidação do seu prestígio e do seu domínio oligárquico na Paraíba, derivando daí os desentendimentos recorrentes entre os dois.

Com a morte de Navarro e a chegada de Gratuliano Brito ao comando da interventoria, uma importante mudança ocorrerá na política paraibana. O novo interventor demonstrar-se-á muito mais alinhado ao ideal de conciliação com as forças oligárquicas e aos interesses políticos de José Américo do que o seu antecessor, mesmo sem abrir mão de uma proposta modernizadora do Estado paraibano como vimos no capítulo dois. O fato é que, desde o primeiro momento em que passou a exercer o Governo, Gratuliano Brito pareceu

²³⁷ ALMEIDA, José Américo. **Carta**. 1931, Rio de Janeiro [para] NAVARRO, Anthenor, João Pessoa. 4f.

²³⁸ ALMEIDA, José Américo. **Carta**. 1931, Rio de Janeiro [para] NAVARRO, Anthenor, João Pessoa. 4f.

compreender bem as tendências em disputa. Entendia a conjuntura “revolucionária” de centralização política e modernização administrativa que se operava, mas percebia também o limite das transformações que ocorriam, voltando-se logo a atender aos anseios do Governo Central e do ministro da Viação e Obras Públicas – aos quais devia a permanência no cargo – no sentido de adotar um governo mais moderado politicamente do que o de Navarro.

Através da documentação que analisamos, é possível perceber que a diferença de postura entre Gratuliano Brito e Navarro quanto aos rumos a serem tomados pelo governo “revolucionário” na Paraíba antecede até mesmo a sua própria nomeação para o cargo de secretário do Interior e Segurança Pública. No momento em que atuava no Conselho Consultivo do Estado e já era cogitado para substituir Odon Bezerra na referida secretaria, observamos em suas correspondências com José Américo críticas em relação a algumas ações tomadas por Anthenor Navarro. Era contrário, por exemplo, as excessivas promoções de oficiais da Força Pública estadual e a forma como certos prefeitos (militares) vinham conduzindo as administrações municipais, os quais, segundo ele, governavam a comuna como quem “tangia uma besta de carga”²³⁹.

Já no posto de secretário, as críticas à administração de Navarro tornaram-se ainda mais duras. Em uma das cartas enviadas a José Américo, vemos que Gratuliano Brito passava informações precisas e íntimas da administração interventorial e não se furtava a expor ao Ministro o seu desagrado com a interventoria:

O Anthenor vai tangendo o governo.

No ponto de vista propriamente administrativo, a coisa não vai bem, a menos que, circunstâncias imprevistas venham melhorar a situação. [...] O que é facto, porem, é que o Estado deve muito. Está em grande atraso com os fornecedores, em virtude de falta de orientação do Anthenor que, desordenadamente, antes de equilibrar as finanças, meteu mãos a serie de obras adiáveis, nas quaes tem despendido avultadas sommas, notando-se que tudo se faz sem orçamento e independente de concorrência. E, antes de concluidas e pagas, já se vão iniciando outras²⁴⁰.

Não só sobre os aspectos administrativos, mas também do ponto de vista político o Secretário do Interior tecia suas impressões sobre o interventor. Após reclamar da falta de compromisso de Navarro em seguir as orientações de José Américo, relatou Gratuliano Brito a este último:

²³⁹ BRITO, Gratuliano da Costa. **Carta**. 19 de agosto de 1931. João Pessoa [para] ALMEIDA, José Américo, Rio de Janeiro. 3f.

²⁴⁰ BRITO, Gratuliano da Costa. **Carta**. 14 de abril de 1932. João Pessoa [para] ALMEIDA, José Américo, Rio de Janeiro. 5f.

O Anthenor, sem fazer uma administração severa, se desinteressa por qualquer caso que se revista de aspecto político. Até no trato comum, pouca distinção faz entre os amigos de lucta e os indiferentes. [...] De modo que, se a marcha dos acontecimentos vier indicar que estamos precisando de arregimentar amigos, faz-se preciso que você tenha um entendimento pessoal com Anthenor, que, em verdade, não conta com *sympatia* no Estado²⁴¹.

O ponto de vista de Gratuliano Brito em relação ao governo de Navarro se reveste para nós de certa relevância no sentido de melhor compreendermos que quando José Américo endossou junto a Vargas a permanência de seu primo na interventoria, após um curto período em que exerceu o cargo como interino, ele sabia que estava colocando a frente do governo e da política paraibana alguém de sua inteira confiança e obediência. Diferentemente de Navarro, Gratuliano Brito exercerá um papel fundamental para consolidação do domínio político-oligárquico de José Américo no estado, inclusive vindo a calhar a sua nomeação para afastar alguns elementos e ideais mais radicais associados à corrente tenentista²⁴².

Quando Gratuliano Brito assumiu a interventoria, eram latentes as divergências existentes no interior do grupo que estava no poder na Paraíba. De um lado, encontravam-se aqueles auxiliares mais próximos de Navarro que compartilhavam com ele das propostas de centralização e combate às oligarquias, a exemplo do prefeito da Capital, Borja Peregrino, e do Diretor da Escola Normal, o Cônego Mathias Freire. E de outro estavam os indivíduos mais alinhados a José Américo e a uma proposta mais conciliadora das forças políticas estaduais, como Gratuliano Brito e Odon Bezerra.

Após a morte de Anthenor, rapidamente ambos os grupos começaram a se articular tendo em vista impor sua orientação política no Governo do Estado. O Jornal *Brasil Novo*, que era de oposição à interventoria, denunciou em suas páginas a existência de um movimento que vinha ocorrendo no sentido de pressionar José Américo a escolher o prefeito da Capital, Borja Peregrino, para ocupar o posto de interventor. O grupo navarrista chegou, inclusive, a organizar uma reunião com vários prefeitos do interior que haviam sido nomeados por Navarro para que eles se posicionassem a respeito e declarassem seu apoio à Peregrino²⁴³.

²⁴¹ BRITO, Gratuliano da Costa. **Carta**. 14 de abril de 1932. João Pessoa [para] ALMEIDA, José Américo, Rio de Janeiro. 5f.

²⁴² Ao ser cogitado para o cargo de Secretario do Interior e Segurança Pública da Paraíba, Gratuliano Brito enviou uma carta a José Américo mostrando toda sua lealdade e subserviência: “Se v. ordenasse, irrecorrivelmente, de certo eu acceitaria aquelle cargo, ou outro qualquer, consciente de que estaria cumprindo um dever”. BRITO, Gratuliano da Costa. **Carta**. 19 de agosto de 1931. João Pessoa [para] ALMEIDA, José Américo, Rio de Janeiro. 3f.

²⁴³ Jornal *Brasil Novo* de 11 de maio de 1932, p.01.

Interessante observar, nesse momento, que diante da possibilidade de assumir o governo paraibano um elemento que era identificado com as mesmas posições políticas de Navarro, as forças mais conservadoras do estado, inclusive vários coronéis da situação e da oposição, passaram a hipotecar apoio a efetivação de Gratuliano Brito, mesmo sem este ter se articulado vigorosamente neste sentido. Até mesmo o jornal *Brasil Novo*, que como disse era da oposição, se alinhou ao *A União* e ao *A Imprensa* em uma forte campanha pela efetivação do interventor interino²⁴⁴.

Por meio das páginas desses periódicos, passaram a ser sistematicamente divulgados alguns telegramas que eram enviados a José Américo e a Vargas em apoio à Gratuliano Brito. A procedência desses telegramas era dos mais diversos grupos sociais e recantos do estado, a exemplo da Associação Comercial da Paraíba, da Ordem dos Advogados da Paraíba e de diversas lideranças oligárquicas: de Sapé, Gentil Lins e Sabiniano Maia hipotecaram seu apoio; de Itabaiana, Odon de Sá e José Ribeiro também; em Bananeiras, colheram-se mais de 200 assinaturas favoráveis a permanência de Gratuliano; em Taperoá, foram 80; de Pombal, subscreveram um telegrama José Queiroga e mais 200 pessoas; em Campina Grande, no mesmo sentido se posicionou Lafayette Cavalcanti e seus aliados; em Sousa, Manoel Gadelha e aliados; entre outros²⁴⁵.

Frente a toda essa movimentação das forças oligárquicas e ao próprio interesse de José Américo em colocar no governo alguém em quem pudesse confiar, o grupo mais alinhado a Navarro nada pode fazer para impedir a efetivação do interventor interino.

Com Gratuliano Brito a frente do governo, a relação da interventoria com as oligarquias do estado se mostrou diferente da que estas tiveram com seu antecessor. Divergindo da orientação de Navarro, o novo interventor não desejava eliminar os coronéis do cenário político, mas sim tutelar seus interesses oligárquicos aos ditames do “projeto revolucionário” no sentido de possibilitar uma modernização econômica e administrativa do Estado e ainda reformulações no sistema político. Desse modo, mesmo sem abrir mão de algumas posturas firmes frente às administrações municipais, a exemplo de um intenso controle sobre suas finanças e a exigência de total subserviência dos prefeitos aos desígnios

²⁴⁴ Não encontramos em nenhuma das fontes por nós analisadas indícios de que Gratuliano Brito, ou seus colaboradores mais próximos, tenham se empenhado pela sua efetivação. Até mesmo o *A União* foi o jornal que se se expressou mais timidamente dentre aqueles que passaram a defender a permanência do interventor interino no governo.

²⁴⁵ Ver os jornais *A Imprensa* e *Brasil Novo* entre o dia 01 e o dia 28 de junho de 1932.

da interventoria, pouco a pouco pudemos perceber na documentação analisada o ressurgimento das tradicionais famílias oligárquicas no cenário político²⁴⁶.

Esse ressurgimento se deu primeiramente através de uma vigorosa substituição de prefeitos nas cidades do interior. Durante os cerca de trinta meses em que ficou no governo, identificamos a substituição de 23 prefeitos dentro de um universo de 39 municípios. Só no primeiro ano de administração, foram substituídos 18 deles, revelando que de fato o interventor procurou modificar a estrutura política deixada por Navarro²⁴⁷.

Sobretudo a partir do momento em que se decidiu reconstitucionalizar o país em 1933 e se passou a discutir a necessidade de arregimentar forças políticas no estado, as nomeações feitas por Gratuliano Brito procuraram quase sempre contemplar as tradicionais famílias oligárquicas: os Leite, em Piancó; os Leal, em Alagoa Nova; os Marója, em Pilar; os Nóbrega, em Santa Luzia do Sabugy; entre outras²⁴⁸. É elucidativa nesse sentido uma carta enviada por José Américo ao interventor descrevendo as adesões políticas que vinha recebendo diante das eleições que ocorreriam no ano de 1934:

Souza, bem, José Gomes e os Pires mostram-se satisfeitos com Pinto (*Antônio Pinto de Oliveira, prefeito*), embora o velho não esconda as suas simpatias pessoais pelo Eptacio. Entretanto, em qualquer hipótese, não constitue elemento ponderável. Em Pombal, o elemento de Queiroga continua confirmando solidariedade e Irineu Oliveira, que fora o chefe libertador na última campanha, aderiu publicamente ao Progressista (*partido da interventoria*). (ALMEIDA, 1934, p.02-03, grifo nosso)²⁴⁹.

Cabe ressaltar que em algumas das prefeituras para as quais não identificamos nomeação de novos prefeitos entre 1932-1934, as famílias oligárquicas já haviam conseguido, graças à intermediação de José Américo, assumir o controle do governo municipal mesmo sob a administração de Navarro. Este foi o caso de municípios como Catolé do Rocha, que tinha como prefeito Américo Maia; de São João do Cariri, no qual era prefeito Ignácio Brito (primo de Gratuliano Brito); e no de Areia, onde era prefeito o irmão do ministro José Américo, Jaime de Almeida. É importante destacar ainda que mesmo quando não nomeou um elemento vinculado diretamente por laços de sangue às tradicionais famílias de elite, Gratuliano Brito

²⁴⁶ Sobre a relação da interventoria com as administrações municipais ao longo de seu governo, ver o capítulo um.

²⁴⁷ Ver a seção destinada a assuntos oficiais do Estado no jornal *A União* entre junho de 1932 e dezembro de 1934. Vale salientar que este número pode ser ainda maior tendo em vista que as fontes consultadas nem sempre apresentavam informações claras. Não foi incomum ao longo da pesquisa os jornais apresentarem intermitências em suas publicações ou os documentos estarem com páginas faltando.

²⁴⁸ Ver as tabelas 8 e 9 nas páginas 181 e 182, respectivamente.

²⁴⁹ ALMEIDA, José Américo. **Carta**. 14 de maio de 1934, Rio de Janeiro [para] BRITO, Gratuliano da Costa, João Pessoa. 8f.

procurou agraciar os líderes oligarcas atendendo suas indicações, como no caso de Sousa que foi mencionado na citação acima.

Tabela 8 – PRINCIPAIS FAMÍLIAS NA POLÍTICA DA PARAÍBA DURANTE A REPÚBLICA VELHA (1889-1930)

Famílias de Lideranças	Famílias de Estrato Intermediário	Famílias de Correligionários	
Pessoa (Silva Pessoa, Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Lucena)	Almeida/Santos Leal	Albuquerque	Joffilly
Neiva/ Figueiredo	Santos	Ávila Lins	Lira Tavares
Carvalhos	Silva Mariz	Botto de Menezes	Holanda
Nóbrega (com Carneiro da Cunha)	Carneiro da Cunha	Brito Lyra	(Luna) Freire
Machado/Milanez	Cavalcanti de Albuquerque/Lauritzen	Cabral de Vasconcelos	Marója
Peregrino de Albuquerque	Cartaxo	Costa	Meira Henriques
	Medeiros Paes	Cunha Lima	Oliveira Cruz
	Peregrino de Araújo	Dantas	Pereira Lira
	Rolim	Evaristo Monteiro	Rêgo Barros
		Faria Leite	Sá
		Ferreira Leite	Silveira
		Gomes de Sá	Soares
		Gomes Gambarra	Sousa Lemos

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com dados retirados de LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 393.

Tabela 9 – PREFEITOS NOMEADOS POR GRATULIANO BRITO ENTRE 1932-1934

Município	Nome	Origem
Alagoa Grande	Elysio Sobreira	Militar
Alagoa Nova	Antônio Leal da Fonseca	Civil
Anthenor Navarro	Antonio Filgueiras Sampaio (1932) / Jacob Frantz (1933)	Civil/Militar
Araruna	Targino Pereira da Costa	Civil
Caiçara	Castor do Rego	Militar
Campina Grande	Antônio Almeida (1932)/Antônio Pereira Diniz (1934)	Civil/Civil
Conceição	José Leite	Civil
Ingá	João Bezerra de Mello	Civil
Itabaiana	Crisanto Lins	Civil
Mamanguape	Sabiniano Maia	Civil
Pedras de Fogo	Augusto Vieira de Albuquerque	Civil
Piancó	Salviano Leite (1932) / Antônio Leite (1934)	Civil
Picuihy	Basilio Magno da Fonsêca	Civil
Pilar	José Marója	Civil
Santa Rita	Francisco Pedro dos Santos	Militar
Santa Luzia do Sabugy	Silvino Cabral da Nóbrega	Civil
Sapé	Pedro de Oliveira	Civil
Sousa	Antônio Pinto de Oliveira	Civil
Taperoá	João Lelis de Luna Freire	Civil
Umbuzeiro	José de Araújo Pereira	Civil

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com dados do jornal *A União* do período compreendido entre os anos de 1932-1934.

Como podemos ver na tabela 9, fica muito clara a predileção do interventor da Paraíba por elementos civis e derivados das principais famílias oligárquicas do estado. Alguns desses prefeitos foram nomeados e receberam instruções precisas no sentido de buscar conciliar e angariar o apoio das tradicionais lideranças políticas no seu município, como foi o caso de Salviano Maia, em Piancó. Em uma carta enviada por este prefeito ao interventor, é possível observarmos a seguinte passagem:

Sabes bem do que ahi, pessoalmente, combinamos com respeito á situação de Piancó: tu me pediste para pôr em acção o meu esforço no sentido de aproximar o

Paula e Silva do Ahemar e eu te disse que era esse tambem o meu desejo, por cujo resultao tudo envidaria. De facto, meu caro Interventor, logo aqui chegando fiz sentir a Adhemar a nossa vontade commum e Adhemar, embora crivado de agravos por parte de elementos do Paula, não se oppôz..²⁵⁰

É possível percebermos que a partir do momento em que assumiu o controle do governo estadual, Gratuliano Brito de fato procurou implantar uma política de conciliação para com as oligarquias paraibanas. Contudo, mesmo dando maior espaço para estas reassumirem o controle dos governos municipais e ascenderem no cenário político, enquanto durou o Governo Provisório, a interventoria não abriu mão do objetivo de tutelar os interesses privatistas destas à proposta de transformação do Estado. Desse modo, as oligarquias estaduais tiveram que se rearticular em uma nova dinâmica de relação política para com o executivo estadual na qual sua liberdade administrativa estava fortemente comprometida e sua ação política deveria ser de subserviência aos ditames da interventoria.

A diferença de orientação adotada entre as interventorias de Anthenor Navarro e Gratuliano Brito fica evidente também quanto a sua relação com o Governo Central e José Américo. Como vimos, a convivência entre Navarro e o Governo Central se mostrou conturbada à medida que os objetivos traçados por ambos eram divergentes. Navarro desejava o alijamento das oligarquias da política estadual e nacional, enquanto Vargas propunha uma política de submissão e conciliação. Já com Gratuliano Brito na interventoria, as relações entre governo estadual e Poder Central parecem ter convergido para o mesmo objetivo haja vista a disposição do primeiro em seguir a risca as determinações do Chefe do Governo Provisório e, principalmente, do ministro José Américo.

Pelo que pudemos analisar, a subserviência de Gratuliano Brito para com o José Américo era completa. Durante o período de seu governo, o interventor paraibano tinha sempre o cuidado de consultar o ministro para tomar qualquer decisão de maior vulto para administração estadual, a começar pela a escolha dos seus auxiliares. A partir do momento em que foi efetivado na interventoria, identificamos várias cartas enviadas por Gratuliano Brito a José Américo solicitando orientações para a definição de seus secretários e até mesmo dos auxiliares do segundo escalão de governo (diretores de órgãos públicos, chefe de polícia, delegados, magistrados, etc.). Em uma dessas cartas, escreveu o interventor:

Volto a importunal-o com novas consultas. São casos que não quero resolver sem a sua impressão. Exonerado Procopio (*ex-Chefe de Polícia*), que está conformado ante

²⁵⁰ LEITE, Salviano. **Carta**. 10 de abril de 1933. Piancó [para] BRITO, Gratuliano da Costa, João Pessoa. 4f.

a promessa de uma colocação que já tenho em vista, precisamos preencher a Diretoria e Delegacia.

Vai mais um nome para o qual peço sua opinião: Severino Montenegro, que está se conduzindo bem em Campina Grande. Não sei se aceitará.²⁵¹

José Américo – que com o prestígio que passou a adquirir após a revolução no desempenho da função de Ministro da Viação e Obras Públicas assumiu o papel de chefe maior da política paraibana – não se furtava nem um pouco em interferir nos assuntos da interventoria estadual e respondia prontamente as consultas que recebia. Diferentemente do que acontecia no governo de Navarro, Gratuliano Brito acatava imediatamente as decisões do Ministro.

Fato exemplar, nesse sentido, foi a escolha dos seus secretários de governo. Tendo sempre no horizonte a perspectiva de conciliar os interesses das oligarquias em prol de seu próprio domínio político-oligárquico, José Américo deu instruções precisas para que Gratuliano escolhesse Argemiro de Figueiredo para Secretaria do Interior e Segurança Pública e José Marques da Silva Mariz para Secretaria do Governo, ambos provenientes de tradicionais famílias de elite das cidades de Campina Grande e Sousa. De acordo com José Américo, principalmente a escolha de Argemiro de Figueiredo contribuiria para “consolidar a política de Campina Grande”, na qual a interventoria já vinha tendo desentendimentos com a liderança do prefeito Lafayete Cavalcanti²⁵².

Entretanto, a interferência de José Américo nos assuntos do governo paraibano ia muito além da indicação dos secretários e auxiliares. Até mesmo assuntos de caráter corriqueiro da administração, como as obras efetuadas no rio Gramame ou a construção das Fontes Termiais de Brejo das Freiras no sertão, eram objeto da atenção e recomendação de José Américo:

Penso que devemos explorar “Brejo das Freiras”, diretamente, si for possível, ou mediante uma concessão.

Mudarei a estação da estrada de ferro para lá, prepararei um grande pomar e cultura de peixes na barragem do “Pilões”, darei correios e telégrafos, etc. o mais fica por conta do Estado. É preciso fazer um grande bar. Não gostei das construções

²⁵¹ BRITO, Gratuliano da Costa. **Carta**. 1933. João Pessoa [para] ALMEIDA, José Américo, Rio de Janeiro. 1f.

²⁵² ALMEIDA, José Américo. **Carta**. 05 de setembro 1932, Rio de Janeiro [para] BRITO, Gratuliano da Costa, João Pessoa. 3f. Um dos poucos momentos em que o interventor parece ter sustentado uma posição divergente em relação a uma recomendação recebido por José Américo foi quanto à escolha do tenente Ernesto Geisel para Secretaria de Finanças e Obras Públicas. Tendo conhecido Geisel no período em que ambos foram membros do Conselho Consultivo na gestão de Navarro, Gratuliano Brito tinha muita convicção na capacidade do seu ex-companheiro de Conselho para ocupar a referida secretaria. José Américo tentou dissuadi-lo da ideia recomendando aproveitar o militar na Chefia de Polícia. No entanto, o interventor continuou endossando o nome de Geisel até que o ministro acabou por consentir na escolha.

iniciadas. Um hotel naquele clima quente devia ter as melhores condições para atenuar os efeitos da temperatura. Estude o caso e resolva com urgência que é grande interesse da Parahyba.²⁵³

Fato revelador dessa submissão do governo paraibano aos desígnios de José Américo ocorreu quando da visita de Vargas à Paraíba em setembro de 1933. Na iminência da visita do Chefe do Governo Provisório, José Américo encaminhou uma carta a Gratuliano Brito contendo informações exatas sobre como deveria ser a recepção ao Presidente no estado. Até mesmo o discurso que na ocasião proferiria o interventor foi objeto de orientação:

Procure organizar uma recepção que exprima a nossa força no estado e o apoio ao governo revolucionário. Na hora da chegada, basta que tenha a ordem e as proporções de minha recepção. Atraia elementos do interior, para maior vulto. O Estado deve oferecer um banquete em que será lido o discurso destinado a esse Estado. Você, ao fazer a saudação, relembre a assistência de Getúlio aos problemas da Parahyba (aproveite a relação que fiz na tal “fala aos parahybanos”, acrescida da parte relativa aos outros ministérios). Acrescente que, para corresponder a esse espírito novo de remodelação material e elevação do nível da vida pública, a Parahyba realizou todas as iniciativas iniciadas ou idealizadas por João Pessoa, e prosseguiu nesse programa de realizações. Relacione o complemento da obra de João Pessoa e tudo mais que foi feito a bem da instrução, do funcionalismo, com melhorias de vencimentos, etc. Acrescente, sobretudo, o plano de soluções econômicas, referindo ao que se tem feito em favor do fumo, do algodão, da sericultura, da fruticultura, da pecuária, do crédito agrícola, terminando por aludir à Escola de Agricultura, como coroamento dessa orientação. Mostre, em seguida, como se transformou a vida municipal. Não deixe de aludir à liberdade de imprensa, das eleições, à acção independente da polícia, a justiça, etc.²⁵⁴

Vargas chegou à Paraíba no dia 7 de setembro de 1933. O interventor seguiu a risca as recomendações do Ministro e preparou uma excepcional recepção ao chefe do Governo Provisório. A comitiva do Presidente desembarcou em Cabedelo sendo recepcionado por alguns poucos elementos locais. De lá, seguiu de trem até a estação do Varadouro na Capital, de onde saiu desfilando em carro aberto em direção ao Palácio da Redenção, sede do governo. Durante esse trajeto, Vargas foi ostensivamente aclamado pela população que fez fila nas ruas para prestigiar a passagem do Presidente. Em frente ao Palácio do Governo, na praça João Pessoa, uma multidão o aguardava. Aviões de Guerra que acompanhavam a comitiva sobrevoavam o local fazendo acrobacias e proporcionando um espetáculo ainda maior para a população. Por ocasião da visita, inaugurou-se um monumento na referida praça em

²⁵³ ALMEIDA, José Américo. **Carta**. 25 de junho 1932, Rio de Janeiro [para] BRITO, Gratuliano da Costa, João Pessoa. 2f.

²⁵⁴ ALMEIDA, José Américo. **Carta**. 18 de agosto de 1933, Rio de Janeiro [para] BRITO, Gratuliano da Costa, João Pessoa. 3f.

homenagem a João Pessoa, oportunidade em que discursou para multidão o Ministro José Américo.

Já no dia seguinte, em um banquete oferecido a Vargas no Palácio do Governo com a presença de alguns poucos convidados e membros da imprensa, foi a vez de Gratuliano Brito discursar. O interventor pôs em prática as recomendações de José Américo e toucou em todos os pontos que foram recomendados na carta que recebera dias antes: as contribuições do Governo Federal para construção de estradas, barragens e açudes; a cooperação para os serviços de algodão e de fruticultura; falou também de ações do governo estadual como a reorganização das finanças, revitalização das administrações municipais, os incentivos na instrução pública e na saúde; entre outros²⁵⁵.

Desde modo, percebemos que ao seguir fielmente as orientações de José Américo quanto à condução do governo paraibano, Gratuliano Brito mantinha-se também prontamente alinhado aos interesses do Governo Central visando uma conciliação das forças políticas locais. Uma evidência clara nesse sentido é a sua própria permanência na interventoria durante um período de instabilidade política e alta rotatividade dos interventores em outras unidades da federação. Como nos aponta Dulce Pandolfi (1980, p. 351), entre 1930-1934 o Governo Provisório precisou substituir interventores em diversos estados do norte visando arrefecer os choques que vinham surgindo entre elementos ligados ao movimento tenentista e as oligarquias regionais. Num curto período de quatro anos, em alguns locais os interventores chegaram a ser substituídos mais de cinco vezes, como podemos ver na tabela a seguir:

TABELA 10 – QUANTIDADE DE INTERVENTORES NOS ESTADOS DO NORTE E NORDESTE DO BRASIL NO PERÍODO DE 1930 A 1934

Estados	PE	PA	CE	PB	BA	PI	SE	MA	AL	AM	RN	Total
Nº de Interventores	01	01	02	02	03	03	03	04	04	05	06	34

Fonte: Tabela retirada de PANDOLFI, Dulce. A Trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Regionalismo e Centralização Política** - Partidos e Constituintes nos Anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

²⁵⁵ O discurso completo do interventor paraibano pode ser visto no jornal *A União* do dia 10 de setembro de 1933.

Para esta autora, os casos de maior estabilidade, como em Pernambuco, Pará, Paraíba e Ceará, ocorreram devido a relação mais próxima dos interventores com as forças político-oligárquicas local. Na Paraíba, através do Governo de Gratuliano Brito, é possível identificarmos bem isso. Mesmo seguindo alguns passos rumo a centralização e modernização do Estado, o interventor se aproximou das oligarquias cedendo a estas o controle sobre as administrações municipais, algumas secretarias e outros cargos no governo, mas sem abrir mão de submeter os interesses e práticas oligárquicas ao projeto “revolucionário”. Além disso, frente ao prestígio do ministro José Américo, aqueles que se mostravam mais alinhados aos ideais tenentistas pouco puderam fazer para interferir nos destinos políticos do estado.

Ainda quanto a este assunto, vale ressaltar que esta postura mais moderada de Gratuliano Brito em comparação ao Governo de Navarro teve respaldo em um novo momento do “processo revolucionário” no qual paulatinamente já se começava a arrefecer a influência dos “tenentes” no governo Vargas. Um primeiro indício que podemos apontar nesse sentido foi a dissolução da chamada Delegacia Militar do Norte, que havia sido criada a pedido de Juarez Távora para melhor coordenar a nomeação e ação dos interventores da região nos momentos iniciais após o êxito da “revolução”. De acordo com Boris Fausto (1997, p. 96), a extinção da Delegacia no final do ano de 1931 abriu caminho para uma rápida diferenciação de atitudes dos interventores:

Hercolino Cascardo, vítima de ataques por fazer defesa da ‘socialização integral’, demite-se da interventoria do Rio Grande do Norte, em março de 1932; na Bahia, Juracy Magalhães oscila entre a composição com a oligarquia regional e limitadas reformas; Carneiro de Mendonça solicita demissão do cargo de interventor do Ceará, em fevereiro de 1933, por não concordar com ‘a volta de velhos métodos’; Bertino Dutra, substituto de Hercolino Cascardo, segue o mesmo caminho (24-5-33).

O fato é que as divergências existentes no interior do movimento tenentista já se manifestavam há um bom tempo e se tornavam cada vez mais evidentes. A principal identidade que levou os militares “revolucionários” a se organizar enquanto grupo era o combate às oligarquias. Contudo, estando no poder, os “tenentes” não conseguiam ultrapassar o estágio de críticas às oligarquias e se encaminhar a uma nova fase de propostas concretas e bem definidas para alcançar os objetivos que almejavam. Desse modo, indefinidos politicamente, e sujeitos a pressão e aos constantes conflitos políticos com as oligarquias regionais, os “tenentes” rapidamente entraram em declínio enquanto grupo organizado capaz de influenciar os destinos do governo. Individualmente, com raras exceções, alguns elementos ainda foram atraídos para cargos nos Governos Federal e estadual – a exemplo de Juarez

Távora que assumiu o Ministério da Agricultura em 1934 –, mas enquanto força autônoma, o tenentismo aos poucos começou a desaparecer (FAUSTO, 1997, p.96).

Entre abril e maio de 1932, o enfraquecimento e as divergências no interior do Movimento já ganhavam contornos bastante nítidos a partir dos pedidos de demissão de personalidades como Oswaldo Aranha e do general Góis Monteiro do Clube 3 de Outubro²⁵⁶. Após a “Revolta Constitucionalista de 1932” em São Paulo, esse processo de desestruturação se intensificou mais ainda, tendo em vista que a partir de então Vargas passou a ver de modo mais claro a impossibilidade de governar sem o apoio das oligarquias regionais. Consequentemente, o Poder Central foi pouco a pouco procurando descartar a interferência dos “tenentes” e do Clube 3 de Outubro no governo. Com a decisão de reconstitucionalizar o país e com o agendamento das eleições para formação da Assembleia Constituinte para maio de 1933, o suporte dos militares “revolucionários” já não era tão necessário como foi nos primeiros momentos após a “revolução”. A fase agora seria de confronto no terreno eleitoral, logo o apoio de alguns setores oligárquicos – intocados em suas fontes de poder – seria fundamental.

Na Paraíba, portanto, não foi diferente. José Américo, ministro do governo, foi paulatinamente buscando se afastar da corrente tenentista e encaminhar o governo estadual para fazer o mesmo. Primeiramente, o ministro se desligou do Clube 3 de Outubro alegando que este estava arrolando o seu nome entre aqueles que eram contrários a decisão de Vargas em reconstitucionalizar o país (GURJÃO, 1994, p.111). Em seguida, aconselhou Gratuliano Brito a se abster de participar da criação da União Cívica Nacional, organização criada em 1933 com o objetivo de orientar a ação dos elementos vinculados ao tenentismo nas eleições que ocorreriam naquele mesmo ano. O próprio Gratuliano Brito, em entrevista, deixou claro o desinteresse de José Américo por esta organização:

Não tive participação alguma nessa organização, que teve vida efêmera, mas tive conhecimento dela. Nem me fiz representar, porque qualquer assunto fora das fronteiras do estado tinha que ter a concordância do chefe político estadual. [...] e sua excelência se desinteressou do assunto. (BRITO, 1979, p.48)

²⁵⁶ Ao solicitar seu afastamento do Clube 3 de Outubro, Oswaldo Aranha enviou uma carta ao presidente desta agremiação com o seguinte teor: “Sr. Pedro Ernesto. O ‘Clube Três de Outubro’ foi fundado para harmonizar, coordenar e defender os idéas revolucionarios, vindos de todos os sectores da opinião brasileira civil e militar. [...] Sentindo agora que elle se afasta de sua finalidade para fazer obra de exaltação, quero justificar-lhe que sou contra todos quantos no sul, centro e norte querem e procuram perturbar a obra de união dos brasileiros, que é de soerguimento moral e material da Republica. Tendo razão de acreditar que o clube sob a sua direcção rum a contrários objetivos do movimento de outubro, retiro-me votando para que rectifique as suas directrizes actuaes, a fim de que os revolucionarios fiquem unidos como uma só familia, tal como no dia três, pela Revolução”. *Jornal A União* de 11 de junho de 1932.

Portanto, se durante a administração de Navarro o governo paraibano havia hipotecado completo apoio às organizações tenentistas, como as Legiões Revolucionárias e o Clube 3 de Outubro²⁵⁷, sob o comando de Gratuliano Brito estava muito clara a opção da interventoria em buscar uma aproximação com as oligarquias estaduais, principalmente após a decisão de encaminhar o país de volta ao regime constitucional. Esta era a estratégia de José Américo para vencer as eleições de 1933 e consolidar seu domínio político-oligárquico.

3.2 A Recomposição Oligárquica nas Eleições de 1933 e 1934

A Revolta Constitucionalista de 1932, ocorrida em São Paulo, sem dúvida representou o momento de maior intensificação do conflito político existente entre “tenentes” e oligarquias regionais nos primeiros anos do pós-1930. Mesmo saindo vitorioso militarmente, a partir de então o Governo Provisório se viu na necessidade de fazer concessões ao regionalismo oligárquico e consolidar ações em direção à formação de uma Assembleia Constituinte. Ainda como consequência do Levante, o debate acerca da convocação ou não da Constituinte acabou por se estabelecer no confuso meio político do período como polo aglutinador das posições divergentes do momento, em que estavam de um lado “tenentes” e de outro os grupos oligárquicos estaduais.

Para os “tenentes”, representados pelo Clube 3 de Outubro, a resistência demonstrada pelo poder oligárquico em atuar como mecanismo de pressão na política inviabilizava o retorno ao regime constitucional. Era preciso, primeiro, consolidar o afastamento dos interesses oligárquicos da política e das administrações estadual e federal para assim evitar o retorno de velhos costumes políticos. Os militares “revolucionários” entendiam que a volta a um regime legal representaria um risco para as mudanças em curso e que apenas devolveria às elites tradicionais o poder de, através de suas máquinas político-partidárias estaduais, exercerem suas práticas de clientelismo e mandonismo tão prejudiciais ao país. Os “tenentes” acreditavam, portanto, que o poder discricionário do Governo Provisório deveria continuar indefinidamente até que as aspirações da “revolução” fossem de fato enraizadas (GOMES, 1986, p.26).

²⁵⁷ Navarro deu total apoio a criação das Legiões Revolucionárias na Paraíba, vindo a ser criados núcleos desse organismo tanto na Capital como nos municípios do interior.

Já para as oligarquias regionais, principalmente as que foram afastadas do poder em seus estados, a volta do país a um regime constitucional representava a possibilidade de retorno às posições políticas que ocupavam antes da “Revolução”. Era também a chance que viam para por fim a influência dos “tenentes” no cenário político e para a reativação de suas máquinas político-partidárias que voltariam a operar nos mesmos moldes da Primeira República, já que a “Revolução” não havia efetuado transformações mais profundas capazes de atingir o poder político dos chefes locais, fundado na grande propriedade da terra e nas condições semi-serviço de trabalho no campo, que garantiam a submissão política de grande número de eleitores (GOMES, 1986, p. 25).

Destarte, diante das pressões existentes, mesmo antes da Revolta Constitucionalista de 1932, Vargas já vinha dando mostras de que, na sua concepção, o caminho inevitável a seguir seria de fato convocar a Assembleia Constituinte. Nesse sentido, no dia 24 de fevereiro de 1932, por meio do decreto 21.076, o chefe do Governo Provisório instituiu o novo Código Eleitoral e semanas depois marcou a data da eleição para o dia 03 de maio de 1933.

O novo Código Eleitoral decretado por Vargas introduziu importantes inovações no sistema eleitoral brasileiro. Dentre outras coisas, estendeu o direito dos votos às mulheres, tornou o voto secreto e obrigatório e ainda ampliou o corpo político da nação ao tornar eleitores todos os brasileiros maiores de 21 anos, sem distinção de sexo e desde que alfabetizado²⁵⁸. A conquista do voto secreto, nesse momento, se revestiu de grande importância para legitimação do Governo Provisório ao tomar a dimensão de um ato de moralização política empreendido pelos “revolucionários”. Ele vinha sendo discutido desde o final do século XIX e início do século XX como um mecanismo plausível capaz de arrefecer as fraudes tão comuns nos pleitos da Primeira República, contudo, exaltou-se que foi necessário que se instaurasse um processo “revolucionário” para torná-lo uma realidade no país.

Juntamente com o voto secreto, a criação da Justiça Eleitoral – composta pelo Superior Tribunal Eleitoral no Distrito Federal, por Tribunais Regionais nas capitais e ainda por juízes eleitorais nas Comarcas – também foi ostensivamente saudada pela população que entendia que, ao menos institucionalmente, estava-se realizando uma verdadeira reforma no sistema político brasileiro (GOMES, 1986, p.17). Para os eleitores, a justiça eleitoral representava a

²⁵⁸ De acordo com o novo Código Eleitoral, permaneceram proibidos de votar e ser votado os mendigos, os praças de pré, os analfabetos e os clérigos. Ver Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html> .

confiança de que seu voto seria realmente respeitado, já que o alistamento, a organização das mesas, a apuração dos votos e a proclamação dos eleitos seriam feitos, a partir de então, por um órgão considerado isento das disputas que permeavam as políticas estadual e local (SANTANA, 1999, p. 101).

Outra grande inovação operada pelo Código Eleitoral de 1932 foi a implantação da representação classista, considerada uma vitória dos “tenentes”. Descontentes com a decisão de Vargas em reconstitucionalizar o país, os “tenentes”, através do Clube 3 de Outubro, pressionaram o chefe do Governo Provisório para que acrescentasse ao novo Código este inovador expediente. Acreditavam os militares que por meio da representação de classes, que seria constituída por representantes profissionais indicados por sindicatos e associações legalmente constituídas, seria possível tanto atribuir um caráter mais técnico à Assembleia como também contrabalancear a força que os setores oligárquicos possuiriam na mesma. Era um dispositivo extremamente inovador inspirado em algumas legislações fascistas de países europeus²⁵⁹.

Ao mesmo tempo em que se reestruturavam os mecanismos que regiam o sistema eleitoral brasileiro, as forças políticas em disputa se apressaram com vistas a se organizarem para o pleito que aconteceria em maio de 1933. Os “tenentes” tentaram, sem sucesso, tornar o Clube 3 de Outubro um partido político de âmbito nacional. Em seguida, criaram a União Cívica Nacional com o objetivo de direcionar a ação dos elementos “revolucionários” e torná-la um partido político, projeto que também fracassou. A ideia dos “tenentes” com essas medidas era estabelecer a união dos diversos setores do tenentismo para fazer frente à política regionalista das oligarquias. No entanto, diante da constitucionalização, o grupo acabou por assumir diferentes posturas, que iam desde a oposição radical a ideia de constitucionalizar o país à aceitação da convocação da Constituinte como um mal necessário (PANDOLFI, 1980, 358).

Já por parte dos tradicionais grupos políticos regionais, o que se verifica é a rearticulação das forças oligárquicas que criam partidos políticos estaduais aos moldes dos que existiam na Primeira República. De acordo com Ângela de Castro Gomes (1986, p. 20), com a formação dessas agremiações estaduais, Vargas acabou por fortalecer a base de apoio ao seu projeto de “modernização conservadora” e ainda conseguiu arrefecer as pressões advindas dos grupos oligárquicos mais descontentes. Em quase todos os estados, encabeçou a

²⁵⁹ Sobre a representação classista na Assembleia Constituinte de 1933, ver GOMES, Ângela de Castro. A Representação de Classes na Constituinte de 1934. In GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Regionalismo e Centralização Política** - Partidos e Constituintes nos Anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

organização desses partidos os próprios interventores que acabaram, na maioria dos casos, por aceitar a constitucionalização como necessária:

No grupo mais numeroso acham-se os que encampam o processo de constitucionalização e, embora considerando-o um mal necessário, assumem na prática as medidas impostas pelo momento político: a criação de partidos, o alistamento eleitoral e a articulação da campanha política. É o caso da maioria dos interventores nortistas, destacando-se especialmente Lima Cavalcanti e Juracy Magalhães. Outros, apesar das mudanças conjunturais, mantêm-se numa posição de *neutralidade e distância*, coerentes com a prática política desenvolvida anteriormente. O melhor exemplo desta postura é o do interventor Carneiro de Mendonça (Ceará), que juntamente com Augusto Maynard (Sergipe) protesta contra a idéia da formação de partidos políticos promovida por interventores federais. Alega que não fez a revolução para incorrer nos mesmos erros daqueles a quem combateu e depôs. Entretanto, apesar de discordar do processo eleitoral, Carneiro de Mendonça afirma que garantira a liberdade do voto e aceitará os resultados das urnas (PANDOLFI, 1980, p. 358).

Na Paraíba, a interventoria rapidamente assumiu postura favorável a constitucionalização e através do jornal *A União* passou a exaltar o novo Código Eleitoral como um benefício incontestável legado pela “Revolução”²⁶⁰. Essa perspectiva de realização de um pleito e retorno a um regime legal acabou por intensificar as disputas entre os grupos políticos da situação e da oposição. A cisão existente entre as forças políticas que haviam composto a Aliança Liberal e sustentado em um primeiro instante a “Revolução” geraram os principais partidos políticos no estado. O grupo que se encontrava no controle do aparelho estatal, liderado por José Américo, formou o Partido Progressista da Paraíba. Já a facção dissidente, comandada por Joaquim Pessoa e pelo advogado Antônio Botto de Menezes, formou o Partido Republicano Libertador. Os antigos perrepistas, ainda a margem da política estadual nesse momento, não organizaram nenhum partido, mas foram pouco a pouco integrados nos que foram criados, como veremos a seguir.

As principais bandeiras defendidas nos estatutos de criação dos dois partidos citados se assemelhavam bastante. O Partido Republicano Libertador, por exemplo, se punha em defesa da disseminação do crédito agrícola, pelo desenvolvimento técnico da agricultura, pela independência do Poder Judiciário, pela eleição dos prefeitos municipais, etc²⁶¹.

²⁶⁰ Em artigo do dia 30 de outubro de 1932, publicava o *A União*: “Ahi temos o novo Codigo Eleitoral. Parece que a nova lei assegura outras normas ao futuro politico do pais. Já foi iniciado, noutros Estados o alistamento. Sob o critério estabelecido pelo vigente Codigo Eleitoral, teremos uma coisa nova no Brasil, que a Revolução nos trouxe como beneficio incontestavel: pleitos livres e suffragios reaes, primeiro passo para o ideal de uma pátria dona dos proprios destinos, pois, como diria Ruy Brabosa, ‘só onde a unidade humana fôr livre a collectividade humana póde ser consciente’”.

²⁶¹ O estatuto do Partido Republicano Libertador foi publicado no jornal *A União* no dia 13 de abril de 1933.

Já o Partido Progressista se dizia legítimo continuador da política iniciada por João Pessoa no sentido de combater o mandonismo tradicional, destituindo chefes locais que não se ajustavam ao seu programa de liberdade, justiça e trabalho. Manifestava-se ainda disposto a dar preferência as soluções econômicas sobre as soluções políticas e se libertar de “todos os vícios da política tradicional”²⁶². Em seu programa, assim como os “Libertadores”, defendia também transformações políticas, econômicas, administrativas e sociais que, em certa medida, já vinham sendo debatidas e implementadas tanto em âmbito estadual como nacional, a exemplo de soluções como a redução gradual dos impostos sobre a produção agrícola e pecuária; concessão de créditos agrícolas; Lei de Férias; limitação da jornada de trabalho a 8 horas diárias e regulamentação do trabalho das mulheres e menores; entre outras²⁶³.

No entanto, ao mesmo tempo em que tomava para si a posição de legítimo continuador da política de João Pessoa e dos ideais da “Revolução”, o P.P deixava claro estar aberto a conciliar interesses e virar a página das acirradas disputas políticas dos últimos três anos. No entendimento dos “Progressistas”, a Paraíba não era de ninguém e devia ser de todos, estando, por isso, determinados a franquear os postos do partido “[...] a todos os parahybanos de bôa vontade que queiram colaborar nos mesmos objectivos do bem estar e do progresso do nosso Estado, sem distincção de compromissos anteriores, comtanto que não colidam com a ethica politica que adoptamos”. Isto não quer dizer que os “Libertadores” também não estivessem dispostos a realizar essa política de congraçamento, contudo, o P.P, desde os momentos iniciais de sua criação, sempre expôs isso de forma mais clara.

Fato evidente nesse sentido são os próprios nomes das lideranças que subscreveram a ata de fundação do Partido, estando entre eles representantes das principais famílias oligárquicas do interior paraibano: Tertuliano de Brito, Odon de Sá, João José Marója, Janduhy Carneiro, Salviano Leite, Emiliano da Nóbrega, José Marques da Silva Mariz, Raymundo Pires Braga, Octacílio Gomes de Sá, Antônio Leal, Argemiro de Figueiredo, José Targino, entre outras²⁶⁴. Isto evidencia que o partido governista, na verdade, pouco se importava com a origem e a forma oligárquica de fazer política de seus membros, interessava apenas constituir um grupo forte o suficiente para sair vitorioso nas eleições.

Após a fundação, ambas as agremiações se acusaram de ter aceitado em suas fileiras elementos vinculados ao perrepeismo, traindo assim a memória de João Pessoa. O P.R.L acusava o P.P de ter acolhido indivíduos que combateram a Aliança Liberal em 1930, como

²⁶² O Estatuto de criação do Partido Progressista foi publicado no jornal *A União* do dia 16 de abril de 1933.

²⁶³ Jornal *A União* de 16 de abril de 1933.

²⁶⁴ Jornal *A União* de 16 de abril de 1933.

Isidro Gomes da Silva, liderança política na Capital, e Lima Duarte, político do município de Serraria. Já o P.P acusou o P.R.L do mesmo expediente ao convidar para suas fileiras a família Cunha Lima, do município de Areia, Acácio de Figuerêdo, de Campina Grande, e Flávio Ribeiro Coutinho, liderança de Santa Rita, tendo este dois últimos negado o convite do P.R.L e mais a frente se aproximado do P.P.

De fato, o que percebemos em nossas pesquisas foi que a partir do momento em que se aproximava as eleições de maio de 1933 o ideal de combate as oligarquias e moralização política começou a ceder abrindo brechas para a volta das negociatas e certos conchavos políticos. José Américo e o interventor paraibano parecem ter entendido bem que precisariam do apoio dos coronéis locais – ainda com forte poder de influência sobre o eleitorado em seus redutos – para ganhar as eleições. Sendo assim, tiveram que ceder aos anseios destes por cargos e poder, nomeando alguns deles prefeitos, como já mencionamos, ou pessoas indicadas para cargos na administração estadual²⁶⁵.

É o que pudemos perceber através das correspondências que foram trocadas entre o interventor e as lideranças locais, ou entre o interventor e o ministro José Américo, nas quais pouco a pouco retrocedem os acertos da troca de cargos por apoio político. Em uma das cartas enviadas pelo prefeito de Piancó, por exemplo, fica claro como o primeiro, com o consentimento de Gratuliano Brito, se empenhava em negociar o apoio das lideranças políticas locais oferecendo cargos e posições políticas de prestígio:

Iniciei, assim, as *démarches* e Paula impôs como condição precipua a sua ida para Prefeitura, caso Adhemar fosse aproveitado no juizado de Piancó, como é aspiração sua e de toda a família. Achei que a proposta de Paula era exagerada em seu favor, mas como elemento de conciliação não a deixei oculta ao conhecimento de Adhemar. Era justo que Adhemar pessoalmente repugnasse a *clausula* mencionada [...]. Paula não se deu por satisfeito, declarando que não aceitaria outro que não elle, Paula. Propuz-lhe então, uma terceira formula: a indicação de meu nome, ficando elle como orientador da politica local, de acordo com os outros elementos da familia. Essa terceira formula elle aceitou mas de forma que equivalia a uma nova recusa: aceitava o meu nome com a preliminar de elege-lo prefeito ou indica-lo á nomeação, se eu deixasse o cargo antes do regime legal”²⁶⁶.

Importante para essa paulatina reaproximação das oligarquias as benesses proporcionadas pelo Estado foram as obras de combate a seca de 1932 desenvolvidas pela IFOCS no sertão paraibano. Através do Ministério da Viação e Obras Públicas, Vargas

²⁶⁵ Vale salientar que mesmo cedendo a indicação de coronéis e pessoas ligadas a estes para alguns cargos, alguns setores da administração parecem ter sido mantidos afastados dessas práticas clientelistas, como foi o caso do fisco, o qual o interventor insistia em manter afastados das ingerências locais.

²⁶⁶ LEITE, Salviano. **Carta**. 10 de abril de 1933. Piancó [para] BRITO, Gratuliano da Costa, João Pessoa. 4f.

investiu politicamente no Nordeste em busca de consolidar uma forte base de apoio político ao seu projeto de governo. Já para José Américo, as obras empreendidas favoreciam a sua imagem de benfeitor junto a população nordestina e concretizava seu domínio político-oligárquico na Paraíba, tendo em vista que por meio delas era possível atender aos anseios clientelistas do coronéis do estado.

De acordo com Gurjão (1994, p. 129), durante a seca de 1932, o Governo Federal empreendeu na Paraíba obras como a construção açudes, estradas barragens, etc., as quais além de serem muitas vezes realizadas em terras de particulares, eram financiadas em condições extremamente vantajosas para os coronéis locais²⁶⁷. Isso contribuiu para que o interventor paraibano pudesse tanto angariar o apoio das principais lideranças político-oligárquicas do interior como criar um clima de entusiasmo geral na população perante as constantes inaugurações que foram ostensivamente realizadas e anunciadas nos momentos que antecederam as eleições para constituinte.

Diante desse cenário e do prestígio de José Américo, os grupos opositores, inclusive os principais expoentes da família Pessoa, pouco podiam fazer para evitar a derrota eleitoral que era iminente, já que tinham dificuldades de conquistar o apoio das lideranças políticas do interior, principalmente do sertão, como nos esclarece a carta de Celso Malta, um influente político do município de Cajazeiras, ao interventor:

De surpresa quase, visitou a nossa cidade aquelle cidadão (*Joaquim Pessoa*) em excursão politica, dizendo-se portador do pensamento politico do Sr. Dr. Epitacio junto aos seus antigos correligionários. Procurou-nos, como aos demais politicos locais. Em certo momento, disse-nos: Epitácio, por meu intermedio, manda diser aos seus velhos amigos que, se de facto o querem na Parahyba, o escrevam, solicitando sua presença. Acrecentou que a resposta devia ser dada ao Sr. Epitacio directamente no Rio. Respondemos-lhe que a nossa poderia ser dada alli mesmo “já estávamos comprometido com o Ministro por intermédio do Interventor, não só por laços politicos como por admiração pessoal”²⁶⁸ (*grifo nosso*).

Com a aproximação do dia da eleição, os preparativos e campanhas se intensificaram. Em fins de dezembro de 1932, antes de sua primeira viagem à Capital Federal como interventor, Gratuliano Brito se reuniu com os 39 prefeitos municipais e cobrou-os uma ação ativa junto as lideranças locais na arregimentação de eleitores para o Partido Progressista. Logo em seguida o jornal *A União* começou a anunciar o surgimento de *bureaus* de

²⁶⁷ Sobre as obras contra as secas realizadas pela IFOCS na Paraíba, ver também o Capítulo 2 deste trabalho.

²⁶⁸ MALTA, Celso. **Carta**. 08 de fevereiro de 1933, Cajazeiras [para] BRITO, Gratuliano da Costa, João Pessoa. 1f.

alistamento eleitoral nos municípios, tendo estes a frente os prefeitos²⁶⁹. Em Conceição, por exemplo, noticiou o referido periódico:

O sr. José Leite, prefeito do municipio de Conceição, comunicou por telegramma ao sr. Interventor Federal que o sr. Ottoni Rangel, influente politico alli, está colaborando no serviço eleitoral, com todo o prestigio de que dispõe, tendo-se organizado em frente única os elementos politicos locais, solidários com o pensamento do ministro José Américo²⁷⁰.

Contudo, mesmo diante das constantes demonstrações de prestigio e poder de José Américo e do grupo que este liderava, o P.R.L não se abateu e persistiu em sua campanha, inclusive denunciando as violências perpetradas pela interventoria. Com efeito, o que se observou na Paraíba nos momentos em que antecederam o pleito para constituinte foi quase uma reedição das campanhas que ocorriam na Primeira República. A oposição acusou o governo de usar a máquina pública para perpetrar diferentes formas de violência, como constrangimentos a eleitores e lideranças políticas, impedir que comícios da oposição fossem realizados, efetuar prisões arbitrárias, entre outras formas de coação.

Quanto à imprensa oposicionista, esta foi totalmente censurada e amordaçada. No dia 23 de novembro de 1932, o jornal *Brasil Novo* denunciou o fechamento do seu companheiro de luta e principal veículo de divulgação da campanha da oposição, o jornal *Liberdade*:

O “Liberdade”, de que faziam parte muitos dos que trabalham neste vespertino e que obedecia á direcção do impavido e brilhante jornalista Aderbal Piragibe, fora violentamente fechado, num flagrante desrespeito aos princípios que regulam a lei de imprensa. Os seus cartazes foram rasgados pelos agentes da policia, sem que, infelizmente, nós tivessimos, no momento, força material capaz de reagir contra o atentado²⁷¹.

A partir do final de novembro, o *Brasil Novo* passou a ter irregular circulação por não encontrar condições seguras para continuar com suas publicações. Perante as acusações de censura e violência, a interventoria se defendia e afirmava através do *A União* que na Paraíba se respeitava a liberdade de ação e propaganda²⁷².

Mesmo com esse ambiente, a campanha prosseguiu. Nos primeiros meses de 1933, o P.P lançou candidatos para as cinco vagas que cabiam à Paraíba na Assembleia Constituinte,

²⁶⁹ Foram criados *bereaus* eleitorais, por exemplo, em Mataraca, Serraria, Cabedelo, Cajazeiras, Alagoa Grande, Bananeiras, Conceição, Alagoa do Monteiro, entre outras. Jornal *A União* entre 01 de janeiro de 1933 e 01 de abril de 1933.

²⁷⁰ Jornal *A União* de 07 de março de 1933.

²⁷¹ O jornal *Liberdade* só voltou a circular quase um ano depois, em setembro de 1933.

²⁷² Jornal *A União* de 28 de abril de 1933.

sendo eles: Irineo Joffily, Herectiano Zenayde, Odon Bezerra Cavalcanti, José Pereira Lira e Manuel Veloso Borges. O P.R.L, por sua vez, lançou como candidatos Antônio Botto de Menezes, Joaquim Pessoa, Estevão de Ávila Lins, Galdino Salles e José Pinto de Oliveira. Outras chapas sem expressão ainda disputaram as vagas, a exemplo do Partido Popular da Paraíba, agremiação organizada por parte do operariado do estado, e a Liga Pró-Estado Leigo, que se contrapunha ao envolvimento da Igreja Católica com a política.

O pleito aconteceu como previsto no dia 3 de maio de 1933. Na Paraíba, não encontramos registro de nenhum grande incidente na data, tendo transcorrido a votação em relativa tranquilidade. Com mais de 80% dos votos válidos, o partido situacionista conseguiu eleger os cinco candidatos que havia lançado, como podemos ver na tabela abaixo:

TABELA 11 – CANDIDATOS ELEITOS PARA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1933			
NOME	PARTIDO	NATURALIDADE	PROFISSÃO
Manuel Veloso Borges	PP	Pilar	Médico/Industrial
Irineo Joffily	PP	Campina Grande	Advogado
Odon Bezerra Cavalcanti	PP	Bananeiras	Advogado
José Pereira Lira	PP	Cruz do Espírito Santo	Prof./Advogado
Herectiano Zenaide	PP	Alagoa Grande	Bel. Em Direito*/ Usineiro / Zoólogo / Botânico

FONTE: SANTANA, Martha M. F. de C. e Morais. **Poder e Intervenção Estatal: Paraíba (1930- 1940)**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999, p. 125.

TABELA 12		
PARAÍBA – COEFICIENTE OBTIDO POR PARTIDO OU LEGENDA – ELEIÇÕES DE 03.05.1933		
PARTIDO	TOTAL DE VOTOS	% DE VOTAÇÃO POR PARTIDO
Partido Progressista da Paraíba	17.087	82,05
Partido Republicano Libertador	3.324	15,96
Liga Pró-Estado Leigo	412	1,98
Partido Popular Paraibano	3	0,01
Total	20.826	99,99

FONTE: SANTANA, Martha M. F. de C. e Moraes. **Poder e Intervenção Estatal:** Paraíba (1930- 1940). João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999, p. 125.

Uma questão que parece não ter mudado na eleição de 1933 foi o reduzido percentual de eleitores aptos a votar, já que o novo código eleitoral, apesar das inovações, manteve o pré-requisito da alfabetização para o voto. Dessa forma, na Paraíba, que no início da década de 1930 possuía cerca de 70% de sua população analfabeta, registrou- a participação de apenas 1,94% dos paraibanos no pleito (SANTANA, 1999, p. 125).

O sigilo do voto, proclamado como grande conquista “revolucionária”, também parece não ter sofrido verdadeiramente mudanças substanciais. Segundo Leal (2012, p. 217), de um modo geral, o voto continuou sendo burlado por diferentes processos, sendo o mais frequente aquele em que os partidos usavam sobrecartas de tamanho, formato e cores diferentes, de modo que, ao ser depositado na urna, à vista de todos, o voto era perfeitamente identificado.

Na Constituinte, os deputados paraibanos se manifestaram favoráveis a temas como a unificação da Justiça, a incorporação constitucional da necessidade da realização de obras contra as secas, à instituição do Código Trabalhista, a obrigatoriedade do ensino primário, entre outros²⁷³. Apoiaram também a eleição indireta de Getúlio Vargas a Presidente da República, o que aconteceu um dia após a promulgação da nova Constituição, em 17 de julho de 1934.

²⁷³ Jornal *A União* de 27 de outubro de 1933.

3.2.1 As Eleições de 1934

Passado o pleito de maio de 1933, tem-se início ainda no fim daquele ano a campanha para a eleição dos deputados federais, senadores, deputados estaduais e Presidentes dos estados que estava marcada para o outubro de 1934. A campanha transcorreu quase que da mesma forma da anterior na Paraíba, com a diferença de que houve um acirramento maior entre o P.P. e o P.R.L.

Ambas as facções se acusaram mais uma vez de receber em suas hostes indivíduos que haviam militado contra João Pessoa e a Aliança Liberal em 1930. O P.P acusou o P.R.L de aceitar a adesão de Pedro Cunha Lima e outros elementos dessa família que haviam feito oposição a João Pessoa. Falava ainda que os “Libertadores” vinham tecendo elogios a José Gaudêncio, também inimigo do ex-Presidente assassinado, em busca de que este os apoiasse²⁷⁴. Já o P.R.L denunciava e relembrava as adesões recebidas pelo P.P em 1933 de elementos como Isidro Gomes e Duarte Lima, além do apoio de Acácio de Figueiredo, José Agra entre outros ex-perrepistas por todo o estado²⁷⁵.

De fato, ambos os partidos parecem ter superado rapidamente as intrigas surgidas nas disputas de 1930 e se reconciliado com os seus velhos “inimigos”. Através do *A União*, José Américo buscava expressar essa política de pacificação que vinha surgindo na Paraíba por parte dos elementos governistas:

O Partido Progressista não tem fronteiras, diz o sr. José Americo. A Parahyba não é de ninguém, e pertence a todos os parahybanos de bôa vontade. Se elementos de qualquer outro matiz querem colaborar na obra do progresso material e cívico do Estado, não há razão para excluí-los, senão por motivos de moralidade publica²⁷⁶.

A certa altura, o jornal *A União* já não ocultava mais o interesse do Governo estadual por um conagraçamento com as forças político-oligárquicas local. No dia 13 de setembro de 1934, este periódico publicou um artigo intitulado “Política de Unificação e Reorganização” no qual destacou que nenhum benefício resultaria à Paraíba a exclusão de elementos que, apesar de terem militado em correntes opostas em 1930, não haviam se degradado moralmente com João Pessoa. Já no dia 15 de setembro de 1934 publicou uma matéria sob o

²⁷⁴ Jornal *A União* de 16 de setembro de 1934.

²⁷⁵ Jornal *Liberdade* de 03 de julho de 1934.

²⁷⁶ Jornal *A União* de 17 de agosto de 1934.

título “Política de Seleção e Congraçamento”, alegando que a pacificação que se processava na Paraíba não era um fato isolado e que ocorria também em outros estados da federação.

Na verdade, o que se percebia era que a medida que se processava o retorno ao regime constitucional, com a realização das duas eleições, o ideal de combate a política oligárquica dos primeiros anos da “Revolução” se perdia completamente na Paraíba. Em seu lugar surgia a busca por uma “pacificação”, na qual pudessem ser integradas as diferentes forças políticas do estado, inclusive as oligarquias. Nesse sentido, o governo estadual parece ter seguido a risca o plano de Vargas.

Só para exemplificar como isso ficou claro, constatamos que a partir de junho daquele ano o jornal *A União* passou a reproduzir entrevistas com os tradicionais coronéis do interior, nas quais se opinava abertamente sobre os destinos políticos do estado e não se ocultava as origens oligárquicas dos entrevistados. Em uma dessas entrevistas, foi ouvido o Coronel Antonio Rocha, do município de Bananeiras, que, segundo o *A União*, era “uma das figuras mais tradicionais da política paraibana”. Antonio Rocha relatou ao jornal:

Diga pelo seu jornal que Bananeiras – o brejo, enfim – está firme, intransigentemente, ao lado do ministro José Américo.

Quanto a mim, particularmente, estou onde sempre estive. Em 1915, fui um combatente decidido ao lado do venerado monsenhor Valfredo Leal.

Com ele cá e me orgulho dos quinze anos de ostracismo que aturei em Bananeiras. Se voltei a militar na política em 1929, foi porque José Américo estava na liça e com ele tinha sagrados compromissos²⁷⁷

Com o reaparecimento das tradicionais lideranças no cenário político, e diante da importância que estas ainda possuíam para se alcançar um resultado positivo na disputa eleitoral, recrudesceram também algumas práticas ligadas a cultura política vigente que até então vinham sendo, ao menos de maneira limitada, combatidas, como as negociações com cargos públicos, nomeações de prefeitos, entre outras²⁷⁸. Foi através dessa velha forma de se fazer política que José Américo e Gratuliano Brito buscaram conduzir a Paraíba para pacificação geral, levando inclusive a que em menos de três anos depois da “Revolução” liberais e perrepistas pudessem reunir-se no partido governista e desfrutar de certas prerrogativas proporcionadas pelo poder político.

Nos mesmos moldes de como acontecia na Primeira República, José Américo, na condição de líder oligarca do estado, também comandava até nos mínimos detalhes as

²⁷⁷ Jornal *A União* do dia 22 de junho de 1934.

²⁷⁸ Nas cartas trocadas entre o Interventor e José Américo, ou ainda entre o Interventor e várias lideranças do interior, é possível identificarmos como voltou a ser presente a troca de cargos e outras benesses por apoio político.

decisões partidárias a serem tomadas. Após sua saída do Ministério da Viação e Obras Públicas²⁷⁹, em julho de 1934, o ex-ministro veio a Paraíba para pessoalmente presidir os trabalhos do Partido Progressista e indicar os candidatos que concorreriam no pleito de outubro. No dia 09 de setembro daquele ano, organizou-se uma grande Assembleia do P.P em que foram indicados os nomes dos candidatos a senador, deputado federal, deputado estadual e para Presidente da Paraíba. Segundo Gratuliano Brito (1979, p.56), as indicações dos concorrentes do P.P tinham a total supervisão do chefe político do estado. “Se um nome sugerido não obtivesse pelo menos o consentimento do ministro, não era incluído na chapa”.

TABELA 13 – CHAPA DO PARTIDO PROGRESSISTA PARA DISPUTAR AS ELEIÇÕES DE 1934

PARA PRESIDENTE DO ESTADO	- Argemiro de Figueiredo
PARA SENADORES	- José Américo de Almeida - Manuel Veloso Borges.
PARA DEPUTADOS FEDERAIS	- Gratuliano da Costa Brito; José Pereira Lira; Odon Bezerra Cavalcanti; Heractinano Zenaide; Mathias Freire; José Gomes da Silva; Samuel Vital Duarte; Ruy Carneiro; Isidro Gomes da Silva.
PARA DEPUTADOS ESTADUAIS	- Antonio Pinto de Oliveira; Pedro Ulysse de Carvalho; José Francisco de Paula Cavalcante; José Antonio da Rocha; Francisco Seraphico da Nóbrega; Américo Maia; João de Sousa Vasconcellos; José de Sousa Maciel; Celso Mattos Rolim; Francisco de Paula e Silva; Tertuliano da Costa Britto; José Rodrigues de Aquino; Emiliano Castor da Nóbrega; Alcindo Medeiros Leite; José Peregrino de Araújo Filho; Newton Nobre de Lacerda; Miguel Severino Bastos Lisbôa; Fernando Carneiro da Cunha; Adalberto Jorge Rodrigues Ribeiro; Francisco Duarte Lima; Sebastião Raphael Sebas; Octavio Theodoro Amorim; Lauro de Guimarães Wanderley; Raymundo Vianna de Macêdo; Aloysio Affonso Campos; Delfino Ferreira da Costa; José Tavares Cavalcante; Odilon da Silva Coutinho; José Targino; Jeremias Venancio dos Santos.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com dados retirados do jornal *A União* do dia 10 de setembro de 1934.

²⁷⁹ Com a eleição indireta de Getúlio Vargas para Presidente do Brasil pela Assembleia Constituinte, o chefe do Executivo Federal realizou uma reformulação no Governo trocando alguns Ministros, estando entre eles José Américo que havia passado quase quatro anos no Ministério da Viação e Obras Públicas. No lugar de José Américo, assumiu o baiano Marques Reis. Por sua vez, o ex-Ministro foi nomeado embaixador do Brasil junto ao Vaticano.

Os nomes indicados são representativos da política de conagração que vinha se desenvolvendo no estado. Importantes famílias oligárquicas foram agraciadas com uma ou mais vagas para disputar o pleito: Veloso Borges, Brito, Maia, Nóbrega, Leite, Targino, entre outras. O jornal *Liberdade* acusou veementemente José Américo de desenvolver uma política familiar alegando que quase todos os candidatos tinham uma relação direta ou indireta de parentesco com o ex-ministro:

Os felizes aquinhoados são estes: Matias Freire, primo do embaixador do Vaticano na Paraíba. Manuel Veloso Borges; irmão de Virginio Veloso Borges, cunhado do padre Matias, que por sua vez é primo do embaixador do Vaticano na Paraíba. Rui Carneiro, primo do genro do embaixador do Vaticano na Paraíba. [...] Gratuliano da Costa Brito, primo carnal do embaixador do Vaticano na Paraíba [...] ²⁸⁰.

O *A União* negava que se tratava de uma formação oligárquica e respondia no mesmo tom, alegando que a chapa do P.R.L era uma casa de família: “Carlos Pessoa e irmão; Estevão de Ávila Lins e irmão; Clovis Sátyro e irmão; Luiz Galdino Sales e cunhado, etc.” ²⁸¹.

Os “Libertadores” também acusaram o P.P de manchar a memória de João Pessoa ao incluir na sua chapa os nomes de ex-perrepistas como Isidro Gomes da Silva e Duarte Lima, candidatos a deputado federal e estadual, respectivamente. Com efeito, a inclusão dos nomes de ex-perrepistas chegou a causar insatisfações até mesmo dentro do próprio P.P, levando a que Irineu Joffily, aliancista fervoroso em 1930 e que naquele ano atuava como deputado na Assembleia Constituinte, deixasse não só o partido, mas seu cargo de deputado constituinte e ainda abandonasse a vida política desiludido com os acontecimentos que se processavam ²⁸².

Fato de difícil explicação durante essa eleição foi a preterição de Gratuliano Brito para o cargo de Presidente do Estado. Em todo o país, com poucas exceções, vinha prevalecendo o critério de eleger-se para o governo estadual o Interventor que, entre outras coisas, vinha conduzindo o processo de reconstitucionalização. Os amigos e correligionários do governante paraibano davam como certa a sua candidatura já que, não obstante sua pouca idade, vinha tendo um bom desempenho na administração do Estado. No entanto, o que aconteceu quando da escolha do candidato foi que as desavenças existentes dentro do partido se aguçaram, formando-se dois blocos: um liderado por Argemiro de Figueiredo e Odon Bezerra em defesa

²⁸⁰ Jornal *Liberdade* de 14 de setembro de 1934.

²⁸¹ Jornal *A União* do dia 02 de outubro de 1934.

²⁸² Irineu Joffily deu a seguinte declaração a um jornal do Rio de Janeiro: “É verdade que acabo de renunciar o meu mandato de deputado pela Paraíba, de cuja bancada era líder. Essa atitude foi ditada por um impulso de consciência, depois que o ‘Partido Progressista’ incluiu na sua chapa de deputados indivíduos que mais se salientaram na campanha que infelicitou a minha terra, enlutando-a com o sacrifício de João Pessoa”. Jornal *Liberdade* do dia 18 de setembro de 1934.

da candidatura de Gratuliano Brito e outro composto principalmente de ex-colaboradores de Navarro em torno do nome de Virgínio Veloso Borges.

Virgínio Veloso Borges era um importante industrial ligado a cana-de-açúcar. Juntamente com seu irmão, Manuel Veloso Borges (deputado constituinte eleito em 1933 e candidato a senador em 1934), foi um dos fundadores da Fábrica de Tecidos de Tibiri, em Santa Rita. Assim como Gratuliano Brito, também era parente do Ministro José Américo, e a época do período eleitoral ocupava o cargo de presidente da Associação Comercial da Paraíba.

Apesar da falta de informações envolvendo a postulação de Veloso Borges ao cargo de Presidente do Estado, o que podemos afirmar ao certo é que sua possível candidatura realmente intensificou a cisão interna existente no P.P. A partir de setembro de 1933, ou seja, bem antes da definição dos candidatos que concorreriam no pleito de outubro de 1934, o jornal *Liberdade* passou a publicar constantemente notícias que repercutiam uma possível saída de Gratuliano Brito da interventoria, a cisão interna do P.P e a provável candidatura de Virgínio Veloso Borges. No dia 15 de setembro de 1933, publicou o referido jornal: “Dois grupos se formaram dentro do Partido Progressista. Um chefiado pelo Sr. Odon Bezerra; outro pelo prefeito Borja Peregrino. Ambos irreconciliáveis, vivendo assim em choques constantes”. E no dia 19 de outubro daquele ano publicou o mesmo jornal uma notícia intitulada “O provável presidente constitucional da Paraíba”, referindo-se a Virgínio.

Enquanto atuava na Capital Federal como deputado da Assembleia Constituinte, Odon Bezerra já havia alertado Gratuliano Brito através de carta sobre as dificuldades que este último encontraria para se impor como candidato a Presidente do Estado:

Estou prevendo que o caso da sucessão presidencial da Paraíba vae ser de muita encrenca dentro do mesmo Partido, porque a “turma” está se preparando para empurrar um candidato ao Ministro e V. precisa desde já tomar providencias e se impor mais do que tem feito.

Acho o seu ambiente aqui, muito ruim, porque Você tem muita gente trabalhando contra em todos os meios por cá, com muita subtileza e muito cuidado, por isso, entendo que sua vinda será de absoluta necessidade, e quanto antes²⁸³.

Seguindo o conselho de Odon Bezerra, Gratuliano Brito chegou a ir para o Rio de Janeiro no início do ano de 1934 em busca de melhorar sua imagem e formar uma sólida base de apoio político para disputar o cargo de Presidente da Paraíba. Lá concedeu excessivas

²⁸³ BEZERRA, Odon. **Carta**. 05 de dezembro de 1933, Rio de Janeiro [para] BRITO, Gratuliano da Costa, João Pessoa. 3f.

entrevistas aos jornais da Capital Federal visando por seu nome em evidencia tanto em âmbito nacional como estadual, já que o *A União* reproduzia insistentemente essas entrevistas. Quando retornou a Paraíba, alguns meses depois, foram organizadas grandes manifestações em sua homenagem em uma tentativa clara de buscar demonstrar que o interventor dispunha de elevada popularidade no estado.

Contudo, mesmo com toda essa movimentação, Gratuliano Brito não conseguiu assegurar sua candidatura a Presidente estadual. Ocorreu que, com a cisão dos dois blocos dentro do P.P, José Américo se viu diante de um dilema, e para evitar dissidências intrapartidárias, acabou por escolher um terceiro nome, o de Argemiro de Figueiredo, secretário de Justiça e Segurança Pública do Estado e presidente estadual do P.P.²⁸⁴.

De postulante a vaga de Presidente estadual, Gratuliano Brito passou a figurar na chapa como candidato ao senado juntamente com José Américo. Contudo, mais uma vez viu sua candidatura frustrada diante da impossibilidade legal imposta pelo Superior Tribunal de Justiça Eleitoral, que determinou que para se candidatar ao senado a idade mínima era de 35 anos. Gratuliano Brito, então com 29 anos, passou para a vaga de deputado federal.

A Campanha dos dois principais partidos que disputavam o pleito se assemelhou muito a que ocorreu em 1933. Os atos violentos e acusações entre ambos, no entanto, ocorreram em número bem mais elevado. Apesar das constantes entrevistas do interventor, nas quais afirmava que na Paraíba tudo transcorria na mais perfeita tranquilidade e segurança, a oposição sofreu todo tipo de repressão.

No dia 15 de março de 1934, o jornal *Liberdade* acusou o prefeito da cidade de Patos de lançar mão “da autoridade e do prestígio que decorrem do cargo que exerce, para desmandar-se em perseguições clamorosas injustificáveis contra os mais dignos desassombrados adversários da situação dominante”²⁸⁵. No município de Umbuzeiro, Carlos Pessoa, candidato a deputado federal pelo P.R.L, se disse impedido de realizar propaganda eleitoral pelo fato de ter sido ameaçada pela polícia. No dia 16 de setembro de 1934, um

²⁸⁴ Em 1974, ao ser entrevistado pelo jornalista William Tejo, relatou Argemiro de Figueiredo sobre sua indicação para Presidente da Paraíba em 1934: “Certo dia, em que fui de Campina Grande para a capital, encontrando-me com o Ministro José Américo, este me pediu para acompanhá-lo e ouvi-lo no entendimento que ia ter com Gratuliano de Brito. Subimos as escadas do Palácio (por trás) e antes que ele se defrontasse com Gratuliano, disse-me: o Gratuliano não pode ser o candidato. Seria um golpe em Virgínio. E o candidato é o senhor, dr. Argemiro. Imediatamente repliquei, sob a alegação de que era secretário do governo Gratuliano, e esse necessariamente não poderia receber bem tal indicação. Repugnava-me derrotá-lo sabendo que ele desejava continuar na chefia do executivo, mas o Ministro respondeu incisivamente: Coloco a questão no terreno da disciplina partidária. – O candidato é o senhor”. SANTANA, Martha M. F. de C. e Morais. **Poder e Intervenção Estatal: Paraíba (1930- 1940)**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999, p. 130.

²⁸⁵ Jornal *Liberdade* do dia 15 de março de 1934.

grande comício do P.R.L, na Praça das Mercês, na Capital do estado, foi dissolvido à bala, incidente que deixou uma pessoa morta e várias feridas²⁸⁶.

Mas o principal alvo da repressão foi mesmo a imprensa. Mesmo depois de voltar a circular após ter sido fechado entre o final de 1933 e o início de 1934, como falamos anteriormente, o jornal *Liberdade* continuou sofrendo forte censura. Vários artigos desse periódico foram impedidos de ser divulgados, aparecendo em seus lugares pequenas notas explicando o porque da ausência: “Deixamos de publicar hoje um artigo assinado pelo nosso brilhante confrade Luis de Oliveira, sobre a entrevista do Chefe de Policia, por ter sido o mesmo cortado totalmente pela censura”²⁸⁷.

Contudo, mesmo sob forte repressão, os “Libertadores” continuaram seus apelos a população para que votasse em seus candidatos. Dirigindo-se a setores específicos da sociedade paraibana, como os operários, sargentos e soldados da polícia, choferes, etc., acusavam o P.P de ser traidor da memória de João Pessoa por ter aceitado a entrada de perrepistas na sua chapa e, por isso, não merecer os votos que pedia. O P.P, por sua vez, não deixava barato. Poucos dias antes do pleito que estava previsto para 14 de outubro, publicou em primeira página no jornal *A União* uma carta manuscrita, que foi reconhecida em todos os cartórios da capital, na qual o principal líder do PRL, Antonio Botto de Menezes, chamava João Pessoa de “ingrato” e “desleal” e ainda hipotecava a possibilidade de apoio a Heráclito Cavalcanti – principal inimigo da família Pessoa –, isso enquanto ainda se passava a luta de Princesa em 1930²⁸⁸.

Foi sob esse ambiente de agitação que a votação ocorreu no dia 14 de outubro de 1934. O número de votantes que compareceram as urnas aumentou se comparado a 1933, passando de 1,94% para 2,35% da população do estado, revelando ainda assim a grande marginalização da maioria dos paraibanos no que se refere a participação eleitoral (SANTANA, 1999, p. 139). Mais uma vez a vitória do P.P no pleito foi esmagadora. Elegeu 27 dos 30 deputados para Constituinte Estadual, e oito deputados federais. O P.R.L, por sua

²⁸⁶ Sobre o comício das Mercês, ver o relatório do inquérito policial que foi aberto para apurar o caso. ESTADO DA PARAÍHYBA. **Administração do Interventor Gratuliano Brito**: relatório dirigido ao Exmo. Sr. Presidente da República, referente ao período administrativo decorrido de junho de 1932 a dezembro de 1934 . João Pessoa: imprensa oficial, 1935, p. 170.

²⁸⁷ Jornal *Liberdade* de 04 de junho de 1934.

²⁸⁸ Jornal *A União* de 26 de setembro de 1934. Ver anexo A deste trabalho.

vez, conseguiu as três cadeiras restantes na Constituinte Estadual e uma vaga na Câmara Federal ²⁸⁹.

TABELA 14 - DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS PELA PARAÍBA NO PLEITO DE 14 DE OUTUBRO DE 1934

Nome	Partido	Formação/profissão
Isidro Gomes da Silva	PP	Advogado e ex-Interventor
Gratuliano da Costa Brito	PP	Professor/Advogado
Herectyano Zenayde	PP	Advogado
José Pereira Lyra	PP	Bel. Em Direito / Usineiro
José Gomes da Silva	PP	Cônego/Jornalista
Mathias Freire	PP	Médico
Odon Bezerra Cavalcanti	PP	Advogado/Jornalista
Samuel Vital Duarte	PP	Advogado/Comerciante
Antonio Botto de Menezes	PRL	Advogado

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de informações retiradas do jornal *A União* do dia 10 de janeiro de 1935 e também de SANTANA, Martha M. F. de C. e Morais. **Poder e Intervenção Estatal: Paraíba (1930-1940)**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999, p.142.

TABELA 15 – DEPUTADOS ELEITOS PARA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE ESTADUAL DA PARAÍBA NO PLEITO DE OUTUBRO DE 1934

Nome	Partido	Profissão
Adalberto Jorge Rodrigues Ribeiro	PP	Direito/Industrial
Alcindo Medeiros Leite	PP	Direito/Advogado
Aloysio Affonso Campos	PP	Direito/Advogado
Américo Maia	PP	Medicina/Fazendeiro
Antonio Pinto de Oliveira	PP	Direito/Advogado
Celso Mattos Rolim	PP	Medicina
Emiliano Castor da Nóbrega	PP	Farmácia/Medicina
Fernando Carneiro da Cunha	PP	Direito/Advogado
Francisco de Paula e Silva	PP	Sem formação superior
Francisco Duarte Lima	PP	Direito/Advogado
Francisco Seraphico da Nóbrega	PP	Direito/Advogado
João de Sousa Vasconcellos	PP	Fazendeiro
José Antonio da Rocha	PP	Direito/Fazendeiro
José de Sousa Maciel	PP	Medicina/Fazendeiro
José Francisco de Paula Cavalcante	PP	Fazendeiro

²⁸⁹ Só o candidato Ruy Carneiro, que viria a ser interventor da Paraíba em 1939, não foi eleito deputado federal. Jornal *A União* de 03 de janeiro de 1935.

José Peregrino de Araújo Filho	PP	Medicina
José Rodrigues de Aquino	PP	Direito/Advogado/Professor
José Targino	PP	Agrônomo/Fazendeiro
José Tavares Cavalcante	PP	Direito/Advogado
Lauro de Guimarães Wanderley	PP	Farmácia/Medicina
Miguel Severino Bastos Lisbôa	PP	Sem formação superior
Newton Nobre de Lacerda	PP	Medicina
Octavio Theodoro Amorim	PP	Direito/Advogado
Odilon da Silva Coutinho	PP	Teologia/Sacerdote
Pedro Ulysses de Carvalho	PP	Direito/Advogado
Raymundo Vianna de Macêdo	PP	Fazendeiro
Tertuliano da Costa Britto	PP	Fazendeiro
Ernani Sátiro e Souza	PRL	Direito/Advogado
Fernando Pessoa	PRL	Direito/Advogado
Severino de A Lucena	PRL	Jornalista

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de informações retiradas do jornal *A União* do dia 10 de janeiro de 1935 e também de SANTANA, Martha M. F. de C. e Morais. **Poder e Intervenção Estatal**: Paraíba (1930-1940). João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999, p.142.

No dia 24 de janeiro de 1935, na segunda sessão da Assembleia Constituinte estadual, Argemiro de Figueiredo foi eleito Presidente da Paraíba através do voto indireto, enquanto José Américo e Manuel Veloso Borges foram escolhidos para representar o estado no senado. Todos os três candidatos citados receberam os votos dos 27 deputados do P.P. Os três deputados estaduais do P.R.L votaram em branco para Presidente estadual e em Epitácio Pessoa para o senado.

Logo após a eleição de Argemiro de Figueiredo, Gratuliano Brito, que havia deixado a interventoria no dia 26 de dezembro de 1934, sendo substituído interinamente por José Mariz, partiu para o Rio de Janeiro com o objetivo de exercer seu cargo de deputado federal. Decepcionado com a forma como foi preterido para o cargo de Presidente Estadual, nunca mais voltou à Paraíba e nem teve uma boa relação com José Américo. Exerceu a função de deputado até ser cassado pelo Golpe que implantou o Estado Novo em 1937. Depois disso, não se envolveu com a política paraibana. Durante a presidência de Castelo Branco, chegou a ser nomeado membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), órgão que presidiu por um bom tempo. No final de 1981 adoeceu gravemente, tendo vindo a falecer no dia 28 de janeiro de 1982, aos 76 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como procuramos expor ao longo deste trabalho, a chamada “Revolução” de 1930, respondendo a pressões e interesses resultantes das mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais pela qual passou o país ao longo da Primeira República, principalmente na década de 1920, suscitou transformações graduais que levaram a constituição de um novo modelo de Estado Nacional que se propunha moderno e racional, ampliando suas funções de intervencionismo nos diferentes setores da administração a partir de um crescente movimento em direção à centralização do poder. Embora esse processo não tenha necessariamente levado a modificações profundas da estrutura política até então existente, visto não ter ocorrido nessa conjuntura alterações significativas nas relações de produção e nem ter sido substituída as oligarquias por outra fração de classe social no domínio hegemônico da política do país, as mudanças que passaram a se gestar a partir de então não podem ser de todo desconsideradas ou minimizadas.

Como vimos, ao longo dos quatro primeiros anos após a “Revolução”, importantes transformações ocorreram tanto do ponto de vista administrativo como político. O Estado Nacional que a partir de então passou a emergir visou, sobretudo, abarcar para sua esfera processos decisórios que antes estavam relegados aos estados e as políticas locais. Nesse cenário, ações foram sendo tomadas com o propósito de romper com a autonomia política e administrativa dos estados e municípios e também para se criar os mecanismos necessários com vistas a uma maior intervenção do Governo Federal em áreas como a instrução pública, a saúde, a segurança, a justiça, obras, a economia e também na política. Desse modo é que foram surgindo novos aparatos burocrático-estatais e se desenvolvendo políticas inovadoras de caráter nacional objetivando direcionar o país para um desenvolvimento mais racional e moderno.

Partindo do exemplo por nós analisado da administração interventorial de Gratuliano Brito, pudemos perceber que esse processo de modernização do Estado Nacional se deu concomitantemente com a busca por parte dos governos estaduais em estabelecer uma reestruturação de suas máquinas administrativas. Isto significa que também em âmbito estadual foi possível se verificar mudanças no sentido de procurar tornar a administração das unidades federativas mais eficientes e alinhadas as políticas que a partir de então passaram a ser desenvolvidas em âmbito nacional. De fato, na Paraíba o que se observou no período foi a busca por se instituir um conceito administrativo baseado em um maior planejamento e

racionalidade das ações governamentais e no qual o próprio Estado passou a figurar como principal intermediário entre a população e os serviços públicos ofertados.

Em relação à centralização política e a uma atuação mais intervencionista nos diversos setores funcionais do Estado, verificamos que o Governo Interventorial de Gratuliano Brito atuou em plena conformidade com o processo de “modernização autoritária” encabeçado pelo Governo Provisório, encetando políticas inovadoras e desenvolvendo obras estruturantes para o desenvolvimento econômico e social da Paraíba. Na instrução pública manteve a unificação do ensino, expandiu a construção de prédios escolares e implementou uma forte fiscalização de seu funcionamento, medidas que resultaram em aumento relevante no número de alunos matriculados; na área da Saúde foram criados novos Centros de atendimento com vistas a expandir a assistência também para interior do território paraibano, o que evidenciou uma mudança no modo como as ações no setor passaram a ser desenvolvidas; na justiça, procurou criar mecanismo capazes de modificar a forma como costumeiramente os coronéis e poderosos locais se relacionavam com esta área; em relação às obras públicas, cuidou-se não só da manutenção e funcionamento dos prédios públicos, mas foram empreendidas obras estruturantes como o porto de Cabedelo e estradas de rodagem; na economia procurou-se atuar decididamente como condutor das políticas econômicas; entre outras medidas.

Vimos, com efeito, que o ritmo das ações empreendidas nos primeiros anos do pós-1930 representaram de fato uma mudança significativa do ponto de vista administrativo se comparado com a morosidade da maioria dos governos paraibanos da Primeira República. Nos momentos iniciais após a “Revolução”, a atmosfera criada foi verdadeiramente eficiente no sentido de suscitar nos governantes daquele momento a busca por mecanismos eficazes para um melhor funcionamento da administração pública. Desse modo, mesmo que a “Revolução” não tenha ocasionado efetivamente o afastamento das tradicionais oligarquias do controle da política e do governo paraibano, entendemos que em certa medida as mudanças derivadas do processo “revolucionário” acabaram por acarretar, mesmo que por um curto período de tempo, em melhorias na estrutura do próprio Estado e nos serviços que este oferecia a população.

Já do ponto de vista político, o pós-1930 também marcou um momento de relevantes transformações, mesmo sem ter significado uma ruptura profunda com as estruturas de poder anteriormente vigentes. De modo geral, surgiu nesse momento um significativo processo de afirmação do poder público sobre o poder privado a partir da emergência de um Poder Executivo forte que procurou, em certa medida, afastar-se dos interesses mais privatistas das

elites e se sobrepor ao conjunto da sociedade tutelando as forças políticas existente. Através de um paulatino processo de cooptação, o que percebemos nesse período foi a procura por absorver para o interior do próprio Estado Nacional não mais apenas os interesses dos grupos oligárquicos que anteriormente dominavam de forma hegemônica o cenário político, mas também outros interesses de grupos sociais organizados como as classes médias, operárias e militares. A partir de então, coube ao Estado Nacional o papel de árbitro conciliando reivindicações e concepções de projetos políticos por vezes divergentes.

O Governo Interventorial de Gratuliano Brito esteve atento e perfeitamente alinhado a esse processo que se desenvolvia. Rapidamente o interventor compreendeu a conjuntura “revolucionária” daquele momento que suscitava transformações econômicas e administrativas de vulto, mas também percebeu os limites das mudanças que ocorriam, sobretudo no que se refere à permanência de certos aspectos ligados a estrutura política existente. Desse modo, apesar de não abrir mão de certas posturas firmes no que diz respeito, por exemplo, as reformulações na burocracia estatal e a submissão das prefeituras municipais aos desígnios da interventoria, o que paulatinamente se processou foi a reacomodação das velhas e tradicionais oligarquias e, conseqüentemente, a continuidade de certas práticas ligadas a cultura política coronelista que vigorava no estado.

Principalmente a partir do momento em que se convocou eleições para formação da Assembleia Constituinte em 1933, observamos que os chamados coronéis rapidamente voltaram a ascender com força no cenário político paraibano, reconquistando prefeituras e alguns cargos públicos. Contudo, enquanto durou o Governo Provisório e a administração estadual esteve nas mãos de um Interventor indicado diretamente pelo Poder Central, as oligarquias locais tiveram que se rearticular em uma nova dinâmica de relação para com o executivo estadual, na qual sua liberdade administrativa estava comprometida e sua ação política encontrava limites frente ao poder da interventoria.

Isto não impediu, entretanto, que os grupos políticos que se encontravam em disputa desde 1930 fossem aos poucos se reconciliando e reestruturando o velho jogo oligárquico de disputa pelo poder. O próprio Gratuliano Brito participou desse processo ao criar as condições para que José Américo montasse uma estruturada máquina político-partidária que contou, inclusive, com o apoio de vários coronéis opositores do ex Presidente João Pessoa. Desta forma, como nos esclarece Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo (1998, p.28), “a paz desceu sobre a Paraíba mais depressa do que seria de esperar” e aos poucos o ideal de mudança do começo da década de 1930 foi sendo esquecido.

Com os coronéis de volta ao cenário político, verificamos que velhas práticas ligadas a cultura política vigente, que em certa medida vinha-se tentando afastar, recrudesceram. Na instrução aos poucos retornaram as solicitações por nomeações de parentes e apadrinhados; na justiça, termos judiciais foram sendo restaurados; no setor de obras públicas, o próprio interventor procurou beneficiar o domínio político de sua família ao construir o açude “Namorado” em São João do Cariri; além de outros projetos e decisões políticas que beneficiaram principalmente os grupos oligárquicos.

O que nos resta a questionar, então, é quais seriam de fato as contribuições deixadas pelos quatro anos das administrações interventoriais para os governos subsequentes? Que ações e posturas adotadas nesse período tiveram continuidade ou não após o retorno ao regime constitucional? Esta é uma questão que extrapola os limites deste trabalho ficando em aberto para pesquisas futuras. Entretanto, a análise da administração interventorial de Gratuliano Brito nos aponta que os governos posteriores sem dúvida se depararam com um Executivo estadual mais forte e moderno do que o que havia em 1930, seja do ponto de vista administrativo ou político. Em 1935, era notório que através dos novos órgãos, aparelhos públicos e serviços que foram criados, o governo do Estado tinha um domínio maior sobre os setores funcionais que possuía, o que possibilitava intervir de modo mais eficiente através de políticas inovadoras em áreas como a economia, a instrução pública, a justiça, etc.

Isso não significa, contraditoriamente, que este novo Estado estivesse livre das ingerências privatistas dos coronéis locais. Mesmo ao final desses quatro anos, o poder dos grupos oligárquicos, intocados em seus domínios sobre vastas áreas de terra e favorecidos pelas relações de trabalho desiguais e exploratórias existentes no campo, dotava-os ainda de forte capacidade de influência nos resultados eleitorais, levando a que os grupos dirigentes do Estado, os quais não queriam alterações significativas na estrutura política vigente, continuassem a conviver com as antigas práticas coronelísticas. Sendo assim, a recomposição oligárquica que pouco a pouco foi se efetuando com as eleições de 1933 e 1934 já nos permite perceber que mesmo antes do retorno ao regime constitucional o ideal de combate as oligarquias e de moralização da política existentes nos primeiros anos da “Revolução” já começava a perder força na Paraíba, dando-nos, portanto, uma indicação de qual caminho pode ter tomado a política paraibana posteriormente.

REFERÊNCIAS

* FONTES

Manuscritas

Relatório das observações feitas na Escola de Applicação de Recife apresentado ao Sr Diretor de Ensino pela professora Clementina Moura, adjunta do Grupo Escolar Isabel Maria das Neves em 27 de outubro de 1933. Disponível no Arquivo Estadual da Paraíba.

Impressas

Jornal *A União*. João Pessoa.(1930-1935). Biblioteca de Maurílio de Almeida (Acervo particular).

BRITO, Gratuliano. **(Depoimento)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: CPDOC, 1979.

Documentos Oficiais:

ASSISTENCIA PÚBLICA MUNICIPAL. **Relatório Apresentado ao Sr. Prefeito da capital pelo Diretor Oscar Oliveira de Castro, referente ao ano de 1934**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1935.

ESTADO DA PARAHYBA. **Administração do Interventor Gratuliano Brito: relatório** dirigido ao Exmo. Sr. Presidente da República, referente ao período administrativo decorrido de junho de 1932 a dezembro de 1934 . João Pessôa: imprensa oficial, 1935.

ESTADO DA PARAHYBA. **Código dos Intervenores e Regimento do Conselho Consultivo do Estado da Parahyba (1932)**. João Pessôa: Imprensa Oficial, 1932.

ESTADO DA PARAHYBA. Relatório da fiscalização procedida nas repartições fiscais de Taperoá, Picuí, Santa Luzia do Sabugí, Brejo do Cruz, Catolé do Rocha, Pombal, Patos e Princesa Isabel pelo Administrador Fiscalizador J. Cyrillo S. da Silveira, 19 de outubro de 1933.

MISERICORDIA, Santa Casa de Misericórdia. **Relatório Apresentado à Mesa Conjuncta na Sessão Solene de 2 de Julho de 1933**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1933.

MISERICORDIA, Santa Casa de Misericórdia. **Relatório Apresentado à Mesa Conjuncta na Sessão Solene de 2 de Julho de 1934**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1934.

PARAHYBA (Estado). **Actos do Interventor Federal:** Decretos, de 1º de julho a 31 de dezembro de 1932, administração do interventor Gratuliano Brito. João Pessoa: Imprensa oficial, Nº 525. 1933.

PARAHYBA (Estado). **Actos do Interventor Federal:** Decretos, de 1º de julho a 31 de dezembro de 1933, administração do interventor Gratuliano Brito. João Pessoa: Imprensa oficial, Nº 230. 1934.

PARAHYBA (Estado). **Actos do Interventor Federal:** Decretos de 1934, administração do interventor Gratuliano Brito. João Pessoa: Imprensa oficial. 1935.

PARAHYBA (Estado). **Anuario Estatístico.** Ano IV – 1933. Imprensa Oficial: João Pessoa, 1936.

PARAHYBA. Repartição de Agricultura e Obras Públicas da. **Relatório apresentado ao Sr. Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas pelo engenheiro civil Ítalo Joffily Pereira da Costa, Diretor da Repartição de Agricultura e Obras Públicas, sobre os trabalhos realizados no ano de 1933.** João Pessoa, Imprensa Oficial, 1934.

PARAHYBA, Estado da. **Mensagem** do governador, dr Alvaro Lopes Machado, ao Congresso do estado em 1º de julho de 1892. Parahyba, Typographia e Lithographia a vapor, Manoel Henriques, 1892.

_____. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa pelo Major Dr. Álvaro Lopes Machado por ocasião da abertura da 2º sessão da 1ª Legislatura em 03 de agosto de 1893. Parahyba, Typographia e Lithographia a vapor, Manoel Henriques, 1893.

_____. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba em 02 de setembro de 1897 por ocasião da instalação da 2º legislatura pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Alfredo da Gama e Mello. Parahyba, Imprensa Oficial, 1897.

_____. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba em 1º de maio de 1900 por ocasião da instalação da 1º sessão da 3º legislatura pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Alfredo da Gama e Mello. Parahyba, Imprensa Oficial, 1900.

_____. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa em 1º de outubro de 1902 por ocasião da instalação da 3º sessão da 3º legislatura pelo Presidente do Estado, des. José Peregrino d' Araújo. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1902.

_____. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa em 1º de outubro de 1903 por ocasião da instalação da 4º sessão da 3º legislatura pelo Presidente do Estado, des. José Peregrino d' Araújo. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1903.

_____. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa em 1º de setembro de 1904 por ocasião da instalação da 1ª sessão da 4ª legislatura pelo Presidente do Estado, des. José Peregrino d'Araújo. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1904.

_____. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa em 20 de outubro de 1905 por ocasião da instalação da 2ª sessão da 4ª legislatura pelo Presidente do Estado, Dr. Álvaro Lopes Machado. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1905.

_____. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa em 1º de setembro de 1907 por ocasião da instalação da 4ª sessão da 4ª legislatura pelo Presidente do Estado, des. José Peregrino d'Araújo. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, MCMVII [1907].

_____. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa em 1º de setembro de 1909 por ocasião da instalação da 2ª sessão da 5ª legislatura pelo Presidente do Estado, Dr. João Lopes Machado. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, MCMIX [1909].

_____. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa do estado em 1º de setembro de 1910 por ocasião da instalação da 3ª sessão da 5ª legislatura pelo Presidente do Estado João Lopes Machado. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, MCMX (1910).

_____. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa do Estado em 1º de setembro de 1911 por ocasião da instalação da 4ª sessão da 5ª legislatura pelo Presidente do Estado João Lopes Machado. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, MCMXI (1911).

_____. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa do estado em 1º de Março de 1912 por ocasião da instalação da 1ª sessão da 6ª legislatura pelo Presidente do Estado João Lopes Machado. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, MCMXII (1912).

_____. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa na abertura da 2ª sessão ordinária da 7ª legislatura, por João Pereira de Castro Pinto (Presidente do Estado) em 1913. Parahyba do Norte, Torre Eiffel, 1913.

_____. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa do estado na abertura da 3ª sessão ordinária da 7ª legislatura a 1º de setembro de 1914, pelo Dr. João Pereira de Castro Pinto, Presidente do Estado. Parahyba, Imprensa Oficial, 1914.

_____. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa do Estado, na 4ª sessão ordinária da 7ª legislatura, a 1º de setembro de 1915, pelo Sr. Coronel Antonio da Silva Pessoa, Vice-Presidente do Estado em exercício. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1915.

_____. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura, a 1º de março de 1916, pelo Sr. Coronel Antonio da Silva Pessoa, Vice-presidente do Estado em exercício. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1916.

_____. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 2ª sessão ordinaria da 8ª legislatura, a 1º de setembro de 1917, pelo

Dr. Francisco Cammilo de Hollanda, Presidente do Estado. Parahyba do Norte, Imprensa Official, 1917.

_____. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 3º sessão ordinária da 8ª legislatura, a 1 de setembro de 1918, pelo Dr. Francisco Cammilo de Hollanda, Presidente do Estado. Parahyba do Norte, Imprensa Official, 1918.

_____. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura 2º Sessão Ordinária da 8º legislatura, a 1º de Setembro de 1921, pelo Dr. Solon de Lucena Presidente do Estado. Parahyba, Imprensa Official, 1921.

_____. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa, na abertura 4º Sessão Ordinária da 8º legislatura, a 1º de Setembro de 1923, pelo Dr. Solon de Lucena Presidente do Estado. Parahyba, Imprensa Official, 1923.

_____. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa do estado na abertura da 1º sessão ordinária da 9ª legislatura a 1º de março de 1924, dr. Solon de Lucena, Presidente do Estado. Parahyba, Imprensa Official, 1924.

_____. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa do estado, na 2º sessão ordinária da 9ª legislatura por João Suassuna, Presidente do Estado. Parahyba do Norte, Imprensa Official, 1925.

_____. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa do estado na abertura de sua 3º sessão ordinária da 9ª legislatura por João Suassuna, Presidente do Estado. Parahyba do Norte, Imprensa Official, 1926, p.60.

_____. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa, na abertura da 2º reunião da 10º legislatura pelo Presidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, em 1929. Parahyba, Imprensa Official, 1929.

_____. **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa, referente ao período administrativo de julho de 1929 a junho de 1930, governo do dr. João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Parahyba, Imprensa Official, 1930.

PARAHYBA, Governo Revolucionário da. **Problemas e Necessidades da Parahyba:** sugestões apresentadas pela comissão que o governo revolucionário designou para estudal-os. Nº 279. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1931.

PARAHYBA, Inspectoria Regional da 3º Zona de Ensino do Estado da. **Relatório apresentado pelo Inspetor Tecnico Regional na 3º zona escolar ao Sr Diretor do Ensino Primário.** João Pessoa, 27 de dezembro de 1934. Disponível no Arquivo Estadual da Paraíba.

PARAHYBA, Inspectoria Regional da 5º Zona de Ensino do Estado da. **Relatório apresentado pelo Inspetor Tecnico Regional na 5º zona escolar ao Sr Diretor do Ensino Primário.** João Pessoa, 24 de novembro de 1934. Disponível no Arquivo Estadual da Paraíba.

Correspondências:

ALMEIDA, José Américo. **Carta**. 1931, Rio de Janeiro [para] NAVARRO, Anthenor, João Pessoa. 4f.

ALMEIDA, José Américo. **Carta**. 25 de junho 1932, Rio de Janeiro [para] BRITO, Gratuliano da Costa, João Pessoa. 2f.

ALMEIDA, José Américo. **Carta**. 05 de setembro 1932, Rio de Janeiro [para] BRITO, Gratuliano da Costa, João Pessoa. 3f.

ALMEIDA, José Américo. **Carta**. 18 de agosto de 1933, Rio de Janeiro [para] BRITO, Gratuliano da Costa, João Pessoa. 3f.

ALMEIDA, José Américo. **Carta**. 14 de maio de 1934, Rio de Janeiro [para] BRITO, Gratuliano da Costa, João Pessoa. 8f.

BEZERRA, Odon. **Carta**. 05 de dezembro de 1933, Rio de Janeiro [para] BRITO, Gratuliano da Costa, João Pessoa. 3f.

BRITO, Gratuliano da Costa. **Carta**. 19 de agosto de 1931. João Pessoa [para] ALMEIDA, José Américo, Rio de Janeiro. 3f.

BRITO, Gratuliano da Costa. **Carta**. 14 de abril de 1932. João Pessoa [para] ALMEIDA, José Américo, Rio de Janeiro. 5f.

BRITO, Gratuliano da Costa. **Carta**. 1933. João Pessoa [para] ALMEIDA, José Américo, Rio de Janeiro. 1f.

LEITE, Salviano. **Carta**. 10 de abril de 1933. Piancó [para] BRITO, Gratuliano da Costa, João Pessoa. 4f.

MALTA, Celso. **Carta**. 08 de fevereiro de 1933, Cajazeiras [para] BRITO, Gratuliano da Costa, João Pessoa. 1f.

MENEZES, Epaminondas. **Carta**. 06 de abril de 1933, Sapé [para] BRITO, Gratuliano da Costa, João Pessoa. 1f.

Artigos

ANANIAS, Mauricéia. **A Legislação da Educação Pública no Estado da Paraíba, 1889-1970 – Primeiros Apontamentos**. Revista HISTEDBR, nº 27, setembro de 2007. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/27/sumario27.htm>.

Revistas

Revista do Ensino (1932). Orgam da Directoria do Ensino Primário, publicação trimestral, anno I, n.1, abr., João Pessoa, Imprensa Oficial.

Revista do Ensino (1932). Orgam da Directoria do Ensino Primário, publicação trimestral, anno I, n.3, agosto, João Pessoa, Imprensa Official.

Revista do Ensino (1934). Orgam da Directoria do Ensino Primário, publicação trimestral, anno III, n.10, abr., João Pessoa, Imprensa Official.

Endereços Eletrônicos

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 21/01/2016.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 30 de abril de 1932, p. 35. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2064952/pg-35-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-04-1932>. Acessado em 17/07/2015.

<http://www.parlamentopb.com.br/Noticias/?deputados-denunciam-compra-de-votos-no-interior-da-paraiba-21.08.2014>. Acessado em 21 de agosto de 2014.

http://www.jornaldaparaiba.com.br/noticia/133864_mineral-denuncia-negociata. Acessado em 21 de agosto de 2014.

<http://www.parlamentopb.com.br/Noticias/?cassio-impetra-aije-contraricardo-por-suposto-uso-da-maquina-16.09.2014>. Acessado em 21 de agosto de 2014.

<http://www.paraiba.com.br/2014/09/03/29097-psdb-encaminha-denuncias-ao-tre-que-apontam-o-uso-da-maquina-administrativa-em-campanha>. Acessado em 21 de agosto de 2014.

<http://www.parlamentopb.com.br/Noticias/?cassio-impetra-aije-contraricardo-por-suposto-uso-da-maquina-16.09.2014>. Acessado em 21 de agosto de 2014.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923. Disponível em: : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16300.htm. Acessado em 05 de junho de 2015.

*** BIBLIOGRÁFICAS**

ABREU, Luciano Aronne de. Sindicalismo e corporativismo no Brasil: o olhar autoritário de Oliveira Viana. In: ABREU, Luciano Arone de.; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **Autoritarismo e Cultura Política**. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.

ABREU, Marcelo Santos de. **Revolução Constitucionalista de 1932**: historiografia e história. XIII Encontro de História ANPUH-Rio - Identidade. Rio de Janeiro, agosto de 2008.

Disponível em:
[http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215609388_ARQUIVO_ARevoluc
 aoConstitucionalistade1932.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215609388_ARQUIVO_ARevoluc%20aoConstitucionalistade1932.pdf). Acessado em 20 de julho de 2015.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **A Fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945)**. Campina Grande: EDUFPG, 2013.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 4ª Edição. Brasília: Senado Federal, 1994.

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba**: Imprensa e Vida. 2ª Edição. Campina Grande: Grafset, 1986.

BARATA, Agildo. **Vida de um Revolucionário (Memórias)**. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX & SIRINELLI (org.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

BLONDEL, Jean. **As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1994.

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

Brito, Joaquim Inácio. **Gratuliano Brito**. Plaquete Nomes do Século, série histórica. João Pessoa, A União editora, Nº 33. 2000.

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 20 Ed., 1999.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A Questão Agrária: crise de poder e reformas de base. In: Fausto, Boris (org.), **História geral da civilização brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano, 3º. vol. Sociedade e Política (1930-1964). 3ª. ed. São Paulo: Difel, 1986.

CARONE, Edgard. Coronelismo: definição histórica e bibliográfica. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 11, nº 3, p.85-89. Rio de Janeiro, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v.40, nº 2, p. 229-250, 1997.

CASTRO, Oscar de Oliveira de. **Medicina na Paraíba: flagrantemente de sua evolução**. João Pessoa: A União, 1945.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (orgs.). **Cultura e Poder Político** – Historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.

CONNIFF, Michael L. A Elite Nacional. In: HEIZ, Flávio M (org.). **Por outra História das Elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

COSTA, Lidiana Justo da. **Cidadãos do Império, Alerta! A Guarda Nacional na Paraíba Oitocentista (1831-1850)**. Dissertação (Mestrado): UFPB/CCHL, 2013.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder; relações de classes. In: Fausto, Boris (org.), **História geral da civilização brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano, 3º. vol. Sociedade e Política (1930-1964). 3ª. ed. São Paulo: Difel, 1986.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: história e historiografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. Transformação Econômico-social e Revolução de 30 no Brasil. In: **João Pessoa, A Paraíba e a Revolução de 30: Exposições e Debates do II SPBC**. Secretaria da Educação e Cultura do Governo da Paraíba, 1978.

FERREIRA, Lúcia Fátima Guerra. **As Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (org.), **O Brasil Republicano**. Livro 1 - O Tempo do Liberalismo Excludente. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

FIGUEIREDO, Argemiro de (Verbete). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>.

FINKELMAN, Jacobo (Org.). **Caminhos da Saúde Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O Conceito de Coronelismo e a Imagem do Coronel: de símbolo à simulacro do poder local**. Campina Grande: EDUFCG, 2008.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História**. Tradução de Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GALLIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1889-1930**. João Pessoa, Idéia, 1993.

GEISEL, Ernesto (Verbete). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado em 15/09/2015.

GHIRALDELLI, Paulo. **Filosofia e História da Educação brasileira**. Barueri, SP: Manole, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. In: **Revista USP**. São Paulo, n. 65, p.105-119, março/maio de 2005.

_____. A Representação de Classes na Constituinte de 1934. In GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Regionalismo e Centralização Política** - Partidos e Constituintes nos Anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. Confronto e Compromisso no Processo de Constitucionalização (1930-1935). In: Fausto, Boris (org.), **História geral da civilização brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano, 3º. vol. Sociedade e Política (1930-1964). 3ª. ed. São Paulo: Difel, 1986.

_____. **Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. “História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: algumas reflexões”. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs). **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-44.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias: Paraíba (1889-1945)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

HEINZ, Flávio M. “O Historiador e as Elites”. In: HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra História das Elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JULIARD, Jacques. “A Política”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p.180-196.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 13, 1999, p. 227-250.

LE GOFF, J. A Política: será ainda a ossatura da História? In: **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1975. p. 221-242.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEVILLAIN, Philipe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003. p. 140-184.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LOVE, Joseph L.; BARICKMAN, Bert J. Elites Regionais. In: HEIZ, Flávio M (org.). **Por outra História das Elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LUCA, Tânia Regina. “História dos, nos e por meio dos Periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MEDEIROS, Tarcizio Dinoá; MEDEIROS, Martinho Diniá. **Ramificações genealógicas do cariri paraibano**. Brasília: CEGRAF, 1989.

MELO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. **Galeria Paraibana**. João Pessoa: Editora Universitária, Conselho Estadual de Cultura, 1998.

MELLO, Humberto C. de. A Administração do Presidente João Pessoa. In: **João Pessoa, A Paraíba e a Revolução de 30**: Exposições e Debates do II SPBC. Secretaria da Educação e Cultura do Governo da Paraíba, 1978.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. 3ª edição. João Pessoa: Conselho estadual de Educação, 1996.

MELLO, José Octávio de Arruda. **A Revolução Estatizada**: um estudo sobre a formação do centralismo em 30. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1992.

_____. **História da Paraíba – Lutas e Resistência**. 7ª. ed. João Pessoa: A UNIÃO, 2002.

MELLO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: União Editora, 1982.

MOREIRA, Márcio Macêdo. **Entre Britos e Gaudêncios**: cultura política e poder familiar nos Cariris Velhos da Paraíba (1930-1960). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas Políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

NUNES FILHO, Pedro. **Guerreiro Togado**: fatos históricos de Alagoa do Monteiro. Recife: Ed. Universitária (UFPE), 1997.

OLIVEIRA, Irene Rodrigues de. **João Alberto** - a metáfora de um revolucionário. X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ. História e Biografias: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

PANDOLFI, Dulce. A Trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Regionalismo e Centralização Política** - Partidos e Constituintes nos Anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PESSÔA, Eptácio. **João Pessoa – Aliança Liberal – Princesa**. Rio de Janeiro, INL, 1962 (Obras completas de Eptácio Pessoa, vol. XXIV).

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade de São Francisco, 2002.

PRESTES, Anita Leocádia. **Tenentismo Pós-30 – Continuidade ou Ruptura?** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios**. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

RÊGO, André Heráclio. **Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder**. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

RESENDE, Maria Efigênia Lage Resende. O processo político na Primeira República. In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (org.), **O Brasil Republicano**. Livro 1 - O Tempo do Liberalismo Excludente. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Gangorra do Poder (Paraíba – 1889/1930)**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1889.

_____. **A Revolta de Princesa – Uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930)**. João Pessoa: A União Editora, 1978.

RODRIGUES, João Paulo. Levante Paulista de 1932: entre os domínios da memória e os (des) caminhos da História. **Projeto História: história, historiadores e historiografia**. São Paulo, v.41, p. 125-153, 2010. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6537/4736>. Acessado em 20 de julho de 2015.

SÀ, Lenilde Duarte de. **Parahyba: uma cidade ente miasmas e micróbios, o serviço de higiene pública – 1895-1918**. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem/USP, 1999.

SANTANA, Martha M. F. de C. e Moraes. **Poder e Intervenção Estatal: Paraíba (1930-1940)**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

SANTOS, Luiz Antônio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de Construção da nacionalidade. **Dados** – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v.28, n. 2, p.193-210, 1985.

SANTOS NETO, Martinho Guedes. **Os Domínios do Estado:** a Interventoria de Anthenor Navarro e o Poder na Paraíba. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **A 3ª Geração dos Annales: cultura histórica e Memória.** Seminário de História e Cultura Histórica – Os 80 anos dos Annales: contribuições historiográficas. PPGH/UFPB, 2008.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES JÚNIOR, Azemar. **Corpos Hígidos:** o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

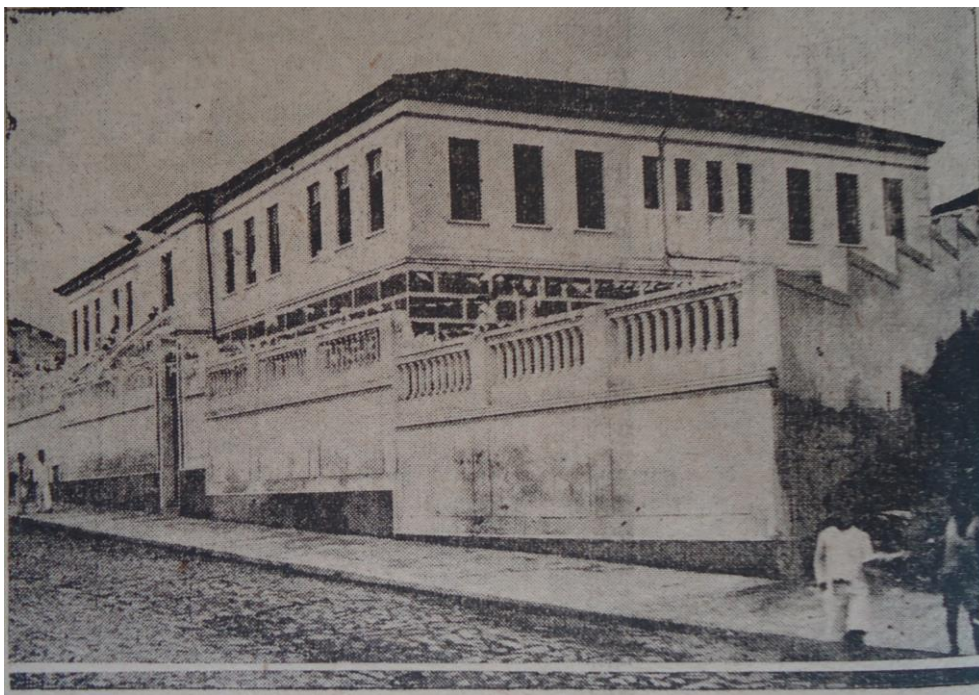
SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil, 1930 a 1964.** São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

VIDAL, Ademar. **João Pessoa e a Revolução de 30.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ANEXOS

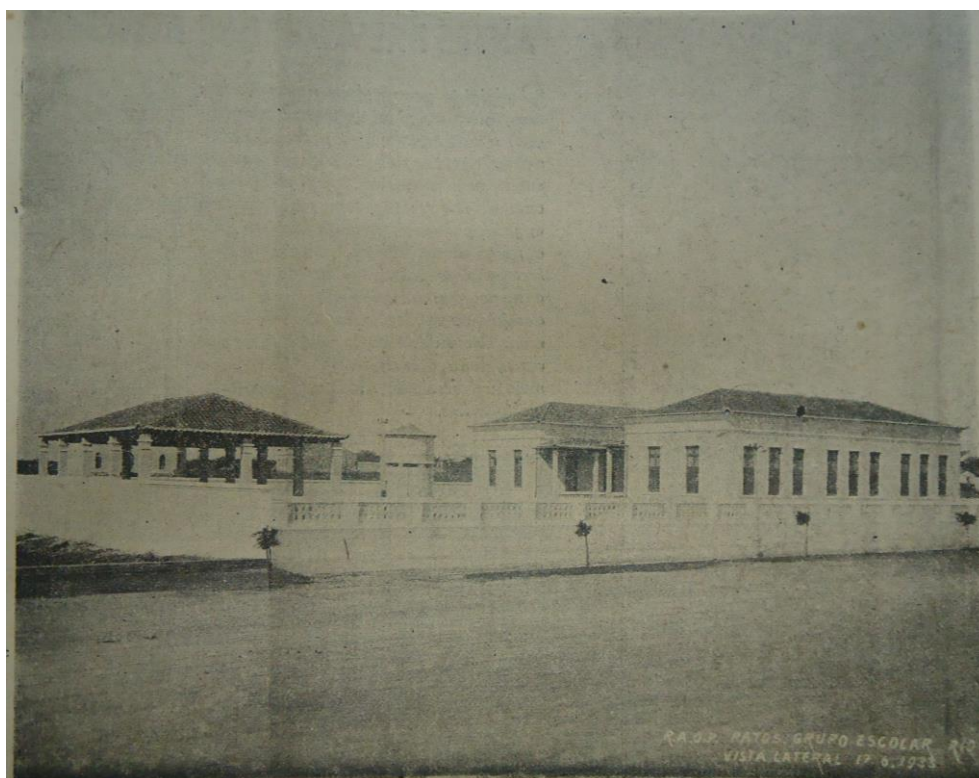
ANEXO A – IMAGENS



Construção de Grupos Escolares – Grupo Escolar “Anthenor Navarro”, no município de Guarabira.
(Jornal *A União*, 26/04/1933)



Construção de Grupos Escolares – Grupo Escolar “Targino Pereira”, no município de Araruna
(Jornal *A União*, 29/06/1934)



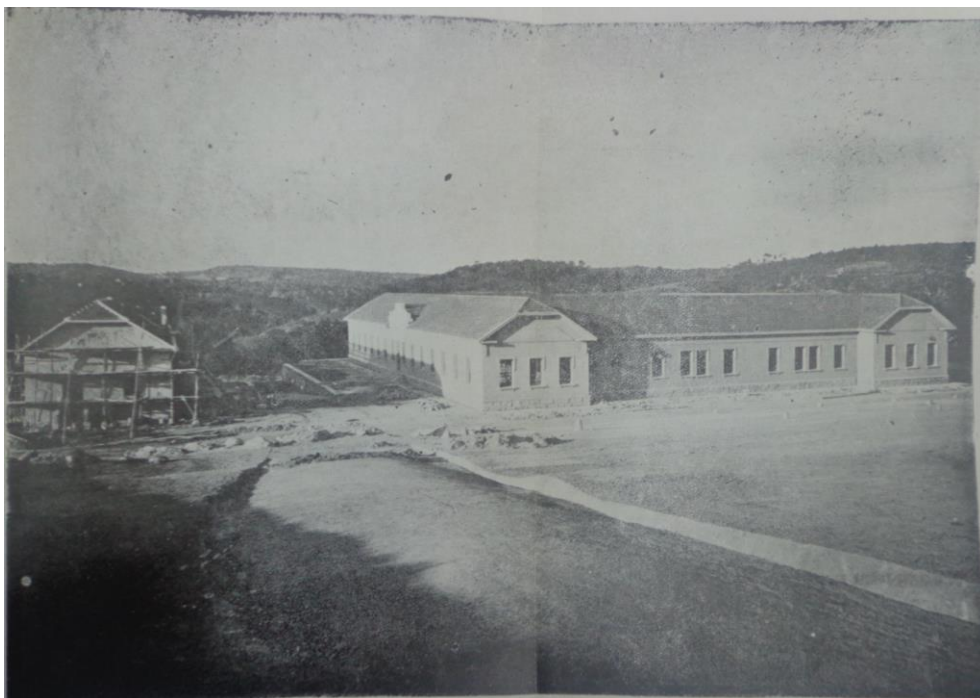
Construção de Grupos Escolares – Grupo Escolar “Rio Branco”, no município de Patos.
(Jornal *A União*, 29/06/1934)



Construção de Grupos Escolares – Grupo Escolar “Coelho Lisboa”, no município de Santa Luzia do Sabugi.
(Jornal *A União*, 29/06/1934)



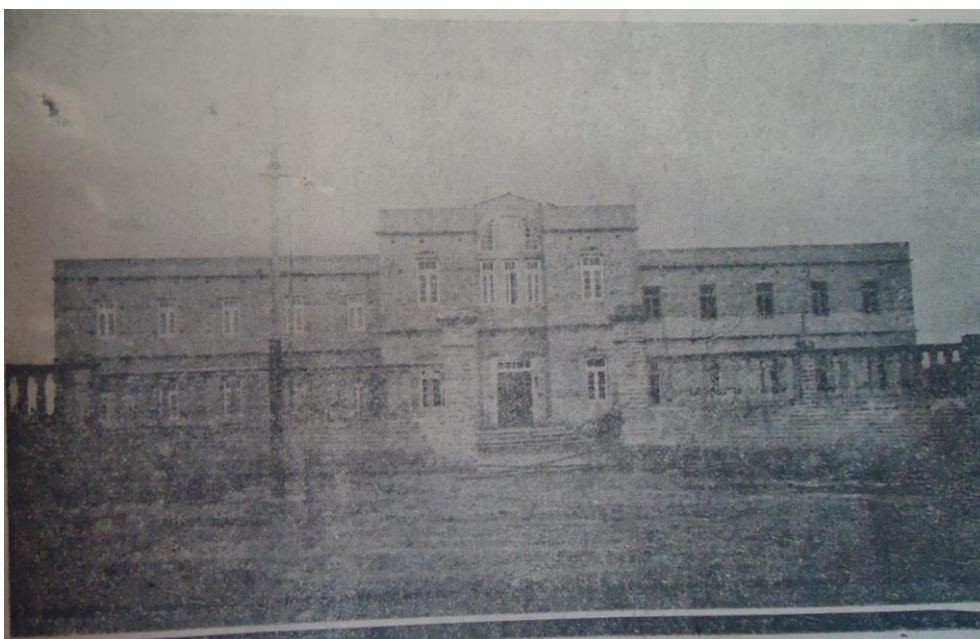
Incentivo ao Ensino Profissionalizante – Alunos da Escola de Sericultura em visita a uma plantação de amoreira
(Jornal *A União*, 21/04/1934)



Incentivo ao Ensino Profissionalizante – Edifício Central da Escola Federal de Agronomia construído na cidade de Areia em 1934 (Relatório de Gratuliano Brito)



Saúde Pública – Dispensário de Tuberculose construído na Capital
(Relatório de Gratuliano Brito)



Saúde Pública – Centro de Saúde de Campina Grande
(Jornal *A União*, 10/09/1932)

ORGÃO OFFICIAL DO ESTADO
ANO XII
JOÃO PESSOA — Segunda-feira, 18 de julho de 1932
NÚMERO 164

A Mashorca que brasileiros sem patriotismo desencadearam em S. Paulo

Toda a Nação se levanta em armas para castigar o crime dos políticos profissionais do P. R. P.

Pela unidade da Pátria iremos aos derradeiros sacrifícios

A PARAHYBA HONRARA OS COM-
PROMISSOS QUE ASSUMIU PERAN-
TE A REVOLUÇÃO DE 1930

As general Flores da Cunha, transmitiu o inter-
venor Gratião Brito a seguinte vibrante mensagem,
saudando, em nome da Parahyba, ao nobre povo gaú-
cho:

"JOÃO PESSOA, 18 — Intervenor Flores da
Cunha — Porto Alegre — Recordando neste instante a
luta que uniu Parahyba ao Rio Grande do Sul em 1930
mando ao povo gaúcho por intermédio de v. exc. as sau-
dações da Parahyba cada dia mais identificada com
promissos revolução — (Ass.) Gratião Brito".

Em resposta, o interventor Flores da Cunha transmitiu ao chefe do gover-
no parahybano o seguinte despacho:

"PALACIO DO GOVERNO DE PORTO ALEGRE, 15 — Agradeço a v. exc.
as saudações enviadas ao povo riograndense no seu telegrama de hontem. Sai-
do, na pessoa de v. exc., os bravos parahybano que estão dando mais um edifi-
cante exemplo de amor ao Brasil na sua repulsa à rebelião paulista contra a
qual se devem unir todos os verdadeiros patriotas. Cordiais cumprimentos —
Flores da Cunha".

Estão chegando do interior
de Estado numerosos con-
tingentes da Polícia
Militar

Desde entretanto comen-
çou a chegar a esta capital con-
tingentes da Polícia Militar que
se encontraram estacionados nos
municípios do interior.

A concentração desses con-
tingentes, até o momento,

Devido de pouco dias estar
completo o efectivo que se des-
taça a reforçar os grupos fide-
lidade, que se encontram em
bom estado.

Três companhias, completa-
mente equipadas e armadas, em-
barcadas no primeiro vapor que
tocar em Cabedelo.

A proposta da partida, para
esta capital do destacamento de
Guarabira, acentuando de volun-
tários, recebeu o dr. Gratião
Brito, interventor federal, o se-
guinte telegrama do prefeito
hon. sr. Ferreira de Mello:

Guarabira, 17 — Partiu 12 ho-
ras ferrete Farias e Cabedelo
Prefeitura levando soldados al-
guns voluntários sendo acompa-
nhado até ao rio Cuiabá com o
elemento destaque. Refere-se
a esta proposta, prestar meus

serviço caracter militar caso
necessário quartel todo destaca-
mento este município pode as-
sumir a responsabilidade
de policiamento. Respostas
saudeiras — Ferreira de Mello,
prefeito.

O GENERAL JOÃO FRANCISCO
PARTIU PARA O PARANÁ

RIO, 17 — A bordo do Albatroz
o general João Francisco, nome,
partindo de momento voluntário,
que vai comandar uma coluna na
fronte paranaense.

Apresentam também os soldados que
acompanham o corpo de estado das
forças da quinta Brigada Militar.

O DICTADOR

RIO, 18 — Comunicado do Palacio do Catete para esta folha:
"O presidente Getúlio Vargas, acompanhado de sua Casa Militar,
do ministro da Guerra e altas autoridades militares, visitou, hon-
tem, demoradamente, a zona de operações do commando do gene-
ral Góes Monteiro, onde foi muito aclamado pelas tropas, tendo
chegado destemerosamente até as primeiras linhas de combate. O
chefe do governo regressou á noite, tendo viajado de automovel
pela estrada Rio-São Paulo."

Manchete do Jornal A União sobre a Revolta Paulista de 1932.
(Jornal A União, 18/07/1932)

O Brasil inteiro, representado pelos seus authenticos va- lores, combaterá por todos os meios a revolta perrepista

Ao explodir em São Paulo o impatriótico movimento rebelde,
chefiado por uma recua de políticos desempregados e ruidos
de ambições, todo o país, como que movido pelo instinto
natural de defesa, uniu-se indissolavelmente para enfrentar o ini-
migo comum.

De todos os Estados foram enviados ao Governo Provisorio
os mais vehementes protestos de solidariedade e os mais insisten-
tes offerecimentos de serviços.

A espontaneidade com que o povo corre aos quartéis para
se alistar, demonstra de modo eloquente como o Brasil está iden-
tificado com os ideais que o fizeram empunhar as armas para
derrubar de vez o passado regime, desmoralizado e aviltante, e que
neste momento os paulistas tentam inutilmente restaurar.

O mesmo animo varonil empolga, nesta hora decisiva para
a Nação, o nosso Estado. Advogados, medicos, estudantes, opera-
rios, irmanados pelo mesmo ideal, marcham para as linhas de
frente, dispostos ao supremo sacrificio da vida, pela honra e pela
unidade da Pátria.

A Parahyba, fiel á memoria dos seus grandes martyres, não
poderia jámais quedar-se indifferente ante a rebeldia criminosa
que ameaça subverter ás conquistas mais caras da nossa civiliza-
ção. Para o restabelecimento da ordem ella empregará as ultimas
energias.

Não será em vão que o sangue generoso dos nossos bravos
soterraneos tingirá os campos de São Paulo. Deus não ha de


Respondendo a um apêllo dos estudantes mineiros, o presidente Olegario Maciel
declarou que o seu maior desejo era ver o país pacificado. Entretanto, não podia
Minas manter-se indifferente deante do movimento paulista, razão por que tomou
a attitudo que lhe pareceu patriótica.

Porto Esperança, que se achava em poder dos rebeldes de Matto Grosso, foi tomado
por forças navaes, auxiliadas por um destacamento do Exercito.

Os três batalhões de infantaria montada, creados ante-hontem pelo Governo Provi-
sorio, serão organizados no Rio Grande do Sul.

São esperados, amanhã, no Rio de Janeiro, os dois batalhões da nossa Policia, com-
mandados pelos majores João Costa e Elias Fernandes.

Rumo ás linhas de combate !



Outra manchete do jornal A União sobre a Revolta Paulista de 1932
(Jornal A União, 03/08/1932)



Estradas de Rodagem – Trecho reconstruído pelo Governo Estadual entre Santa-Rita – Cruz do Espírito Santo
(Relatório ou jornal?)



Estradas de Rodagem – Trecho construído pelo Governo Estadual entre Sapé e Cobé (Cruz do Espírito Santo)
(Relatório Gratuliano Brito)



Estradas de Rodagem – Trecho da estrada de rodagem construído pelo Governo estadual entre os municípios de Campina Grande e Alagoa Nova.
(Jornal *A União*, 06/01/1934)



Obras complementares do Porto de Cabedelo – Armazéns construídos.
(Jornal *A União*, 18/09/1934)



Obras complementares do Porto de Cabedelo – Armazéns construídos (vista interna).
(Jornal *A União*, 18/09/1934)



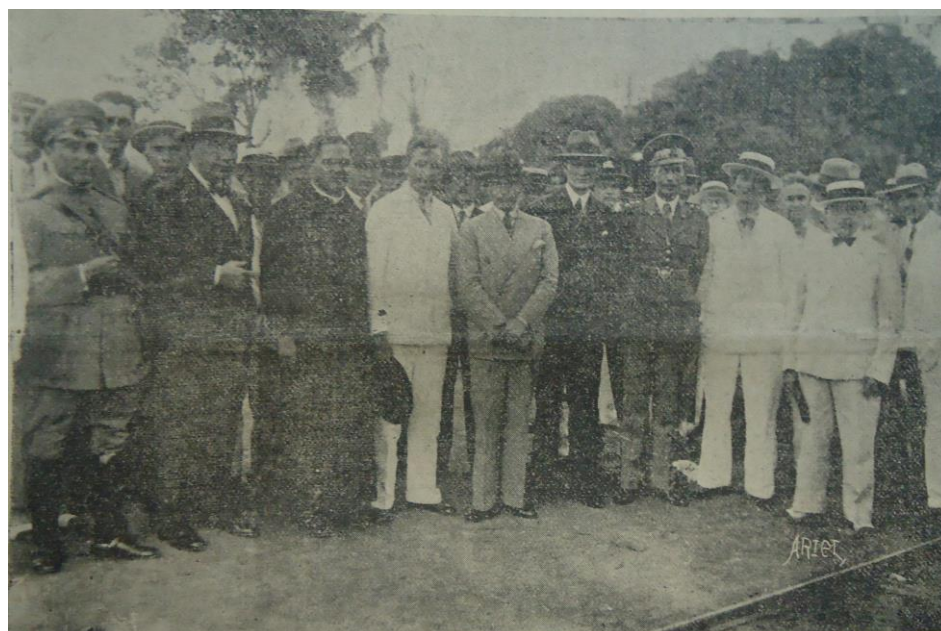
Inauguração oficial do Porto de Cabedelo
(Jornal *A União*, 24/01/1935)

A black and white photograph showing a group of men standing in front of a building. There are large stacks of boxes, some of which are being held by the men. The building has a classical architectural style with columns and a pediment. The men are dressed in various types of clothing, including suits, uniforms, and casual wear. Some men are holding boxes on their heads, and others are standing near the stacks. The scene appears to be outdoors, possibly in a courtyard or a street in front of the building.

Incentivo a Fruticultura – Trabalhadores no postos de exportação de abacaxi em Sapé (1934)
(Relatório de Gratuliano Brito)



Obras Conta as Secas – Inauguração do açude do município de Riacho dos Cavalos
(Jornal *A União*, 12/07/1933)



Lançamento das obras da Central Elétrica de João Pessoa, podendo ser identificados na foto, Gratuliano Brito
(no centro), Argemiro de Figueiredo (a esquerda de branco) e Ernesto Geisel (a direita, de preto).
(Jornal *A União*, 26/06/1934)



Gratuliano Brito desfilando ao lado de Getúlio Vargas quando da visita do chefe do Governo Provisório à Paraíba em setembro de 1933. (Jornal *A União*, 10/09/1933)



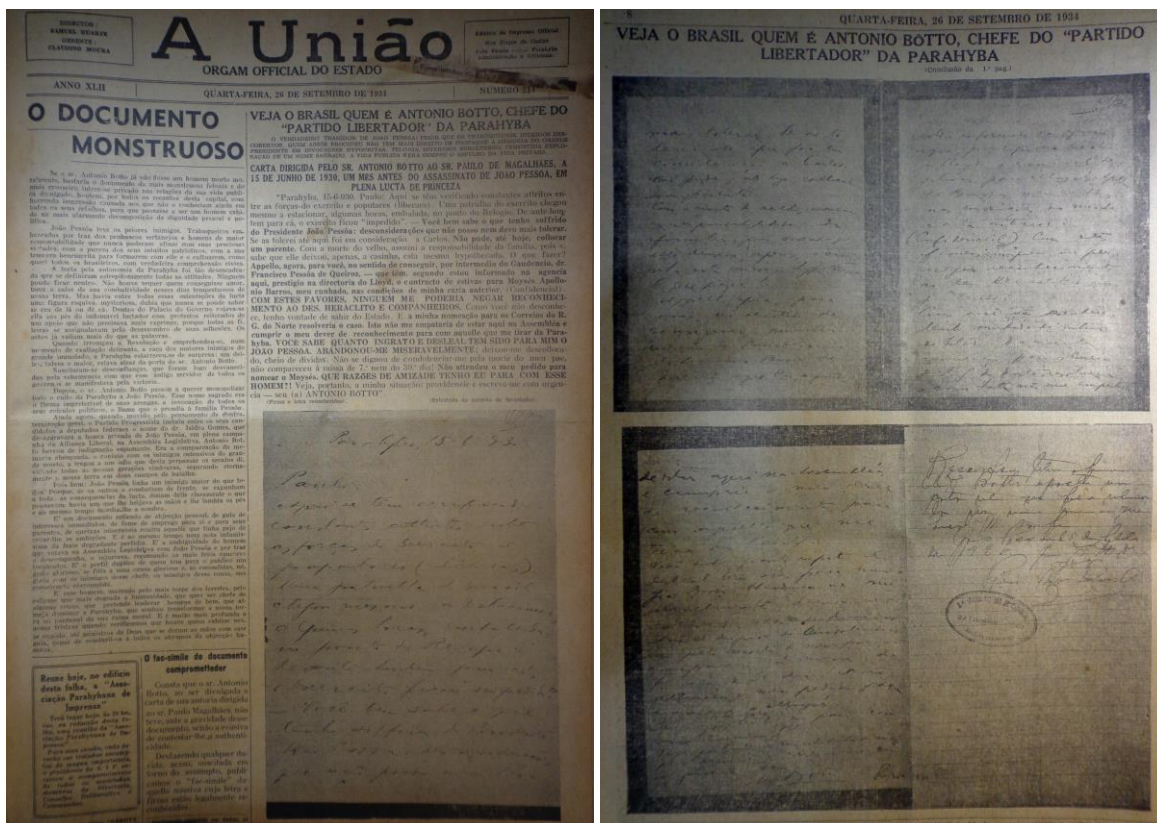
Vista da Praça João Pessoa, em frente ao Palácio da Redenção, quando da visita de Vargas a Paraíba. (Jornal *A União*, 10/09/1933)



Deputados paraibanos eleitos para Assembleia Constituinte Nacional
(Jornal *A União*, 28/06/1933)



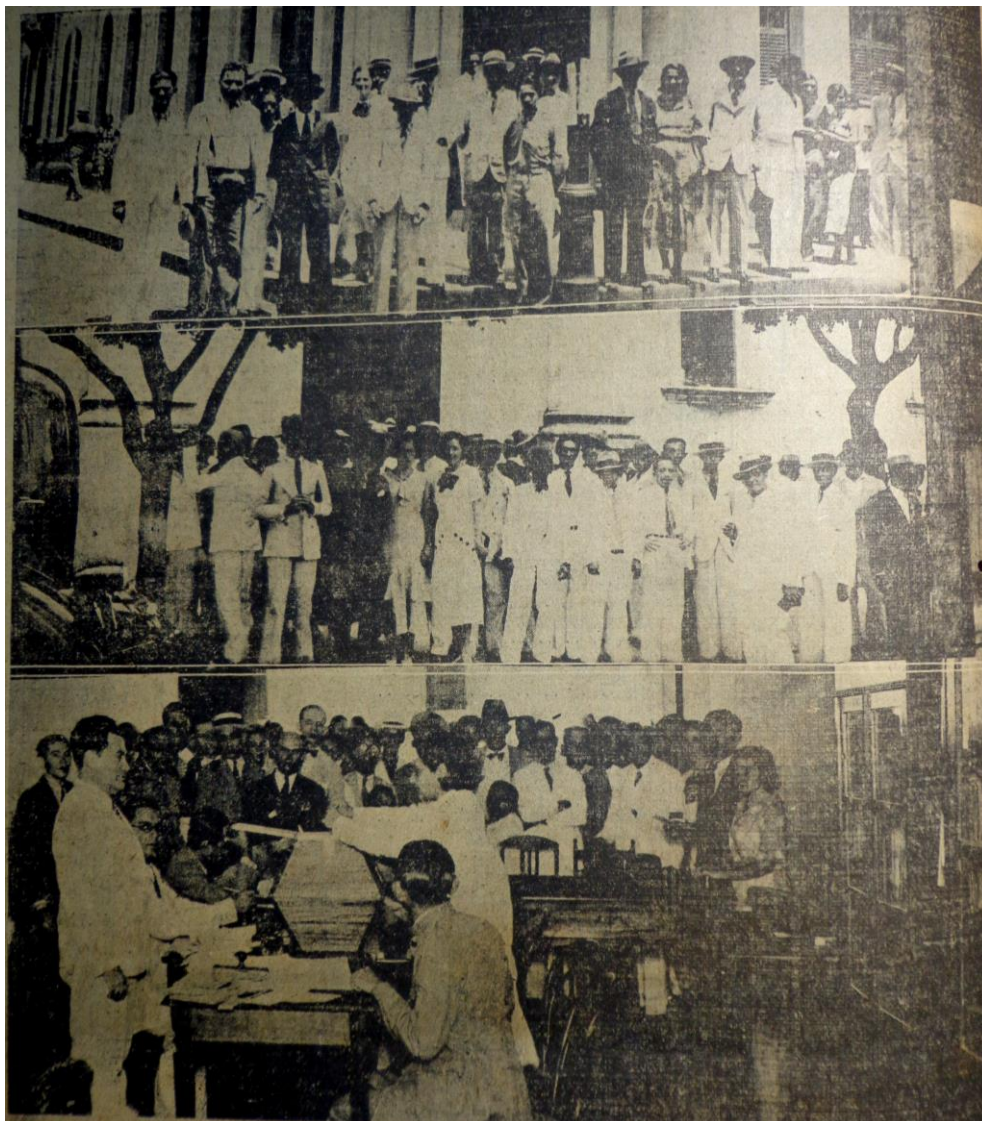
Gratuliano Brito ao lado de José Américo na ocasião da visita do ex-ministro da Viação e Obras Públicas à Paraíba em agosto de 1934. (Jornal *A União*, 10/08/1934).



Carta de Antônio Botto de Menezes a Paulo Magalhães em 1930 na qual o líder do P.R.L chamou João Pessoa de ingrato e desleal e ainda alvitrou a possibilidade de apoio a Heráclito Cavalcanti, líder perrepista. (Jornal A União, 26/09/1934)



Eleição de 1934 – Eleitores paraibanos em fila nos locais de votação. (Jornal A União, 16/10/1934)



Eleições de 1934 – Eleitores paraibanos nos locais de votação, com destaque para a presença das mulheres no pleito. (Jornal *A União*, 16/10/1934)